

# **IDENTIDADES, LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTO: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos**



**CENTRO DE  
ESTUDOS  
AFRICANOS**

**Teresa Cruz e Silva  
Amélia Neves de Souto  
Colin Darch  
(Orgs.)**

**IDENTIDADES, LEMBRANÇAS  
E ESQUECIMENTO:  
40 anos de História do Centro  
de Estudos Africanos**

Teresa Cruz e Silva  
Amélia Neves de Souto  
Colin Darch

(Orgs.)

UEM-CEA

## FICHA TÉCNICA

Título:	<b>Identities, lembranças e esquecimento: 40 anos de história do Centro de Estudos Africanos</b>
Organizadores:	<b>Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darch</b>
Edição:	<b>Centro de Estudos Africanos (CEA)</b>
Revisão Linguística:	<b>David Langa</b>
Capa:	<b>Organizadores</b>
Revisão Técnica e Editoração:	<b>Unidade Editorial da Revista Científica da UEM</b>
Maquetização:	<b>Centro de Comunicação e Marketing da UEM (Nelson Gemo)</b>
Design e Arte Final:	<b>LatGráfica, Lda (Auscêncio Machavane)</b>
Impressão:	<b>Imprensa Universitária da UEM</b>
Tiragem:	<b>1000 exemplares</b>
Depósito Legal:	<b>DL/BNM/752/2021</b>

**Identities, lembranças e esquecimento: 40 anos de história do Centro de Estudos Africanos / Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darch. - Maputo: CEA/Universidade Eduardo Mondlane, 2021.**

Copyright pelo Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. É permitido o uso da informação contida neste livro, desde que citada a fonte.

261 p.

Vários autores.

ISBN impresso 978-989-9043-07-7

ISBN digital 978-989-9043-19-0

1. Identidade. 2. Liberdade. 3. Nacionalismo Moçambicano.

4. Ciências Sociais. I. Centro de Estudos Africanos.

II. Universidade Eduardo Mondlane. III. Tit.



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**Reitor:**

Prof. Doutor Orlando António Quilambo

**Vice-Reitora Académica:**

Prof. Doutora Amália Uamusse

**Vice-Reitor para Administração e Recursos:**

Prof. Doutor Joel das Neves Tembe

**Director do CEA:**

Prof. Doutor Carlos Arnaldo

**Dir. Adj. para Investigação e Extensão:**

Prof. Doutor Cristiano Matsinhe

**Dir. Adj. para Administração e Cooperação:**

Doutora Susana Maleane

**Reitoria**

Av. Julius Nyerere, 3453. Campus Universitário Principal. Maputo. Moçambique.  
[www.uem.mz](http://www.uem.mz)

© *Copyright: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2021*

# ÍNDICE

---

Nota Prévia .....	VI
Agradecimentos .....	VII
Siglas e Acrónimos .....	VIII
Autores e Organizadores .....	X
Lista dos Entrevistados .....	XIV
Prefácio .....	XV

## Introdução

Identidades, lembranças e esquecimento: 40 anos de história do Centro de Estudos Africanos <i>Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darch</i> .....	2
---	---

## Parte I: Fundação do Centro Dos Estudos Africanos

Capítulo 1 A criação do CEA e as ciências sociais na Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência: O legado de Ruth First <i>Fernando dos Reis Ganhão</i> .....	12
Capítulo 2 Elogio académico de Aquino de Bragança <i>Carlos Serra</i> .....	19
Capítulo 3 Porque estava Ruth First em Moçambique? <i>Bridget O'Laughlin</i> .....	28
Capítulo 4 Ruth First e o Mineiro Moçambicano <i>Marc Wuyts</i> .....	48

## Parte II: Outros olhares: Formação de quadros, pesquisa e divulgação de resultados

Capítulo 5 O curso de desenvolvimento no Centro de Estudos Africanos pela voz dos participantes (1979-1982) (memórias) <i>Amélia Neves de Souto</i> .....	70
--	----

Capítulo 6	
O que nos está a escapar? A oficina de história e a gama de actividades do Centro de Estudos Africanos, 1979-1986	
<i>Colin Darch e Gary Littlejohn</i> .....	96
Capítulo 7	
As revistas académicas do Centro de Estudos Africanos, 1980-2014	
<i>Colin Darch</i> .....	117
<b>Parte III: África Austral no cerne das discussões</b>	
Capítulo 8	
Entrevista a Rob Davis	
<i>Colin Darch</i> .....	126
<b>Parte IV: Passado e presente, lições aprendidas</b>	
Capítulo 9	
'Seguindo em marcha' estudos sobre género e feminismos no Centro de Estudos Africanos, CEA/UEM, 1990-2018	
<i>Isabel Maria Casimiro, Ximena Andrade, Catarina Casimiro Trindade, Withney O. Sabino e Gessica Macamo</i> .....	136
Capítulo 10	
O estabelecer de pontes entre passado, presente e futuro	
<i>Teresa Cruz e Silva</i> .....	171
<b>Parte V: Emancipação e Descolonização</b>	
Capítulo 11	
Visualizando a emancipação da humanidade	
<i>Jacques MF Depelchin</i> .....	186
ANEXOS .....	203

## NOTA PRÉVIA

---

O Centro de Estudos Africanos (CEA) celebrou em 2016 quarenta anos da sua fundação. Nesta altura, a direcção do CEA convidou Teresa Cruz e Silva e Amélia Neves de Souto para organizarem uma publicação celebratória deste aniversário, às quais se juntou, posteriormente, Colin Darch.

Entre o plano inicial para esta publicação e a finalização do primeiro rascunho do livro passaram no entanto quase dois anos em que a direcção do CEA e os organizadores tentaram resolver alguns problemas práticos. Seguiu-se a fase de procura de financiadores para a sua publicação, que levou outros quase dois anos e, finalmente com a chancela da Universidade Eduardo Mondlane, o livro vem a lume.

Do ponto de vista dos organizadores os artigos continuam actuais e os desafios lançados por esta obra estão ainda presentes.

*Teresa Cruz e Silva*  
*Amélia Neves de Souto*  
*Colin Darch*

## AGRADECIMENTOS

---

Os nossos primeiros agradecimentos vão para todos os protagonistas das histórias que nos foram contadas sobre a história do Centro de Estudos Africanos (CEA), particularmente para os que generosamente aceitaram ser entrevistados e relembrou cada momento das suas vivências e experiências. Entre os nossos testemunhos, estão reitores da Universidade Eduardo Mondlane, directores do CEA, ex-professores/pesquisadores e ex-estudantes e membros de grupos de trabalho. Os nossos agradecimentos vão também para os autores dos artigos que integram este livro, assim como para os editores das revistas que nos autorizaram a publicar alguns artigos originalmente escritos em inglês, para uma versão em língua portuguesa. Ao nosso Prefaciador, Professor José Luís Cabaço, muito obrigado por ter aceite esta tarefa nem sempre fácil, pela heterogeneidade de abordagens que formam os diversos textos deste livro. Um agradecimento especial é também devido aos revisores que anonimamente nos ofereceram sugestões para melhorar alguns conteúdos e organização deste livro. À direcção do CEA, vão os nossos profundos agradecimentos. Sem o seu apoio e estímulo, este trabalho que representa algumas das várias leituras possíveis sobre a emergência e percurso do CEA ao longo de 40 anos, nunca teria sido possível.



## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>ANC</b>	<i>African National Congress</i>
<b>CAIA</b>	Complexo Agro-Industrial de Angónia
<b>CAIL</b>	Complexo Agro-Industrial do Limpopo
<b>CEA</b>	Centro de Estudos Africanos
<b>CICAD</b>	Construtora Integrada de Cabo Delgado
<b>COSATU</b>	<i>Congress of South African Trade Unions</i>
<b>DF</b>	Destacamento Feminino
<b>DNA</b>	Direcção Nacional de Águas
<b>DPOPH</b>	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>LIFEMO</b>	Liga Feminina de Moçambique
<b>OMM</b>	Organização da Mulher Moçambicana
<b>PNB</b>	Produto Nacional Bruto
<b>SACP</b>	<i>South African Communist Party</i>
<b>SADC</b>	<i>Southern Africa Development Community</i>
<b>SADCC</b>	<i>Southern Africa Development Coordination Conference</i>
<b>SADF</b>	<i>South African Defence Force</i>
<b>SATCC</b>	<i>Southern Africa Transport and Communication Commission</i>

<b>SOAS</b>	<i>School of Oriental and African Studies</i>
<b>UDAAS</b>	Unidade de Direcção de Abastecimento de Água e Saneamento
<b>UDI</b>	<i>Unilateral Declaration of Independence/</i> Declaração Unilateral de Independência
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>WENELA</b>	<i>Witwatersrand Native Labour Association</i> (WNLA), popularmente conhecida por WENELA
<b>ZANU</b>	<i>Zimbabwe African National Union</i>
<b>ZAPU</b>	<i>Zimbabwe African People's Union</i>

## AUTORES E ORGANIZADORES

---

**Amélia Neves de Souto** - Doutorada em História Política e Institucional, pela Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Pesquisadora do CEA, foi chefe do Departamento de Documentação do mesmo centro. Os seus trabalhos situam-se na área de História Contemporânea de Moçambique e da África Austral. Os trabalhos actuais de pesquisa versam sobre questões da História, memória e identidade, História política, militar e institucional da última fase da colonização portuguesa em Moçambique, Movimentos de Libertação, e Transição política para a independência.

**Bridget O’Laughlin** - Doutorada em Antropologia, é Professora e pesquisadora, com larga experiência sobre a questão agrária na África Austral, para além dos seus interesses nas áreas de migração, género e saúde, na mesma região. Ensinou em várias universidades da América do Norte, Europa e África, nomeadamente em Stanford, Haia (Institute of Social Studies), e Eduardo Mondlane (UEM). Trabalhou em Moçambique no Centro de Estudos Africanos entre 1979 e 1991, onde conviveu de perto com Ruth First e Aquino de Bragança. Neste país ensinou ainda em outras faculdades da UEM, e é colaboradora do IESE-Instituto de Estudos Económicos e Sociais. Tem uma extensa lista de publicações.

**Carlos Arnaldo** - Graduado em Geografia e Doutorado em Demografia, é docente da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e pesquisador do Centro de Estudos Africanos (CEA), onde é Director, desde 2015, função precedida pela de Director-adjunto, de 2007-2015. É igualmente Director do CEPISA - Centro de Pesquisa em População e Saúde, desde 2011. Tem várias publicações na sua área de especialidade.

**Catarina Casimiro Trindade** - Doutorada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Foi Oficial de Programas da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e Técnica de Género da Rede Salesiana de Formação Profissional, ambas em Moçambique. Os seus temas de interesse actuais são a prática do *xitiki* e a formação do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. É formadora na área de género e de práticas de poupança e crédito rotativo.

**Carlos Serra (1947-2020)** - Sociólogo com formação em História, foi Professor da Universidade Eduardo Mondlane e investigador do Centro de Estudos Africanos (CEA). Fez o primeiro curso de Estudos de Desenvolvimento no CEA e participou em várias actividades que marcaram os períodos iniciais deste centro. Exerceu actividades de docência na Faculdade de Letras da UEM e Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda, onde foi director. Foi um dos grandes dinamizadores da elaboração do primeiro livro de História de Moçambique (reeditado pelo Departamento de História em dois volumes). Foi presidente do Conselho Científico do CEA. Autor de vários livros de história e sociologia, foi coordenador da colecção “Cadernos de Ciências Sociais” da Escolar Editora, e do Prémio Escolar Editora de Ciências Sociais.

**Colin Darch** - É Doutorado em Estudos Económicos e Sociais pela Universidade de Bradford e bibliotecário de carreira. A sua trajectória profissional decorreu em várias universidades africanas, nomeadamente na Etiópia, Tanzânia, Moçambique, Zimbabwe e África do Sul. Junta-se a esta extensiva experiência, a sua passagem e convivência com universidades brasileiras. Entre 1979 e 1987 trabalhou no Centro de Estudos Africanos onde organizou o Centro de Documentação e foi co-fundador da “Oficina de História”. Publicou extensamente em Português e Inglês. É *webmaster* do “*Mozambique History-Net*”.

**Fernando dos Reis Ganhão (1937-2008)** - Historiador, foi militante da FRELIMO durante a luta de libertação, onde foi professor do ensino secundário. Durante o Governo de Transição foi nomeado pelo Presidente da República Samora Machel, reitor da então Universidade de Lourenço Marques, actualmente, Universidade Eduardo Mondlane (1974-1986). Depois que se aposentou passou a exercer as funções de Reitor da UDM-Universidade Técnica de Moçambique, de 1986 até à sua morte em 2008. Desempenhou um papel crucial na fundação do Centro de Estudos Africanos, assim como na transformação da Universidade depois da independência nacional de Moçambique.

**Gary Littlejohn** - Doutorado em Sociologia, foi Professor da Universidade de Bradford onde exerceu docência em Sociologia Comparada e foi chefe do Departamento de Estudos Económicos e Sociais. Foi membro de vários conselhos editoriais da “*Review of African Political Economy*”; “*Journal of Southern African Studies*” e “*Não Vamos Esquecer*”. Foi consultor em várias ocasiões, nomeadamente para *European Commission*, UN FAO; UNEP; PRIO (*International Peace Research Institute*, Oslo). Em Moçambique foi pesquisador do Centro de Estudos Africanos.

**Gessica Macamo** - Graduanda em ciência política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, pesquisadora júnior no Centro de Estudos Urbanos e coordenadora do projecto Diálogos de Cidadania Urbana.

**Isabel Maria Casimiro** - Doutorada em Sociologia, com formação graduada e pós-graduada em História e Estudos de Desenvolvimento, é Professora Associada e pesquisadora no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, onde coordena o Departamento de Estudos de Desenvolvimento e Género. Lecciona na mesma universidade em cursos de graduação e pós-graduação. Presidente do CODESRIA desde 2018, foi Presidente do Conselho de Direcção do Fórum Mulher, sendo ainda membro de várias redes feministas pelos direitos das mulheres. Com várias publicações em revistas científicas, é autora e co-autora de livros sobre mulher e género em Moçambique.

**Jacques Depelchin** - Doutorado em História, ensinou em várias universidades na América do Norte, na Tanzânia, Moçambique e Brasil, onde se radicou nos últimos anos. Durante a sua estadia em Moçambique, foi docente e pesquisador na Faculdade de Letras e no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, respectivamente. Conviveu de muito perto com Aquino de Bragança e desempenhou um papel fundamental na criação e dinamização da Oficina de História. Jogou igualmente um papel importante na formação dos jovens graduados moçambicanos que engrossaram as fileiras dos pesquisadores do CEA. Foi co-fundador e Director Executivo de OTA BENGA - *International Alliance for Peace* na República Democrática do Congo. Entre as suas publicações destacam-se particularmente: “Reclaiming African History”; “From the Congo Free State to Zaire (1885-1974)” e “Silences in African History”.

**Marc Wuyts** - Doutorado em Economia, é Professor Emérito em Economia Quantitativa Aplicada do *Institute of Social Studies (Erasmus, University of Rotterdam)* e Professor Visitante do REPOA (*Research on Poverty Alleviation*) e do ESRF (*Economic and Research Foundation*) na Tanzânia. No seu percurso como docente, entre outros lugares em África, ensinou na Universidade de Dar-Es-Salaam e na Universidade Eduardo Mondlane (Faculdade de Economia e Centro de Estudos Africanos) em Moçambique. No CEA, Wuyts trabalhou de perto com Ruth First e Aquino de Bragança na conceptualização do Curso de Desenvolvimento. É ainda colaborador do IESE-Instituto de Estudos Económicos e Sociais em Maputo.

**Robert Davies (Rob Davies)** - Doutorado em Estudos Políticos e com formação em estudos internacionais e economia, foi ministro do Comércio e Indústria na República da África do Sul (2009- 2019). Entre 2005 e 2009 havia assumido as funções de Vice-ministro do mesmo pelouro. Entre 1979 e 1990, Rob Davies viveu em Moçambique e trabalhou no Centro de Estudos Africanos onde se destacou pelos seus trabalhos de pesquisa sobre a África Austral. Com a queda do regime do *apartheid* regressou ao seu país de origem, a África do Sul, onde co-dirigiu o *Center for Southern African Studies* na Universidade de Western Cape.

**Teresa Cruz e Silva** - Doutorada em História Social pela Universidade de Bradford. Como docente e pesquisadora em História Social na Universidade Eduardo Mondlane, desempenhou funções na Faculdade de Letras, Curso de Formação de Professores, Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda e Centro de Estudos Africanos. Presentemente é ainda colaboradora do CEA. É membro de vários conselhos editoriais e científicos de revistas internacionais. Com várias publicações, os seus interesses de pesquisa centram-se em: movimentos nacionalistas e papel social da religião na África Austral; identidade, memória e história.

**Withney O. Sabino** - É graduanda em Ciência Política pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Actualmente é assistente de pesquisa no projecto “Diálogos em confronto: Trajetórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP: Guiné Bissau, Cabo Verde e Moçambique”. É co-pesquisadora da pesquisa-acção “Fortalecendo a legitimidade e representação das organizações da Sociedade Civil” uma parceira do IDS- Universidade de Sussex com o Fórum Mulher.

**Ximena Andrade Jorquera** - Geógrafa Económica, docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane, foi colaboradora do Centro de Estudos Africanos. É investigadora e formadora da WLSA Moçambique, desde 1990. Militante dos direitos humanos das mulheres, as suas áreas de interesse versam os direitos sexuais e reprodutivos, violência de género, administração da justiça, geografia do desenvolvimento. Tem várias publicações nas suas áreas de pesquisa.

# LISTA DOS ENTREVISTADOS

---

António Roxo Leão

Aurélio Rocha

Carlos Arnaldo

Carlos Manuel Rodrigues Serra

Carlos Nuno Castel-Branco

Isabel Casimiro

João Donato

José Mota Lopes

Manuel Tomé

Marcelino Liphola

Narciso Matos

Rui Baltazar dos Santos Alves

Sérgio Vieira

Yussuf Adam

# PREFÁCIO

---

“Identidades, Lembranças e Esquecimento: 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos”, resultado de uma feliz iniciativa de Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darch, três vigorosos protagonistas de uma história de desafios, convida-nos a uma mais que estimulante travessia por um tempo que se projeta em nosso presente. Temos diante de nós um conjunto de textos rigorosos que abrangem as quatro décadas, mas com bastante atenção aos anos da consolidação da instituição, que foram também aqueles em que a experiência de Moçambique como país se distinguiu pela sua originalidade e especificidade.

Assisti, a uma distância interessada, ao aparecimento de um centro de estudos que, na nossa universidade, se deveria debruçar sobre os problemas sociais do país e da região. Era a materialização de um projecto que, segundo me contou o Reitor Fernando Ganhão, numa conversa informal no início de 1976, estava finalizando com um grupo de estudantes de ciência sociais. Eu apoiei com entusiasmo a ideia, lastimando ter de manifestar ali a minha total indisponibilidade em apoiar o plano. O turbilhão de tarefas, problemas, projectos, obrigações burocráticas em que me achava envolvido, como de resto sucedia com os meus companheiros de governo, absorvia totalmente o nosso tempo e o foco da nossa atenção. Pude, mais tarde, conhecer e usufruir de alguns dos resultados do trabalho do Centro, mas não tive a oportunidade, para minha tristeza e prejuízo, de acompanhar a experiência que nos campos epistemológico e pedagógico se realizou. Este livro dá-me a dimensão de quanto perdi.

Diluído na memória e vivendo tempos que são, de certa forma, a negação deste grande laboratório do conhecimento, tenho-me apercebido, em conversas de dia a dia ou em comentários de terceiros, que algumas interrogações que então se erguiam e que o livro aborda permanecem vivos e objecto de acesas discussões, nem sempre fundamentadas no conhecimento da realidade dos factos. O meu lugar de fala não é, pois, de alguém que viveu o Centro, mas simplesmente de quem acompanhou e se beneficiou, tanto quanto me foi possível, da sua produção.

O Centro nasceu no rescaldo da Grande Festa que foi a independência nacional. Deu os primeiros passos, pela mão sábia do saudoso Aquino de Bragança, em tempos exaltantes e profundamente contraditórios dos quais só tem a justa dimensão da sua excepcionalidade histórica quem teve o privilégio de os viver.



O entusiasmo contagiante da grande maioria de moçambicanos alternava com a consciência da debilidade estrutural em que a dominação estrangeira deixara o país; o sentimento de liberdade e de orgulhosa soberania confrontava-se com a gritante falta de compatriotas qualificados para satisfazer as exigências essenciais da administração; a confiança cega nos libertadores, vencedores do colonialismo secular, não deixava esquecer a presença, nas fronteiras, de regimes racistas, violentos e militarmente poderosos. Todos tínhamos consciência de que havia uma imensa savana diante de nós que era imprescindível desbravar e, apenas colectivamente, nos sentíamos preparados para enfrentar o desafio. A certeza do passo decisivo que se acabava de dar parecia remover cada obstáculo. Tínhamos respirado finalmente o ar puro da liberdade e nos apercebíamos que havia sido descoberta uma nova fraternidade e que o seu futuro tinha de ser inventado a cada momento.

Novas exigências sugeriam e determinavam estruturas e instituições inovadoras. Elas surgiam no plano técnico, na área da economia, no campo da educação e cultura. As tarefas a enfrentar eram imensas. O Estado tinha de se organizar. A superestrutura política e jurídica de que ele era expressão servia os interesses do capital estrangeiro, da burguesia colonial, do sistema de exploração e pilhagem das riquezas do território. Era essencial subverter os seus fins, adaptar organização e métodos, impregná-lo de novos valores, adequá-lo aos quadros de que o país dispunha. A vontade de aprender, de conhecer, de se enriquecer cultural e cientificamente era muita. A pesquisa, muito solicitada por todos, ocupou um lugar importante na nossa Academia. Proliferaram as publicações científicas: “Arquivo”, “Trabalho de Arqueologia e Antropologia”, “Cadernos de História”, “Justiça Popular”, “Não Vamos Esquecer” que se juntavam aos “Estudos Moçambicanos”.

A falta de experiência de governação de alguns de nós, responsáveis, se por um lado levantava obstáculos nas respostas aos problemas que surgiam, por outro lado, abria o campo para soluções e experiências inovadoras que os colectivos, aos vários níveis, propunham. Os instrumentos teóricos eram importantes para sistematizar a criatividade do momento. Nesta conjuntura, para além dos grandes objectivos de defesa da unidade, da intensificação da produção e da defesa da revolução nacionalista, duas prioridades se impunham: aprofundar o conhecimento da realidade nacional e regional e formar quadros capazes de enfrentar o desafio do desenvolvimento. O Curso de Desenvolvimento, embora sem equivalência académica, ganhou rapidamente grande reputação na sociedade moçambicana e entre os responsáveis do Governo e Aparelho de Estado. Ter o diploma que atestava a frequência e conclusão do Curso era, naqueles anos, um certificado de garantia de competência e seriedade do quadro.

Aquino de Bragança e Ruth First, com capacidade dialética, souberam interpretar o momento que o país vivia ao trazerem para o CEA a competente contribuição de vários investigadores estrangeiros de nomeada. O carácter cosmopolita da instituição introduziu no debate académico moçambicano diferentes visões e experiências que, enriqueceram o colectivo e se traduziram na qualidade das pesquisas realizadas e dos textos produzidos. O rigor que Aquino e Ruth exigiam e esse carácter internacionalista do quadro de intelectuais do CEA foram importantes para que se criasse uma tradição de combate ao caminho fácil da opinião especulativa e se rompesse com a tendência ao fechamento em si de uma sociedade de sentimento nacionalista ao rubro e ameaçada do exterior.

Nos instigantes textos que compõem esta obra aprendemos os objectivos que, no CEA, se propunham, os problemas e frustrações que os seus investigadores enfrentaram como indivíduos e como instituição, os debates e as polémicas teóricas intestinas, as preocupações com o rigor do método, a importância conferida à pesquisa de campo, o compromisso com a formação de quadros que pudessem, no curto prazo, potenciar a capacidade das instituições enfrentarem os problemas mais prementes. Neles aprendemos como os investigadores do CEA responderam à mensagem de Ganhão no acto inaugural da instituição: “Sejam Livres”.

Apenas como seu indirecto beneficiário, era também respeito e orgulho o que eu sentia quando tinha acesso a um texto, a um relatório ou quando saía um novo número dos “Estudos Moçambicanos”. E se, deste lugar, hoje posso lamentar alguma coisa, foi a falta de agressividade do Centro na divulgação da sua produção entre os responsáveis aos vários níveis. Ela certamente estimularia o debate e a curiosidade lá onde imperava, por múltiplas e justificáveis razões, um conhecimento sectorial e, muitas vezes, empírico.

Os anos passaram e a nossa sociedade sofreu profundas alterações. O CEA representa para mim, como para muitos dos primeiros anos da independência, um marco de orgulho e soberania, mais um símbolo dos anos de aprendizagem da nação moçambicana. Como diz um aluno do Curso de Desenvolvimento, “foram grandes tempos e uma experiência inesquecível”.

À Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darsh, devemos agradecer muito pela organização deste livro que nos convoca à rememoração dos 40 anos de História do Centro de Estudos Africanos, recordando-nos com esse testemunho o quanto é importante para a democracia a existência de um pensamento crítico livre e de quanto é vital para a soberania nacional a existência de uma Investigação Científica que produza conhecimento rigoroso ligado à realidade do país. Este é um livro em que o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, fala de si, um livro de análise íntima e, de certo

modo, de reflexão autocrítica. Não há nele vestígios de memória celebrativa, mas não podemos ler estes textos sem sentir uma brisa de nostalgia por tempos em que o labor físico quotidiano e o trabalho intelectual se alimentavam da solidariedade, do espírito colectivo, do sonho.

### **José Luís Cabaço\***

- 
- \* José Luis Cabaço, Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, é Professor Emérito da Universidade Técnica de Moçambique, onde exerceu as funções de reitor (2009-2014). Foi ministro de Transportes e Comunicações e da Informação do Governo de Moçambique. Associado a várias universidades no Brasil e em Moçambique, tem várias publicações na área de ciências sociais, cultura, comunicação, política e cooperação internacional.

# INTRODUÇÃO

*Foi nessa altura, [1975] que eu, com um grupo de estudantes meus, que estavam na Faculdade de Letras, no departamento de História, pensámos em criar um centro que fosse um centro de investigação (...). Eu achei que quem podia desempenhar melhor esse papel era Aquino de Bragança, a quem eu convidei para fundar esse Centro de Estudos Africanos, o que aconteceu em 1976. E a Ruth First foi também convidada pelo Aquino de Bragança depois de termos discutido este assunto.*

Fernando dos Reis Ganhão, 2007

(Reitor, 1974-1986)

# IDENTIDADES, LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTO: 40 ANOS DE HISTÓRIA DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

*Teresa Cruz e Silva, Amélia Neves de Souto e Colin Darch*

O Centro de Estudos Africanos (CEA), uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), foi criado em 1976. Engendrada por Fernando Ganhão, primeiro Reitor da então Universidade de Lourenço Marques,<sup>1</sup> esta instituição foi fundada pela emblemática figura de Aquino de Bragança e um grupo de jovens colaboradores recém-graduados.<sup>2</sup> O CEA teve mais tarde a preciosa colaboração de Ruth First, que assumiu as funções de Directora de Pesquisa. Pelas mãos desta sábia e dupla direcção e, com o apoio quase incondicional do Reitor, o Centro transformou-se rapidamente numa instituição de referência com notoriedade internacional. É no seguimento deste reconhecimento e com o impulso inicial de Aquino de Bragança, que mais tarde se vai situar a cooperação que se desenvolveu com Fernand Braudel Center<sup>3</sup> que saiu beneficiada de uma certa identidade nas metodologias que ambos os centros partilhavam. Subsequentemente, outras acções de internacionalização do Centro tiveram o seu curso, a maioria das quais centradas nas suas linhas de pesquisa.<sup>4</sup>

---

1 Universidade Eduardo Mondlane depois de 1976. O actual CEA foi inspirado no Centro de Estudos Africanos criado em Lisboa, em 1951, por iniciativa de vários estudantes originários das colónias portuguesas em África, como, por exemplo, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade. Este centro seria encerrado pela PIDE poucos anos depois da sua criação.

2 Entre os recém-graduados convidados como o primeiro grupo de colaboradores de Aquino de Bragança na fundação do CEA em 1976, estavam: Luís de Brito, Eulália de Brito, Ana Maria Loforte, João Morais, Ricardo Teixeira Duarte, Maria da Luz Duarte, Amélia Muge e Teresa Cruz e Silva, e mais tarde, António Pacheco.

3 O Centro Fernand Braudel da Universidade de Binghamton, em Nova York, foi fundado em 1976 pela emblemática figura de Immanuel Wallerstein, e notabilizou-se pelos estudos económicos, sistemas históricos e civilizações.

4 Informação pessoal de José da Mota Lopes a Teresa Cruz e Silva. 16 de Março de 2017.

Desde logo vocacionado para a pesquisa em Ciências Sociais, com um programa multidisciplinar e transdisciplinar, que incluía o ensino e debate permanente de ideias e a divulgação de resultados, o CEA procurou sempre, responder aos problemas reais de Moçambique. São disso testemunho, os primeiros programas de investigação que situaram Moçambique no contexto da África Austral, trazendo para debate questões geoestratégicas de carácter regional.

José Mota Lopes referia que, nas análises que se faziam não só se considerava Moçambique como parte integrante da África Austral, como também da economia mundial, “e procurávamos levar sempre em consideração os aspectos e o impacto de uma e outra situação estrutural”.<sup>5</sup> Exemplos desses estudos podem ser encontrados em trabalhos como “O Mineiro Moçambicano” sobre o porto de Lourenço Marques, ou estudos sobre a África do Sul do *apartheid*, sobre a Rodésia/ Zimbábue e mais tarde sobre a Namíbia, para citar alguns, que marcam a dimensão das conexões regionais entre os vários países da zona austral do continente, e sua relação com a África do Sul.

Procurando responder aos problemas nacionais, o CEA desenvolveu vários estudos sobre questões centrais para Moçambique no âmbito do desenvolvimento económico e social, resultantes de estratégias e políticas governamentais e sua inserção regional.

As mudanças que se foram operando no país, como consequência de problemas internos e globais alimentaram os temas de pesquisa, que foram, conseqüentemente, sofrendo as alterações necessárias para questionar e tentar responder aos problemas reais. Neste contexto, não se pode ignorar a situação de guerra que assolou o país, cuja análise envolveu o CEA, sob direcção de Aquino de Bragança, embora circunscrito a um número muito restrito de investigadores.<sup>6</sup>

O curso em Estudos de Desenvolvimento e os cursos ministrados para as Faculdades de Agronomia e Veterinária, na UEM, como actividades de exten-

- 
5. Informação pessoal de José da Mota Lopes a Teresa Cruz e Silva, 16 de Março de 2017.
  6. De acordo com José Mota Lopes, numa informação pessoal fornecida numa entrevista a Teresa Cruz e Silva, a 16 de Março de 2017, “ (...) havia grande confidencialidade nestes trabalhos que se produziram, destinados, sobretudo “aos olhos ou, com frequência, aos ouvidos do Presidente”. Um desses trabalhos, segundo o seu testemunho, foi um longo documento sobre a “gênese dos bandidos armados”. É adianta: “De certo modo, os textos assim elaborados complementavam e por vezes desmentiam com rigor estritamente académico outras leituras da situação que chegavam à Presidência. Com muita frequência comunicámos análises e conclusões que iam frontalmente contra as ideias oficiais, dominantes ou estabelecidas. [No entanto], nunca esta escolha, teoricamente crítica, e nossas conclusões foram condenadas pelos destinatários (...)”.

são, que contaram com a colaboração de experientes pesquisadores e docentes recrutados nas melhores escolas de Estudos Africanos e, as actividades desta instituição e suas estratégias de trabalho, marcaram os anos iniciais deste Centro e criaram o capital social que foi apropriado pelas gerações de académicos que se seguiram. Numa vertente diferente, mas enquadrada ainda nas mudanças introduzidas no CEA sobre metodologias de pesquisa, é importante referir a *Oficina de História* nascida nestes primeiros anos de desenvolvimento do Centro, no seio da qual se formaram pesquisadores moçambicanos.

Mesmo que os contextos actuais sejam bastante diferentes dos anos de 1976-1985/6 e ao longo da década de 1990, o legado deixado pelos trabalhos realizados nesse período transmite ainda uma força viva às novas gerações de pesquisadores e constitui igualmente um capital social que ajuda a mover esta instituição de pesquisa.

Ao longo dos anos, o CEA, tal como outros sectores da UEM, formou um quadro de pessoal nacional. Actualmente, o Centro conta com pesquisadores e docentes seniores, a maior parte dos quais ocupa cargos de liderança a diversos níveis, e tem uma equipa de jovens pesquisadores em formação pós-graduada, uma vez que esta é ainda uma fase de transição entre diferentes gerações, tal como aconteceu entre os expatriados e os nacionais, nos meados da década de 1980.

Os programas estratégicos do CEA, elaborados a partir de finais dos anos 1990, foram orientados por “um paradigma informado pelos ideais de igualdade, justiça, responsabilidade e relevância social e contextual, que estabelece a linha de continuidade entre passado e presente quando se exige a procura das respostas mais adequadas a uma realidade concreta”.<sup>7</sup>

Em Janeiro de 2016, o CEA celebrou 40 anos de existência. O momento das celebrações espelhou não só o reconhecimento dos elementos fundadores da instituição, mas mostrou sobretudo a existência de uma instituição que apresentava novos elementos de carácter inter-disciplinar, bem como a passagem para uma liderança de académicos formados fora das tradições da segunda e terceira gerações de pesquisadores nacionais “gerados” na instituição, pelas experiências de pesquisa e de trabalho do CEA, onde a profunda simbiose entre teoria e prática, delineou vários momentos da formação dos pesquisadores nacionais.

A celebração dos 40 anos do CEA serviu assim de um *leitmotiv* importante para fazer um exercício de auto-reflexibilidade sobre os caminhos trilhados

---

7 Conforme referido no primeiro Plano Estratégico desenhado no CEA.

pelas ciências sociais, onde foi necessário desconstruir o legado colonial para construir novas metodologias, visões e abordagens das várias realidades por que passou e passa Moçambique. Este repensar, leva ainda a reconsiderar o significado e as transformações da instituição em diversos contextos nacionais e internacionais de mudança, que marcaram as décadas de 1980 e 1990, e o significado das dinâmicas de um “novo CEA” que nasce nos inícios de 2000, quando a liderança da instituição marca o que poderemos chamar de corte umbilical simbólico com as duas gerações de pesquisadores nacionais que “comandaram” os destinos do CEA, depois da morte de Ruth First (1982) e mais tarde, de Aquino de Bragança (1986). Mesmo assim, pode-se ainda considerar esta fase inicial como sendo um período de transição, já que os pesquisadores seniores do CEA tentaram manter alguns laços com as metodologias de trabalho e os ensinamentos que marcaram as décadas de 1980 e 1990, estabelecendo pontes entre momentos e espaços diferentes da história deste centro. Exemplos dessa situação podem ser encontrados na recuperação dos seminários regulares para apresentação de resultados de pesquisa e partilha de ideias. Não se pode, no entanto, ignorar que o processo contínuo de mudanças dos contextos, em que se insere uma instituição de pesquisa como o CEA, se reflectem nos desafios enfrentados e a perseguir nos campos metodológico e epistemológico, que obrigam o Centro a “reflectir constantemente sobre os processos de adaptação a novas situações”.<sup>8</sup>

Com esta obra pretende-se trazer uma contribuição para a história de um centro de pesquisa, através das memórias dos que participaram directa e indirectamente na sua construção. Por essa razão, o livro vai reflectir um olhar sobre o mesmo objecto visto de vários prismas, através de artigos científicos, entrevistas e depoimentos de antigos estudantes, professores e de alguns ex-directores do CEA e ex-reitores da Universidade Eduardo Mondlane, onde o Centro emergiu e cresceu. As narrativas que compõem uma parte significativa deste livro, atestam assim a forma como o testemunho de cada autor e/ou informador lida com as lembranças e o esquecimento, num processo de construção e reconstrução da memória. Consequentemente, são também diversas e por vezes diferentes as leituras que os distintos protagonistas fazem dos contextos em que decorreram as fases de desenvolvimento do CEA, uma diversidade que, se por um lado reflecte a forma como esta instituição nasceu e cresceu, por outro lado, reflecte também a riqueza dos debates que circulam em redor do Centro.

Uma parte importante das contribuições para este livro trata da trajectória de uma instituição, onde há um conjunto de informações construídas a partir de um forte sentido de pertença que marca as diferentes gerações que passaram

---

8 Ver entrevista de Carlos Arnaldo neste livro.



pelo Centro. A forma como as memórias são seleccionadas, entre a lembrança e o esquecimento, são também o reflexo dos contextos do presente que legitimam ou justificam os papéis desempenhados pelas instituições em determinados momentos, fixando assim um certo número de referenciais identitários, apropriados de formas diferentes pelos seus actores.

Uma vez que a intenção dos organizadores deste livro nunca foi produzir a história do CEA, os textos que a seguir se apresentam são uma colecção de lembranças de um passado recente, escritas em momentos diferentes, que pretendem, acima de tudo, preservar a memória de uma instituição, cujo papel se considera importante para a compreensão dos passos dados na pesquisa em ciências sociais, num processo não linear de desconstrução e construção. O percurso deste centro, reflecte os caminhos trilhados pelo ensino superior em Moçambique, onde os contextos políticos, sociais e económicos nacionais e regionais influenciaram fortemente o seu itinerário.

Depois de um prefácio e desta introdução, o livro está organizado em grandes temas que reflectem, do ponto de vista dos seus organizadores, o mesmo número de grandes marcos da história da instituição. Embora cientes que outras opções na interpretação da evolução dos acontecimentos que marcaram melhor ou pior a produção de conhecimento no CEA possam deslocar as “balizas” convencionadas pelos organizadores, estas foram assim acordadas por motivos operacionais, que permitiram organizar numa única obra um conjunto de textos produzidos em diferentes formatos, que vão de narrativas a diferentes análises, até à simples introdução de documentos escritos que marcam os períodos em referência. Neste âmbito, está-se assim concordante com Paul Ricoeur, que: “Pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da acção assim como os contornos dela” (Ricoeur, 2010: 455).<sup>9</sup>

O livro tem como ponto de partida a fundação do CEA (1976), no contexto da única instituição de ensino superior existente no país, a Universidade Eduardo Mondlane (então Universidade de Lourenço Marques) e os desafios colocados à produção científica em ciências sociais, por um país recém-independente (1975) e guiado por uma ideologia socialista.

Abrindo com um depoimento do primeiro Reitor da universidade depois da independência nacional, Fernando Ganhão,<sup>10</sup> os primeiros textos tratam ain-

---

9 Ricoeur, Paul (2010). *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP 3ª edição.

10 Seminário de um dia dedicado à memória de Ruth First, realizado em Agosto de 2007.

da de figuras marcantes na história da instituição, como Aquino de Bragança e Ruth First. São autores destes textos, Carlos Serra, Bridget O'Laughlin e Marc Wuyts.<sup>11</sup>

Os textos de Ganhão<sup>12</sup> e de Serra<sup>13</sup> produzidos em celebrações comemorativas de duas figuras que marcaram o rumo do desenvolvimento da pesquisa e ensino em Ciências Sociais em Moçambique são exemplos ilustrativos da forma como a memória deve ser permanentemente renovada para se manter viva, uma vez que ela não é espontânea (Nora, 1993).<sup>14</sup> O'Laughlin e Wuyts, por sua vez, e a partir das vivências de cada um no CEA, trazem reflexões que situam não só o contexto sócio-político e económico, que se vivia em Moçambique, como abordam questões ligadas aos desafios enfrentados pelo ensino e a pesquisa no ensino superior, ao longo de quase duas décadas, bem como o papel desempenhado por Ruth First e Aquino de Bragança. Com estes trabalhos, estes dois autores, não diferindo de Ganhão e Serra, reavivam e renovam a memória institucional e o cunho individual imprimido pelos primeiros directores e os pesquisadores que participaram na definição das linhas de pesquisa e métodos de trabalho vigentes.

O agrupamento de textos, que se segue, procura representar alguns momentos simbólicos, que marcaram a história do Centro de Estudos Africanos, com narrativas ligadas ao curso de Estudos de Desenvolvimento, reunidas num texto da autoria de Amélia Neves de Souto. Para marcar outras faces da história deste centro de pesquisa, Gary Littlejohn e Colin Darch trazem uma análise sobre a *Oficina de História* e outras actividades do CEA. Colin Darch, por sua vez, apresenta um breve mas incisivo texto sobre as publicações académicas do CEA (1980-2004).<sup>15</sup>

É importante realçar como Amélia Neves de Souto trabalha as narrativas de vários protagonistas do curso de estudos desenvolvimento do CEA, mostrando mais uma vez as diferentes formas de apropriação dos ensinamentos deste centro de pesquisa, num revisitar, que cada um faz às marcas mais importan-

---

11 Carlos Serra frequentou o primeiro curso de Estudos de Desenvolvimento do CEA, enquanto Wuyts e O'Laughlin foram docentes e pesquisadores do Centro.

12 Celebrando Ruth First numa conferência de homenagem à directora de pesquisa do CEA.

13 Celebrando a figura e o papel de Aquino de Bragança homenageado com um Doutoramento Honoris causa pela Universidade Eduardo Mondlane.

14 Nora, Pierre (1993) "Entre História e Memória: a problemática dos lugares". In: *Revista Projecto de História*. S. Paulo, v.10, pp.7-28. Tradução para português a partir de Nora, Pierre (1984) "Entre *Mémoire et Histoire*". In Nora, Pierre, *Les Lieux de la Mémoire*. Paris: Gallimard.

15. Este texto é uma edição da transcrição da comunicação de Colin Darch ao seminário comemorativo dos 40 anos do CEA, realizado em Maputo, em 2016.

tes da recuperação e reinterpretação dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, Colin Darch e Gary Littlejohn mostram outras formas de interpretação dos percursos do CEA, numa visão que leva a descortinar áreas menos conhecidas do trabalho desta instituição.

O estudo de Moçambique no contexto da África Austral no período que antecedeu a queda do regime do *apartheid* constituiu um dos aspectos impulsionadores das discussões e estudos que se realizavam no CEA, desde a sua fundação, como transparece nos textos de O'Laughlin e Wuyts apresentados na primeira parte do presente livro.

No âmbito de uma economia regional e de um clima de tensão político-militar que rodeava a maior parte dos países vizinhos de Moçambique, era fundamental compreender as dinâmicas locais por forma a perspectivar os cenários futuros. A criação do Núcleo de Estudos da África Austral no CEA (mais tarde transformado em Departamento), que foi vital para a sua internacionalização enquanto instituição, marcou um período importante dos estudos realizados neste Centro. Rob Davies, cidadão sul-africano e uma das figuras emblemáticas deste departamento, numa entrevista concedida a Colin Darch, que constitui a secção seguinte deste livro, situa o papel desempenhado por estes estudos a nível nacional e internacional, através do seu percurso como académico e, particularmente, a partir do seu olhar sobre Moçambique e seu trabalho de pesquisa no CEA.

Em 1982, Ruth First é assassinada no seu gabinete de trabalho no CEA, através de uma carta-bomba. Em 1986, morre Aquino de Bragança, na queda do avião em que seguia o Presidente Samora Machel. São dois acontecimentos que marcam profundas mudanças na liderança da pesquisa no CEA, como alguns dos textos deste livro testemunham.

A queda do regime do *apartheid* nos inícios da década de 1990 leva a profundas mudanças políticas na região austral de África, com impactos nos temas de estudo do CEA que, gradualmente (se se exceptuar o caso da Namíbia), passa a concentrar-se em estudos sobre Moçambique. O texto que se segue, da autoria de Isabel Casimiro, Catarina Casimiro Trindade, Ximena Andrade, Withney Sabino e Gessica Macamo, através do percurso dos estudos sobre mulheres e género realizados no CEA e outros sectores da UEM, ilustra as formas como o passado e o presente se interligam, trazendo para debate questões teóricas para reflexão, em função do seu enquadramento histórico (1990-2018). Uma reflexão sobre o presente, centrada numa entrevista a Carlos Arnaldo, actual Director do CEA, mostra como o legado deste Centro pode ser re-enquadrado no contexto actual, para garantir uma produção científica de qualidade, sem deixar de apontar os desafios e obstáculos a enfrentar.

O livro encerra com uma reflexão de Jacques Depelchin, em jeito de proposta para futuras pesquisas, com um enfoque na emancipação da humanidade, através de uma descolonização do pensamento. Contudo, este autor reconhece que o caminho a percorrer ainda é longo.

Consta ainda, como anexo, um conjunto de documentos que procuram testemunhar, de forma modesta, os 40 anos do CEA e sua inserção na UEM. Cópias de documentos originais, recortes de jornais, exemplos de textos utilizados nas aulas do Curso de Desenvolvimento, assim como, testemunhos das actividades realizadas por alguns sectores do Centro, entre 1979 a 1980, fazem parte deste anexo.



## PARTE I

---

# A FUNDAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

*Aquino gostava de falar, mas nunca sobre si... ele acreditava que as perguntas são mais importantes do que as respostas, e as suas eram sempre mais cultas, esclarecidas e empáticas do que as nossas*

Anna-Maria Gentili, 2012  
(Pesquisadora do CEA, 1980-1983)

## A CRIAÇÃO DO CEA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA: O LEGADO DE RUTH FIRST<sup>16</sup>

*Fernando dos Reis Ganhão*

Gostaria de agradecer a todos que, com certeza, me irão acompanhar a seguir, mas com a minha espontaneidade e com o auxílio da minha memória, já fraquejante, me permitirão recordar a fundação do CEA e Ruth First e, a colocar naquele papel importante e estratégico que ela desempenhou nesta Universidade. Ela não foi apenas uma investigadora, mas uma intelectual, embora ela não gostasse de o ser. Ruth foi militante das causas da liberdade e uma lutadora *anti-apartheid*. Ela desempenhou um papel relevante, que eu vou tentar resumir e, do qual ela estava consciente, porque várias vezes ambos falámos disso.

Quando cheguei a Moçambique em 1975, acabava de regressar da Polónia, depois de um longo período de “exílio”. Eu vinha muito traumatizado. Cheguei à Polónia depois de ter sido “expulso” de Tanzânia,<sup>17</sup> uma história que penso a maior parte de vocês já conhecem. Na altura, a Polónia vivia um mau momento, difícil a nível da universidade. Em Maio de 1968, a intelectualidade desencadeou em França um movimento que se alastrou por toda a Europa, um movimento de contestação sobre a mediocridade em que as universidades

---

16. Transcrição editada de um depoimento de Fernando dos Reis Ganhão, primeiro Reitor da Universidade de Lourenço Marques (Universidade Eduardo Mondlane) depois da independência nacional de Moçambique, por ocasião da conferência *Em memória de Ruth First*. Maputo, CEA. 2007.

17. Referindo-se à crise que ocorreu no Instituto Moçambicano em Dar-Es-Salaam, envolvendo questões de ordem rásica, que levou Eduardo Mondlane, por questões de segurança, a enviar Ganhão (e outros quadros) para o exterior, onde continuou os seus estudos.

estavam mergulhadas (...), especialmente na área da investigação. Isto vai também ter um reflexo em outros países europeus. Havia sido desencadeado, como um movimento e... toda a gente esquece a origem do Maio de 1968... este movimento foi desencadeado porque havia uma perseguição de todos os intelectuais polacos, portanto estavam a ser vítimas. Eu cheguei no rescaldo disso. Eu tive a ocasião de verificar, durante o período em que vivi lá, que a investigação, como área das ideologias das Ciências Sociais, era totalmente utilizada pelo poder político. Nesse contexto, eu observava as lutas dos intelectuais. Por um lado, uns tiveram que desistir ou tiveram que se calar. Por outro lado, outros comprometeram-se [com o sistema]. E o desfecho foi um estrangulamento da capacidade de pensar. Quer dizer ... recordo-me muito bem de alguns dos meus professores que falavam com amargura sobre a dificuldade de editar os seus escritos e seus livros, já que havia uma comissão de censura. Assim, eles verificavam a percentagem de citações de Karl Marx, ou o que referiam sobre outros marxistas, etc... Era um exercício muito difícil, quer dizer, falacioso ... que os intelectuais polacos tinham que fazer. E por isso andavam muito amargurados. E, de facto, não conseguiram investigar perfeitamente, e com rigor, a realidade social. Eu tive consciência disso quando estive lá (...).

Mas voltando ao CEA, depois da independência, os futuros docentes moçambicanos e pesquisadores do Centro de Estudos Africanos eram meus estudantes do Departamento de História. Foi nessa altura, [1975] que eu, com um grupo de estudantes meus, que estavam na Faculdade de Letras, no Departamento de História, pensamos em criar um centro que fosse um centro de investigação. Eu digo investigação, no sentido positivo da palavra. Eu achei que quem podia desempenhar melhor esse papel era Aquino de Bragança, a quem eu convidei para fundar esse Centro de Estudos Africanos, o que aconteceu em 1976. E a Ruth First foi também convidada pelo Aquino de Bragança depois de termos discutido este assunto.

Eu conheci Ruth First por volta de meados de 1960, quando eu estava em Dar-Es-Salaam, através da leitura de um livro da sua autoria. Tratava-se dos 117 dias de Ruth First,<sup>18</sup> que me fascinou de facto. E depois, de uma forma esporádica, ouvi falar de Ruth First, mas foi quando regressiei a Moçambique e passei por Tanzânia em 1975, que mais profundamente me apercebi do trabalho dela. Na altura, havia uma visita à Universidade de Dar-Es-Salaam... [Recordo-me] que havia lá um centro, com um departamento de pós-graduação... nesse importante centro de investigação... mas as estruturas dos cursos e dos graus em Tanzânia são diferentes dos nossos. Quer dizer, depois do

---

18. Referindo-se à obra: *117 Days: An Account of Confinement and Interrogation Under the South African 90-Day Detention Law*, publicado em várias edições.



Bacharelato as pessoas faziam outros cursos e pós-graduações. Na altura, ouvi falar do Centro de Estudos de Desenvolvimento. Era um departamento muito importante e que desempenhava um papel igualmente importante na política da Tanzânia porque tocava precisamente nos aspectos mais candentes das opções que tinham sido feitas pelo Governo, que na altura estava em maré baixa. Refiro-me à opção que tinha sido feita na decisão de Arusha. O processo da Arusha que falava do “Socialismo Africano” que Nyerere tinha desenvolvido naquela altura e que, se encontrava com muitas dificuldades. Foi onde nós nos inspirámos para realizar muitas coisas. Pode se dizer, portanto, que lá encontrei questões da actualidade e grandes investigadores que eram colegas de Ruth First. Ela não estava em Dar-Es-Salaam naquela altura em que lá passei. Mas estavam lá: David Wield, e estava também Marc Wuyts<sup>19</sup>, com quem falei muito directamente e pedi uma colaboração.

Olha, eu sabia quando é que ia sair de Dar-Es-Salaam para Moçambique, sabia que era em Outubro de 1975 e já sabia que havia de ser Reitor da Universidade Eduardo Mondlane. Eu viria depois a ser nomeado oficialmente em Dezembro, mas a minha posição já tinha sido decidida, numa conversa que tivera com Samora Machel. Portanto, fiquei aqueles meses de Outubro, Novembro e a maior parte de Dezembro a conhecer a Universidade, a visitar a Universidade e tornei-me docente de História na Faculdade de Letras e, assim fiquei cá. E eu era uma personagem “vinda do frio”. Nessa altura, me recordo, se faziam sessões de esclarecimento. A FRELIMO realizava as sessões de esclarecimento no bairro de Sommerchild, em que estava a alta burguesia, e era necessário realizar o trabalho. Mal eu cheguei aqui em Outubro, uma das coisas que fizeram foi apresentaram-me lá e, no meio “daqueles pretos todos”, aparecia eu, “branco”, como membro da FRELIMO, o que fazia sensação.

Eu chegava depois de largos anos fora e a falar mal português, pois falava só polaco e outras línguas. Mas a certa altura tive que falar, disse qualquer coisa. E quando acabou a sessão, uma senhora veio ter comigo e disse: vê-se que essa não é a sua língua materna, mas fala tão bem português. Onde é que aprendeu a falar português? Foi em Moscovo? Portanto... era um homem “vindo do frio”... portanto... era meio suspeito!!

Eu estava perfeitamente consciente que não havia uma tradição de Ciências Sociais em Moçambique. Na Faculdade de Letras de então, existia um departamento da História. Era o quê? Era mais retrógrado sob ponto de vista de pensamento e além de ser ideologicamente negativo. Então, eu tive que criar uma, quer dizer ... não iria importar da União Soviética, nem de outro país,

---

19. Ambos vieram a ser docentes da UEM e colaboradores do Centro de Estudos Africanos, durante a gestão científica de Ruth First.

mas estava perfeitamente disposto a fazê-lo. Aqueles negavam a existência de Ciências Sociais que não fosse parte do Materialismo Histórico ou Materialismo Dialéctico. Então, discutindo com várias pessoas, entre as quais Aquino de Bragança, nós achamos que a pessoa ideal para trazer ao Centro de Estudos Africanos seria a Ruth First. Ela, na altura, se encontrava muito amuada ... amuada com o marxismo... amuada com o Partido Comunista Sul-africano, por razões que eram dela própria... e que nós conhecíamos.

Eu pensei que... um espírito tão livre, tão rigoroso no processo de pensamento, tão basicamente consubstanciado no conhecimento concreto da realidade de África Austral, seria a melhor opção para criar os alicerces de uma escola da Ciências Sociais em Moçambique. E eu convidei-a para fazer o primeiro projecto de investigação do Centro de Estudos Africanos que acabávamos de criar: o “Mineiro Moçambicano”,<sup>20</sup> que era um dos assuntos mais candentes da época. Nessa altura, o acordo referente aos mineiros moçambicanos tinha sido quebrado pela África do Sul. No processo de desenvolvimento de Moçambique, esse acordo que havia sido assinado com a África do Sul garantia a balança comercial do país.<sup>21</sup> Ruth First aceitou e veio, e trabalhou com jovens moçambicanos, muitos dos quais estão aqui. Muitos deles também participaram na elaboração da versão número 1 de *Estudos Moçambicanos*. Recordo-me neste momento de vários nomes, alguns dos quais estão aqui, mas não vou enumerá-los porque são tantos... e por isso não vou enumerá-los. Se eu enumerar uns, alguns vão dizer que tenho alguns particularismos... eles estão aqui. Digamos que com eles, formámos a primeira escola de Ciências Sociais, a “escola primária” onde aprenderam os fundamentos básicos.

Recordo-me que tinha sessões semanais de trabalho com a Ruth First e com Aquino de Bragança e que eram de uma grande importância, porque Ruth dava a metodologia de investigação científica e introduzia novas formas no processo de ensino-aprendizagem. Nós estávamos habituados aquela concepção de aulas magistrais, éramos agentes passivos do processo de ensino-aprendizagem. Ruth First introduziu uma nova dinâmica, a dinâmica de trabalho, através dos textos de apoio que as pessoas tinham que discutir. Portanto, as aulas de metodologia eram precedidas e continuadas pela leitura de inúmeros textos de apoio. Eram clássicos marxistas, mas não era um marxismo catequista, tal como era representado nas publicações que nos mandavam dos diferentes países, o que, de facto, criou uma adesão extraordinária na juventude sempre generosa, que estava perfeitamente aberta a essa influência positiva de

---

20. Para mais informações, veja o Prefácio e a Introdução da obra *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (1998) Maputo: CEA e uma reedição (2015), Recife: UFPE.

21. Idem.

que foi objecto. E, *O Mineiro Moçambicano* foi um ensaio, como projecto de investigação. Mas foi menos bem acolhido pela estrutura do poder. Mas os que estavam ao nível do topo tinham que ouvir estas coisas. Quem não gostava de trabalhar também não foi bem visto e foi sobretudo muito mal visto pelas estruturas do partido Frelimo recém-criado. Os míopes são sempre partidistas do que falam. Eram intransigentes, eram intolerantes e, sobretudo intransigentes a novos métodos. Faziam parte dos que apareceram ali como defensores de uma verdade que era indiscutível. Quer dizer, *O Mineiro Moçambicano* não tinha aquela percentagem de Marx ou de Lenine ou de outros marxistas, por isso, não era olhado assim... quer dizer... eram os da Embaixada X ou os da Embaixada Y que falavam comigo ou que pediam para falar comigo... Por fim, viam que, infelizmente essa era a realidade que tinha que ser aceite. E eu sempre defendi, sempre disse às pessoas como Aquino de Bragança: sejam livres, vocês não fazem parte de nenhum processo político! Sejam livres e façam o vosso trabalho de acordo com a vossa capacidade científica e consciência, e sei que são limitantes. Mas eu conheço os vossos pressupostos e estou de acordo com os vossos pressupostos e sei qual é a motivação que vos leva a fazer a investigação e de trabalhar com as Ciências Sociais.

Na altura eu dizia que: “vou vos apoiar e dentro do apoio privilegio a ajuda, sobretudo dentro da Universidade”. E ... muitos deles estão aqui. Daí, o Centro de Estudos Africanos destacava-se. E era muito incómodo precisamente porque se guiava apenas pela liberdade, pela sua consciência e dizia aquilo que muitas vezes era incómodo. E Ruth First não era tão humilde nesse sentido. Era uma mulher muito lutadora e não abdicava daquilo em que ela acreditava. Eu tive uma luta difícil com ela nas sessões de trabalho. Eu estava entre duas espadas, mas tinha consciência do papel que eu próprio desempenhava. Não se tratava de defender o meu tacho, mas tinha uma responsabilidade, e nem sempre era fácil trabalhar com ela. Quer dizer, uma das coisas que eu aceitei, era que o país tinha sempre que lutar... e era necessária a criação de uma equipe de trabalho. Mas nesse processo, acusaram-me sempre e diziam-me: “porque vocês não arranjam quadros de países socialistas, será que é algo proibido? Porque é que vem só esses da África do Sul e da Europa, como da Inglaterra?” Quer dizer, houve discussões mesquinhas. Eu disse à Ruth First: “crie a sua equipe de acordo com as suas possibilidades”. Ela teve sempre essa margem de liberdade porque o Centro de Estudos Africanos foi o primeiro sector da Universidade que eu descentralizei. Ela tinha uma dinâmica, capaz de obter fundos para a investigação científica e eu deixei que fosse ela a gerir esses fundos. Não pus a direcção de finanças da Universidade a gerir esses fundos. Quando ela morreu, foi uma dificuldade porque muito dinheiro do centro estava nas contas dela ... Foram questões difíceis.

Portanto, Ruth First desempenhou um papel importante nesses anos. E eu disse-lhe, muitas vezes, que devia criar fundamentos para uma escola de Ciências Sociais em Moçambique. E o pensamento dela era simples ... Quer dizer, já era profundo: “Ciência para o Desenvolvimento”. E essas palavras ... resumiam então aquilo que era o projecto de Ruth First. Era rigorosa, era intransigente, e muitas vezes a intransigência dela incomodava as pessoas. Eu sempre lhe ofereci apoio, mesmo um mês antes da morte dela. Tínhamos organizado um seminário da UNESCO, que desejava criar um Centro de Ciências Sociais da África Austral. Como ela estudava a problemática da luta contra o *apartheid* e a problemática da África do Sul, eu achei que tendo o Centro de Estudos Africanos aqui, grandes investigadores moçambicanos e de outras nacionalidades, a Universidade Eduardo Mondlane seria o local ideal para alojar esse centro. Tinha ali muitas vantagens. Então, organizei, junto com a UNESCO, esse seminário, que foi em Agosto de 1982, com pessoas de outras universidades.

Só que, quem veio da parte da UNESCO para dirigir o seminário foi a senhora Marion O’Callaghan. E donde vinha essa senhora? Vinha lá das Antilhas e tinha outras ideias sobre qual deveria ser o papel das Ciências Sociais, que eram diferentes das ideias da Ruth First. Por isso, pegaram-se as duas em briga ali assim, naquele seminário. Depois também outros tomaram partido e eu sei que no final daquilo, foi um fracasso e eu fiquei muito zangado com ela. Depois a Ruth apareceu lá na minha casa de moto próprio e disse: “Bem ... lamento, sei que com essa nossa *performance*, nós não ganhamos, quer dizer, com a nossa concepção ... mas perdemos; mas nós vamos fazer deste centro um rival à altura daquilo que vier a ser criado, onde quer que seja”. E foi a última vez que eu falei com a Ruth First porque no dia seguinte ela foi morta, assassinada brutalmente. Eu soube que aquela carta<sup>22</sup> tinha sido enviada pela polícia do *apartheid*.

Ruth First é para nós uma referência até hoje. Por isso, estou muito satisfeito que esta homenagem seja feita [em sua memória] e que os jovens cientistas sociais presentes em Moçambique se reportem a ela como ponto de partida.

Hoje em dia, esta liberalização em que nós vivemos leva-nos também à liberalização de sentimentos e do pensamento, no sentido negativo da palavra. Eu penso que o marxismo, como filosofia, continua a ser uma via única que possibilita entender o mundo. O marxismo como prática política foi um fracasso.

---

22. Carta bomba que vitimou Ruth First no seu escritório, no Centro de Estudos Africanos, em Agosto de 1982.

A realidade é essa. Não é por isso que nós devemos tirar os livros de Marx das nossas bibliotecas como eu já algumas vezes tive ocasião de ver, aqui na Universidade Eduardo Mondlane. Para já, não aparecem nas bibliografias que são dadas aos estudantes, nem aqui, nem em nenhuma outra Universidade, inclusive na minha.<sup>23</sup> Posso dizer mais. Ruth First tinha essa capacidade e foi uma pessoa que naqueles anos setenta, nos meados dos anos setenta, quando a intelectualidade estava em crise, quando a intelectualidade marxista estava em crise... tinha havido uma crise na Hungria em 1956, depois na Checoslováquia em 1968, o que criou grandes clivagens e descrença de muitos intelectuais, sobre a possibilidade de concretização do marxismo na sua versão marxista-leninista. Mas, Ruth First continuava a usar os instrumentos intelectuais do marxismo, mas tinha consciência que a prática de aplicação em nome do marxismo tinha sido um fracasso, sobretudo nas Ciências Sociais. Trazia grandes dificuldades aos investigadores e, ela tinha consciência disso. Nós tínhamos consciência disso. Foi nesses limites que nós trabalhamos e ela criou uma grande geração de intelectuais e de investigadores que hoje são o suporte da investigação social em Moçambique. É a glória dela e penso que devemos estar muito reconhecidos por isso. Eu, particularmente, tinha uma grande admiração por ela e tinha uma aproximação a ela, praticamente ao longo dos anos.

Como já disse, eu tinha todas as semanas um encontro de trabalho com ela. Quer dizer, discutíamos mais vezes. Algumas vezes estávamos de acordo e outras vezes não chegávamos a um consenso. Portanto, recordo-me com muita saudade dela, e é isso que eu queria dizer, muito obrigado!

---

23. Referindo-se à Universidade Técnica de Moçambique (UDM) onde era reitor, na altura.

## ELOGIO ACADÉMICO DE AQUINO DE BRAGANÇA<sup>24</sup>

*Carlos Serra*

### O duplo problema das biografias

Existem dois problemas na produção de biografias: por um lado, a totalização e a unificação do “eu” de alguém; por outro, o destaque dado a este ou aquele fenómeno, a esta ou àquela situação.

A totalização e a unificação do eu consiste em sublimar no absoluto o percurso biográfico de alguém. O percurso histórico de alguém, consiste em dotar esse alguém da capacidade absoluta de se auto- produzir e auto-reproduzir, como se, demiurgo, dispensasse a história, dispensasse o conjunto complexo de movimentos e laços que fazem a teia sem fim da história humana. Mas não só. Frequentemente, somos tentados a absolutizar este ou aquele aspecto da vida do biografado, este ou aquele momento, esta ou aquela faceta da personalidade, como se o biografado pudesse ser amputado dos múltiplos aspectos que o fazem “ele” na história social. No caso de Aquino de Bragança, seria fácil seccionarmos a sua vida e elegermos facetas específicas do género “o cientista”, “o jornalista”, “o diplomata”, “o homem de fala elegante”, etc.

Nesta intervenção, tentarei evitar os dois problemas, trabalhando não tanto com a biografia de Aquino de Bragança, não tanto com aquilo que foi e fez, quanto com (permitam-me dizer o que vou dizer) o seu papel de espelho vivo e brilhante da história do nosso país, história em seu duplo sentido: parte de nós e parte dos outros, nacional e internacional, história, afinal, da humanidade, rica e múltipla, que somos neste Moçambique abraçado pelo Índico.

---

24 Este texto foi escrito em 2013 e lido nesse ano na cerimónia de outorga do Doutoramento *Honoris Causa* a Aquino de Bragança, realizada em Maputo no Centro Cultural Universitário da Universidade Eduardo Mondlane.

## **Entre a história universal e a história local: Aquino como ponto de intercepção e ampliação**

Aquino de Bragança nasceu em Goa, um concelho do distrito de Goa Norte. Filho da milenar cultura da Ásia indiana, mas também filho da cultura portuguesa que habitava a Índia desde o século XVI, Aquino de Bragança trouxe e traz para a nossa cultura o selo da multiculturalidade.

Goa é especialmente importante para a história do nosso país, em particular a partir do século XVIII. De Goa vieram muitos dos primeiros-oficiais mecânicos, dos ourives, dos medidores de ouro, dos funcionários dos correios e dos proprietários de terras que trabalharam e se fixaram na Ilha de Moçambique, no vale do Zambeze e na então Lourenço Marques. De Goa vieram, a partir do século XX, médicos, engenheiros, arquitectos, etc.

Aquino de Bragança, que viajou um bocado pelo mundo, europeu e africano, era, afinal, um filho da humanidade, era habitado por inteiro pela humanidade, pela multinacionalidade. Aquino de Bragança era e é o ponto de intercepção entre a história universal e a história local.

Mais do que Aquino de Bragança ele-mesmo, Aquino de Bragança era e é a história múltipla, a história-horizonte.

### **Do físico e do engenheiro químico ao cientista social**

Aquino de Bragança estudou física e engenharia química. Fazer parte do mundo das chamadas ciências exactas parecia ser o seu destino. Porém, esse destino teve outro rumo.

Hostil ao colonialismo, hostil a todas as formas que magoavam física e mentalmente os seres humanos, Aquino de Bragança aprendeu a caminhar - partilhando-a, vivendo-a - pela história das libertações nacionais, pela história dos movimentos de libertação nacional das então colónias portuguesas, designadamente em França, Marrocos e Argélia. Foi nesse húmus, foi sob o êmbolo das lutas de libertação, que Aquino de Bragança passou das ciências ditas exactas para as ciências sociais, trilhando igualmente o jornalismo.

Foi como cientista social que Aquino de Bragança foi em 1976, pelo então Reitor, Fernando Ganhão, nomeado Director do Centro de Estudos Africanos.

Afinal, se a sua real pátria não tinha fronteiras físicas, a sua real ciência não tinha fronteiras epistemológicas.

## **Moçambicanização pela luta de libertação**

Existem duas maneiras de sermos cidadãos de um país: a formal e a real. Na nacionalidade formal, o bilhete de identidade é o documento aferidor. Na nacionalidade real, várias situações e vários fenómenos podem ser decisivos.

No caso de Aquino de Bragança, foi a luta de libertação, foi a luta por um futuro social digno que o levou a se moçambicanizar.

Cidadão asiático, cidadão de Goa, cidadão do mundo, cidadão da liberdade e da dignidade dos povos, Aquino de Bragança tornou-se moçambicano, moçambicano produzido e reproduzido pelas lutas de libertação em geral e pela luta de libertação do nosso país em particular.

Este é mais um campo que prova a dialéctica das biografias: fazemos a história porque somos feitos por ela.

## **Dois tipos de luta de libertação: a nacional e a social**

Existem dois tipos de lutas de libertação: a nacional e a social. No primeiro caso, o fundamental consiste em libertar um país do jugo colonial de uma potência estrangeira, mantendo, porém, intactas, as relações sociais de produção e distribuição. Por outras palavras: trata-se da mera substituição dos gestores estatais estrangeiros pelos gestores estatais nacionais. No segundo caso, o fundamental consiste em libertar duplamente um país, seja do jugo colonial, seja do jugo das relações sociais de produção e distribuição vigentes. Por outras palavras: trata-se da substituição dos gestores estatais estrangeiros e do modelo vigente de produção e de reprodução da vida por novos tipos de gestores, tendo em vista a construção de uma sociedade mais solidária, menos injusta.

A história da luta de libertação do nosso país foi, exemplarmente, o exercício do segundo tipo de libertação. Na verdade, foi questão não apenas de substituir o colonizador, mas também, o sistema social por ele produzido; importou tanto descolonizar as mentes quanto dessocializar o colonialismo.

Aquino de Bragança foi o espelho reflector desse tipo de libertação, escrevendo sobre a história desse tipo de libertação e das suas lutas internas, tal como procurarei mostrar brevemente a seguir.

## **O marxismo de Samora**

Entre os muitos textos aquinianos, encontra-se um que, em meu entender, merece ser imperativamente recordado.



Chama-se "O Marxismo de Samora", apresentado num congresso de sociologia realizado em Upsala, Suécia, e publicado em 1980 em "Três Continentes". Esse trabalho é um excelente espelho da complexidade da luta de libertação nacional e dos primeiros anos da nossa independência.

Na transformação da luta armada em revolução e na luta contra a "noite colonial" (sic), Aquino destaca a luta das duas linhas na Frente de Libertação de Moçambique. Vou citá-lo:

*(...) É então que a luta armada se transformará em Revolução como "um rio que, à medida que avança, engrossa incorporando novas forças e atira progressivamente para as margens as impurezas que transporta" (Samora Machel).*

*Não se trata de traçar aqui o histórico deste combate contra a "noite colonial" mas de nos interrogarmos sobre o seu desenvolvimento irregular, sobre as crises periódicas que culminam na radicalização e na tomada de consciência de luta de classes e permitem a emergência de um pensamento marxista em Moçambique.*

*Duas linhas "antagónicas" coabitam no seio da FRELIMO e dividem a organização desde a sua criação: os "nacionalistas do exterior", durante muito tempo separados do país, defendem a "retomada do diálogo com a metrópole colonial" e apelam para que a ONU "faça pressão sobre o governo de Lisboa" a fim de o levar a conceder a independência a Moçambique. Por outro lado, o grosso dos "militantes do interior", que se juntam à FRELIMO depois da sua criação, conhecem a situação real do país e alinham, pelo contrário, com as teses de Mondlane (Bragança, 1980:45).*

Há uma pergunta importante a fazer, que é esta: contra quem era dirigida a luta, contra o quê foi preparada a revolução? Vou novamente citar Aquino:

*Desde a sua criação, a FRELIMO dá a esta pergunta uma resposta original. Dado que, segundo Samora, não há "nem bons em maus colonialistas", o inimigo a abater é o "sistema colonial-fascista" e não o "povo português", vítima ele também da opressão fascista.*

*Ao precisar no seu 1º Congresso (23-28 de Setembro de 1964) que fixou por tarefa "pôr fim à exploração do homem pelo homem" pela liquidação das relações capitalistas e imperialistas no país, a FRELIMO tinha definido estrategicamente o inimigo em termos de classe.*

*É com o desencadear da luta armada e as novas contradições que vai suscitar no seio da sociedade colonial que as respostas se vão encontrar (Bragança, 1980: 46).*

Na luta das duas linhas, Aquino salienta o que chamou “crise da gerontocracia tradicional”. De novo citando-o:

*(...) A ascensão dos jovens, que estão todavia à altura de assumir a direcção do movimento, é assim bloqueada pelos velhos, investidos da autoridade formal e que esperam preencher o vazio deixado pelo ocupante e recolher a herança colonial. É a ala **reformista** que se prepara, como algures em África, para se substituir ao ocupante ao mesmo tempo que quer “**manter intacta a máquina político-administrativa colonial**” (comunicado do Comité Central de Maio de 1970). Em suma, é a crise da gerontocracia tradicional - o pôr de novo em questão pela “jovem geração armada” uma sociedade hierarquizada e elitista sobre-determinada por um conflito de classes (...)* (Bragança, 1980: 47).

O conflito teve várias facetas, algumas delas dramáticas. Mas, segundo Aquino, a situação inverteu-se através de Samora Machel, um homem que combinou origem camponesa, longa tradição familiar de resistência à opressão e conhecimento dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas. Vou novamente citá-lo:

*O artesão do restabelecimento desta situação, que “**estabeleceu o equilíbrio e a confiança no comité central**” é Samora Machel, responsável pelo departamento de Defesa. De camada camponesa, Samora tem uma longa tradição familiar de resistência à opressão: os seus avós tinham chefiado os exércitos do célebre Maguiguana que, já sensível à ideia de guerra popular, tinha em vão tentado, no final do século passado, barrar a via ao ocupante estrangeiro.*

*Esta reivindicação de uma herança ancestral não o vai impedir de se impregnar dos teóricos clássicos das guerras populares contemporâneas - também eles filhos de camponeses da longínqua Ásia: Mao Tsé Tung e Giap, ao mesmo tempo que tinha em conta as condições específicas de Moçambique. A sua eleição para a presidência da FRELIMO, em Maio de 1970, consagra a vitória dos “**político-militares**” (...)* (Bragança, 1980: 48).

Permitam-me terminar a recordação deste texto de Aquino citando a sua parte final:

*A luta entre as duas linhas, que se travava antes e depois do II Congresso (1968), era já uma tradução da luta de classes ou melhor, para retomar uma formulação gramsciana, uma luta entre dois blocos de classes aliados: por um lado, a aliança operário-camponesa, por outro a aliança burguesa- feudal. Por outro lado, aqueles que queriam se agarrar a uma independência puramente formal por meio de um compromisso duvidoso com o sistema colonial.*

*A estratégia samoriana de Moçambique independente deriva desta inserção do marxismo nas linhas de força de um projecto revolucionário de carácter profundamente nacional: "a sociedade que edificámos nas zonas libertadas continua a ser o nosso único modelo, o nosso laboratório científico". Mas, longe de se curvar sobre si mesma, a FRELIMO, faz hoje da República Popular de Moçambique a "base revolucionária" e a "placa giratória" necessária aos países conhecidos por "Linha da Frente" a fim de levar a cabo a libertação e a unidade do continente africano desembaraçando-o para sempre do odioso regime do apartheid (Bragança, 1980: 50).*

## Métodos de ensino e pesquisa

Hoje ainda interrogo-me sobre quais eram as grandes questões de pesquisa e ensino do Centro de Estudos Africanos. A minha resposta, a minha hipótese, é que, sob direcção geral de Aquino de Bragança e direcção científica de Ruth First, o Centro de Estudos Africanos se propôs responder a quatro questões:

1. Que modos de produção e distribuição existem no país?
2. Quais são os seus percursos históricos?
3. O que deve ser feito para que surjam condições sociais masso-lidárias?
4. Que condições regionais e internacionais podem perigar o surgimento dessas condições?

Creio que foi para responder a essas quatro questões que surgiram no centro os seguintes sete eixos de trabalho:

1. Um centro de documentação, com especial atenção dedicada aos países com regimes racistas (África do Sul e Rodésia do Sul);

2. Um curso, chamado *Curso de Desenvolvimento*, iniciado em 1978;
3. Trabalho sistemático de campo em todo o país;
4. Seminários de planificação e debate na sala 47;
5. Uma revista, chamada *Estudos Moçambicanos* (o primeiro número surgiu em 1980);
6. Relatórios de pesquisa, pesquisa que eram frequentemente encomendada pelo nosso Estado
7. Pequenos textos, que eram textos de apoio para o Curso de Desenvolvimento e para debate nos seminários.

O fundamental para mim a reter é uma concepção nova de pesquisa e ensino, uma concepção que rompeu com a estrutura clássica das ciências sociais ciosamente compartimentadas em feudos do conhecimento. Assim, no *currículum* do *Curso de Desenvolvimento*, não são privilegiadas, em si, áreas de história, sociologia, antropologia, economia, etc. As disciplinas são várias, mas não ostentam aquele enquadramento nem os nomes clássicos. Em meu entender, mais do que a intradisciplinaridade, a antidisciplinaridade era de regra.

Mas não só: havia também uma concepção de pesquisa e de ensino que não passava pela exibição de títulos universitários. O fundamental não era o título académico de alguém, mas a sua capacidade para ver, ensinar e aprender o social de forma global, transversal, dialéctica e, afinal, nova. Não foi por acaso que, lado a lado, cursavam estudantes com formação universitária (não eram muitos, na altura) e estudantes sem ela, oriundos dos mais variados sectores laborais e partidários do país.

A personalidade de Aquino - simples e questionante, interrogando e ouvindo os outros em lugar de falar de si - foi fundamental para permitir o início e a continuidade da vida científica do CEA.

## **A inquietação aquiniana: Oficina de História**

Mas Aquino de Bragança era epistemologicamente demasiado inquieto e criador para se contentar com a estrutura que apresentei. Quero acreditar que Aquino achava essa estrutura insuficiente, ele, que tanto amava colocar questões às questões e novas perguntas às respostas.

Permitam-me citar a seguinte passagem de um texto de Jacques Depelchin (um dos mais chegados companheiros de percurso) intitulado "Por que falar de Aquino de Bragança?", de 2008:

*Gostava muito da história como disciplina, mas também não no sentido praticado pelos donos da disciplina. Preferia sempre pensar indisciplinadamente como por exemplo quando, pensando alto, perguntava retoricamente, “E se as Zonas Libertadas tivessem sido os nossos soviets?” Uso irreverente? Talvez, mas também ilustração dum pensar em constante movimentação, disciplinando-se, organizando-se mentalmente para não ficar atrás do evento histórico. Como Director do CEA, insistiu para criação do Núcleo de História (conhecido como Oficina de História). “Oficina” como tradução de “workshop” ou “atelier” para acrescentar o facto de que a história está sempre mudando, conforme as perguntas colocadas. Sentia e partilhava a urgência de conhecer e fazer conhecer a história das Zonas Libertadas (e sobretudo de Cabo Delgado) a partir da boca dos/das que de 1962/64 até 1974/5 foram a ponta da lança duma vitória que nem a Ofensiva Nó Górdio (1970-72) conseguiu parar. (...) Uma das suas preocupações era “desideologizar” a história e evitar que houvesse temas ou perguntas tabus.*

*Em Julho de 1984 acompanhou a equipa da Oficina de História para o distrito de Mueda para ver/saber do(a) s camponês(a)s como tinham vivido aquele processo, pois as Zonas Libertadas eram muito mais do que uma vitória militar. Ilustrou, essa vitória, que, ao contrário do que pensavam os líderes do apartheid e de Portugal, Moçambicanos/Africanos eram capazes de vencer na teorização, organização e execução dum processo de libertação sem pedir licença. Como já mencionei mais acima, esta ousadia será paga com uma guerra quantíssima e brutal, friamente atizada pelos protagonistas hegemónicos da Guerra Fria. Quem sabe, talvez no próximo século será declarada, essa guerra, um crime contra a Humanidade, caso ela sobreviva (Depelchin, 2008).*

## **Pequena nota pessoal**

Permitam-me uma pequena nota pessoal: tenho o prazer e a honra de produzir hoje o elogio académico desse extraordinário e simples cientista que foi Aquino de Bragança. Por cinco razões básicas: (1) fui em 1977 aluno da Cadeira de História das Lutas de Libertação no bacharelato de História da então Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, Cadeira regida por Aquino de Bragança; (2) fui um dos três quadros da Universidade Eduardo Mondlane seleccionado para frequentar o primeiro Curso de Desenvolvimento de 1978/1979, do qual guardo, com muito orgulho, o respectivo diploma; (3) participei em 1977 ou em 1978, já não me recordo bem, na seleção de investigadores do centro, juntamente com Ruth First e Marc Wuylts; (4) Como aluno do Curso de Desenvolvimento, fui frequentador assíduo dos seminários

e dos debates (quantas vezes acalorados) ocorridos na famosa sala 47 do Centro de Estudos Africanos, no mesmo corredor onde, em 1982, um engenho explosivo matou Ruth First; (5) Fui um dos autores do primeiro número da revista *Estudos Moçambicanos*, saído em 1980.

## Pois pois

Penúltimo ponto deste elogio.

Era frequente, em sua bondade mas também em sua fina ironia, Aquino usar a seguinte expressão, uma dupla conjunção: “Pois pois”.

Então e à boa maneira africana, estou certo de que o espírito de Aquino de Bragança está aqui hoje connosco, bonacheirão, sorrindo multiculturalmente, cidadão de todas as pátrias com epicentro na nossa, dizendo, sóbrio e orgulhoso: “Pois pois”.

## Referências bibliográficas

Bragança, A. (1980). “O Marxismo de Samora”. *Três Continentes* nº.3, Setembro.43-50. Comunicação apresentada ao Congresso de Sociologia em Upsala, Suécia.

Depelchn, J. (2008). “Porque Falar de Aquino de Bragança?” *Pambazuka*, acesso em: <http://pambazuka.org/pt/category/features/47521> Data de acesso; 03/02/2013.

## PORQUE ESTAVA RUTH FIRST EM MOÇAMBIQUE?<sup>25</sup>

*Bridget O'Laughlin*

### Introdução

Mais de trinta anos após o assassinato de Ruth First no seu gabinete no Centro de Estudos Africanos (CEA), ainda há interesse pelo seu trabalho em Moçambique. Alguns, perplexos, perguntaram porque teria ela deixado a posição que tinha na Universidade de Durham e a sua casa em Londres para vir para Moçambique. O que a poderia ter puxado para aqui? Ironicamente, esta questão foi levantada por advogados de defesa durante o meu testemunho à Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC, sigla em inglês), na audiência a propósito do pedido das filhas de Ruth para que fosse recusada a amnistia aos organizadores do seu assassinato.<sup>26</sup> Os advogados argumentaram que Ruth First era um alvo legítimo porque teria apoiado a luta armada sul-africana enquanto vivia em Moçambique. Não aceitaram a minha insistência em que ela estava quase totalmente absorvida pela sua investigação e as aulas no CEA, e que estava muito preocupada em garantir que o seu trabalho no CEA não fosse politicamente comprometido por acusações de envolvimento com a luta armada do ANC.

Mesmo para alguns observadores da academia, a dedicação de Ruth First a Moçambique parecia anormal, quase picaresca. Porque haveria alguém como Ruth, uma militante da luta contra o *apartheid* e comunista desde sempre, mas

---

25 Este texto foi originalmente publicado em língua inglesa com o título "Why was Ruth First in Mozambique?". *DEP* n.º 26. 2014: 26-41. Agradecemos aos editores de *DEP* e à autora, pela autorização para a sua publicação em língua portuguesa. O texto foi traduzido por António Roxo Leão e editado pelos organizadores deste livro.

26 Ver a transcrição da *Amnesty Hearing Date: 22nd February 1999, "Truth and Reconciliation Commission Archives"*: [http://www.justice.gov.za/trc/amntrans%5C1999/9902220304\\_pre\\_990222pt.htm](http://www.justice.gov.za/trc/amntrans%5C1999/9902220304_pre_990222pt.htm).

também uma intelectual cosmopolita e autora de reputação internacional, reduzir-se a uma posição num instituto de investigação recentemente criado, numa pequena universidade de um país empobrecido, recém-independente como Moçambique (especialmente, um país que subseqüentemente se tornará um favorito do Banco Mundial)? Nesta comunicação, gostaria de questionar algumas das respostas que foram dadas a esta pergunta antes que se tornem referência numa nova geração de livros e teses sobre marxismo, comunismo e ciências sociais na África Austral. Há duas respostas que me parecem particularmente enganadoras. A primeira é que Ruth First se encontrava em Moçambique para estar fisicamente mais perto da luta de libertação na África do Sul. A segunda é que ela encontrou um terreno onde podia aplicar as ortodoxias dogmáticas do marxismo patrocinado pelo Estado para a organização do ensino e da pesquisa em ciências sociais.

Tenho consciência de que as minhas respostas a estes argumentos serão, e deverão ser, inevitavelmente contestadas. Trabalhei como investigadora e professora no CEA sob a direcção de Aquino de Bragança e Ruth First (e, após a morte de ambos, sob a direcção de Sérgio Vieira, então uma figura ortodoxa). Reconheço que mesmo colegas e camaradas, para não mencionar observadores académicos do passado, não vêem as coisas com os mesmos olhos que eu. No entanto, penso que há relatos melhores e piores da realidade desses tempos que são importantes para perceber a maneira como hoje pensamos a política de investigação social na África Austral. Para aprender do passado, é necessário recordá-lo. Em discussões mantidas no CEA hoje em dia, a memória é frequentemente distorcida. Começarei, assim, por um breve esboço histórico do contexto em que Ruth First trabalhou em Moçambique, em finais da década de setenta e início da de oitenta.

## **O efeito incerto do esboroamento da ordem imperial**

Os marxistas são frequentemente criticados por confundirem irreversibilidade com inevitabilidade, mas essa confusão é um erro mais generalizado. As ocupações coloniais estavam rapidamente a chegar ao fim no período que se seguiu aos finais da II Guerra Mundial, mas os processos eram incertos, irregulares e diversificados nos seus efeitos.<sup>27</sup> A maior parte das colónias da África sub-sahariana tiveram as suas independências reconhecidas até meados da década de sessenta, mas o regime fascista em Portugal recusou-se a seguir as outras potências coloniais e fez frente a movimentos armados de libertação até aos anos setenta. Os principais países capitalistas eram cautelosos no seu apoio a mudanças na ordem imperial, preocupados que estavam em não

---

27 Ver a obra de Frederick Cooper (2009), sobre a contingência do processo de descolonização em África. Bridget O'Laughlin DEP n. 26 / 2014 28 colonialismo na África Austral.



perder o acesso aos recursos naturais e à sua posição estratégica. Na África Austral, eles estavam particularmente relutantes em contribuir para qualquer desestabilização do regime do *apartheid* na África do Sul, tolerando, assim, a Declaração Unilateral de Independência (UDI) da Rodésia do Sul, apoiando a continuação do mandato sul-africano na Namíbia e aceitando novos assentamentos de colonos portugueses em Moçambique e Angola. O fim do colonialismo português, em 1974, não resultou da pressão ocidental para a reforma; foi antes o resultado de um misto de sucessos das lutas de libertação e do fim do fascismo em Portugal com a revolução de 1974. Nessa altura, nem o fim da UDI nem o do *apartheid* eram claramente previsíveis.

Os movimentos de libertação nacional encontraram melhor apoio nos países socialistas do que no Ocidente (embora os grupos de apoio à libertação tivessem impacto nas políticas do Estado nos países nórdicos e na Itália) e a liderança acabou por vir a ser dominada por socialistas em muitos movimentos nacionalistas. Eles viram e negociaram a sua via entre uma gama de experiências socialistas divergentes - a União Soviética, a Europa do Leste, a China, Cuba, Argélia, o Ghana de N'Krumah, a Tanzânia do período Ujamaa. Os movimentos de libertação encontraram *fóruns* onde podiam apresentar as suas razões - principalmente as Nações Unidas e as reuniões do Movimento dos Não-Alinhados. Inspiraram-se na tomada de Saigão em 1975.

A cisão entre a China e a URSS significou que a maior parte dos movimentos teve de escolher entre os dois. A aliança do ANC e do *South African Communist Party* (SACP) manteve-se com a URSS. O *Zimbabwe African National Union* (ZANU) de Mugabe escolheu a China, enquanto o *Zimbabwe African's People Union* (ZAPU) ficou com a URSS. Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recusou-se a escolher, mas essa recusa enfraqueceu o apoio que recebia da URSS. Uma vez no poder, a FRELIMO anunciou que se estava a transformar de frente nacional em partido marxista-leninista, mas, claro, essa decisão não transformou, por nenhuma arte mágica, a consciência dos seus membros, a sua organização institucional nem a forma como era vista internacionalmente. Houve quem viesse trabalhar para Moçambique vendo o país como a terra prometida do socialismo, mas, para Ruth First e a maior parte daqueles com quem trabalhou, este era antes, um espaço revolucionário de resultados importantes, apesar de incertos.

Apesar desse cuidado, havia um sentido de distinção, de raro e exclusivo, uma casta milenar na vida quotidiana, um sentimento no CEA e entre muitos em Moçambique de que se estava a viver um tempo revolucionário, um momento em que os acontecimentos podiam mudar rapidamente entre aquilo que havia sido, para o que as pessoas podiam fazer e dizer e até imaginar coisas

que teriam sido impossíveis poucos anos antes.<sup>28</sup> Os estivadores despiam as suas fardas de trabalho e vestiam as suas roupas normais de passeio, a meio da jornada de trabalho para um intervalo para aulas, jovens estudantes iam para as zonas rurais em campanhas de alfabetização ou vacinação, trabalhadores manuais, serventes e gerentes, médicos, enfermeiras e pacientes tratavam-se por camaradas, os vizinhos juntavam-se para recolher o lixo nas ruas, os artistas pintavam imagens de operários e camponeses nas paredes da cidade. Os Conselhos de Produção mantiveram o processamento rural e as fábricas urbanas em funcionamento, embora os seus donos e administradores já tivessem partido. Mulheres rurais e urbanas levantavam-se nas reuniões e criticavam os responsáveis (na verdade, principalmente homens) por não prestarem atenção às suas opiniões.

Ideias grandes e pequenas eram tomadas por empréstimo de todas as tradições socialistas: campanhas de melhoramento (como matar moscas) inspiradas em Mao Tsé Tung, grupos dinamizadores baseados nos comités de bairro cubanos, o Primeiro de Maio coreografado dos norte-coreanos, mulheres a conduzir autocarros e tractores como nos soviets, etc. O Presidente Samora Machel anunciaria uma nova palavra de ordem num discurso radiodifundido e, por todo o país, as pessoas interpretariam de maneira diferente o seu significado e, por vezes, reagir-lhes-iam de formas contraditórias. Esta casta milenar era igualitária, mas não necessariamente socialista. Mais tarde, quando a expectativa se transformou numa desesperada espera pelo fim da guerra, li a descrição de Robert Darnton (1989) das ruas de Paris durante a revolução francesa e lembrei-me do sentido de comunidade e de possibilidade da cidade de Maputo de dias mais recuados.

O estado de espírito era expectante, mas não eufórico. Nós vimos uma oposição concertada à revolução socialista na África Austral e, por isso, também vivíamos com um sentido de insegurança, conflito e contradição. Encontrar comida era uma luta permanente, mas a vida de todos os dias em Maputo era muito segura, as ruas cheias de gente à noite, voltando das aulas nocturnas. Até 1983, movimentávamo-nos livremente pelas zonas rurais, realizando as nossas pesquisas em quase todas as províncias. Preocupávamo-nos em saber se conseguiríamos alimentar os investigadores e devolvê-los a tempo à procedência, mas não [nos preocupávamos] com a violência. A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), então referida pelo seu acrónimo em inglês, MNR, e, mais tarde, como “os bandidos”, actuava principalmente nas regiões próximas da sua base de apoio na então Rodésia. O exército rodesiano atacava áreas suspeitas de apoiar a ZANU e bombardeava infra-estruturas

---

28 Esta secção foi adaptada de um esboço de comunicação a uma conferência, em 2011: “Políticas da produção: falta de mão-de-obra e revolução socialista nas machambas estatais em Moçambique”.

moçambicanas. Os sul africanos faziam ataques aos abrigos secretos do ANC em Maputo e lançavam aviões telecomandados sobre a cidade. Havia soldados moçambicanos e milícias populares por todo o lado (embora geralmente desarmadas). Grande parte dos *media* americanos e europeus mostravam reportagens críticas misturando factos e fantasia sobre os abusos da FRELIMO e desilusões. A força da oposição externa estava subjacente à nossa relutância em divulgar em publicações internacionais os nossos próprios comentários críticos às políticas da FRELIMO.

O nosso sentido de estarmos a viver um período de importância histórica fundamentava-se nas lutas políticas em curso na região.

Sentíamos que fazíamos parte do fim do colonialismo, não apenas em Moçambique, mas em África, o fim de um sistema de injustiça racial em que o lugar onde uma pessoa vivia, a escola que frequentava, o tipo de trabalho que tinha, o tipo de assistência médica a que tinha acesso, como era atendida numa loja - tudo dependia da cor da pele. Não pensávamos que este processo de mudança seria suave. Os próprios movimentos políticos se armaram para contestar o colonialismo no Zimbabwe e na Namíbia, e o *apartheid* na África do Sul. Afirmámos, embora, talvez com dúvidas individuais, que o último não seria possível com o capitalismo - que seria necessária uma mudança socialista revolucionária. Quando indagado sobre quando chegaria essa revolução, Joe Slovo, um dirigente do SACP e, na altura, comandante da ala militar do ANC, brincava: "Tal como disse há cinco anos, penso que serão precisos uns cinco anos". No entanto, muitos achavam - talvez acreditassem mesmo - que a história estava do nosso lado.

Ruth First não era essencialmente romântica (ela organizava, mais do que esperava), mas, para ela, nesse momento havia duas possibilidades fundamentais em que fundamentava a sua dedicação a Moçambique: a ruptura com o capitalismo na África Austral e levar a análise investigativa além da oposição à construção de alternativas socialistas. Ela trabalhou com afinco para levar avante ambas as possibilidades; o seu cometimento derivava da existência de uma base política para a acção colectiva.

## **Possibilidade revolucionária no quadro de um "sistema" da África Austral**

Após a independência, a recém-criada universidade colonial foi rebaptizada Universidade Eduardo Mondlane (UEM), o nome do primeiro presidente da FRELIMO. Grande parte dos integrantes das faculdades da universidade

colonial partiu. Deu-se então, prioridade a programas que se pensava que iriam contribuir para o desenvolvimento: formação de professores, engenharias, medicina, agronomia, direito e economia. As disciplinas consideradas menos importantes para o desenvolvimento não estavam disponíveis. A faculdade de marxismo-leninismo preencheu o espaço das ciências sociais. A maior parte dos professores estrangeiros vinham ao abrigo de acordos com países socialistas; os dos países ocidentais eram normalmente aprovados por movimentos de solidariedade. De início, os estudantes não tinham o direito de se pronunciarem sobre o que queriam estudar, embora essa política já tivesse sido abandonada na altura em que eu cheguei, em 1979.

Durante os anos em que Ruth First esteve no CEA, João Paulo Borges Coelho, um académico e escritor moçambicano, trabalhava num dos nichos inconvencionais da universidade, um projecto experimental de tecnologias alternativas criado pelo artista e poeta iconoclasta António Quadros. Coelho apresentou recentemente uma visão aprofundada do contexto em que trabalhávamos - uma universidade em reorganização e rápido crescimento, um lugar de grande polémica e empolgante. A sua absorvente memória, porém, inclui alguma especulação inexacta quanto às razões porque Ruth First teria vindo para Maputo:

*Atrevo-me a dizer que Ruth First aceitou o convite para vir para Moçambique porque estaria mais perto do seu país e poderia dirigir com mais eficácia o trabalho iniciado no que penso ter sido conhecido como Núcleo de Estudos da África Austral, uma espécie de observatório da evolução geopolítica e económica da região, e da África do Sul em particular - se fosse necessário, prestar apoio académico ao ANC (Coelho 2008: 504).*

Coelho confundiu aqui os motivos da vinda de Ruth First para Moçambique. Ela não estava em Moçambique para estar mais perto do seu país; ela veio porque pensou que pertencia à África Austral. Claro que entendia que havia especificidades históricas e divisões políticas na região, mas pensou e trabalhou (e martelou-nos isso e repisou-nos com essa ideais) com o conceito de uma África Austral como “sistema”<sup>29</sup> regional forjado historicamente numa forma distinta de produção capitalista fundada no trabalho migratório, na concentração de capital na África do Sul e num dualismo político baseado na raça. Ela sabia que a maior parte dos sul-africanos e moçambicanos não pensavam a região dessa maneira, mas parte da sua missão era explicar por

---

29 Deixei o termo “sistema” entre aspas porque é um conceito que deixou de ser usado livremente em ciências sociais. O conceito é criticado por reflectir uma integração funcional em processos que, a realidade, estão a mudar historicamente, que é contingente e contraditório. Porém, eu ainda argumentaria que ele capta a durabilidade histórica da interdependência estrutural que ainda deve ser tomada em consideração na África Austral nos dias que correm.

que razão um projecto revolucionário duradouro dependia da compreensão desta questão. A consolidação de um processo revolucionário em Moçambique melhoraria as possibilidades de uma revolução socialista na região como um todo e na África do Sul em particular. Pelo contrário, o fracasso da revolução moçambicana atrasaria as possibilidades de revolução na região. Estas posições eram e continuam a ser questionáveis.

O relato de Coelho também é factualmente impreciso quanto à sequência e à prioridade das actividades de Ruth First no CEA. Tal como ele anota, a sua primeira colaboração com o CEA foi sobre *O Mineiro Moçambicano*, cujo enfoque não era a África do Sul mas o impacto do trabalho nas minas sobre a economia rural moçambicana (e, daí, as possíveis consequências da sua suspensão). Quando ela deixou o seu trabalho em Durham para ocupar a posição permanente de directora de investigação do CEA, o enfoque do seu primeiro esforço foi Moçambique: fazer funcionar o Curso de Desenvolvimento. O Curso de Desenvolvimento foi influenciado pela experiência que Ruth First e outros investigadores do CEA<sup>30</sup> trouxeram com eles da Universidade de Dar-Es-Salaam, onde os estudantes e os professores, em conjunto, fizeram uma importante investigação sobre a economia política da Tanzânia, onde as experiências de outros lugares de África eram discutidas e onde havia um debate acurado sobre economia política.

O Curso de Desenvolvimento do CEA foi vagamente definido como um diploma de pós-graduação, mas recrutou estudantes que eram igualmente trabalhadores e que chegavam com diferentes níveis de qualificação. Os projectos de investigação inseridos no curso focavam principalmente a estratégia da FRELIMO para a socialização das zonas rurais, olhando as relações entre machambas estatais, cooperativas e agricultura familiar (ver Apêndice para uma lista dos projectos integrados no Curso de Desenvolvimento). O curso tinha vários módulos, um dos quais focava a economia política da África Austral cuja última secção focava a economia política da África do Sul. Os outros lidavam com a teoria marxista da economia política (deliberadamente ensinada de uma maneira diferente da praticada pela direcção soviética e da Alemanha Democrática (RDA) da Faculdade de Economia), com a economia política de África e com a economia política de Moçambique. Ruth First preocupava-se particularmente em familiarizar os estudantes com os debates em torno do desenvolvimento em África e em localizar a região no âmbito da história de África. O tipo de excepcionalismo notado por Mahmood Mamdani também interessava a Ruth; ela notou-o não só nos sul-africanos, mas também em muitos intelectuais moçambicanos.

---

30 Entre o restante pessoal e colaboradores do CEA que trabalharam na Universidade de Dar-Es-Salaam contavam-se Colin Darch, Jacques Depelchin, Anna Maria Gentili, Dan O'Meara, Phil Raikes, Wolfgang Scholler, David Wield e Marc Wuyts.

O Núcleo de Estudos da África Austral só foi posto em funcionamento depois de o Curso de Desenvolvimento estar a funcionar bem. Esse nunca foi particularmente prioritário para o trabalho de Ruth First; ela estava focada no funcionamento do CEA como um todo. A noção de um observatório regional era, na verdade, tão importante para o nosso director, Aquino de Bragança, quanto o era para Ruth First. Ele tinha dirigido o estudo do CEA sobre a luta pelo Zimbabwe, em que Immanuel Wallerstein esteve envolvido, e tinha uma vasta rede de contactos regionais com quem comunicava. O CEA estava envolvido em várias iniciativas regionais. Após a independência do Zimbabwe, em 1980, por exemplo, reunimos com um grupo de economistas da Universidade do Zimbabwe sobre um projecto regional de transportes. Participámos no primeiro encontro, no Lesotho, sobre uma rede regional de investigação montada para apoiar a iniciativa da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (agora Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC). Tanto Aquino como Ruth estavam preocupados em que o trabalho do CEA conferisse aos moçambicanos um melhor entendimento do seu lugar no contexto da África Austral.

Prestar apoio académico ao ANC também não era uma preocupação central na motivação de Ruth First ao vir para Maputo, nem das suas actividades quotidianas no CEA. Uma vez criado o Núcleo de Estudos da África Austral e em funcionamento (Rob Davies esteve lá desde o início, tendo Dan O'Meara chegado mais tarde), Ruth recrutou dois promissores quadros do ANC para trabalharem como estagiários. Enquanto esteve em Moçambique, Ruth também trabalhou em programas de educação política de quadros do ANC. Lembre-se, porém, que o seu marxismo era visto como pouco ortodoxo por muitos do SACP;<sup>31</sup> ela não tinha carta-branca para reformar a educação política do ANC. Por um acordo entre a FRELIMO e o ANC, todos os sul-africanos que viessem trabalhar para Moçambique tinham de ser aprovados pelo ANC, mas Ruth desafiou essas imposições. Demorou muito (e muitas discussões acesas), por exemplo, até ela acabar por desistir de tentar convidar o historiador trotskista iconoclasta sul-africano Martin Legassik para o CEA. Parte da sua preocupação em preparar os quadros do ANC para lutarem com o mundo em que viviam, em vez de com alguma construção ideológica imaginária, era que não bastava que eles passassem por Moçambique, era preciso que entendessem a relação da África do Sul com Moçambique e a região. Em sentido inverso, ela pensava igualmente que Moçambique precisava de perceber que o *apartheid* era mais que um sistema de discriminação racial que ficava dentro das suas próprias fronteiras.

---

31 Oiça a entrevista de Don Pinnock a Joe Slovo sobre este assunto (acessível em: <http://patriaschonstein.bookslive.co.za/blog/2012/05/13/don-pinnock-and-the-ruth-first-interviews/>)

A questão do posicionamento regional da África do Sul continua a ser uma área de pouco debate entre os sul-africanos em geral e, principalmente, no quadro da aliança tripartida por trás do actual governo do ANC. Nos primeiros anos pós-*apartheid*, havia algumas organizações de solidariedade que reconheciam a dívida histórica da África do Sul para com os países da região, pelo seu apoio na luta contra o *apartheid*. Porém, há muito que as considerações morais da solidariedade foram apagadas pelo agravamento do seu próprio problema de desemprego estrutural de longo-prazo. Num tempo de eclosões violentas de xenofobia, a resposta do ANC tem sido lenta e muitas vezes ambígua, tanto a nível nacional como a nível das comunidades. As organizações de direitos humanos foram mais militantes nas suas respostas do que os sindicatos ou o SACP. Para além disso, uma dependência teórica continuada das retóricas das fases revolucionárias, fundamenta uma tendência acrítica relativamente ao capital nacional e às supostas necessidades da “globalização”. A COSATU continua dependente de uma força de trabalho industrial formal cada vez mais reduzida. Não existe suficiente questionamento dos tipos de reestruturação empresarial que subjazem à casualização, à perda de benefícios formais e ao crescimento da subcontratação de mão-de-obra migratória na África do Sul e na região. Estes processos e as suas consequências políticas seriam hoje questionadas por Ruth First.

Tanto Aquino como Ruth nos repetiam constantemente que descobrir uma boa questão era mais importante para a pesquisa do que encontrar a resposta. Nenhum dos dois pensava que qualquer das questões ou respostas pudessem ser lidas a partir de um *corpus* fixo de teoria marxista. Ruth via o marxismo como uma poderosa forma de análise crítica e evolutiva para abordar as especificidades da luta socialista em diferentes tempos e lugares. Ruth era inquestionavelmente marxista. A maneira como ela entendia o ser marxista mudou com o tempo, de maneiras que não eram consideradas aceitáveis por muitos comunistas (incluindo os seus próprios pais), fossem os alinhados com a Terceira Internacional ou os da Segunda. Hoje em dia, porém, no mundo pós-soviético, a crítica é menos estridente mas talvez mais humilhante. Existe uma corrente na literatura académica que a acusa de dogmatismo marxista. Diz-se que a sua pesquisa em Moçambique ficou ideologicamente comprometida pelo seu envolvimento com as instituições do Partido-Estado FRELIMO.

O mais proeminente crítico contemporâneo do marxismo de Ruth First é Boaventura de Sousa Santos (2012) que enfatizou a sua ortodoxia dogmática e se empenhou em definir o contraste entre a posição de Ruth First e a mais flexível posição do nosso director Aquino de Bragança.<sup>32</sup> Santos é importante

---

32 O seu artigo também contrapõe repetidamente a orientação da investigação do CEA sob a direcção de Ruth à posição mais crítica pós-modernista que ele implementou no CES, no Portugal pós-revolucionário.



pelo seu trabalho, quer como teórico dos movimentos sociais quer como pela sua influência particular entre intelectuais de Moçambique pós-socialista contemporâneo. Ele retira um exemplo do dogmatismo de Ruth de um editorial que ela escreveu (First, 1980) para o primeiro número da *Estudos Moçambicanos*, a revista semestral do CEA, que ela criou e editou (incluindo a nada fácil tarefa de arranjar o papel para a sua impressão), por forma a apresentar investigação original sobre Moçambique em língua portuguesa<sup>33</sup> para uma vasta audiência moçambicana. Segundo Sousa Santos:

*O editorial de Ruth First afirma uma total confiança epistemológica teórica-marxismo que, entretanto, depois do III Congresso da FRELIMO em 1977, se transformara na doutrina oficial da libertação nacional, do novo estado e da nova sociedade em construção* (Boaventura de Sousa Santos 2012: 31).

Li e reli o editorial muitas vezes, apenas para tentar ver onde Sousa Santos terá fundamentado a afirmação que seria tão inconsistente com a minha própria experiência da abordagem crítica de Ruth First ao marxismo. Não a consigo encontrar.

Sousa Santos transporta a sua acusação ao marxismo rígido de Ruth First para a sua interpretação distorcida das tensões que vieram à superfície na conferência de ciências sociais patrocinada pela UNESCO na UEM, organizada por Ruth First à revelia do Reitor, na véspera da sua morte. Sousa Santos, que não esteve presente, afirma que a crítica de John Saul ao dogmatismo explícito ou implícito em muitos estudos marxistas provocou uma confrontação com Ruth First. Sousa Santos acrescenta (2012: 37) que John Saul terá mais tarde afirmado que:

*(...) o modelo de investigação dominante no CEA tende a reproduzir um modelo verticalista, top-down, mesmo se o topo é um topo revolucionário” (Saul 1985: 190), não está imune à distância entre liderança e massas e à auto-censura do investigador.*

A autocensura e a distância dos movimentos de massas são certamente preocupações relevantes sobre o funcionamento do CEA, mas a referência bibliográfica fornecida por Sousa Santos refere-se a uma colecção editada por Saul sobre a transição para o socialismo em Moçambique (Saul, 1985). A página citada (p.190) pertence à contribuição de Judith Marshall e não contém nenhuma referência à pesquisa do CEA. Assim como não consegui encontrar nenhuma descrição relativa à investigação do CEA na introdução de Saul ao livro.

---

33 Os primeiros quatro números da revista foram subsequentemente traduzidos para inglês.



Nesta comunicação à conferência, Saul reflectia sobre o ano que passou em Moçambique, a convite do seu amigo Jorge Rebelo, na altura secretário do trabalho ideológico do Partido FRELIMO, tentando trazer algum ar fresco ao ensino do marxismo na Faculdade de Marxismo-Leninismo. Embora Luís de Brito fosse o relutante director da faculdade,<sup>34</sup> a maior parte do pessoal de ensino era proveniente da RDA. A enorme clivagem ideológica na Universidade, nessa altura, era entre a abordagem soviética ao marxismo e o grupo variegado dos “marxistas ocidentais”, entre os quais se encontravam alguns colaboradores do CEA. É preciso recordar a rigidez do Partido Comunista Português dirigido por Álvaro Cunhal e a influência que nesses dias tinha entre alguns estudantes e professores da UEM. Aquino e Ruth perdiam muito pouco tempo a discutir os aspectos sensíveis das suas diferentes abordagens ao marxismo. Eles estavam demasiado ocupados com a negociação da autonomia da investigação do CEA e a proteger-nos das acusações de agitação contrarrevolucionária. Esta expressão pode parecer bizarra, hoje em dia, mas nós éramos violentamente acusados de sermos “amantes dos camponeses”, determinados em manter Moçambique num estado de subdesenvolvimento, por insistirmos, na nossa investigação rural, em que a socialização da produção tinha de ser fundida nas formas reais de subsistência nas zonas rurais.

Havia de facto tensão na conferência de 1982, mas as suas raízes não se encontravam em divergências de abordagem pouco importantes entre marxistas “revisionistas”. O centro regional de ciências sociais financiado pela UNESCO estaria para ser transferido do então Zaire para outro lugar. Um influente grupo de moçambicanos estava a negociar para que o centro fosse hospedado na UEM. Ruth First pensava que isso era errado, que a inevitável confrontação com a aliança soviético-alemã democrática, que então controlava o ensino das ciências sociais e económicas na UEM destruiriam iniciativas alternativas tais como o CEA. Na sua apresentação à conferência, ela argumentava que era prematura a criação de um centro regional de ciências sociais em Maputo. A delegação moçambicana virou-se contra ela, o que a magoou - ela achara que Aquino de Bragança viria em apoio ao pedido dela de adiamento. Estaria certa ou errada? Na terça-feira seguinte, seria assassinada por uma carta bomba deixada no seu gabinete no CEA, pelo que essa questão ficou sem resposta.

Numa versão anterior a este ensaio, apresentada em Maputo a uma conferência em honra de Aquino de Bragança, Sousa Santos citou Immanuel Wal-

---

34 Luís de Brito, na altura membro do Partido FRELIMO, tinha recebido ordens do Reitor e da Célula do Partido na UEM para aceitar o posto. Esperava-se que ele moçambicanizasse de alguma forma o ensino do marxismo-leninismo. Brito acabou por se demitir pouco mais tarde e viu-lhe recusado um posto alternativo na universidade. Então, durante a Operação Produção, foi mandado para uma machamba estatal no Niassa por estar desempregado.

lerstein, que tinha estado presente na conferência de 1982, como tendo sido a sua fonte para a interpretação dos conflitos da conferência. Isso pareceu-me improvável, pelo que escrevi a Wallerstein para me certificar - a resposta que me dirigiu por correio electrónico incluía a seguinte opinião generosa e historicamente fundamentada sobre a relação de Ruth First com o marxismo e o comunismo:

*Ruth não era de forma alguma uma marxista tradicional “ortodoxa”. Na verdade, lembro-me claramente de, nessa reunião, ela desabafar violentamente comigo depois da intervenção de um participante moçambicano ultraortodoxo (não me lembro de quem era). Ela disse-me qualquer coisa do género: “Vês o que tenho de aturar?”. Penso que Ruth se considerava uma comunista (com cé pequeno). E continuou a ser, até onde sei, membro do SACP e do ANC, mas muito independente. Assim, no fim de contas, foi Joe [Slovo, seu marido] quem engenhou uma mudança muito importante na linha do SACP. O que se pode dizer é que por muito tempo, e certamente desde 1956 (por causa do Suez, Hungria e, acima de tudo, do discurso de Khrushchev ao vigésimo congresso do Partido Comunista da União Soviética), todo o mundo de marxistas e intelectuais marxizantes tem estado em turbulência e evolução intelectual. Para descrever o pensamento de qualquer deles - Aquino ou Ruth - seria preciso perguntar a que ano nos referimos? Toda a gente estava a evoluir - para uma versão revista do marxismo, simplesmente distanciando-se do marxismo, etc.*

*Suponho que, num contínuo de visões do mundo, desses do CEA em 1982, Ruth era um pouco mais “marxista” do que Aquino. Mas estou segura de nunca ter sentido que ela mantinha distância de mim ou do meu projecto com Aquino. Aliás, tratava-se de um projecto do Aquino e ela não ia interferir. Senti-me perfeitamente à vontade com ela e penso que ela comigo. Ruth tinha estado em Binghamton e tinha ficado connosco. E tudo foi extremamente amigável - tanto a título pessoal como intelectual (Immanuel Wallerstein, correspondência pessoal, 31 de Maio de 2011).<sup>35</sup>*

O ponto que Wallerstein aqui marca sobre a relação de Ruth e Joe com o SACP e o ANC é que a luta política tem lugar em discussões entre camaradas em movimentos sociais, tal como em confrontações com opositores. Isto é um problema para os movimentos sociais contemporâneos na mesma medida em que o foi para os que trabalhavam no âmbito dos partidos comunistas altamente disciplinados alinhados com o Comintern, embora as questões, os termos e as penalizações defiram. Pertencer a uma organização significa encontrar uma base de unidade com muitas pessoas cuja visão sobre muitos

---

35 Mantive a não capitalização do e-mail de Wallerstein para manter o estilo informal do texto.

assuntos não corresponde exactamente à de cada um. A própria prática de luta leva a aprender, a debater, a mudar de posição. Ruth desafiava constantemente os limites, arriscando ser expulsa, mas não se punha do lado de fora das instituições organizadas do movimento *anti-apartheid*. Infelizmente, não existem critérios fixos, infalíveis, para determinar quando um movimento revolucionário se transformou definitivamente no seu oposto, nem para prever se isso acontecerá ou não.

## A distinção entre teleologia e estratégia

Nas suas aulas no CEA, Ruth First dava importância particular à análise enquadrada pela teoria na estratégia política. Ela reagia aos muitos documentos da FRELIMO da altura, que apresentavam longas listas de objectivos mas que não definiam de maneira nenhuma como esses poderiam ser alcançados no contexto existente. É importante lembrar que a maior parte dos nossos estudantes eram quadros médios da FRELIMO que trabalhavam em instituições do Governo ou do partido, envolvidos na redacção desses documentos de políticas. Alguns académicos de hoje vêem como teleológica a preocupação de Ruth com a formulação de estratégias para alcançar objectivos socialistas.

Barbara Harlow escreve sobre a literatura da resistência. Ela escreveu favoravelmente e com perspicácia sobre a vida e a obra de Ruth First (Barbara Harlow 2002; 2004; 2011) e está presentemente a trabalhar numa biografia intelectual de Ruth First. Naquilo que publicou até ao momento, fica claro que ela se sente algo desconfortável com a preocupação de Ruth com a estratégia. Uma versão anterior do artigo de 2011, apresentada ao Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Sociais, na África, era explicitamente intitulada "*A Teleological Problematic: Ruth First to/from Dar es Salaam and Maputo*". A distinção que Ruth estabelecia entre crescimento e desenvolvimento nas suas notas de aula e exames preocupa-a. Ela também se refere (Harlow 2011: 60 - 61) à crítica de Aquino de Bragança e Jacques Depelchin (1986) à maneira teleológica como a História da FRELIMO foi escrita pelo próprio partido. Vejamos atentamente o que eles dizem:

*Ao nível das reflexões e análises da vitória da luta armada, os textos são dominados pela problemática teleológica. Isto quer dizer que a prova da vitória está na própria vitória e que, portanto, não há necessidade de introduzir novas questões que coloquem esse facto em dúvida... Por outras palavras, apesar do facto de os líderes da FRELIMO terem sugerido que havia limites à sua vitória, os historiadores dessa vitória preferiram focar-se na vitória e não nos problemas que "ficaram pendentes" da luta armada (Aquino de Bragança e Jacques Depelchin 1986: 166).*

Resumindo, Bragança e Depelchin não estavam a falar sobre o trabalho do CEA sob a liderança de Ruth First, mas sublinhando a tendência de alguns historiadores da revolução moçambicana para confundirem irreversibilidade com inevitabilidade. Ao nível da mobilização popular, é encorajante dizer “A Vitória é Certa”, embora, na verdade, ela não seja certa de forma alguma, talvez, retrospectivamente nunca alcançada de todo. Isto é uma crítica da explicação teleológica, a crença em que o presente é simplesmente a materialização daquilo que tinha de acontecer.

Porque junta Harlow a questão da teleologia a uma avaliação da investigação de Ruth First no CEA, fica mais claro depois da discussão que ela faz das referências de Harold Wolpe (1985) ao CEA, no seu ensaio sobre a questão do papel político dos intelectuais e do trabalho intelectual nas lutas de libertação. Wolpe observa que é claro que, no trabalho de oposição, o Estado tenta controlar a investigação crítica e fundamental, mas também os próprios movimentos de libertação suspeitam da crítica interna. Ele usa o caso do CEA para levantar a questão, se os intelectuais devem restringir a sua pesquisa e os seus escritos a problemas práticos e outros definidos pelo partido e o Estado, a partir do momento em que um movimento toma o poder. Ela observa que a posição do CEA sobre este aspecto é algo ambígua (na verdade, evitávamos fazer declarações de princípio sobre esta questão), mas tentava manter a crítica enquanto abordava os problemas reais lançados pelo processo de transformação. Ele marca o importante ponto de que este processo, pelo qual as prioridades são definidas a um nível político, é colectivo e não individual. O CEA materializou esta abordagem através da realização de uma investigação que começava pela política da FRELIMO e terminava questionando essa política - por exemplo, em relação à colectivização da agricultura e a política do desenvolvimento industrial em grande escala, para mencionar apenas duas áreas (Wolpe, 1985: 76).

Ao resumir a reflexão de Wolpe, Harlow (2008:75) observa:

“Viagens, objectivos, metas, produtos, luta. Na verdade, uma problemática teleológica”. Na verdade, não, diria eu. Harlow elaborou erradamente a base sobre a qual Ruth First definia a sua relação com a luta colectiva, quer em oposição ao ANC e ao SACP, quer como directora de investigação do CEA. Em nenhum dos casos ela pensava que a organização merecia a sua lealdade para que isso assegurasse a realização final de algum tipo de realidade socialista. Antes, existia uma base para a luta, a unidade colectiva em torno de questões centrais e a capacidade de aprender com a investigação crítica. Ela não pensava que houvesse qualquer tipo de garantia de que a FRELIMO ou o ANC (ou o SACP) permanecessem na “via socialista”. Invocar a metáfora de uma viagem era reconhecer a importância da estratégia - a transformação socialista era um processo que começava com as diversas realidades existentes, não com a decisão de implementar um conjunto determinado de instituições.

A importância dos processos colectivos na política socialista fez com que distinguir o antagonismo da crítica fosse uma questão tortuosa numa democracia organizacional. Certamente que na África do Sul haverá hoje membros do SACP que se interrogam sobre se fazem parte da aliança no Governo. A mais frouxa organização horizontal dos novos movimentos sociais evita alguns dos dilemas das cisões, mas poder-se-ia argumentar que os movimentos "Occupy" não conseguiram continuar porque não chegavam a acordo sobre as respostas, ou talvez mesmo sobre a necessidade de colocar a questão estratégica central de Lênine: "Que fazer?"

## A política da produção

A questão fundamental levantada por Wolpe sobre a relação dos intelectuais com movimentos de libertação marxistas é uma questão de poder, não de teleologia. Em princípio, pode-se ver que as estratégias socialistas se devem basear no entendimento do que é, mas, na prática, a história do socialismo está pejada de supressões de verdades inconvenientes, mesmo com a detenção ou execução dos que as dizem. Será que o entrelaçamento com o poder compromete necessariamente a integridade da investigação?

A questão foi levantada no CEA nos anos oitenta pelo falecido Christian Geffray (1988), um antropólogo que trabalhou em Moçambique e que estava familiarizado com o trabalho do CEA.<sup>36</sup> Embora o seu artigo contenha alguns erros factuais, é uma reflexão cuidada sobre os problemas da investigação social aplicada num contexto em que a crítica não tem raízes na oposição política. Geffray reconhece o rigor e o valor científico que a direcção de Ruth assegurou à pesquisa do CEA, mas critica o nosso trabalho nas zonas rurais pelo seu enfoque nas trocas comercializadas, na exploração, acumulação e classes rurais, que impediam o reconhecimento analítico de realidades que não se encaixavam no quadro da transição socialista e da aliança operário-camponesa. Na verdade, argumenta Geffray (1988:74), foi a subordinação da definição do objecto da investigação às prioridades definidas pela linha política do Partido que legitimou a investigação do CEA. A influência do CEA não derivou das ligações que Ruth First e Aquino de Bragança tinham com membros do Bureau Político da FRELIMO, mas do apoio que a investigação dava ao discurso do poder e à credibilidade científica (Geffray: 1988: 85).

---

36 Não havia nenhum departamento de antropologia em funcionamento nessa altura, mas estava em curso alguma investigação de terreno nos campos da etnografia e da arqueologia. Geffray voltou mais tarde para trilhar novos caminhos na investigação (a pedido do governo da FRELIMO), sobre as razões da expansão da RENAMO na província de Nampula (Geffray 1990).

Geffray é generoso na sua apreciação da qualidade da nossa investigação sobre Moçambique, mas importa lembrar como ela estava organizada para considerar tanto os seus aspectos positivos como as suas limitações. Houve sempre dois objectivos: ensinar os estudantes a praticar e a avaliar a investigação no cumprimento do seu trabalho normal; e produzir relatórios de investigação temáticos para informar debates sobre estratégias de transformação socialista (e havia debate, tanto dentro como fora do partido Frelimo). A participação num projecto de investigação era uma componente obrigatória do Curso de Desenvolvimento do CEA, criado para prestar formação em investigação ao nível do ensino terciário, para estudantes trabalhadores de uma vasta gama de instituições do partido e do Estado, a maior parte dos quais tinha frequentado o ensino secundário e talvez alguma formação técnica, mas não tinha frequentado a universidade. O objectivo não era fazer dos estudantes investigadores profissionais, mas dar-lhes uma atitude mental investigativa, para apresentar as revoluções como processos constituídos por experiências reais de pessoas reais, e de lhes facultar uma compreensão analítica abrangente da sociedade moçambicana no âmbito da África Austral, de África e do capitalismo. Os instrutores do Curso de Desenvolvimento eram marxistas de várias orientações e formação disciplinar.

Como sugere Geffray, realizámos a maior parte dos nossos projectos a pedido de vários departamentos de instituições do Governo e, em todos os casos, tivemos de obter a aprovação dos respectivos governadores provinciais para realizar o trabalho de campo. Sempre negociámos os tópicos, porém, e, nalguns casos, recusámos propostas específicas. Estas negociações baseavam-se em seminários no próprio CEA, os quais envolviam simultaneamente investigação de contexto e debate teórico, embora a teoria não aparecesse assim nos relatórios. Para dar um exemplo, a nossa investigação sobre o processo laboral no porto de Maputo em 1981, inicialmente, partiu de um pedido para estudarmos as dificuldades enfrentadas pelo porto para assegurar o fornecimento regular de mão-de-obra das zonas rurais e das cercanias de Maputo. A nossa contraproposta foi baseada: na elaboração das nossas leituras sobre as mudanças na organização do trabalho portuário na África Austral e outras regiões; em leituras teóricas sobre Taylorismo e “emulação socialista”; discussões com Robert Linhart (1976) a quem Ruth e Aquino haviam convidado para ir ao CEA, e pelas nossas entrevistas preliminares com trabalhadores do porto que indicavam que, por alturas de 1981, a maior parte deles vivia em áreas urbanas ou suburbanas e que, as razões para a falta de mão-de-obra no porto tinham pouco a ver com os requisitos sazonais da produção camponesa.

Os estudantes seguiram os passos preparatórios de um processo prático de investigação: negociar o enfoque com a instituição promotora da investigação, recolher informação preliminar, redigir uma proposta de investigação,



decidir onde seriam colocados os pequenos grupos de investigação de 5-6 pessoas (chamados de “brigadas” na linguagem de então), realizar a pesquisa de campo, discutir os resultados, elaborar os relatórios preliminares. O pessoal do CEA, porém, escrevia as propostas de investigação reais e os relatórios finais. A pesquisa de campo durava apenas um mês, o tempo total que podíamos esperar que os empregadores dispensassem aos estudantes, fora das suas actividades laborais. Os relatórios eram rápida e colectivamente redigidos. Ruth geralmente editava o último esboço e Aquino verificava as versões finais. Ambos, antigos jornalistas, prestavam atenção à clareza e objectividade da linguagem. Todos os relatórios eram publicados em português pelo CEA, mimeografados, alguns com distribuição limitada. A teoria informava a nossa pesquisa e a escrita desses relatórios, mas não havia discussões teóricas explícitas no texto. Os relatórios focavam-se em questões práticas e em alcançar audiências que não tinham muito tempo a gastar em leituras.

Toda a investigação se foca em alguns tópicos e exclui outros. Geffray tem razão ao dizer que a nossa investigação partilhava o discurso do poder. Num sentido geral, o tópico de todos os projectos de investigação do Curso de Desenvolvimento (não em toda a investigação do CEA) era a “socialização da produção”. De facto, os nossos relatórios focavam principalmente a produção, o consumo e a troca. Algumas das razões para esse enfoque, na nossa investigação rural, eram simplesmente práticas - um mês com investigadores aprendizes a falarem muitas línguas moçambicanas diferentes em que, frequentemente, nenhuma era a da área onde a pesquisa tinha lugar, não é a melhor maneira de captar as subtilezas das representações da política, da religião e da cultura, particularmente num contexto de contestação. Didacticamente, queríamos passar para os estudantes alguns pontos básicos: que entender as cooperativas e as machambas estatais num contexto de transformação socialista significava localizá-las naquele âmbito, mas nas vidas das populações rurais que eles pretendiam atingir; que os pequenos camponeses em Moçambique não eram produtores de subsistência mas pessoas cujos meios de subsistência estavam sistematicamente relacionados com os mercados; que uma investigação politicamente relevante consistia em prestar atenção e observar, não em dizer às pessoas o que tinham de fazer; e, finalmente, que essa investigação fosse dirigida a questões reais e, portanto, deveria ser organizada para explorar contra-explicações e definições alternativas dos problemas encontrados.

O nosso enfoque na produção, porém, não era apenas uma questão de conveniência prática; era informada teoricamente por suposições da teoria marxista. Presumíamos que a revolução socialista significava uma mudança fundamental nas relações de classe e nas formas como a produção era organizada. Pensávamos que a socialização do campo seria um processo longo, que não seria alcançada facilmente, num instante, pela construção de novas

formas de viver - as aldeias comunais - e de trabalhar - as machambas estatais e as cooperativas, mesmo que essas não fossem imitações das fórmulas dos modelos soviéticos ou chineses. Este processo era o enfoque real da nossa investigação rural e a área onde tentámos contribuir para uma reflexão crítica dentro da própria FRELIMO. Foi-me salutar ler as observações de Geffray sobre a influência do CEA; na altura, parecia que o que estávamos a receber era principalmente uma crítica. Talvez a nossa grande contribuição tenha sido manter o debate.

As questões de autocensura levantadas por Wolpe (1985) também são relevantes para qualquer reflexão sobre as políticas de investigação do CEA. O nosso trabalho de campo deu-nos informação sobre, por exemplo, a diferenciação interna do campesinato. Ao escrever os relatórios da pesquisa, éramos quase tão cuidadosos sobre o tópico como éramos com as nossas descrições das instituições políticas e religiosas. Nem todos os investigadores ligados ao CEA concordavam com esta reticência (cf. Jelle van den Berg, 1987). A nossa precaução estava relacionada com os receios de Ruth sobre como a nossa informação poderia vir a ser usada nas lutas intestinas da FRELIMO sobre o que devia ser feito nas zonas rurais. Por vezes, as colectivizações forçadas descritas em *Quiet Flows the Don* de Sholokov não pareciam tão distantes.

Os movimentos antiglobalização contemporâneos estão mais preocupados com a política da diferença do que com a política da produção. A linguagem da análise de classe foi afastada pela linguagem dos direitos humanos e os direitos são normalmente concebidos a nível individual em vez de colectivos. Ainda assim, as questões colocadas aos investigadores do CEA em Moçambique mantêm-se: nós sabemos contra o que lutamos, mas porque estamos a lutar e como nos propomos chegar lá? A resposta de Ruth First a esta questão, "Focar a transformação da produção", provém da teoria e prática marxistas, mas não envolvia receitas genéricas para a socialização da produção ou para suspender a lógica dos mercados.

No entanto, este enfoque trouxe alguns pontos de partida e aspectos preocupantes de relevância continuada para os movimentos sociais de hoje.

Portanto, qual é a resposta à pergunta "Porque estava Ruth First em Moçambique?" Ela estava em Moçambique porque era uma revolucionária e viu uma oportunidade de contribuir para um processo revolucionário num lugar que também fosse a sua casa - a África Austral. O optimismo revolucionário escorrega facilmente para o milenarismo teleológico, mas Ruth First sempre reconheceu que possibilidade de revolução não é o mesmo que certeza de revolução. Ela também sabia, porém, que aprendemos ao documentarmos, ao analisarmos criticamente e ao discutir as tentativas de mudança do mundo.



## Referências bibliográficas

- Coelho, João Paulo Borges. 2008. "Memories of Ruth First in Mozambique". *Review of African Political Economy* 35(117): 500-7.
- Cooper, Frederick. 2009. "Alternatives to Empire: France and Africa after World War II", in Douglas Howland and Louise S. White, eds. *The State of Sovereignty: Territories, Laws, Populations*, pp. 94-123. Bloomington: Indiana University Press.
- Darnton, Robert. 1989. "What Was Revolutionary about the French Revolution?". *The New York Review of Books*, 35(21&22).
- de Bragança, Aquino and Jacques Depelchin. 1986. "From the Idealization of FRELIMO to the Understanding of the Recent History of Mozambique". *African Journal of Political Economy* 1(1): 162-80.
- de Sousa Santos, Boaventura. 2012. "Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul", in Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho e Amélia Neves de Souto, eds. *Como fazer ciências sociais e humanas em África. Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*, pp. 13-61. Dakar: CODESRIA.
- First, Ruth (R.F.). 1980. "Editorial: Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório", *Estudos Moçambicanos*, (1): 2-8.
- Geffray, Christian. 1988. "Fragments d'un discours du pouvoir (1975- 1985): du bon usage d'une m'connaissance scientifique". *Politique Africaine* 29: 71-86.
- Geffray, Christian. 1990. *La cause des armes au Mozambique*. Paris: CREDU- Karthala Editions.
- Harlow, Barbara. 2002. "Looked Class, Talked Red: Sketches of Ruth First and Red-lined Africa". *Meridians* 3(1): 226-51. Harlow, Barbara. 2004. "Red lines and green books: Ruth First in Libya". *Current Writing: Text and Reception in Southern Africa* 16(1): 15-32.
- Harlow, Barbara. 2011. "Public Spheres, Personal Papers, Pedagogical Practices: Ruth First's Academic Postings to/from Dar es Salaam and Maputo". *Africa Development* 35(4): 47-67.
- Linhart, Robert. 1976. *Lénine, les paysans, Taylor: essai d'analyse matérialiste historique de la naissance du système productif soviétique*. Paris: L'Éditions du Seuil.
- Mamdani, Mahmood. 1992. "Research and transformation: reflections on a visit to South Africa". *Economic and Political Weekly*, 27(20/21): 1055-62.
- O'Laughlin, Bridget. 2014. "Ruth First: A Revolutionary Life in Revolutionary Times". *Review of African Political Economy* 41(139): 44-59.

- O’Laughlin, Bridget. 2013. “The Legacy of Ruth First in Development Studies: Critical Thinking in Revolutionary Politics”. *Development and Change* 44(3): 739- 751.
- Saul, John. (ed.) 1985. *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*. New York: Monthly Review Press.
- van den Berg, Jelle. 1987. “A Peasant Form of Production: Wage- Dependent Agriculture in Southern Mozambique”. *Canadian Journal of African Studies* 21(3): 375-89.
- Wolpe, Harold. 1985. “The Liberation Struggle and Research”. *Review of African Political Economy* 12(32): 72-78.

## **Apêndice: Projectos de investigação integrados no curso de desenvolvimento**

- 1979: Relações entre machambas estatais, cooperativas e agricultura familiar na região do Baixo Limpopo, Província de Gaza.
- 1979: A transformação da produção de algodão na Província de Nampula.
- 1980: Produção alimentar e culturas de exportação numa economia regional: algodão e chá em Lugela, Província da Zambézia.
- 1980: A transformação da administração local em Lugela, Província da Zambézia.
- 1981: Plantações de chá, reservas de mão-de-obra e culturas de rendimento na Alta Zambézia.
- 1981: Processo laboral, produtividade e estabilização da força de trabalho no Porto de Maputo.
- 1982: Diferenciação de camponeses e desenvolvimento das cooperativas no Distrito da Angónia, Província de Tete.
- 1982: Produtividade, processo de trabalho e recrutamento de mão- de-obra no sector estatal: o Complexo Agro Industrial da Angónia.
- 1983: Circuitos comerciais rurais em Marracuene, Província de Maputo.

## RUTH FIRST E O MINEIRO MOÇAMBICANO<sup>37</sup>

*Marc Wuyts*

### Introdução

Nas suas relações de trabalho com o Centro de Estudos Africanos (CEA), Ruth First esteve em Moçambique duas vezes: a primeira, em 1977, para dirigir um projecto de investigação sobre a exportação de mão-de-obra migratória para as minas da África do Sul e, a segunda, em 1979, como directora de investigação do CEA, tendo permanecido até 1982, altura da sua morte. Neste período, Ruth foi responsável pela montagem e operação do Curso de Desenvolvimento. Antes da sua vinda a Moçambique, em 1975, ela passou algum tempo na Universidade de Dar-Es-Salaam (onde eu estava então a trabalhar no Departamento de Economia), como docente na área de Estudos de Desenvolvimento. Durante a sua estadia em Dar, Ruth fez uma rápida visita a Maputo, onde conheceu Aquino de Bragança, Director do CEA, e Fernando Ganhão, Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.

Há muitos anos que Aquino de Bragança era confidente de líderes da FRELIMO e, tal como Ruth, tinha sido jornalista durante muitos anos, escrevendo principalmente para a *Revue Tiers Monde*. Fernando Ganhão, um historiador, juntara-se à FRELIMO nos anos sessenta, onde foi professor na Escola da FRELIMO em Dar-Es-Salaam. Após a independência, foi nomeado Reitor da Universidade. Ambos acordaram que ao longo de 1977 Ruth viria trabalhar [no CEA], para leccionar um curso de História da África Austral e para empreender um projecto de investigação sobre trabalho migratório.<sup>38</sup>

---

37 Este texto foi inicialmente publicado em língua inglesa com o título “Ruth First and the Mozambican Miner”. *Review of African Political Economy*. Vol. 41. n.º. 139. 2014: 60-83. Agradecemos aos autor e editores da revista pela autorização para a sua publicação em língua portuguesa. Tradução de António Roxo Leão e edição dos organizadores deste livro.

38 Após o seu regresso a Moçambique, Ruth convidou-me para me juntar a ela no CEA, para fazer investigação sobre o mineiro moçambicano. Subsequentemente, candidatei-me a uma posição na Universidade Eduardo Mondlane, onde trabalhei na Faculdade de Economia e no CEA, entre Agosto de 1976 e Dezembro de 1983.

Quando arrancou, no início de 1976, o CEA estava destinado a ser um centro de investigação sobre história e antropologia, dividido em duas secções, representando diferentes períodos pré-coloniais e coloniais. Os seus investigadores moçambicanos eram principalmente Bacharéis provenientes do Departamento de História e que se encontravam a trabalhar nos seus projectos de investigação individuais. Houve uma série animada de apresentações em seminário feitas por estes jovens graduados e por vários académicos visitantes (historiadores, arqueólogos, antropólogos), entre os quais alguns conhecidos académicos franceses que trabalhavam sobre África. Pouco se fez, porém, sobre questões contemporâneas e nada sobre os desafios da transição pós-independência.

Embora Ruth não estivesse em Moçambique, no ano de 1976, esteve intensamente envolvida com o CEA, uma vez que estava ocupada a preparar as suas aulas e o programa de investigação para 1977. Esta preparação teve os seus percalços, mais não fosse pelas mensagens confusas que Ruth recebia continuamente de Maputo sobre o trabalho que era suposto realizar em 1977. Na altura, o CEA estava profundamente envolvido em planos para montar uma nova faculdade de ciências sociais. Isso deu azo a muita conversa mas pouca acção, para além da interminável apresentação de esboços de curricula para as disciplinas, todos eles rejeitados pelo Reitor. Nessa altura, essa faculdade não chegou a se materializar. As mensagens contraditórias sobre as aulas que deveria leccionar em 1977 suscitaram preocupação. O problema principal era a falta de uma perspectiva clara de desenvolvimento - ou, mais precisamente, uma perspectiva clara da economia política do desenvolvimento - nos vários esboços do curriculum do curso. Por exemplo, numa carta a David Wield (21 de Setembro de 1976),<sup>39</sup> Ruth comentava: (...) posso dizer que se eu desse uma disciplina sobre a África do Sul, haveria de inseri-la depois da concepção do curso de desenvolvimento ... de qualquer modo, menos história e mais economia política, mas não o diga em voz alta às pessoas erradas (...).

Aquino de Bragança providenciou o empurrão inicial que haveria de mudar a direcção da investigação no CEA quando, em fins de 1976, começou um pequeno projecto de investigação (ou, mais exactamente, um estudo teórico) sobre a "Questão Rodesiana", quando se aproximava a Conferência de Genebra sobre o Zimbabwe. Aquino estava então profundamente envolvido com o processo de descolonização do Zimbabwe, na qualidade de assessor da direcção da FRELIMO, o que o levou a inúmeras discussões com a *Zimbabwe African National Union* (ZANU), então baseada em Moçambique. Samora Machel pediu a Aquino que preparasse um documento de contextualização

---

39 2014 ROAPE Publications Ltd. Email: mewuyts@gmail.com *Review of African Political Economy*, 2014 Vol. 41, No. 139, 60 -83, <http://dx.doi.org/10.1080/03056244.2014.878077> Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

sobre a situação socioeconómica do Zimbabwe, dado que a FRELIMO queria entender melhor quais os problemas, tensões e contradições, que poderiam emergir durante o processo de descolonização.

O relatório em si não foi um grande trabalho de investigação, pois os materiais sobre a Rodésia/Zimbabwe eram escassos em Moçambique e, ninguém, de entre os membros da equipa, era conhecedor do caso do Zimbabwe. Em termos de conteúdo, portanto, foi uma iniciativa muito modesta, embora tenha sido bem-recebida e subseqüentemente publicada em livro, em português e inglês (CEA, 1977a; 1980) e, como artigo, na *Revue Tiers Monde*, em Janeiro de 1979. Mas a própria experiência - um processo intenso de investigação, redacção e edição de equipa, temperado com discussões fascinantes de grupo, presididas por Aquino, tudo isso a uma velocidade estonteante, em cerca de cinco semanas - teve grande significado. Para o CEA, teve um efeito parecido com um choque eléctrico.

Foi o projecto de investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, que transformou esse choque numa nova prática de investigação. Foco-me, aqui, em como este projecto serviu de catalisador na mudança das práticas de investigação no CEA, introduzindo três inovações: (1) um enfoque na situação “real” (tomando em consideração as suas raízes históricas), em vez da história; (2) uma mudança da investigação individual para uma investigação predominantemente de equipa e fundada no trabalho de campo; e (3) a introdução de um sentido de urgência (política) na investigação, para responder aos desafios imediatos da transição.

## **Luta por espaço: contestando a natureza da investigação aplicada**

Para Ruth, este projecto não era sobre história, mas destinava-se a investigar os desafios que se colocavam à transição para o socialismo em Moçambique, em relação aos ganhos em moeda externa (mais precisamente do ouro), através da exportação de mão-de-obra para as minas, numa situação herdada do sistema colonial. O primeiro obstáculo a ultrapassar, porém, era negociar espaço para fazer este tipo de pesquisa. Não era uma questão sem importância. Na verdade, quando Ruth foi falar com o Reitor, com o pedido de fazer a investigação em sete meses (incluindo um mês de trabalho de campo), a sua resposta imediata foi: “Porquê sete meses? Não pode ser feita em muito menos tempo?” Ruth ficou absolutamente surpreendida com a resposta. Ela sabia muito bem que um projecto de investigação desta natureza, não se podia permitir um longo tempo de gestação, dado que a velocidade da transição podia

tornar obsoleto o seu produto subsequente. Foi por isso que ela concebeu fazer a pesquisa no mais curto período possível para gerar um produto que fosse relevante para a formulação de políticas (num tempo em que havia mudanças importantes a acontecerem todas ao mesmo tempo), mas com suficiente profundidade de análise para chegar a visões e conclusões com sentido. A resposta do Reitor, porém, não só sugeriu o seu desacordo sobre o tempo envolvido, como também reflectiu profundamente sobre concepções conflitantes relacionadas com a questão da investigação no contexto de Moçambique.

Difícilmente se teria um contraste maior entre a Universidade de Dar-Es-Salaam e a Eduardo Mondlane nessa altura. A Universidade de Dar-Es-Salaam era um lugar animado que envolvia indiscriminadamente académicos, funcionários e estudantes locais e estrangeiros, que agiam como um íman, atraindo intelectuais de esquerda de todo o mundo, incluindo Ruth First. Pelo contrário, a Universidade Eduardo Mondlane mal tinha começado a enfrentar o processo de transformação de uma instituição colonial racialmente desequilibrada, com as marcas da longa história de dominação fascista em Portugal (terminada com o Golpe de Estado de Abril de 1974). O ensino e a investigação em análise social eram particularmente limitados pois, embora a universidade tivesse uma Faculdade de Economia (e Gestão) e uma Faculdade de Letras (onde se leccionava línguas, literatura e história), não tinha uma Faculdade de Ciências Sociais (de Brito 2011). Após a independência, a maior parte do pessoal académico partiu, como parte do êxodo massivo da população colona portuguesa. Os que ficaram, porém, eram principalmente jovens académicos, muitos dos quais tinham estado ligados a vários movimentos políticos clandestinos de esquerda, de que o mais proeminente era o Partido Comunista Português. O vazio de professores foi gradualmente preenchido pelo recrutamento de professores de praticamente todos os cantos das esquerdas, do Leste e do Ocidente.

Este era, então, um tempo de luta intensa pela definição do papel da universidade num período de transição e, mais especificamente, sobre como transformar as práticas de ensino e investigação. Também envolvia uma contestação intensa sobre se o marxismo devia ser ensinado como doutrina ou se como um método de pesquisa, e sobre qual devia ser o seu papel na investigação. Será porém ingénuo dizer que estas lutas só tiveram lugar entre o pessoal expatriado. Pelo contrário, elas existiam igualmente entre a comunidade académica moçambicana com toda a sua diversidade de anteriores filiações políticas. No entanto, uma característica distintiva destas lutas era que tendiam a funcionar mais por “posicionamento” - ou seja, por restrição do espaço para visões alternativas - do que através de um debate aberto (sobre o qual o Reitor mantinha um controlo um tanto apertado).

Era bastante comum, na altura, e o Reitor Ganhão era um expoente importante dessa visão, começar por fazer uma distinção rígida entre a investigação “pura” e a investigação “aplicada”, para então seguir argumentando que a primeira requeria uma reflexão profunda (teórica) e muito tempo, enquanto a segunda consistia principalmente em recolher dados no âmbito de enquadramentos predeterminados. A investigação pura era considerada um luxo, que Moçambique não podia pagar nesse momento. Dava-se prioridade à investigação “aplicada” que, nesta visão, não se preocupava em descobrir novos pontos de vista. Em vez disso, tratava da “mera” aplicação de conhecimento e não a sua produção, uma tarefa que poderia ser realizada muito rapidamente e por rotina. Esta visão era particularmente dominante na Faculdade de Economia, onde a investigação económica aplicada consistia principalmente em recolha de dados para a planificação e implementação de políticas, usando técnicas padronizadas de planificação. Com algumas notáveis excepções como, por exemplo, um artigo não publicado de Joaquim Brum sobre a periodização do desenvolvimento industrial em Moçambique, e o trabalho conjunto de Pereira de Moura e Amaral (1978) sobre a estimativa do Produto Nacional Bruto (PNB), cujo enfoque na economia era em planificação, não em análise.

A visão dominante, portanto, era de que a investigação aplicada consistia em preencher os detalhes de um problema, de resto “conhecido”, firmemente alicerçado em premissas, assumpções e planos pré-estabelecidos. A noção oposta, que Ruth defendia, era que a investigação aplicada envolvia inevitavelmente um acto de descoberta que conduzia a inferências e conclusões que podiam pôr em questão assumpções e ideias e, assim, nem sempre podiam ser esperadas nem bem-vindas. A investigação aplicada deve entrar no domínio das visões contestadas sobre como definir um problema ou procurar a sua solução. A luta por espaço, portanto, não era apenas um argumento sobre a quantidade de tempo que envolvia, mas também o papel da investigação num processo de transição: se envolvia a execução ou a implementação passiva de políticas, ou se, pelo contrário, havia um envolvimento activo e crítico com as políticas.

Ruth precisou de todo o seu poder de persuasão para ultrapassar essa primeira barreira. Ela reforçou a sua reputação ao conseguir que o Reitor concordasse com este projecto nos termos do âmbito e duração propostos, embora o Reitor o tivesse na conta de um luxo. Crédito seu, o Reitor também assumiu um risco substancial ao deixar que o projecto avançasse, porque o espaço para uma investigação académica social e económica crítica sobre os desafios da transição era virtualmente inexistente, ou não era visto com bons olhos pelas estruturas do partido e do Estado. Para Ruth, portanto, a conclusão pontual deste projecto tornou-se uma necessidade absoluta, não apenas por direito



próprio, como também para abrir espaço intelectual para um envolvimento crítico com as políticas através da investigação.

## **Desenvolvendo uma nova abordagem e método de investigação colectiva no CEA**

A investigação sobre “O Mineiro Moçambicano” foi uma iniciativa acordada entre Aquino e Ruth aquando da sua visita a Moçambique em Dezembro de 1975. A investigação deveria ser desenvolvida por Ruth durante a sua primeira estadia em Moçambique, planeada para 1977. Foi em Fevereiro desse ano que a FRELIMO realizou o seu III Congresso, o qual iniciou uma segunda onda de mudanças radicais em Moçambique, num curto espaço de tempo.

Após a tomada de posse do Governo de Transição em 1974, seguido pela independência em 1975, Moçambique estava num caos considerável, mais não fosse, por causa do êxodo de grande parte da comunidade colona portuguesa, que representava a maior parte da mão-de-obra qualificada e os donos da maior parte das empresas de média dimensão, enquanto os grandes investimentos eram detidos por capitais portugueses ou estrangeiros. O aparelho de Estado perdeu a maior parte do seu pessoal qualificado e a sua capacidade de garantir uma administração eficaz praticamente desabou. A resposta imediata da FRELIMO foi basear-se numa mobilização alargada de pessoas, através da criação, por todo o país, de grupos dinamizadores: grupos de 8 a 10 membros escolhidos pelas populações nos bairros, aldeias rurais e locais de trabalho. As suas tarefas eram bastante complexas: esperava-se deles não apenas que explicassem as directivas da FRELIMO à população, mas que também administrassem a organização prática da sociedade e do trabalho a nível local. Isso incluía tratar de assuntos como casamentos e divórcios, resolver litígios locais, organizar grupos de vigilância contra a sabotagem económica, lançar campanhas de alfabetização e fazer reuniões de massas para discutir assuntos locais. Estes grupos dinamizadores foram indubitavelmente os principais veículos através dos quais se forjou a mudança social nesse período inicial. A sua composição era heterogénea, um aglomerado de forças “patrióticas” na luta contra os resquícios da sociedade colonial, mas com posições de classe divergentes, o que resultava frequentemente em discussões acaloradas entre os membros e a população sobre o que fazer e como fazer. Estas lutas também reflectiam contradições reais e deram a esse processo inicial de mudança uma vitalidade notável, alimentada pelo debate e a experimentação a nível local.

Porém, mais uma onda radical estava iminente. Quando a FRELIMO realizou o seu III Congresso (o primeiro congresso após a independência) em Fevereiro de 1977, decidiu, de forma bastante inesperada, transformar o movimento de libertação em partido marxista-leninista (de vanguarda), partido



enraizado numa aliança operário-camponesa. Na sua esteira, os grupos dinamizadores foram gradualmente desactivados e substituídos por células do partido. A partir daí, o âmbito da iniciativa a nível local e a sua vitalidade foram consideravelmente prejudicados. As políticas económicas foram centralizadas sob o comando de uma nova Comissão de Planificação que adoptou uma planificação centralizada ao estilo soviético como principal instrumento para efectuar a mudança económica. Esta focava-se na expansão do sector estatal e na integração acelerada dos camponeses em aldeias comunais e cooperativas de produção. Apesar das várias camadas de retórica, impressionou-me, na altura, especialmente no que respeitava à economia, o facto de o processo de mudança ser essencialmente visto como a construção de algo radicalmente novo (i.e. *tabula rasa*), mais do que um processo gradual de transformação do velho em algo novo. Isto, mais uma vez, reforçou o enfoque na planificação ao invés de análise. Para além disso, era um tempo de grande esperança - particularmente na Comissão do Plano - em que Moçambique conseguiria contar com o apoio massivo da União Soviética para construir uma nova economia socialista. Tudo isto apontava para a elaboração de um plano para um futuro radicalmente transformado, mais do que ter de enfrentar a compreensão das estruturas e processos do passado e do presente.

Foi nesse contexto (bastante eufórico) que Ruth chegou para empreender um estudo realista sobre a exportação de mão-de-obra mineira - por excelência, uma estrutura colonial herdada. Inicialmente, ela tinha na ideia realizar este projecto em conjunto com apenas alguns investigadores - três ou quatro, no máximo - mas abriu-se a sugestões. Com base na nossa experiência anterior com o estudo da "Questão Rodésiana", David Wield e eu propusemos um esforço colectivo, envolvendo todos os investigadores associados ao CEA. Ruth aceitou a ideia, embora hesitante de início, porque tinha plena consciência dos riscos envolvidos: por um lado, o compromisso arriscado entre um produto mais rico contra uma maior incerteza quanto ao resultado e, por outro, um aumento inevitável do trabalho organizacional. Ruth também estava particularmente consciente de que se não produzíssemos um relatório acabado no final do período, a teoria do Reitor sobre o luxo da investigação sairia com uma pontuação bastante alta e, consequentemente, o espaço para este tipo de investigação seria seriamente restringido ou simplesmente encerrado. Falhar não era uma opção que ela quisesse arriscar, mas o factor decisivo para ela foi que este processo beneficiaria os investigadores moçambicanos através do processo colectivo de aprendizagem pela prática da investigação.

O estudo sobre a mão-de-obra mineira tornou-se assim o primeiro projecto colectivo do CEA baseado no terreno. O problema foi que nenhum de nós tinha experiência de organização de um projecto de investigação colectiva desta natureza, particularmente não nesta escala de calendário. A equipa nuclear

consistia num grupo heterogéneo de 12 investigadores do CEA com diferentes formações disciplinares - história, antropologia, sociologia, política, direito, engenharia e economia - e níveis diferentes de experiência de investigação. Ruth não tinha nenhum modelo “pronto-a-usar” pelo que o processo seguido só poderia ser descrito como uma improvisação reflectida de tentativa e erro. O primeiro problema que teve de enfrentar foi como moldar este grupo de investigadores numa equipa razoavelmente coerente. A sua resposta a isto foi a criação de um seminário semanal. Inicialmente, o seminário funcionou como grupo de estudo, tornando-se depois num seminário de discussão, com apresentações feitas pelos membros da equipa de investigação e, finalmente, terminando como uma oficina prática para elaborar questionários, organizar a recolha de dados secundários e discutir as constatações preliminares, antes do trabalho de campo nas zonas rurais (que teve lugar em Julho de 1977).

O grupo de estudo viria a forjar um entendimento teórico comum do trabalho migratório na África Austral e da especificidade das estruturas e processos coloniais herdados por Moçambique, particularmente (mas não exclusivamente) com relação à exportação de mão-de-obra do sul de Moçambique. Começámos por discutir a literatura mais vasta sobre o desenvolvimento de sistemas de trabalho migratório na África Austral, mas focámo-nos particularmente no estudo das contribuições teóricas de académicos marxistas como Harold Wolpe (1972) e Martin Legassik (1974), entre outros. O grupo de estudo transformou-se num seminário quando nos virámos para o contexto moçambicano, com uma série de apresentações feitas por membros da equipa. António Nogueira da Costa e Luís de Brito fizeram um seminário sobre periodização da economia colonial e o seu impacto sobre a diversificação regional das estruturas rurais coloniais em Moçambique. Luís de Brito e António Pacheco falaram sobre como os acordos entre os Estados de Portugal e da África do Sul limitaram a exportação de mão-de-obra ao sul de Moçambique<sup>40</sup> e institucionalizaram um sistema em que o pagamento de parte dos salários dos mineiros era diferido para o seu regresso a Moçambique e pago em ouro (ao preço corrente oficial do ouro) ao governo colonial. David Wield apresentou um seminário comparando o seu próprio trabalho sobre a periodização do desenvolvimento industrial em Moçambique, com um trabalho semelhante feito por Joaquim Brum no Departamento de Economia. Subsequentemente, o seminário tornou-se numa oficina prática, quando focámos a nossa atenção na recolha e análise preliminar de dados secundários sobre o fluxo de mão-de-obra migratória para a África do Sul, e formulávamos questionários - sobre histórias de trabalho e sobre a composição dos agregados familiares rurais, produção agrícola e emprego. Neste contexto, David Wield fez uma apresentação muito útil sobre o mínimo que tínhamos que saber sobre mineração

---

40 64 M. Wuyts Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

como um processo de produção e sobre a terminologia usada nas minas sul-africanas para revelar diferentes categorias de trabalhadores. A análise preliminar de dados recolhidos foi apresentada ao seminário, passando este, assim, a ser gradualmente transformado num fórum para discutir o progresso do trabalho, o que tornou as discussões mais focadas e concretas. Através deste processo, o grupo evoluiu para uma equipa de investigação mais coesa.

Inicialmente, a recolha de dados focou-se na familiarização com o sistema de recrutamento e emprego da mão-de-obra mineira moçambicana. O recrutamento de mão-de-obra (mineira) migratória na África Austral era monopólio da *Witwatersrand Native Labour Association* (WENELA), a organização de recrutamento de mão-de-obra da Câmara das Minas, representando os interesses colectivos dos seus membros (que incluíam a maior parte das principais companhias mineiras da África do Sul). A WENELA tinha uma sede em Maputo e uma série de *compounds* espalhados pelo sul de Moçambique, onde os trabalhadores recrutados eram aglomerados e posteriormente despachados para as minas. A sede era o lugar onde se podia ter acesso aos dados históricos sobre o recrutamento de mão-de-obra para as minas e conhecer as estratégias e táticas da Câmara das Minas relativamente ao recrutamento de mão-de-obra de Moçambique. Os ajuntamentos providenciavam os locais onde recolher histórias de trabalho dos que iam para ou voltavam das minas.

Das primeiras viagens aos ajuntamentos de trabalhadores recrutados em Maputo e próximo da fronteira com a África do Sul, cedo ficou claro, para nós, que estávamos no meio de uma situação extremamente volátil. Os trabalhadores estavam nervosos e inseguros quanto ao seu futuro dado que houvera lugar a reduções pronunciadas no recrutamento de mão-de-obra a partir de 1976. Reinava a confusão entre os mineiros sobre quem estaria por trás dessas reduções: a Câmara das Minas da África do Sul ou o Governo de Moçambique? A maior parte acreditava que era o Governo de Moçambique que estava a restringir o trabalho migratório. Não é de surpreender que os trabalhadores tivessem essa visão, dado que a atitude da maior parte dos quadros locais do Estado e do partido relativamente aos mineiros era, no mínimo, ambígua, se não hostil. Ir para as minas era considerado como um vício moral ou um reflexo de falta de patriotismo.

Ruth era muito escrupulosa quando se tratava de lidar com mineiros nos ajuntamentos da WENELA e com os quadros locais moçambicanos. Ela insistia em que, durante cada visita, se devia dar uma explicação relativamente a quem éramos nós e o que queríamos saber dos mineiros. Para esse fim, António Pacheco preparou uma linha padrão de discurso - cuidadosamente elaborada, sem promessas, sem agitação - que ele apresentaria nos encontros públicos antes da realização das entrevistas. Quando se tratava de lidar com

a gestão sul-africana do escritório da WENELA, a abordagem era muito diferente. Nesses casos, Ruth retomava as suas qualidades de jornalista de investigação. O gerente da WENELA ficava encantado com as frequentes visitas de Ruth e gostava de falar com ela, o que fazia com que fosse muito menos cuidadoso do que deveria ser. Ruth era excepcionalmente competente a extrair informação confidencial às pessoas. Normalmente, ela fazia essas entrevistas juntamente com David Wield, que conseguia ler um texto “de pernas para o ar” com uma facilidade notável. Enquanto Ruth mantinha o gerente ocupado,<sup>41</sup> entrevistando-o ou conversando, David lia tranquilamente as mensagens que se encontravam em cima da secretária. Alternativamente, Ruth perguntaria se podia voltar a ler um telex anódino que ele lhe tinha mostrado antes e, enquanto consultava a pasta com os telexes, passava rapidamente os olhos sobre o conteúdo de outros textos muito mais importantes. Destas visitas, e de outras visitas paralelas ao Ministério do Trabalho moçambicano, ficou claro que, ao contrário do que os mineiros pensavam, a iniciativa de reduzir o contingente de mineiros partiu da Câmara das Minas sul-africana. O número de mineiros reduziu drasticamente a partir de 1976 e o recrutamento foi restringido a trabalhadores com experiência (os que tinham um certificado válido de renovação do emprego). Ficou claro que esta medida não era temporária, mas uma ruptura definitiva com as práticas do passado. No seminário, especulámos sobre as razões desta nova evolução: seria que a Câmara das Minas pretendia internalizar o recrutamento de mão-de-obra na África do Sul, na sequência do aumento dos salários nas minas e do aumento do desemprego na África do Sul no início dos anos setenta, ou seria uma iniciativa deliberada contra Moçambique, para evitar a ameaça de uma retirada súbita da mão-de-obra, instigada pelas autoridades moçambicanas ou para privar Moçambique de uma importante entrada de moeda externa e rendimentos rurais.

Esta questão das reduções no recrutamento imbuíu a nossa investigação com um sentido de urgência ainda maior. A situação estava a mudar rapidamente, o que, para Ruth, reforçava o imperativo de focar a atenção da nossa pesquisa na direcção em que se estava a mover também o sistema do trabalho migratório, e não apenas sobre como ele funcionava (ou, mais precisamente, costumava funcionar). Também colocava a investigação particularmente e directamente no domínio das políticas, dado que parecia haver pouca consciência, entre as estruturas do partido e do Estado moçambicano, sobre as potenciais consequências económicas e sociais desta redução dramática do recrutamento de mão-de-obra. A posição prevalecente sobre a mão-de-obra mineira tendia a ser passiva, mas ambivalente: a mão-de-obra mineira era tolerada como resquício do passado sem grande consideração pela profundidade das suas raízes nos processos e estruturas económicas existentes. A questão de como

---

41 *Review of African Political Economy* 65 Downloaded by [Open University] at 01:53 19 April 2014

transformar esse sistema profundamente enraizado de trabalho migratório e o que isso implicava para a natureza das políticas económicas a seguir nunca foi considerada com seriedade.

O mês de Julho era um período de férias de aulas em que os alunos (e os funcionários) eram chamados a empreender actividades extracurriculares, envolvendo normalmente trabalho de campo em todo o país. No início de 1977, as cheias no vale do Limpopo tinham causado grandes perturbações na província de Gaza, no sul de Moçambique. O Governo respondeu com a aceleração do processo de reassentamento das comunidades rurais em aldeias comunais. Esperava-se então que a universidade dedicasse as suas actividades de Julho à realização de um levantamento massivo, em nome da Direcção Nacional de Habitação (que era responsável pelo reassentamento). Foi necessário um grande esforço da parte de Aquino de Bragança e Ruth First para convencer o Reitor a não só isentar a equipa de investigação do CEA desse enorme compromisso, como também a destacar um grupo de estudantes (provenientes de várias faculdades), para se juntarem ao projecto de investigação rural. Nós não podíamos realizar a nossa pesquisa em Gaza, porém, tendo de nos limitar à província de Inhambane. A ideia original de Ruth era cobrir ambas as províncias para comparar as terras mais férteis do vale do Limpopo com as terras mais secas de Inhambane.

A logística do trabalho de campo na investigação rural era assustadora. Após uma breve oficina preparatória para treinar os estudantes para o trabalho de terreno, a equipa foi despachada para Inhambane e dividida em cinco brigadas, colocadas em lugares diferentes, e uma brigada móvel (constituída por Ruth First, eu e Salomão Zandamela, o motorista do CEA). Pelo menos dois membros da equipa nuclear do CEA asseguravam a direcção de cada brigada. Quando a poeira assentou, a dimensão total da equipa de investigação tinha ultrapassado os 40 elementos, com a adição de quadros dos serviços locais do trabalho e da agricultura.

Um importante problema com que deparámos foi a ambivalência generalizada em relação ao trabalho migratório entre os quadros do Governo e do partido. Por exemplo, numa reunião pública, numa aldeia, em que eu e Ruth participámos (juntamente com membros de uma das nossas brigadas), vários homens se levantaram para expressar a sua preocupação sobre a quebra do recrutamento ou a sua incapacidade de conseguir um novo contrato, ao que o presidente do grupo dinamizador respondeu caracterizando o trabalho nas minas como estando em oposição directa com a construção do socialismo. Após a reunião, o presidente da mesa convidou-nos para tomar chá em sua casa. Era muito aberto e honesto nas suas discussões connosco, altamente engajado com as políticas da Frelimo e claramente intrigado com o porquê

da nossa investigação sobre o trabalho nas minas, dado que não se tratava propriamente de uma prioridade política. Ainda assim, mais tarde na nossa discussão, situou vivamente o seu dilema ao dizer que “há quem possa ir para as minas e ganhar dinheiro, mas eu tenho de ficar para trás para construir o socialismo.”

As instruções que as brigadas tinham eram para que explorassem as interdependências entre a entrada de remessas do trabalho assalariado, a saída de grandes quantidades de trabalho masculino da agricultura, e as dinâmicas da produção e acumulação rurais. O inquérito aos agregados foi concebido para recolher dados sobre a composição do agregado, a sua dependência do trabalho assalariado, o nível da sua produção agrícola e outras actividades locais não- agrícolas, e as suas fontes de rendimentos em dinheiro. O trabalho de campo não foi organizado em torno de qualquer hipótese prévia inflexível sobre a natureza destas inter-relações. Estávamos, claro, familiarizados com a literatura analítica sobre trabalho migratório da autoria de académicos marxistas sul-africanos que argumentavam - como mais tarde Ruth formularia - que “o acesso do trabalhador migrante e da sua família à produção doméstica fornece parte dos meios de subsistência de que o sector capitalista beneficia, e os meios, assim, pelos quais o capitalismo retira o poder da mão-de-obra barata” (First 1983, 7). Esta tese implicava que “os meios de subsistência adquiridos por um trabalhador estavam assim divididos em duas partes: os salários que lhe eram pagos directamente e durante o tempo em que estava empregado, e os salários indirectos que recebia sob a forma de apoio social derivado da agricultura familiar - isto é, tomar conta das mulheres, crianças e idosos, e tratar de si durante a doença e entre períodos de emprego” (*ibid.*). Tomámos isso como premissa orientadora mas não como uma hipótese rígida. Por exemplo, não partimos do princípio que esta força de trabalho, nos períodos de dispersão pelas zonas rurais onde havia sido recrutada, era meramente ou totalmente um exército de reserva de mão-de-obra (*ibid.*,8). A nossa abordagem era distintamente mais ecléctica e, portanto, sobrava um espaço considerável para a procura de outras hipóteses de trabalho, através de estudos de caso, que permitissem a diversidade na ênfase e abordagem de pesquisa pelas brigadas. Estava claro que isto era uma estratégia arriscada, mas criava um maior potencial para permitir visões mais ricas.

A brigada móvel experimentou uma aventura fantástica: dias de viagem em estradas e picadas rurais para visitar e discutir com as diferentes brigadas o progresso do trabalho, fazer sugestões e transmitir ideias entre brigadas, participar em reuniões, levar comida, entregar e recolher correspondência e, ocasionalmente, transportar para a cidade e de volta os que que adoeciam. Uma das brigadas perdeu-se, tendo ficado apenas quatro ou cinco dias na aldeia que lhe tinha sido distribuída (Sitila), após o que se afastou para longe, para

o interior dispersamente povoado da província de Inhambane, parando em cada uma das aldeias por alguns dias, antes de passarem à seguinte. Dado que eles se movimentavam mais depressa que a brigada móvel, não os conseguimos encontrar, sendo-nos sempre dito que eles já tinham ido mais adiante. Só ao fim de duas semanas conseguimos os localizar, ao fim de uma desesperada e ininterrupta busca de dez horas. Por pura coincidência, aconteceu-nos parar no mesmo restaurante à beira da estrada (um dos muito poucos que havia na área). Eles pareciam bastante satisfeitos, mas estavam com um aspecto terrível - nunca tinham parado por tempo suficiente para lavarem a roupa, fazer a barba ou mesmo cozinhar decentemente. Eles viram a pesquisa como devendo cobrir a maior área possível no mínimo tempo possível e, sem dúvida, bateram algum recorde, uma espécie precoce de avaliação rural rápida. Como resultado, não fizeram grande uso dos questionários, usando principalmente as reuniões das aldeias, discussões em grupo e, interessante, visitando escolas primárias e perguntando às crianças o que gostariam de ser no futuro. Apesar das importantes mudanças que estavam a ocorrer em Moçambique nessa altura, as crianças responderam, quase sempre, que haveriam de ir para as minas.

Felizmente, as outras brigadas permaneceram nos seus lugares e realizaram a pesquisa nos locais predestinados. Nas nossas primeiras discussões em seminário, tínhamos pensado que um bom ponto de partida seria que as brigadas identificassem quais os agregados que tinham uma história de trabalho migratório e as que não, para então identificarem o que as diferenciava. Na prática, a maior parte das brigadas descartou essa ideia nos primeiros dois dias. Logo ficou claro que todos os homens fisicamente aptos (à exceção dos professores, comerciantes e funcionários públicos) tinham uma história de trabalho nas minas. A partir daí, o enfoque e a abordagem adoptada por cada uma das brigadas divergiu substancialmente. Por exemplo, a brigada de Pembe centrou-se na questão do trabalho assalariado e da diferenciação dos camponeses na produção agrícola. Notaram que, embora a maior parte dos homens fisicamente aptos tivessem uma ligação ao trabalho nas minas, alguns faziam-no durante toda a sua vida laboral enquanto outros trabalhavam nas minas apenas no início das suas vidas de trabalho, usando as remessas dos salários para investir na agricultura, no comércio ou em ofícios locais (carpintaria, alfaiataria, etc.). Contrariamente, a brigada de Homoine escolheu uma abordagem mais histórico-antropológica e focou-se, em particular, na mudança das relações históricas entre o *lobolo* (compensação matrimonial em espécie ou em dinheiro), o imposto de palhota colonial e o nível dos salários em moeda nas minas. Outras brigadas seguiram outros pontos de vista diferentes, mas um tema comum que emergiu em todas as brigadas foi a natureza “salário- dependente” da produção e da acumulação agrícola. Para um jovem adulto se estabelecer na agricultura precisava, primeiro, de pagar o *lobolo*, fi-



nanciado pelos salários das minas, para casar. As remessas dos salários não serviam apenas para consumo, mas também para comprar terra, blocos e chapas de cobertura para as casas, tanques de água, comprar uma charrua e bois (para uso próprio e para prestação de serviços pagos a outros) ou para comprar ferramentas para vários ofícios como alfaiataria, carpintaria, fabrico de blocos, etc.

A fase final do projecto combinou a análise de dados, a redacção e a edição, tudo feito numa correria louca para a meta porque Ruth devia regressar à Inglaterra em princípios de Novembro. A tarefa de juntar as contribuições díspares dos diferentes autores com diferentes tradições e níveis muito variados de especialização e experiência num produto de trabalho coerente e de qualidade foi um desafio enorme, mesmo em condições mais favoráveis de limitações de calendário. Ruth fez toda a coordenação e a maior parte do trabalho editorial, para além de escrever uma parte considerável do relatório. O seu apartamento foi transformado numa casa editora: esboços, livros e artigos espalhados em cima das mesas ou no chão, capítulos meio escritos amontoados ao lado da máquina de escrever e um enorme mapa com os nomes de todos os envolvidos, especificando quem tinha o quê para ser entregue quando e a quem. Entre os períodos de redacção e edição, Ruth percorria toda a cidade para recolher esboços de autores e levá-los para serem traduzidos (quando necessário) e recolhia textos dos dactilógrafos (maioritariamente voluntários). Esta fase deixou algumas feridas pelo caminho porque o fim iminente do prazo deixava pouco espaço para referência de volta aos autores. Mais, Ruth sabia que a qualidade do produto exigia uma edição firme e, sem qualquer dúvida, ela era uma editora excelente e impiedosa. Um esboço que ela estivesse a editar ficava irreconhecível num instante, desmontado em vários fragmentos de papel espalhados em cima da mesa, que ela voltava depois a juntar numa colagem coerente, com texto manuscrito de permeio. A intenção original tinha sido que os seminários semanais deveriam continuar após o trabalho de campo, criando espaço para um retorno transparente sobre os textos editados e o trabalho em curso. Mas a correria para conseguir o produto final a tempo dispensou o processo de aprendizagem pela escrita. Só alguns dias após a partida de Ruth é que o esboço final ficou pronto. A impressão do livro demorou um pouco mais, pelo que Ruth só recebeu a primeira edição inglesa de “O Mineiro Moçambicano” após o seu regresso à Universidade de Durham, em Novembro.

## **Envolvimento crítico com as políticas**

O produto final foi um rico mosaico de argumentos, tabelas de dados, estudos de caso, histórias de vida, entrevistas detalhadas e canções (CEA, 1977b; ver



também First, 1983). Este exercício foi em grande parte um reflexo do estilo de escrita de Ruth. Também reflectiu a atitude dela para com a teoria, ao escrever sobre uma investigação concreta. Ela tinha uma grande amplitude de leitura e era muito interessada em teoria, questionando sempre, nunca tomando nada pelo que parecia ser. No seminário, durante o trabalho de campo nas zonas rurais, quando consultava os dados e durante a redacção, Ruth começava sempre pela, ou voltava sempre à teoria - sobre a natureza dos sistemas de trabalho migratório, sobre a diferenciação rural ou sobre a transição socialista. No entanto, ao escrever, nunca punha a teoria à frente, mas essa estava lá sempre, subjacente. Como jornalista investigativa, Ruth tinha “faro” para chegar às histórias e insistia em que devíamos manter a nossa narrativa o mais concreta possível. Para ela, a teoria não era para ser exibida, mas um veículo para dar vida a uma história. Na África do Sul, ela tinha feito isso, pondo a análise concreta em oposição ao regime do *apartheid*. Em Moçambique era diferente. Ela estava comprometida com o projecto de transformação socialista da FRELIMO, mas isso não queria dizer que ela tivesse perdido a sua perspectiva crítica. Pelo contrário, ela acreditava firmemente que a investigação comprometida mas crítica - alicerçada na teoria, mas concreta na sua análise - era uma necessidade, embora ela soubesse que o espaço para este tipo de investigação era virtualmente inexistente quando chegou a Moçambique. Para ela, “O Mineiro Moçambicano” era o veículo para abrir esse espaço, cautelosamente mas com firmeza. Na altura, penso que nenhum de nós, incluindo Ruth, tivéssemos plena consciência de quão crítico “O Mineiro Moçambicano” viria a ser em termos de questionamento das políticas da FRELIMO, não apenas em questões de emprego e trabalho migratório, como também na agricultura e no desenvolvimento macroeconómico. As diferentes vertentes desta crítica ficaram bem visíveis no produto final, mas os nós de um argumento coeso ainda não estavam todos apertados.

Em termos de emprego, podíamos prever a emergência de problemas importantes nas áreas rurais do sul de Moçambique por causa do grave corte no recrutamento de mão-de-obra para as minas e a sua restrição a trabalhadores experientes com um certificado válido para renovação de emprego (emitido pela última mina onde tinham trabalhado e válido por um prazo limitado). O efeito imediato foi que os jovens e os trabalhadores mais velhos, sem certificados válidos, já não tinham acesso a trabalho nas minas, mas o impacto total desta medida só teria sentido quando acabassem os contratos ainda em curso. A duração média de um contrato nas minas era de 15 meses, o que queria dizer que o sul de Moçambique estava perante uma crise iminente de desemprego. Para além disso, a nossa pesquisa mostrou até que ponto a economia rural do sul dependia da entrada de fundos provenientes do trabalho nas minas, não apenas para o consumo, mas também para a produção camponesa, fosse para a venda ou para o consumo próprio. Isso levou-nos a

descartar a hipótese de que a reprodução social dos trabalhadores e das suas famílias dependesse simplesmente dos rendimentos do trabalho assalariado suplementado pela produção agrícola de subsistência. Pelo contrário, argumentámos que a entrada de fundos das remessas alimentava a produção agrícola e a acumulação, resultando também em processos de diferenciação dos camponeses dependentes do salário. Por outras palavras, nós visualizámos a relação entre o trabalho assalariado e a produção agrícola, como interactiva e não cumulativa.

A implicação era que as mudanças na dinâmica do recrutamento de mão-de-obra para as minas afectavam profundamente a viabilidade e a vulnerabilidade da agricultura familiar no sul. Nos primeiros anos<sup>42</sup> a seguir à independência, essa vulnerabilidade estava escondida dado que o recrutamento continuava alto e os salários nas minas vinham aumentando desde 1973. A entrada de dinheiro na economia rural cresceu consideravelmente durante esse período, o que também levou a um aumento no investimento dos agregados na agricultura. A economia camponesa expandiu-se, mas essa dinâmica parou e foi invertida em 1976, quando a Câmara das Minas da África do Sul reduziu acentuadamente o recrutamento de mão-de-obra de Moçambique. O resultado foi não apenas o crescimento do desemprego, mas também o enfraquecimento gradual da produção rural e da acumulação, alimentando assim a necessidade de procurar entradas de dinheiro de outras fontes de emprego assalariado, agravando o problema do desemprego. Obviamente, estes processos demoraram a desenvolver-se e as suas consequências não ficaram imediatamente visíveis. As políticas agrárias fizeram pouco em resposta a este problema, em parte por causa do pressuposto firmemente afirmado que o campesinato em Moçambique dependia principalmente da produção de subsistência e, portanto, podia tratar de si próprio até que a mão-de-obra camponesa fosse gradualmente absorvida pelo sector socialista em crescimento. Implícito no nosso argumento, porém, era que as políticas agrárias deviam tratar essas vulnerabilidades dos camponeses, em vez de as ignorar, disseminando recursos de investimento (incluindo a sua canalização para a agricultura camponesa), em vez de os concentrar quase exclusivamente nas machambas estatais.

As implicações da nossa pesquisa relacionavam-se não apenas com emprego e desenvolvimento agrário no sul de Moçambique como também nas consequências macroeconómicas. Em 1977, o governo da África do Sul abandonou a sua política de manter fixo o preço oficial do ouro (na altura, num nível muito abaixo do preço do mercado) e permitiu que ele flutuasse, em linha com o preço mundial do mercado. Tal como Ruth rapidamente reconheceu, não se

---

42 *Review of African Political Economy* 69 Baixado pela [Open University] a 01:53, 19 de Abril de 2014.

tratou de uma simples medida monetária, mas de uma medida que teria consequências muito graves para Moçambique. Ela pediu-me que investigasse o tipo de impacto que esta medida poderia ter para Moçambique. Ao triangular diferentes conjuntos de dados sobre os níveis de emprego e a duração média da duração dos contratos, juntamente com informação sobre a evolução dos preços oficiais e de mercado do ouro retirados do *Financial Mail*, fiz uma estimativa das receitas de Moçambique em moeda externa derivadas da mão-de-obra mineira nos anos imediatamente após a independência, o que acabou por ser cerca de uma vez e meia mais que o nível das outras exportações juntas. Por outras palavras, as receitas em moeda externa provenientes dos pagamentos diferidos pela mão-de-obra mineira tinham mantido Moçambique à superfície no período imediatamente a seguir à independência. Isto explicava a estranha anomalia de Moçambique não ter uma crise na balança de pagamentos ao mesmo tempo que tinha uma grave crise de produção no mesmo período. Pelo contrário, Moçambique estava a amontoar reservas de moeda externa no mesmo período. O rápido declínio do emprego nas minas e a perda do prémio sobre o ouro (a diferença entre o preço de mercado e o preço oficial) estavam prestes a inverter esta condição. As projecções das receitas em moeda externa mostravam que Moçambique caminhava para uma crise catastrófica de moeda externa que tinha toda a probabilidade de desestabilizar a sua já frágil economia.

De acordo com as nossas projecções, a crise financeira iria provavelmente materializar-se a partir de 1979. Levantei a questão a Joaquim Brum, o Director da Comissão Nacional do Plano, que me respondeu que as receitas do trabalho migratório não eram mais que uma gota de água no oceano e, assim, insignificantes e irrelevantes para as preocupações de planificação de Moçambique. É possível que Brum desconhecesse genuinamente quanto Moçambique ganhava com o trabalho migratório. Na verdade, por instruções do Governador do Banco de Moçambique, as reservas de ouro de Moçambique eram geridas e mantidas em Pretoria. Alternativamente, poderia ser que ele estivesse a contar com uma assistência ao desenvolvimento de grande escala por parte da URSS, para financiar os esforços de desenvolvimento de Moçambique. Durante a maior parte do tempo da planificação centralizada, as inter-relações entre a acumulação real e a acumulação financeira eram pouco entendidas e a importância do dinheiro e das finanças largamente ignoradas, com dinheiro e crédito destinados a serem ajustados passiva e endogenamente aos ditames da planificação. Aquino e eu (Ruth já tinha partido de Moçambique, na altura) fomos falar com o Governador. Ele foi muito mais receptivo ao nosso argumento e confirmou que as nossas estimativas projectadas estavam surpreendentemente precisas (ao ponto de ele ficar preocupado com a possibilidade de ser acusado de ter passado informação secreta ao CEA).

A noção de que ao juntar e triangular diferentes pedaços de informação, era realmente possível chegar a uma estimativa razoável de uma “terceira” quantidade desconhecida não era algo prontamente aceite em Moçambique na altura, nem fazia parte das práticas comuns de análise de dados, que consistia em discutir fragmentos de dados um a um. O Governador ficou genuinamente preocupado com as inferências que tínhamos feito sobre a iminente crise financeira, mas não conseguiu convencer a Comissão do Plano da sua importância. Como acabou por acontecer, o fosso de moeda externa cresceu consideravelmente em 1979, quando o Governo embarcou num plano a 10 anos para um ambicioso esforço de investimento centrado no Estado. Isso levou a um aperto sério no consumo agregado, à medida que a crise financeira se aprofundava ao longo dos primeiros anos da década de 1980 (Wuyts 1981a, 1981b, 1989).

## **Conclusão: Ruth First e o curso de desenvolvimento**

A ideia do Curso de Desenvolvimento do CEA emergiu durante a redacção do resultado da investigação dos mineiros. Recebemos um pedido vindo do Departamento de História para criar uma licenciatura em História, como parte dos planos para a criação de uma faculdade de ciências sociais abrangente. Sem o conhecimento de Ruth, António Nogueira da Costa, um dos membros da nossa equipa, tinha sugerido ao Departamento de História que pedisse a Ruth para elaborar uma proposta para esse curso e, possivelmente, o dirigir. O facto de eles se dirigirem a Ruth não surpreendeu, pois, nessa altura, ela já tinha estabelecido a reputação de ser pessoa de uma organização eficaz e de produzir resultados. Ruth hesitou, porém, não porque considerasse que o pedido não era importante, mas porque os seus interesses pessoais se situavam claramente na economia política do desenvolvimento, não na história.

Ruth discutiu o assunto com Aquino de Bragança, David Wield e eu, levando-nos a apresentar uma contraproposta de organizar um Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento. A inspiração para esta proposta resultou directamente da nossa experiência com “*O Mineiro Moçambicano*”. O curso seria de âmbito interdisciplinar e focar-se-ia em questões da transição socialista em Moçambique, no contexto da África Austral. O seu curriculum seria construído em torno do ensino da investigação através do trabalho colectivo. Portanto, o curso ensinaria e, ao mesmo tempo, produziria resultados de investigação. Parecia ambicioso, mas também era realista, dadas as circunstâncias. Apercebemo-nos de que os materiais de ensino sobre Moçambique então disponíveis eram extramente limitados, devido à ausência de uma cultura e prática de investigação genuína na Universidade.

Foram esses os ingredientes sobre os quais, subseqüentemente, se construiu o Curso de Desenvolvimento. Ruth foi nomeada directora de investigação do CEA, para começar o curso em 1979, com uma equipa alargada de investigadores recrutados especificamente para o efeito. O Curso de Desenvolvimento tinha uma estrutura unificada, sem opções ou subespecializações, e envolvia o estudo em tempo parcial (cerca de 12 horas por semana durante os seus dois semestres, e um mês de trabalho de campo a tempo inteiro), destinado a estudantes que tinham empregos normais na universidade ou em diferentes estruturas do Governo. Cada um dos cursos foi desenhado em torno de um projecto de investigação colectiva bem dirigido, providenciando assim um terreno de formação em que os estudantes e o pessoal pudessem adquirir e desenvolver capacidades de investigação. Considerámos então que o curso cresceria baseado em si próprio: cada projecto de investigação acrescentaria materiais de ensino para o grupo seguinte, enriquecendo assim o âmbito e o conteúdo do curso. Por outras palavras, a filosofia subjacente era começar pequeno e depender dos efeitos combinados de projectos de investigação sucessivos, agrupados em torno de um tema comum (a transformação da produção e as condições da mão-de-obra) para aprofundar o conteúdo do curso. Esta perspectiva incluía inevitavelmente uma dimensão económica, mas não se ocupava de investigação em economia, como seria típico nessa disciplina. De facto, embora se desse muita atenção aos métodos empíricos, esses eram distintos do que então era normalmente ensinado na formação padrão em economia.

Quando começámos a planificar a primeira admissão e começámos a procurar estudantes potenciais, cedo ficou claro que o grupo de candidatos universitários com o nível de bacharelato era demasiado pequeno. Pelo contrário, os quadros que poderiam ocupar posições importantes nos ministérios do Governo, bancos e etc., apesar de normalmente não terem formação universitária, estavam profundamente envolvidos na prática de formulação de políticas, incluindo pensar sobre políticas. A realidade da herança colonial significava que o acesso à educação tinha sido extremamente limitado, particularmente para os moçambicanos negros. Em resposta, Ruth decidiu abrir o curso - que fora concebido para ser a nível de pós-graduação - a pessoas sem formação superior formal, mas cujo trabalho quotidiano confrontava com a necessidade de analisar problemas à medida que estes surgiam. Esta decisão era arriscada e altamente controversa e, sem surpresa, criou uma grande tensão em torno do estatuto do diploma dado aos estudantes. O Reitor concordou, relutantemente, mas queria um sistema de graduação em dois níveis: reconhecimento da pós-graduação para os que tinham o grau de bacharelato, enquanto os outros receberiam um certificado de frequência. Ruth opôs-se veementemente a isso, argumentando que, se os estudantes tinham feito o mesmo curso, deviam ser tratados igualmente. Como a experiência acabou por vir a demonstrar, o caso não foi de forma nenhuma que os estudantes com o nível de bacharelato tivessem melhor rendimento do que os que não tinham. A questão nunca foi

resolvida, mas todos os estudantes receberam um diploma, cujo estatuto, porém, foi deixado indefinido no quadro do sistema educacional moçambicano. Era portanto imperativo que o curso provasse o seu valor sobre uma reputação estabelecida - tanto local como internacionalmente - que pudesse servir como substituta da falta de certificação formal.

Para Ruth, o envolvimento total no ensino de quadros moçambicanos em investigação através de um processo de aprender fazendo, não foi uma desistência do seu forte compromisso com a luta de libertação na África do Sul, antes resultando da sua convicção profunda da unidade destas lutas no contexto da África Austral. Mais especificamente, ela via o Curso de Desenvolvimento como um veículo para consolidar o espaço para a formação de investigadores moçambicanos para se envolverem activamente em análises concretas e para explorarem alternativas sobre questões de transição, mesmo que isso significasse levantar questões desconfortáveis. Educar investigadores para pensarem com independência e criticamente foi, penso, a herança mais importante que Ruth deixou em Moçambique.

## Referências bibliográficas

- de Brito, L. 2011. Por uma sociologia sem fronteiras: O exemplo de " *O Mineiro Moçambicano*". Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia (mimeo).
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1977a. *A Questão Rodésiana*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1977b. *The Mozambican Miner: A Study in the Export of Labour*. Maputo: CEA.
- Centro de Estudos Africanos (CEA). 1980. *Zimbabwe - The Rhodesian Question*. Maputo: INLD.
- First, R. 1983. *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*. Brighton: Harvester Press.
- Legassick. 1974. "South African Capital Accumulation and Violence." *Economy and Society* 3 (3): 253- 291.
- Pereira de Moura, F. P. and Amaral, F. 1978. *Estimativa do Produto Interno de Moçambique: 1970- 1973-1975*. Universidade Eduardo Mondlane, Curso de Economia.
- Wolpe, H. 1972. "Capitalism and Cheap Labour Power in South Africa: From Segregation to Apartheid." *Economy and Society* 1 (4): 425 -456.
- Wuyts, M. 1981a. *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- Wuyts, M. 1981b. "The Mechanization of Present-Day Mozambican Agriculture." *Development and Change* 12 (1): 1- 27.
- Wuyts, M. 1989. *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Aldershot: Gower.

## PARTE II

---

# OUTROS OLHARES: FORMAÇÃO DE QUADROS, PESQUISA E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

*Lembro-me (...) dos cursos de desenvolvimento levados a cabo pelo CEA. Com um curriculum heterodoxo, estudantes sem credenciais académicas, e realizado fora dos regulamentos e cânones. Mas reconheço que fez muito do que devíamos ter feito na Universidade*

*valorizar o conhecimento das pessoas e as suas experiências, independentemente do lastro académico que possuíam.*

Narciso Matos

(Reitor da UEM, 1990-1995)



## O CURSO DE DESENVOLVIMENTO NO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS PELA VOZ DOS PARTICIPANTES (1979-1982) (MEMÓRIAS)

*Amélia Neves de Souto*

*“Os revolucionários propõem-se mudar o mundo. Têm para isso que o entender. Têm que estudar, investigar, interrogar permanentemente a realidade e interrogar também os instrumentos com que analisam a realidade. Só assim é possível intervir profundamente na sociedade e transformá-la.” (Bragança, 1984)*

### Introdução

O presente artigo baseia-se, fundamentalmente, nas narrativas e nas memórias dos participantes aos Cursos de Desenvolvimento realizados pelo CEA há trinta e oito anos. Perante a falta de documentação sobre os cursos, estas narrativas são importantes pois trazem consigo a representação da realidade vivida pelos cursantes, e a sua compreensão e memória sobre esta. Como refere Paul Ricoeur, a historicidade da experiência humana pode expressar-se verbalmente apenas como narratividade, “porque pertencemos à história antes de contarmos histórias ou de escrevermos a história”.<sup>43</sup>

Embora tenha sido uma realidade comum partilhada pelos cursantes, verificamos que as narrativas e as memórias diferem e, muitas vezes, se contradizem.

---

43 *Apud*, Teoria Narrativa. Publicado em Esther Cohen (de.), *Aproximaciones. Lecturas del texto*. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1995. pp. 257-87, p.3, <http://www.lpimentel.filos.unam.mx/sites/default/files/textos/teoria-narrativa.pdf>, Consultado a 10 de Fevereiro de 2014.

E diferem pela forma como cada um sentiu, viveu e participou nos cursos e como foram seleccionados. Diferem também consoante o grau académico que possuíam na altura, os interesses (pessoais, académicos, políticos, etc.) que os motivaram a participar e ainda pelas vivências, experiências e trajetórias do passado de cada um. Porque, de facto, a memória, é uma representação selectiva do passado, um passado que nunca é aquele de um único indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar e social. O tempo entre o acontecimento e a narrativa histórica que pretendem partilhar é longo, e a experiência profissional e de vida entre o acontecimento e o momento em que a história é narrada é muito diversa. Por isso mesmo, o uso da narrativa levanta numerosos desafios ao historiador, sendo um dos principais, no caso do Curso de Desenvolvimento, o de os “narradores” serem os únicos que detêm o conhecimento dessa história (contada através de um discurso trabalhado por cada um deles), mas também porque os contextos em que cada um participou no curso conduzem a posições e juízos de valor específicos. Verificamos pois que as memórias deste grupo de jovens (na altura dos acontecimentos), apesar de divergirem em vários aspectos, coincidem em muitos outros, acima de tudo porque o momento histórico, que viveram, os levaram a sentir não só, que partilhavam um futuro comum, onde todos eles seriam os actores e construtores activos desse futuro, mas também, que a formação que iriam ter seria essencial para o poderem fazer com maior consciência, maior empenho, maior competência.

O Centro de Estudos Africanos (CEA) foi criado em 1976 num momento histórico único - o da independência de Moçambique. Uma ideia que Fernando Ganhão, na altura Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, discutiu e desenvolveu com alguns estudantes seus que estavam na Faculdade de Letras, no Departamento de História, tendo depois convidado Aquino de Bragança para seu Director. Convidaria também investigadores estrangeiros para colaborar com o CEA na criação de um centro de investigação e formação, como Ruth First, Marc Wuyts, David Wield, Anna Maria Gentili, Bridget O`Laughlin entre muitos outros.

Fernando Ganhão lutou, desde o início, pela criação de um centro livre da interferência do poder político, dizendo aos investigadores “você não fazem parte de nenhum processo político! Sejam livres e façam o vosso trabalho de acordo com a vossa capacidade científica e consciência” (Ganhão, 2007).<sup>44</sup> Foi dentro deste princípio de liberdade intelectual que o Centro de Estudos Africanos, desde cedo, sentiu a necessidade de formar moçambicanos capazes de pensar, agir e reflectir sobre a nova realidade e os desafios que a independência de Moçambique trazia consigo. Uma das formas, vista como essencial,

---

44 Ver mais adiante o ponto sobre alguns dos constrangimentos - a questão da ligação ao poder

foi a organização de Curso de Desenvolvimento, tendo como foco específico a formação de quadros. Ruth First foi a grande mentora dos cursos ao nível da sua estrutura, conteúdos e organização, e foi pensado para abranger sobretudo os quadros do aparelho de Estado e do aparelho partidário (do Partido FRELIMO). Colin Darch (2014:41) diz mesmo que o Curso de Desenvolvimento foi de certo modo “a jóia da coroa do CEA”.

Havia, contudo, consciência que a grande maioria destes quadros não tinha qualquer formação universitária e não tinham muito tempo para ficar a estudar numa universidade durante quatro ou cinco anos. No entanto, as funções, tarefas e actividades que exerciam exigiam deles mais do que estavam capazes de realizar dado que não tinham habilitações académicas suficiente para as exercer cabalmente. O Curso de Desenvolvimento foi pois pensado no sentido de se dar aos participantes, não só a formação e os instrumentos teóricos necessários para poderem analisar os problemas que enfrentavam nos seus locais de trabalho, e pensar Moçambique no contexto revolucionário do período, mas também, uma formação mais prática através do trabalho de pesquisa no terreno. Pretendia-se que os participantes tivessem a capacidade de pensar criticamente, questionar e investigar aspectos relacionadas com o desenvolvimento de Moçambique, e pensar a África Austral como uma região da qual Moçambique fazia intrinsecamente parte pois, o confronto regional era, na altura, extremamente forte e a luta *anti-apartheid* tornara-se um aspecto essencial desse confronto.

Segundo alguns dos cursantes, o Curso de Desenvolvimento foi inicialmente estruturado como uma espécie de pós-graduação que, após a sua conclusão, os participantes obteriam uma graduação que equivaleria a uma Licenciatura. Pelo menos esta parecia ser a ideia que parte dos participantes tinha. Castel-Branco diz recordar-se de ouvir algumas discussões, por parte de alguns dos cursantes, que possuíam o Bacharelato quando iniciaram o curso, sobre a possibilidade deste “ser reconhecido como forma de obter a Licenciatura”.<sup>45</sup> Mas é também de salientar, segundo Teresa Cruz e Silva, que “legalmente o Curso de Desenvolvimento não existia como curso superior registado, tal como os cursos de Economia, História, etc.” Nesta medida, o curso apenas poderia ter um “reconhecimento informal”.<sup>46</sup>

Os Cursos de Desenvolvimento iniciaram em 1979. O primeiro teve a duração de dois anos (1979-1980) mas, o segundo e o terceiro duraram apenas

---

45 Mas adianta não saber quais foram os resultados dessa discussão pois na altura ele não estava envolvido nela por não possuir esse grau. Castel-Branco, *e-mail* de 15 de Março de 2017.

46 Informação pessoal de Teresa Cruz e Silva. A esta questão referir-me-ei mais adiante, no ponto sobre os constrangimentos - a questão da formação académica.

um ano cada (1981 e 1982). Qualquer destes cursos foi bastante intensivo e a agenda de pesquisa foi, à partida, orientada sobre os processos de transformação económica de Moçambique, especificamente relacionados com o processo de socialização do campo, atendendo particularmente aos problemas da construção de novas formas de produção socialista, machambas estatais e cooperativas. Porque o desenvolvimento socialista em Moçambique implicava mudanças estruturais na economia agrária, o curso deu bastante ênfase à compreensão da agricultura familiar.

## Seleção e motivação

A selecção dos participantes ao curso foi feita através da distribuição de convites a vários ministérios, instituições estatais e partidárias que deveriam seleccionar, entre os seus trabalhadores, aqueles que, devido às funções que exerciam nas suas estruturas, deveriam participar.

Carlos Serra, que participou uma vez com Marc Wuyts na selecção dos participantes para o curso, afirma que esta foi independente dos graus académicos que possuíam, pois “foram seleccionados em função dos lugares ocupados e da dedicação demonstrada no seu trabalho no aparelho de Estado e, também, no Partido FRELIMO.

O fundamental não era que tivessem cursos superiores (acresce que poucos Moçambicanos tinham cursos superiores em 1978), mas que fossem capazes de, findo o curso, (1) repensarem o social nos seus lugares de trabalho e (2) promoverem capacidades e práticas para o mudar.” (Carlos Serra, 2016).<sup>47</sup>

É assim que, os cursos de desenvolvimento juntaram, não só, docentes de algumas Faculdades (sobretudo assistentes), funcionários do aparelho do Estado e do Partido FRELIMO, funcionários de algumas empresas e instituições estatais, alguns estudantes, entre outros.<sup>48</sup> A heterogeneidade dos que neles participaram, em termos de formação académica, conhecimentos, experiência profissional, era bastante grande.

Todos os participantes seleccionados apresentavam-se no CEA, onde lhes era feita uma espécie de entrevista prévia quer por Ruth First quer por Aquino de Bragança, ou por ambos. As entrevistas não visavam os conhecimentos que

---

47 Carlos Serra deu as respostas, às questões colocadas, por escrito e que foram enviadas por e-mail, a 17 de Junho de 2016.

48 De facto, nos cursos participaram elementos ligados a vários ministérios, Universidade Eduardo Mondlane, órgãos de informação (Notícias), empresas, bancos, Partido FRELIMO (abrangendo os seus diversos Departamentos), Comissariado Político Nacional, entre outros.

tinham, mas pretendiam, sobretudo, conhecer as razões que os levavam a se inscrever para frequentar o curso. Para a direcção do curso as questões que se poderiam colocar ao nível de conhecimentos seriam adquiridos e/ou consolidados durante o curso. Castel-Branco diz que há uma frase de Ruth que ilustra bem esta questão. Ela afirmava:

*alguns dos nossos melhores estudantes não são os que têm níveis de formação mais altos. A experiência de trabalho e a experiência social e política são muito importantes porque ajudam a entender a relevância das questões a resolver, o que capacita o estudante para aprender.*

Considera por isso, que, este princípio da experiência política e de vida ajuda a interrogar o processo de conhecimento, que por sua vez, ajuda a aprender, mesmo se as habilitações académicas e literárias não fossem muito altas (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).<sup>49</sup>

A motivação para participarem no curso de desenvolvimento foi diversa. Por parte dos participantes indigitados, alguns referem que foram “quase” obrigados a participar nele - receberam uma ordem directa e cumpriram - mas a grande maioria aceitou com agrado essa indigitação, outros souberam da sua realização e foram apresentar-se porque sentiram que seria uma oportunidade de aprenderem e de consolidarem os seus conhecimentos.

Aurélio Rocha, que frequentou o 2º curso e possuía o bacharelato em História, refere que, alguns dos assistentes do Departamento de História da UEM, receberam “quase como uma ordem que vinha de cima, do Ganhão, dizendo que os docentes de história tinham de frequentar o Curso de Desenvolvimento”. Diz ter existido certa resistência por parte de alguns devido aos conteúdos do curso que consideravam ter “uma enorme carga economicista e onde áreas como a História, Antropologia, a Sociologia (que aparece depois ligado à economia), não eram contemplados (...) estavam ausentes as questões de natureza histórico-cultural.” Ainda falaram com o Reitor, Fernando Ganhão, que lhes disse que embora compreendesse as razões apresentadas, havia a

---

49 Agradeço a Castel-Branco por ter-me mostrado o cartaz com a transcrição desta frase. Castel-Branco explica: “Tu tens, por exemplo, alguém que tem a experiência do trabalho sindical, que durante o período colonial era organizador de trabalhadores, clandestino ... depois da independência ficou um líder sindical. Esta pessoa provavelmente tem a 9ª classe, provavelmente não é a pessoa que articula melhor em português as questões que está a tentar colocar, mas porque percebe os problemas que está a viver, mesmo que os perceba empiricamente, é capaz de colocar questões fundamentais ao conhecimento que lhe permitem aprender melhor. Portanto, tu não aprendes melhor simplesmente porque tens uma melhor formação académica, mas tu aprendes melhor porque tens uma base para questionar o conhecimento com que estás a lidar. E as perguntas que tu fazes a esse conhecimento fazem-te aprender.” Carlos Nuno Castel-Branco, 2016.

necessidade de andar depressa e que a graduação que o curso dava era necessária. E Aurélio Rocha adianta: “saímos dali com uma intimação, «ou vocês entram no Curso de Desenvolvimento, ou então nós vamos ter problemas...». Nós reunimos no Departamento e depois dissemos: “vamos lá!”. (Aurélio Rocha, 2016).

Porém, para a grande maioria, as suas motivações foram a necessidade de não só aprender, mas garantir que esta formação os levasse a contribuir melhor para a construção do país. Estava-se num período revolucionário, onde todos sentiam que a sua participação era necessária.

Para João Donato, que frequentou o 1º curso, foi com agrado que soube da sua realização. Tinha o 7º ano liceal incompleto (equivalente à 12ª classe), não tinha grande preparação teórica, mas queria aprender e sentiu que o curso seria uma mais-valia para a sua actividade profissional e por isso apresentou-se. Donato explica: “tinha o 7º ano incompleto... depois passei por uma série de situações, fui preso<sup>50</sup> ... posteriormente acabei algumas disciplinas do 7º ano. Depois do 25 de Abril de 1974 em Lisboa, onde eu estava por acaso, volto a Moçambique e vou trabalhar em Cabo Delgado e então resolvi que queria estudar. Cheguei aqui e na Universidade disseram-me que eu devia fazer o propedêutico. Eu disse «sim senhor, vamos fazer o propedêutico». E estava a fazer o propedêutico quando abre o Curso de Desenvolvimento. (...) Interessavam-me bastante as disciplinas do curso e, como o Aquino de Bragança conhecia a minha história (...), acolheu-me sem ter a base para uma pós-graduação. (...) Eu trabalhava no Gabinete das Cooperativas no Ministério da Agricultura, empolgado com a transformação social, empolgado com o desenvolvimento rural, com as cooperativas vi o curso e disse: É isto que eu preciso, deixa-me ir para lá!” (João Donato, 2016).

Carlos Nuno Castel-Branco também frequentou o 2º curso, tinha 20 anos e a 9ª classe (entrou para as FPLM aos 17 anos) e trabalhava no Comissariado Político Nacional, onde foi um dos indigitados para participar no Curso de Desenvolvimento. E refere: “Quando eu fui para lá não sabia muito bem o que aquilo era, para dizer a verdade. Eu tinha ouvido falar do Aquino de Bragança, tinha ouvido falar da Ruth First, mas (...) o que sabia era que o Aquino de Bragança era um revolucionário africano, moçambicano e que a Ruth First era uma comunista sul-africana. E isto para mim era suficiente. Isso já queria dizer que aquilo era bom. Era um bocádo nessa perspectiva dogmática que a gente entrava lá. (...) Aí vou eu para o curso com a consciência daquele tempo de utopia... daquele tempo que eram tempos áureos da revolução.

---

50 João Donato foi detido pela PIDE, em Maio de 1972 junto à fronteira com a Zâmbia quando tentava fugir do país para aderir à FRELIMO.

Para mim era uma tarefa que me era atribuída e que eu tinha de cumprir com toda a responsabilidade e zelo e o melhor da minha capacidade. Porque o que eu pensava era que ia para um curso que me vai habilitar a fazer o trabalho político nas FPLM. E foi assim que eu entrei no programa.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

Manuel Tomé frequentou o 2º curso. Foi indigitado pelo Jornal Notícias. “Eu participei a partir de designações que foram feitas pelo Ministério de Informação, creio que se atribuiu na altura alguma quota ao Jornal Notícias.” Pensa que essa indigitação se baseou na responsabilidade que tinha no jornal, pois era chefe de redacção. “Eu tinha o 7º ano do liceu... Nós sabíamos que íamos para o CEA, e que seguramente íamos aprender muito, e que isso nos ia ajudar no exercício das funções que tínhamos.” (Manuel Tomé, 2016).

Carlos Serra, que participou no primeiro curso, foi seleccionado pela Universidade Eduardo Mondlane,<sup>51</sup> diz, em relação às suas expectativas: “tive desde o princípio a esperança de que nos objectivos e nos métodos o curso poderia ser diferente daquele que tínhamos no Departamento de História. E assim sucedeu. No curso cruzavam-se e amparavam-se diversas áreas científicas, sem que os seus títulos fossem assumidos como tais. Não havia nem houve nada parecido com História, Antropologia ou Economia, esses feudos tradicionais do mundo académico. Para se compreender o Curso de Desenvolvimento é necessário ter em conta duas coisas: a selecção dos estudantes - independente dos graus académicos; e o objectivo central do curso - levar os cursantes a saber ler, analisar e modificar pluralmente o social.” (Carlos Serra, 2016).<sup>52</sup>

## Alguns constrangimentos

No seio de alguns dos participantes levantaram-se inicialmente contradições no que dizia respeito à organização, estrutura, mas, sobretudo, em relação aos conteúdos dos cursos, que conduziram ao surgimento de algumas tensões.

## A questão da História

Aurélio Rocha foi um dos cursantes que mais insistentemente colocou a questão da “ausência da História” nos conteúdos do Curso de Desenvolvimento. Na entrevista prévia para a frequência ao curso, Aurélio Rocha explicou que não estava contra o curso, contra as metodologias apresentadas, mas considerava que este era demasiado economicista e o que ele pretendia era fazer

---

51 Carlos Serra. *E-mail* de 5 de Junho de 2016.

52 Carlos Serra. *E-mail* dia 11 de Junho de 2016.



pesquisa em História, em ciências sociais e que por isso “não nos revíamos naquela estrutura, naquele curso e nos seus objectivos.” Refere inclusivamente que Marc Wuyts lhe perguntou se tinha alguma coisa contra a economia ao que lhe respondeu que não, tendo na altura afirmado: “não temos nada contra, até porque a economia na sua vertente de métodos quantitativo é muito importante para a pesquisa histórica. Nós não podemos fazer pesquisa histórica sem recorrermos aos métodos quantitativos, para justificarmos e para confirmarmos a pesquisa.” Rocha refere que Aquino de Bragança de algum modo parecia concordar com a posição de se dar atenção aos estudos históricos, introduzir a pesquisa em história, em ciências sociais, tanto que, segundo pensa, “foi a partir destas reservas, destas resistências todas, que Aquino começou a pôr na cabeça a criação de qualquer coisa ligada à História, que mais tarde aparece na forma de *Oficina de História*, considerando que “foi claramente uma ruptura”. E adianta que Ruth First “nunca reconheceu a *Oficina de História* e não queria ter nada a ver com ela.” (Aurélio Rocha, 2016).

Yussuf Adam corrobora com esta ideia pois afirma que “as áreas da História, da luta armada não se estruturavam dentro do curso” e que a única pessoa relacionada com a História que integrava o curso era a Anna Maria Gentilli. E foi por isso “que nós criávamos dentro do Centro foi uma estrutura alternativa, chefiada pelo Aquino de Bragança, (...) para resistir um pouco à Ruth First - a *Oficina de História* - e que foi criada precisamente para discutir as coisas que ela não queria.” Yussuf refere que Aquino de Bragança dizia que a Ruth First estava sobretudo interessada em discutir “sociologia do campesinato”, enquanto ele não era sociólogo nem especialista em campesinato: «Eu não estou interessado nisso. Eu sou revolucionário e historiador, porque a História alimenta a minha luta.»<sup>53</sup> E Yussuf adianta que muitas pessoas, que não tinham espaço para discutir esses assuntos noutros espaços do CEA, iam para a *Oficina de História*. Para Yussuf, Ruth First tinha de facto um problema real com os historiadores, e refere mesmo: “Ruth tinha «aversão» às pessoas que vinham da área de história e mesmo de economia...” (Yussuf Adam, 2016). Também Roxo Leão considera que, de facto “havia uma corrente consistente que discordava do rumo que o curso tinha tomado, nomeadamente pela sua “economicização”. (António Roxo Leão, 2017).<sup>54</sup> Segundo Roxo Leão, era

---

53 Luís de Brito, confirma esta asserção pois, numa Mesa Redonda sobre Aquino de Bragança, realizada na UEM a 15 de Junho de 2006, referia que os projectos que se desenvolviam no CEA estavam muito ligados aos aspectos económicos que, embora muito importantes, causavam alguma insatisfação a Aquino de Bragança porque este “estava mais interessado nos processos políticos” e que, é devido a esta insatisfação que ele vai criar a *Oficina de História*. Notas do encontro tiradas pela autora.

54 António Roxo Leão. Informação por *e-mail*, 16 de Janeiro de 2017. Agradeço a António Roxo Leão, por ter acedido “conversar” comigo por *e-mail*, embora sobre aspectos mais específicos.



sentido que o curso de desenvolvimento se centrava cada vez mais em Marc Wuyts e Ruth First, nessa visão “economicista”; por outro lado, havia quem preferisse uma outra corrente, de análise mais teórica, mais de acordo com as posições do Wolfgang Schoeller e, uma outra, à dimensão, do próprio Aquino de Bragança, que acabaria por se virar para Jacques Depelchin e a *Oficina de História*. (Antônio Roxo Leão, 2017). Isabel Casimiro concorda em parte, mas diz que, de certo modo, ela compreendia porque “aqueles eram os anos da economia política. Porque havia a percepção da necessidade de descolonizar as ciências sociais porque estas tinham, de algum modo, colaborado com o colonialismo.” Defende também que a *Oficina de História* “era para abrir uma frente na área da luta armada, mas não só, porque realizou pesquisas noutras áreas da História.” (Isabel Casimiro, 2016).

Contudo, Carlos Serra afirma ser necessário romper com alguns equívocos que se criaram em torno do curso e, em especial, sobre a metodologia. “Na verdade, ontem como hoje, continuamos prisioneiros do modelo clássico das ciências estanques, feudalmente classificadas, cada uma com o seu território considerado único e inviolável. É com esses olhos que procurámos e procuramos analisar o CEA e o Curso de Desenvolvimento. Ora, o Curso de Desenvolvimento representou uma dupla ruptura, uma dupla subversão na história académica do país: em primeiro lugar, constitui-se como uma ciência social unitária, onde não havia espaço para a feudalização temática; em segundo lugar, teve como sua pedra angular não o que as pessoas pensavam [o termo da moda hoje é “percepções”], mas o que e o como as pessoas faziam.” E adianta: “Se o objectivo do curso era mudar o modo de produção e de representação do país - mas também dos cursantes -era fundamental saber o que as pessoas faziam e sobre como o faziam. Aí residia a chave do que se pensava e representava. Isso marcou a estruturação do curso em seus vários momentos intimamente ligados: concepção, planificação, curso, pesquisa, seminários e divulgação de resultados. E se analisarmos os relatórios produzidos, daremos imediatamente conta do rigor e da profundidade analítica postos em movimento para saber: [1] que país tínhamos, [2] quais os nós de estrangulamento e [3] como podíamos o mudar. Mais: esses relatórios contêm, afinal, as preocupações do paradigma anterior: estão lá, no molde da ciência unitária, a História, a Antropologia, a Economia, etc.” (Carlos Serra, 2016).<sup>55</sup>

Por sua vez, Castel-Branco afirma que alguns participantes, sobretudo alguns historiadores, achavam que o curso era muito economicista e que deu origem a uma discussão do que era ser “economicista”. E explica: “o curso era uma introdução absolutamente não ortodoxa, uma análise marxista dos processos

---

55 E-mail de 11 de Junho e de 6 de Julho de 2016.

de transição socialista. E a construção da análise marxista é feita à volta das relações de produção, da organização dos processos de produção, etc., portanto isto não é ser economicista. Olhar para a base material da sociedade como ponto de partida da análise não é ser economicista”. Tal como Carlos Serra, Castel-Branco afirma que “uma das coisas importantes no CEA foi esta ruptura com a separação destas disciplinas das ciências sociais. Eu acho que isso que eles fizeram, não estou a dizer que é perfeito, mas estou a dizer que a contribuição fundamental [foi] esta ruptura com a divisão das ciências sociais, no sentido de que isto é uma matéria da Sociologia, isto é uma matéria da História, isto é não sei o quê...” E adianta: “A história é sobre o quê? A história é sobre a construção, a transformação económica e social. Eu acho que a abordagem do Centro conseguia (...) fazer esta interacção”. Explica que, de facto, nem todas as pessoas no CEA tinham os mesmos paradigmas, portanto era normal haver conflitos à volta dessas questões, “o que não é normal é esses conflitos originarem guerras entre as pessoas. Mas haver um conflito paradigmático e um debate paradigmático, eu acho isso normal.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

Manuel Tomé, afirma que, quer no curso, quer no projecto de pesquisa da EMOCHÁ (Empresa Moçambicana de Chá) realizado na Zambézia, a história estava presente. Diz que no curso, no que diz respeito à História, tinha como professores o Aquino de Bragança e a Anna Maria Gentilli. Recorda-se também que, quando foram para o trabalho prático de campo na Zambézia, “falávamos muito sobre prazos, as companhias majestáticas na Zambézia, porque íamos lá fazer o trabalho. Não era História desligada dos locais.” (Manuel Tomé, 2016). Isabel Casimiro está de acordo com esta asserção. Ela refere que os grupos de pesquisa iam para o trabalho prático de campo com informações sobre o local onde iam trabalhar, sobre a história da zona, das populações, das empresas (Isabel Casimiro, 2016). Contudo, é de salientar que, quer Isabel Casimiro, quer Yussuf Adam, estiveram integrados no trabalho prático de pesquisa fora dos programas do Curso de Desenvolvimento. A sua pesquisa centrou-se na recolha de história oral / histórias de vida sobre a luta armada de libertação nacional, em Cabo Delgado.<sup>56</sup> Este facto é, de algum modo, demonstrativo e ilustra a ruptura entre a actividade prosseguida na altura pelo CEA e a História com a *Oficina de História*.

## A ligação ao poder político

Aurélio Rocha considera que a ligação ao poder político foi uma das críticas que foram feitas aos projectos do CEA. Ele refere que “quando se pensava

---

56 Onde participaram Jacques Depelchin, Alpheus Manguezi, ambos ligados à *Oficina de História*.

que seria um centro de estudos onde a investigação e os estudos se iriam fazer de forma independente e isenta do poder político o facto é que isto não aconteceu e o centro nasce logo amarrado a esta questão da ligação muito estreita ao poder político” e que os seus projectos eram feitos por encomenda desse mesmo poder. Mas também adianta: “podemos discutir que era normal que assim fosse porque naquele momento era preciso racionalizar as coisas, racionalizar recursos, mas de qualquer maneira isso impedia que a investigação fosse tão isenta quanto possível (embora se saiba que nunca há uma isenção total, porque cada um tem as suas próprias convicções e cada um se deixa arrastar por elas). Mas a verdade é que essa isenção não existia, essa independência não existia e, por outro lado, de certa maneira, isto perturbou a entrada ou o avanço para novas linhas de investigação.” (Aurélio Rocha, 2016).

Para Yussuf Adam tudo isso “era muito complicado”. E afirma que é necessário olhar o CEA daquele período “como se fosse um bolo de mil folhas ... [havia] as actividades dos elementos do ANC, as suas actividades clandestinas (que nós nem queríamos saber), tínhamos as actividades de ensino e investigação, tínhamos as actividades de Aquino de Bragança com os elementos do Governo que queriam coisas, consultorias, estudos, etc., e que alimentavam o centro.” (Yussuf Adam, 2016). Roxo Leão considera que “o ambiente do CEA naqueles anos era mais ou menos o de uma panela de pressão, a ferver rápido - pelos que estavam, pelos que por lá passavam, pelo que se fazia.” (António Roxo Leão, 2017). Era pois natural que este ambiente e todas as actividades que se desenvolviam criassem de algum modo tensões entre os investigadores, que compunham o CEA.

Por sua vez, Castel-Branco refere que alguns dos projectos de investigação realmente foram encomendados por ministérios, empresas estatais, etc., devido a necessidades objectivas que possuíam e aos desafios que a independência de Moçambique colocava, mas considera que a pesquisa era livre e independente e que não existiam conclusões previamente estabelecidas (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016). Carlos Serra concorda e diz que “tanto quanto pude perceber de uma vida intensa no Centro em 1979/1980, ninguém impunha o que quer que seja a outrem. O que havia era um forte combate de ideias, de visões, de anseios.” (Carlos Serra, 2016).<sup>57</sup>

Na prática, o CEA não fazia mais do que cumprir o seu papel como instituição pública de pesquisa, tentando responder aos problemas e desafios que se colocavam a um país recém-independente.

---

57 E-mail de 25 de Julho de 2016

## A questão da formação académica

Segundo Roxo Leão, “o Curso de Desenvolvimento, quando começou, não era suposto ter qualquer tipo de avaliação, que não a do nosso próprio trabalho, nas instituições a que pertencíamos e que deveria ser ali apresentado e discutido em plenário. Mas, posteriormente, e devido aos diferentes níveis de formação académica, que existiam entre os participantes, houve necessidade de introduzir a avaliação através de testes periódicos.” Esta mudança, pelo menos entre alguns, inclusivamente ele próprio, criou alguns constrangimentos que levariam a um clima de tensão pois não tinha sido aquilo que tinha sido acordado inicialmente (António Roxo Leão, 2017).

De facto, os níveis de formação académica, como foi referido, variavam grandemente. Segundo Aquino e O’Laughlin havia inclusivamente participantes que tinham apenas o ensino primário e secundário embora tivessem grande experiência de trabalho, porque para Ruth First o curso “não pretendia os transformar em investigadores de profissão mas antes, formar quadros revolucionários que vissem a investigação social como uma parte necessária ao seu trabalho.” (Bragança e O’Laughlin, 1984: 165).

Para os que não tinham qualquer tipo de base para compreender todos os aspectos do curso, sobretudo os teóricos, foi de algum modo difícil a sua integração. João Donato, por exemplo, sabia que não tinha formação para compreender determinadas matérias, mas “eu era um ouvinte ávido ... e os professores sabiam o que esperar de cada um de nós. A Ruth First, particularmente, eu senti que tinha uma certa atenção especial; por exemplo Kurt Habermeyer teve um cuidado muito especial em me explicar como fazer as planilhas, ele fez isso comigo, ele quase me seleccionou como assistente... Talvez tenham percebido que comigo as coisas teriam de ser mais práticas”. E adianta que, apesar das dificuldades “aprendi coisas e sobretudo a pensar (...) foi nessa altura que ganhei auto-confiança, auto-estima.” (João Donato, 2016).

Castel-Branco reconhece que no curso participavam grupos de pessoas muito heterogéneos, sob o ponto de vista de formação, mas, simultaneamente, “havia uma tentativa concreta de não fazer formação escolástica”, mas “tocar em assuntos e aprender formas de pensamento à volta do tratamento desse assunto, mas se não tens instrumentos anteriores o esforço é bastante grande.” (Castel-Branco, 2016). Apesar desta diferença, a maior parte dos estudantes consideram que não havia elitismo e espírito sabe-tudo até porque isso ia contra os princípios que se defendiam na época e seria considerado uma forma de “reaccionarismo”. João Donato defende: “A relação com os estudantes sempre foi boa, era uma altura de igualdade... éramos uns 20, na altura, e isso de espírito de superioridade não era recomendável.” (João Donato, 2016).

A questão da grande heterogeneidade em relação à formação académica, levantou um outro problema - a questão da atribuição de diplomas/certificados a pessoas que não tinham formação. Alguns participantes consideravam não ser correcto entregar certificados a pessoas que não tivessem bacharelato. Aurélio Rocha refere: “No primeiro curso, este era inicialmente para docentes da universidade, mas depois abriu-se, e havia muita gente que o frequentou que não tinha o grau académico universitário.<sup>58</sup> E punha-se a questão: então vai-se dar uma pós-graduação a pessoas que não têm uma graduação académica? Mas isto era colocado de maneira natural pois esse era o princípio.” Mas adianta que, “tudo isto perturbou, de certa maneira, as relações entre intelectuais, entre investigadores, entre professores, que, afinal de contas, estavam todos dentro do mesmo barco para qualquer coisa com um objectivo único, mas criou grandes perturbações... mas que, se calhar, até foi bom porque isso permitiu avanços.” (Aurélio Rocha, 2016).

Yussuf Adam (2016) confirma que, de facto, existiam pessoas que tinha muitas interrogações em se atribuírem diplomas ou certificados a pessoas sem formação académica, mas que ele estava contra essa posição pois: “Admitir pessoas com qualificações diferentes foi uma das coisas que considerei como qualidade do curso. É adianta: O desnível de formação funcionou bem. O problema era... onde é que se nivelava? Nivelava-se nas discussões, quando começavas a discutir aquelas teorias. Temos de reconhecer que o curso estava muito bem organizado.” E exemplifica: “As pessoas achavam que só podia ter canudo, quem já tinha canudo. Tu achas que eu tinha algum problema que dessem ao Prosperino<sup>59</sup> um Doutoramento? Deviam ter dado um Doutoramento ao Prosperino. Nós não demos, não soubemos, fomos burros.”<sup>60</sup> Considera que os professores sempre se preocuparam com isso e procuravam ajudar, havendo a grande preocupação de relacionar toda a aprendizagem, todas as teorias com a realidade para uma melhor compreensão daquelas (Yussuf Adam, 2016). Manuel Tomé (2016) também afirma que os professores conseguiam interagir com essas diferenças todas pois utilizaram métodos que permitiram que todos tivessem acesso sem complexos.

---

58 A afirmação de Aurélio Rocha parece contradizer a maior parte das opiniões que referem que o curso foi previsto, desde o seu início, para abranger não apenas docentes, mas quadros do aparelho de Estado e do aparelho do partido.

59 Prosperino Gallipoli foi, um missionário capuchinho que chegou a Moçambique em 1958. Em 1980, Prosperino organiza, lidera e defende os camponeses pobres da cintura de Maputo. Com discípulos maioritariamente mulheres, o clérigo conseguiu organizar a UGC (União Geral de Cooperativas). Morre a 19 de Fevereiro de 2003.

60 Yussuf Adam referindo-se, já a um período posterior, à atribuição de um Doutoramento *Honoris Causa*.

É necessário esclarecer que, em relação aos certificados atribuídos no final do curso este referia “Diploma de Estudos Superiores em Estudos de Desenvolvimento”. A própria designação, de “estudos superiores”, por si mesmo, levantava algumas interrogações sobre o seu significado e sobre a sua abrangência (Graduação? Curso profissionalizante? Mestrado?). Não estando, contudo, escrito em nenhum lado que era uma “pós-graduação”.

De facto, esta ideia de pós-graduação, em relação ao Curso de Desenvolvimento, dificilmente podia existir pela simples razão de a Universidade Eduardo Mondlane não atribuir ainda de forma sistemática o grau de licenciatura em ciências sociais (embora a UEM estivesse a experimentar vários modelos de fazer as licenciaturas<sup>61</sup>), nem existirem na altura pós-graduações. Ao nível interno, este curso nunca foi “reconhecido” nem “considerado” pela UEM (de acordo com os planos curriculares existentes), mas, segundo Teresa Cruz e Silva, existia um reconhecimento informal internacional por parte de algumas universidades. Teresa Cruz e Silva, por exemplo, quando foi fazer o seu Doutoramento na Universidade de Bradford viu reconhecido o curso como uma pós-graduação.<sup>62</sup> Carlos Nuno Castel-Branco usou o diploma que lhe foi dado pela UEM em Estudos de Desenvolvimento para se inscrever na Universidade de East Anglia, no *Post-Graduate Diploma in Development Economics*, apenas “para mostrar que tinha estudos universitários na área de estudos de desenvolvimento, e que tinha a capacidade de iniciar estudos de pós-graduação”. E explica que: “o diploma do CEA foi usado como parte da certificação da minha qualificação para entrar num grau de pós-graduação pré-mestrado, e não para entrar no mestrado.”<sup>63</sup> De salientar que na Grã-Bretanha, onde ambos se formaram, segundo Castel-Branco, “a avaliação de candidatos não é apenas burocrático-administrativa (diplomas feitos e notas). Embora os diplomas formais sejam fundamentais, também olham para o conjunto da formação e experiência das pessoas, os professores, os materiais ensinados, etc., para saberem a trajectória formal e menos formal da formação e da experiência do candidato.”<sup>64</sup>

---

61 Segundo Castel-Branco, havia bacharelatos e licenciaturas, mas poucos faziam licenciatura. E refere conhecer duas pessoas que, na área da economia, foram pioneiras na experiência de fazer a licenciatura por tese, em vez de ter parte escolar. Castel-Branco, *e-mail* de 15 de Março de 2017. Contudo, na área de história existiam, embora poucas, pessoas com licenciatura.

62 Informação pessoal de Teresa Cruz e Silva.

63 Castel-Branco, *e-mail* de 15 de Março de 2017.

64 Idem.

## Estrutura, conteúdos e metodologias

Castel-Branco (2016)<sup>65</sup> analisa a estrutura do curso referindo que este estava dividido em 3 partes: a 1ª parte do curso era o programa mais formal da formação, composta sobretudo por aulas e seminários, embora os participantes tivessem de escrever ensaios. “E nós estudávamos uma série de disciplinas: tínhamos História Africana, que era a Ana Maria Gentilli que dava, tínhamos Economia de Moçambique, que era dada por Marc Wuyts e Bridget O’Laughlin, com contribuições pontuais dadas por outras pessoas, tínhamos a História de Moçambique e da luta de libertação nacional dada, por Aquino de Bragança (que nunca seguiu os programas).”<sup>66</sup> Refere que Carlos Serra deu aulas no 2º curso como assistente, Anna Maria Gentilli, também deu aulas de Economia Mundial. Por sua vez Marc Wuyts, a Bridget O’Laughlin davam aulas sobre modelos de acumulação e capital, entre outros. E adianta: “tínhamos uma componente que era África Austral que era dada por Rob Davis e Ruth First. O Alpheus Manguezi dava algumas, mas o grosso era o Rob Davies e a Ruth First. Portanto eram estas as cadeiras que nós demos... Ah! E havia a cadeira de Métodos Quantitativos, que era dada por Marc Wuyts.”

Refere que essas cadeiras não eram cadeiras formais de Economia, Sociologia, não estavam concebidas dessa maneira, não eram dadas com manuais, em que uma pessoa devia ler e estudar “não era esse tipo de formação, era um ensino ligado com uma concepção histórica dos processos de conflito, construção, transformação, etc. Eu posso dizer, o Curso de Desenvolvimento era um curso sobre conflitos, tensões, processos, lutas, experiências, desafios, à volta das questões de transição socialista, no contexto da transformação socialista de Moçambique, naquele período.” Esta era a primeira parte do curso e ocupava sensivelmente metade do curso. Depois, explica Castel-Branco, entrava-se numa parte preparatória do trabalho de investigação, onde se pegavam nas coisas que se tinham estudado, no conhecimento que se tinha adquirido nas diferentes áreas, quer de dimensão histórica, social e económica mais geral, quer de métodos quantitativos de investigação. “Pegavas nisso e olhavas para uma problemática específica à volta da qual ias construir um projecto de

---

65 Carlos Serra, embora de forma mais resumida faz uma análise semelhante da estrutura dos cursos.

66 Castel-Branco refere, com algum humor, que “Aquino de Bragança chegava lá e nós (participantes) dizíamos que íamos falar de qualquer coisa, que era o tema do dia, mas ele simplesmente contava histórias, que eram histórias muito interessantes da experiência dele na luta de libertação nacional, mas aquilo era a história da luta de libertação nacional vista pelo Aquino de Bragança. Não era propriamente uma abordagem sistemática da história.” Carlos Nuno Castel- Branco, 2016.



investigação que era colectivo.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016). Quando Castel-Branco fez o curso existiam dois projectos de investigação dominantes em que todos participaram: o projecto sobre a estabilização da força de trabalho no Porto de Maputo, e o projecto sobre as plantações de chá (EMOCHÁ).

Em termos metodológicos, todos os participantes destacam um aspecto que consideram ter sido fundamental para a sua formação, o de que, quer Ruth First quer Aquino de Bragança, serem profundamente anti-dogmáticos, levando a que, em termos metodológicos, fossem considerados aspectos essenciais, a necessidade de analisar, interrogar (aprender a interrogar as coisas, aprender a interrogar o conhecimento e a interrogar-se), criticar e argumentar. “Não tens que repetir ninguém, tens é de ser capaz de construir os teus argumentos”, refere Castel-Branco (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016). Yussuf refere que Ruth First “gostava de fazer documentos e coisas para criar mudanças e criar situações que levassem a mudanças. Mas havia uma coisa que ela detestava, aquele hábito latino de falar de tudo e de todos sem base. «Arranja a argumentação e arranja bases», dizia Ruth First muitas vezes. Ela tinha alguns problemas com discussões vazias. Porque havia também muitas discussões ocas sobre transformação, sobre política, sobre isto e aquilo ... Ela tinha esses problemas de métodos, de discussão.” (Yussuf Adam, 2016).

Alguns exemplificam a profunda aversão, que Aquino de Bragança tinha em relação aos dogmas, fosse qual fosse a questão discutida, fosse política ou não, fosse sobre a FRELIMO ou sobre a luta de libertação. Ficava profundamente “irritado” com chavões ditos sem qualquer tipo e análise e de argumentação, sem qualquer tipo de reflexão. Castel-Branco relembra alguns momentos de tensão, embora compreenda a dificuldade que alguns dos participantes tinham, sobretudo da grande maioria daqueles que vinham do Departamento de Trabalho Ideológico da FRELIMO, em questionar os dogmas que eles próprios transmitiam e defendiam na sua actividade partidária porque isso abalava profundamente as suas cabeças (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

Manuel Tomé refere-se também a estes aspectos, mas considera que, na altura, era extremamente difícil que os jovens, naquele curso, pudessem questionar aspectos que constituíam os dogmas que a própria FRELIMO incutia em cada um. Mas adianta: “Aquino obrigava-te a argumentar, esmiuçar os chavões ... e tu numa situação de monopartidarismo, de hierarquias, do princípio de se falar apenas dentro das estruturas do Partido ... e punhas uma pessoa à tua frente [dos estudantes], ... que te dizia: «nós não vamos continuar com dogmas só porque é a FRELIMO...». Mas isso foi importante porque nos obrigou a não ficarmos amarrados a dogmas. Eu aprendi muito.” (Manuel Tomé, 2016).



Castel-Branco diz que por vezes as pessoas ficavam um bocado admiradas, quando alguém afirmava algo que era “politicamente correcto” e via que outro, que tinha uma posição diferente, mais “reaccionária” e que punha em causa essa afirmação, apresentando um argumento construído à volta de observação, pensamento crítico, era mais valorizado. E Castel-Branco explica que este último não era mais valorizado porque a Ruth First ou o Aquino de Bragança concordavam, mas, porque para eles, o valor “era o tu estares a pensar, com os instrumentos que tens, e se eu concordo, não é porque tu és politicamente incorrecto, mas sim pelo uso que estás a fazer da informação e dos instrumentos que tens” pois é apenas com base nessa argumentação, que se pode estabelecer um debate. “Estás a fazer um debate ao nível como argumentas, analisas, quais os quadros analíticos que estás a usar, e não um debate à volta do que aquilo que estás a dizer é proibido.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016). Por isso, para Castel-Branco, entrar no Curso de Desenvolvimento, deu-lhe muita confiança e a possibilidade de aprender. Mas adianta que uma outra coisa que para si foi importante “foi esta coisa de desafiar o nível de dogmatismo e fazer-te pensar com instrumentos de debate, não sei se podes chamar científicos (se calhar é dogmatismo, chamar-lhes científicos), mas que fazem sentido do ponto de vista intelectual, académico, científico para fazeres a discussão de questões reais.” E acrescenta: “Portanto o curso de desenvolvimento para mim foi muito interessante, e foi um ponto de viragem fundamental na minha vida.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

De facto, Bragança e O’Laughlin referem que Ruth First considerava que uma boa formação teórica era um elemento indispensável da prática política, precisamente porque a análise é a base para a formulação e aplicação da linha política. Mas ela também pensava que a própria prática revolucionária devia dar aos quadros a capacidade de dar grandes saltos no seu desenvolvimento teórico utilizando a sua própria experiência de trabalho como base para a sua formação analítica (Bragança e O’Laughlin, 1984:165).

Castel-Branco considera ainda um outro aspecto essencial que, em termos metodológicos, era exigido aos estudantes - o de hierarquias dentro das análises que se tinham de fazer. Diz que essas hierarquias os obrigavam a disciplinar o pensamento e que esta disciplina conduzia ao rigor da análise. “E rigor, significa, entre várias coisas, que tens hierarquia nas questões que tu colocas. (...) Se ao contrário de teres uma lista [com vários pontos] tu tens um pensamento hierarquizado de uma certa forma, já consegues fazer uma análise. E era isso que se tentava fazer.” (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

Apesar das dificuldades, que alguns dos participantes tinham em relação aos aspectos teóricos do curso, reconhecem que estes não eram colocados apenas

ao nível teórico mas em contextos históricos específicos. “Nunca eram desligados da realidade” (Manuel Tomé, 2016).<sup>67</sup> Esta ligação facilitava de algum modo a compreensão das teorias. Donato considera que no que diz respeito aos aspectos teóricos não aprendeu muito, “não assimilei, porque não tinha bases anteriores. Ia discutir o quê? Não tinha bases para isso. Mas a metodologia... uma certa maneira de pensar crítica... as pessoas falavam e eu ouvia de um lado e do outro, e eu ia aprendendo quase de um modo anárquico, mas ia aprendendo (...). Mas vamos sempre aprendendo coisas.” (João Donato, 2016).

## O trabalho prático de campo

Um dos aspectos considerado como dos mais importantes dos cursos, realçado pela grande maioria dos participantes entrevistados, foi o trabalho prático de campo desenvolvido e do qual resultavam sempre em relatórios de pesquisa.

As experiências são diversas. O trabalho no Porto de Maputo, nas plantações de chá (EMOCHÁ), o estudo do algodão,<sup>68</sup> entre outros, são algumas das recordações que ficaram de uma aprendizagem imensa, sobretudo em relação a estudantes que nunca o tinham realizado ou que, se o fizeram, este não tinha sido baseado em métodos de pesquisa científicos. De qualquer modo, para todos eles, a questão de terem inserido o trabalho prático no curso foi um dos maiores ganhos.

João Donato (2016) refere que o trabalho que desenvolveu marcou toda a sua vida profissional posterior. E afirma mesmo: “foram os trabalhos de campo que me formaram ...”. Donato participou no trabalho de campo realizado no Limpopo - o estudo da unidade de produção do Baixo Limpopo, Zonguene, e recorda Kurt Habermeier que foi “quem me ensinou o fundamental do tratamento de dados das entrevistas, o tratamento quantitativo.” Posteriormente esteve também envolvido no estudo do algodão em Nampula. E afirma: “O trabalho de campo foi de facto fundamental, foi ele que me deu ferramentas. Depois trabalhei para o Estado, no desenvolvimento rural, nas pescas, especializei-me em pescas ... e usei muito pouco do que tinha aprendido em termos teóricos. Há coisas que nos foram ensinadas, modos de pensar, métodos de trabalho e tal, isso sim foi extremamente útil, mas de resto ...”. Trabalhou alguns anos ainda no aparelho de Estado, mas posteriormente, “quando

---

67 Castel-Branco salienta que o curso tinha uma componente teórica forte, mas que do seu ponto de vista era uma componente teórica construída à volta de problemas muito concretos. (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

68 O estudo do algodão integrou não só aspectos agrícolas mas também industriais. Consistiu em dois projectos de investigação rural em Nampula e na Zambézia, o estudo de duas fábricas têxteis a - Texmoque e Texlom - que consistiram na análise sistemática de fontes documentais

me desencanto com o aparelho de Estado e salto para fora, faço no resto da vida pesquisa quantitativa. (...) Passei os 30 anos a fazer isso, a fazer pesquisa quantitativa utilizando os métodos que aprendi no Curso de Desenvolvimento e isso deu-me para evoluir, avançar com pesquisas - pesquisa social, estudos sobre as condições da habitação, pesquisas de mercado, quer dizer, isso foi praticamente a ferramenta da minha vida." (João Donato, 2016).

Manuel Tomé (2016) diz que a sua experiência no trabalho desenvolvido na EMOCHÁ lhe deu muitos instrumentos que lhe permitiram "fazer análises mais rigorosas sobre o funcionamento da economia e da sociedade, em particular das relações laborais." Manuel Tomé refere que trabalhou "cerca de um mês, com professores e estudantes, na província da Zambézia, particularmente no Gurué, mas não só no Gurué, Namarrói, eventualmente num outro ... creio que Alto Molócue, fizemos trabalhos de pesquisa centradas na então empresa estatal de produção e comercialização do chá, a EMOCHÁ."

Diz que esse trabalho foi encomendado pela própria EMOCHÁ e tinha em vista a necessidade de estabilização da força de trabalho naquela empresa, que possuía 12 unidades de produção. E afirma: "Esse trabalho ajudou-nos muito a compreender também as relações sociais dentro da família e das comunidades, [e] entre os trabalhadores (mão-de-obra sazonal e mão-de-obra fixa). Estes tinham um nível de vida superior à restante população e isso originava alguns conflitos." (...) Refere que, na altura, o trabalho prático de pesquisa, o contacto com as comunidades e com trabalhadores, mas também porque usou instrumentos de análise rigorosos, foi "muito bom" porque lhe permitiu "dar uma contribuição para a melhoria da qualidade do que escrevíamos no jornal. Há coisas que aprendi na época que ainda hoje são importantes." (Manuel Tomé, 2016).

Carlos Nuno Castel-Branco (2016), por sua vez, desenvolveu o trabalho de campo no Porto de Maputo. Explica que esta actividade foi solicitada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações (na época), que tinha uma grande preocupação - "a existência de milhares de estivadores no porto que eram recrutados diariamente - portanto, uma força de trabalho eventual recrutada diariamente que, por um lado representava enormes sacrifícios para essa força de trabalho com condições de trabalho bastante difíceis, e por outro lado também desestabilizava o próprio funcionamento do porto." Refere que o projecto, na sua preparação foi um grande desafio e um momento de aprendizagem porque, com base naquilo que o ministério pretendia<sup>69</sup> o CEA transformou

---

69 Na altura o Governo, tinha a ideia de que se conseguisses estabilizar a Força de Trabalho, ter uma Força de Trabalho permanente dentro do porto, esta podia aumentar a produtividade e poderia, progressivamente, acumular capacidades e experiência. (Carlos Nuno Castel-Branco, 2016).

o projecto numa problemática de formação e de investigação. E de facto, a problemática foi invertida, “em vez de dizer como estabilizar a força de trabalho o que o CEA fez, ou que nós fizemos, neste processo foi o de pensar quais eram as causas da instabilidade, e da eventualidade da força de trabalho. A questão não era tanto estabilizar a força de trabalho, a questão era como se planifica o processo de trabalho, como é que o processo de trabalho está organizado. E de facto, o processo de trabalho do Porto estava organizado à volta da instabilidade. Portanto, nós mudámos a pergunta, em vez de se ficar como é que se estabiliza a força de trabalho, perguntámos o que é que cria esta instabilidade, e como é que se lida com essas questões sendo que a estabilização da força de trabalho é uma consequência disso.” Com base nesta discussão e análise, Castel-Branco afirma que a preparação do projecto foi, ele próprio, um processo formativo. Nesta fase transitória de preparação conceptual do projecto, prepararam-se os inquéritos, as entrevistas, receberam formação de como fazer notas, fichas, como classificá-las, etc. Do projecto foram feitos dois relatórios de investigação - o “Dossier Porto de Maputo” e o “Relatório sobre as zonas” ou relatório das zonas do porto de Maputo.

Aurélio Rocha (2016), que também fez o trabalho no Porto de Maputo, refere ter aproveitado esse trabalho para “pôr a História em dia”, tendo recolhido bastantes dados que lhe foram extremamente úteis na sua actividade de ensino e de investigação.

Yussuf Adam (2016) considera que “a grande qualidade do curso era o de ter trabalho de campo a ele associado. O curso foi bom porque pôs as pessoas no campo e “moçambicanizou” todos. Pretos, brancos, do sul, do norte... pessoas que não conheciam nada daquilo... E quando foram [para o campo] dentro destes projectos de investigação, uma coisa muito bem organizada, viram que havia mais teorias, que havia coisas que se podiam investigar melhor.”

Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin confirmam, no seu artigo, que o trabalho de campo “era sempre precedido por aturados debates sobre a problemática teórica da investigação - a sua linha política - seguidos por uma igualmente viva discussão sobre os resultados e implicações da investigação” (Bragança e O’Laughlin, 1984:162).

## **Conclusão**

Pretendi com este artigo apresentar as narrativas de alguns dos estudantes que participaram nos cursos de desenvolvimento do CEA, apresentando as suas memórias, através dos seus filtros, das suas percepções, da sua leitura actual do acontecimento. Apresentei as suas opiniões, algumas vezes discordantes, que revelavam diferentes histórias sobre a mesma história e o mesmo período,

mas sem intervir directamente nessa narrativa. Deixei-a fluir, mesmo sabendo as armadilhas que elas podem conter. Não pretendi analisar, nem explorar o facto da existência de contradições entre aqueles que eram provenientes das Faculdades da UEM e do CEA,<sup>70</sup> e como cada um se posicionava num e noutro lado, porque seria entrar num outro âmbito de análise, mesmo se este posicionamento muitas vezes interferiu nas narrativas. O próprio presente de cada um, o seu percurso intelectual e profissional, prende a narrativa num olhar muito próprio sobre esse passado. As relações que foram estabelecidas entre os cursantes e os professores determinaram também o seu olhar e os seus posicionamentos.

Sobre estas narrativas não existem fontes escritas<sup>71</sup>, que nos pudessem servir de apoio à nossa análise. Sabemos, quando trabalhamos com memórias, ser necessário confrontá-las com outras fontes, o que, no presente caso, não foi possível. Limitámo-nos, por isso, a identificar, nessas memórias, a visão de cada um, as suas percepções sobre o que aconteceu e a observar a existência ou não de variações e divergências entre os indivíduos, que nos falam sobre a mesma história.

Embora existam algumas ideias divergentes, trinta e oito anos após a realização do primeiro Curso de Desenvolvimento, todos os participantes entrevistados são unânimes em afirmar que ele foi de grande importância, que os cursos estavam extremamente bem organizados e que todos os professores se envolveram nessa organização, na sua preparação e que estes estavam sempre atentos ao seu desenrolar.<sup>72</sup>

Na memória, que conservam sobre a sua participação, consideram que três aspectos foram fundamentais para o seu futuro profissional e como investigadores.

---

70 Através das narrativas de alguns dos participantes (Aurélio Rocha e Yussuf Adam) pude constatar que existiam numerosas contradições e tensões entre as Faculdades de Letras e da Economia e o CEA em relação a numerosos factores onde o mais sensível era os grandes financiamentos para as pesquisas e projectos que o CEA possuía e realizava, mas também problemas pessoais ligados com as grandes diferenças salariais, entre os investigadores estrangeiros que trabalhavam no CEA ou foram posteriormente trabalhar para lá provenientes das faculdades, em relação aos professores e assistentes das faculdades.

71 Além dos “textos de apoio” que foram elaborados para estudo, reflexão e debate entre os participantes.

72 Este envolvimento e preparação dos cursos exigiu dos próprios professores um grande esforço. Carlos Serra refere que não foram apenas os cursantes que se tiveram de “reciclar”, mas também os próprios professores. E não apenas de se “reciclar” mas também “de aprenderem um novo paradigma científico, de romperem com as fronteiras feudais nas quais foram academicamente formados. Em função de quê? Em função de um novo social e de um novo modo de produção de vida e pensamento no país.” Carlos Serra, *e-mail* de 17 de Junho de 2016.

Um primeiro aspecto foi o desenvolvimento da sua capacidade de pensar (e de organizar esse pensamento), de argumentar, de interrogar, a necessidade e a importância de se quebrarem dogmas questionando-os. Reconhecem que Aquino de Bragança e Ruth First detestavam dogmas pelo que exigiam a cada momento que os estudantes apresentassem a sua ideia, o seu raciocínio, a sua argumentação à volta dos assuntos que se discutiam, pois, só desta forma, poderiam adquirir um pensamento científico.

O segundo, considerado também ele importante, foi a forma de como organizar e realizar a investigação - a necessidade de rigor e método. Muitos dos professores, pessoas com vasta experiência nessa área, introduziram alguns elementos novos no que respeita a métodos de investigação que os participantes não possuíam. Os cursos de desenvolvimento trouxeram também uma nova visão de como abordar questões muito concretas relativamente a formas como a sociedade moçambicana se ia começar a desenhar nessa altura.

O terceiro foi a realização de trabalho prático de campo. Para todos eles foi um momento de aprendizagem e para alguns, que o fizeram pela primeira vez, foi uma experiência que os marcou profundamente. O trabalho prático ensinou-lhes não só aspectos relacionados com as técnicas de investigação (o trabalho qualitativo e quantitativo, o tratamento dos dados dos inquéritos e entrevistas, entre outros) mas também formas de relacionamento com as populações com quem iam contactar e, essencial, deu-lhes a visão mais clara, nos locais onde trabalharam, de uma realidade económica e social até ao momento desconhecida.

Apesar das tensões existentes, de algumas contradições, todos estes aspectos acabaram por se reflectir positivamente no seu futuro académico e profissional - no repensar métodos de trabalho, na necessidade de rigor nos métodos de análise científica, formas de trabalhar, de organizar o pensamento, de olhar e de observar a realidade que os rodeava. E sobretudo, os cursos de desenvolvimento realizaram-se num período de grandes mudanças e transformações que colocaram os participantes perante de algo que era novo, que queriam construir e onde, os instrumentos de trabalho que estavam a adquirir, se iriam revelar fundamentais para poderem intervir e participar nessa nova realidade onde estavam inseridos. Como diz Roxo Leão, “foram grandes tempos e uma experiência inesquecível.” (António Roxo Leão, 2017).<sup>73</sup>

---

73 E-mail de 19 de Fevereiro de 2017.

## Entrevistados

António Roxo Leão. Informação por *e-mail* 16 de Janeiro e de 19 de Fevereiro de 2017.

Aurélio Rocha. Entrevista. Maputo, 11 de Maio de 2016.

Carlos Nuno Castel-Branco. Entrevista. Maputo, 20 de Julho de 2016; e *e-mail* de 15 de Março de 2017.

Carlos Serra. *E-mail* 5, 6, 11, 17 de Junho e 6, 25 de Julho de 2016.

Isabel Maria Casimiro. Entrevista. Maputo, 2 de Dezembro de 2016.

João Donato. Entrevista. Maputo, 18 de Maio de 2016.

Manuel Tomé. Entrevista. Maputo, 19 de Agosto de 2016.

Yussuf Adam. Entrevista. Maputo, 18 de Agosto de 2016.

## Referências bibliográficas

Bragança, Aquino de (1984), “Preguiça mental e auto-suficiência”, *Domingo*, 2 de Dezembro.

Bragança, Aquino de; O’Laughlin, Bridget (1984), “The Work of Ruth First in the Centre of African Studies: The Development Course”, *Review*, VIII, No. 2, Fall, pp.159-172.

Nota: existe a versão portuguesa deste artigo com o título “O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento”, *Estudos Moçambicanos*, No. 14, Março de 1996, pp.113-126

Darch, Colin (2014), “Remembering Ruth First at the CEA”, *Review of African Political Economy*, vol. 41, No. 139, pp.38-43.

Ganhão, Fernando dos Reis (2007), “A criação do CEA e as ciências sociais na Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência: o legado de Ruth First”. Depoimento de Fernando dos Reis Ganhão, primeiro Reitor da Universidade de Lourenço Marques (Universidade Eduardo Mondlane) depois da independência nacional de Moçambique, por ocasião da conferência *Os intelectuais africanos face aos desafios do sec. xxi: em memória de Ruth First*. Maputo, CEA.

Teoria Narrativa. In: Esther Cohen (de.), *Aproximaciones. Lecturas del texto*. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1995. pp. 257-287, <http://www.lpimentel.filos.unam.mx/sites/default/files/textos/teoria-narrativa.pdf>, Consultado a 10 de Fevereiro de 2014.



# UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE DIPLOMA

NATURAL DE \_\_\_\_\_ NASCIDO EM \_\_\_\_\_

FILHO DE \_\_\_\_\_

OBTVE APROVAÇÃO EM TODAS AS DISCIPLINAS QUE CONSTITUEM o Curso de \_\_\_\_\_  
em \_\_\_\_\_ 1981

QUE CONCLUI COM A INFORMAÇÃO FINAL DE \_\_\_\_\_

O QUE LHE CONFERE DIREITO AO GRAU DE \_\_\_\_\_

MAFUTO, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1981

O DIRECTOR DA FACULDADE

O REITOR



## **Anexo 1 - Certificado atribuído no final do Curso de Desenvolvimento**

### **Anexo 2 - Alguns<sup>74</sup> dos relatórios de pesquisa elaborados no âmbito dos Cursos de Desenvolvimento**

- Projecto EMOCHÁ/Alta Zambézia (2º semestre). [Maputo, 1981]
- A transformação da agricultura familiar na Província de Nampula: projecto de estudo sobre a produção de algodão na Província de Nampula. Maputo, 1980. 91 p. tabs. CEA Relatório, nº80/3.
- O sector estatal do algodão - força de trabalho e produtividade: um estudo da UP II Metochéria: projecto de estudo sobre a produção de algodão na Província de Nampula. Maputo, 1980. 55 p. tabs., graf. CEA Relatório nº80/4.
- Produção de algodão em Nampula: notas de campo para o projecto de investigação. Maputo, 1979. 26 p.
- Macassane: estudo de uma cooperativa agrária no Distrito de Matutuine, Província de Maputo. Maputo, 1980. 31 p., tabs. CEA Relatório nº80/5.
- O papel dinamizador da EMOCHÁ na transformação socialista da Alta Zambézia. Maputo, 1982. 33 p. Relatório "B" do Projecto da EMOCHÁ. CEA Relatório nº82/5.
- Plantações de chá e economia camponesa: informação básica para um plano director da zona Guruè-Socone, Alta Zambézia. Maputo, 1982. 81 p., tabs., mapas. Relatório "A" do Projecto da EMOCHÁ. CEA Relatório nº82/6.
- Famílias camponesas da Angónia no processo de socialização do campo. Maputo, [1983]. 88 p., il., mapas, tabs. CEA Relatório nº83/2.
- O trabalhador sazonal na transformação duma economia de plantações [Lugela]. Maputo, 1981. 30 p., graf., tabs., mapas. CEA Relatório nº81/4.
- Circuitos de troca e transporte no desenvolvimento do campo [Lugela]. Maputo, 1981. 28 p., mapas, tabs. CEA Relatório nº81/6.

---

74 Estes são os relatórios existentes no CEA.

- Como melhorar as culturas alimentares?: o desenvolvimento da produção alimentar e a transformação da agricultura familiar no distrito de Lugela. Maputo, 1981. 25 p., tabs., graf., mapas. CEA Relatório nº81/2.
- A actuação do Estado ao nível do Distrito: o caso de Lugela. Maputo, 1981. 33 p., tabs., mapas. CEA Relatório nº81/9.
- Como construir cooperativas no caminho para a cooperativização do campo no distrito de Lugela, Zambézia. Maputo, [1981?]. 60 p. CEA Relatório nº81/5. Nota: Na capa o título é “Como construir cooperativas?: um guia para a planificação e organização das cooperativas agrárias”.
- O descaroçamento de algodão na Província de Nampula: projecto de estudo sobre a produção de algodão na Província de Nampula. Maputo, [1979]. 60 p., tabs., graf. CEA Relatório nº79/9.
- “Já não batem”: a transformação da produção algodoeira. Maputo, 1981. 19 p., mapas, tabs., graf. CEA Relatório nº81/3.
- Organizar os trabalhadores das machambas estatais: o caso do C.A.I.A. [Maputo]: CEA, 1983. 56 p., tabs., graf. CEA Relatório nº83/1. Nota: A catalogação refere por erro no título “...: o caso do C.A.I.L.” quando se trata realmente do CAIA como diz na capa.
- Porto de Maputo - zona de contentores: informação, trabalho administrativo e a transformação do trabalho produtivo. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1983. 47 p. CEA Relatório nº83/3.
- Capital privado, produtividade e participação: um estudo da fábrica TEXMOQUE. Maputo, 1980. 28 p. CEA Relatório nº80/2.
- Capacidade produtiva e planificação na TEXLOM. Maputo, 1981. 53 p., tabs. CEA Relatório nº81/7.
- Notas sobre o projecto do CEA no Porto de Maputo. Curso de desenvolvimento 1981. Projecto de Investigação. [Maputo], 1981. 8 p.
- Dossier: Porto de Maputo. Maputo: CEA, 1982. 38 p. CEA Relatório, nº82/1.
- Brochura sobre as zonas do porto de Maputo. Maputo: CEA, 1982. 23 p. CEA Relatório, nº82/2.

## O QUE NOS ESTÁ A ESCAPAR? A OFICINA DE HISTÓRIA E A GAMA DE ACTIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1979-1986

*Colin Darch e Gary Littlejohn*

### Introdução

Escritos retrospectivamente, todos ou quase todos os relatos do trabalho do Centro de Estudos Africanos (CEA) sob a liderança de Aquino de Bragança e Ruth First tendem a centrar-se no Curso de Desenvolvimento e parte dos relatórios de investigação que foram publicados como resultado do trabalho de terreno realizado, no âmbito do curso.<sup>75</sup> Algumas destas narrativas mencionam a revista “Estudos Moçambicanos” e a sua tradução inglesa, e outros textos (livros e artigos) que foram publicados em inglês.<sup>76</sup> No entanto, é importante reconhecer que, já desde meados dos anos 1980, a relação do grande consumidor de recursos, que era o Curso de Desenvolvimento com outras ac-

---

75 Ver, por exemplo, “Strategies of social research in Mozambique,” *Review of African Political Economy* no.25 (1982), pp.29-39; Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin, “O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento,” *Estudos Moçambicanos* no.14 (March 1996), pp.113- 126 (publicado primeiro em inglês doze anos antes na *Review* [Binghamton], vol.8, no.2 (1984), pp.159-172); as últimas páginas de Anna Maria Gentili em “Ruth First: internationalist activist, researcher and teacher: the long road to Mozambique,” *Review of African Political Economy* vol.41, no.139 (2014), pp. 105-109 (foi publicada uma versão em português como “Ruth First” na colecção *Os intelectuais africanos face aos desafios do século XXI* [Maputo: UEM/ CEA, 2014], pp.15-33); e os capítulos 5 e 6 de Carlos Fernandes, “Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990,” (Tese de doutorado, UFBA, 2011).

76 Um arquivo completo dos artigos publicados em *Estudos Moçambicanos* está disponível em: [www.mozambiquehistory.net](http://www.mozambiquehistory.net). Para uma avaliação da revista, ver o capítulo de Darch, “As revistas académicas do Centro de Estudos Africanos, 1980-2014,” neste volume.

tividades do Centro, era vista, pelo menos por alguns dos seus quadros, como potencialmente problemática. Um relatório interno produzido em 1985, provavelmente escrito por Teixeira Alves, um antigo funcionário da administração colonial, então trabalhador do Centro e, com um domínio impressionante dos procedimentos burocráticos, referia:

*Com o crescimento do CEA e a expansão para novas áreas de trabalho, como a criação da Oficina de História, surgiram novos problemas como:*

- *qual devia ser o peso do Curso de Desenvolvimento em relação às outras actividades do CEA;*
- *como organizar uma maior participação nas tomadas de decisão;*
- *recrutar mais quadros moçambicanos;*

*Já antes do assassinato de Ruth First, a necessidade de reflectir sobre estas questões, assim como sobre as qualidades e fraquezas do Curso, tal como a sua aplicabilidade noutras situações, tinha levado a que se repensassem e experimentassem novas formas de ensino e investigação.*

*O fim da concentração de recursos sobre uma actividade de ensino bastante intensiva, abriu a possibilidade de ampliar outros tipos de trabalho que, anteriormente ocupavam um lugar secundário na actividade do CEA tais como os trabalhos sobre a África Austral e os da Oficina de História.<sup>77</sup>*

Apesar do que possa ser lido como uma atitude sobranceira relativamente à “Oficina de História” no seu relatório de 1985, as suas onze páginas incluíam pormenores de um leque impressionante de actividades de investigação, ensino e publicações do centro, a maior parte das quais foram esquecidas em registos posteriores. Neste capítulo argumentamos que, destacar a personalidade dominante e a liderança extraordinária de Ruth First, embora indubitavelmente necessário, é também correr o risco de não considerar precisamente essa impressionante variedade de actividades do centro, de duas maneiras principais. A primeira, é ignorar o trabalho da “Oficina de História” (em que Ruth não estava envolvida) e as suas publicações - incluindo os vários números do boletim “Não Vamos Esquecer”, os dois relatórios sobre Cabo Delgado e a colecção de artigos de “O Africano”, publicados no Brasil, bem

---

77 Centro de Estudos Africanos, *O Centro de Estudos Africanos de 1976 até 1985* (Maputo: UEM/CEA, Setembro 1985), p.7. Ocasionalmente e elucidativamente, em conversa, Teixeira Alves referia-se a Moçambique como “essa província.”

como as comunicações a conferências e seminários públicos.<sup>78</sup> A segunda, é subestimar, talvez porque alguns autores não tenham consciência disso, o impacto de alguns relatórios confidenciais e outros trabalhos de investigação públicos realizados a pedido do Governo de Moçambique, tanto pela oficina como pelo “Núcleo da África Austral” (NAA). A obra em dois volumes, *The Struggle for South Africa*, é por vezes mencionada, mas a sua curta e controversa monografia *The Kingdom of Swaziland* é frequentemente ignorada.<sup>79</sup>

Outras análises estabelecem premissas infundadas sobre os mecanismos internos do CEA, sem consultarem, com profundidade a documentação disponível, menos ainda pelo acesso às notas de campo que foram a matéria-prima que serviu de base para a elaboração dos relatórios, num processo de debate colectivo que espalhava e mantinha o estilo de trabalho durante a fase de pesquisa de terreno. As notas continham material muito mais rico do que o que era possível publicar e comprometem alguns dos pressupostos estabelecidos sobre a abordagem teórica usada, que se disse negarem processos sociais que não se relacionavam directamente com as questões centrais da pesquisa. Mesmo que essa pesquisa documental não seja possível, os autores que vieram posteriormente para Moçambique poderiam ter entrevistado os que estiveram envolvidos. Esse processo traria para a história, o trabalho do pessoal do Centro, que estava organizado em grupos “secundários” mais pequenos, ou mesmo, que seguiam programas largamente individuais, como, entre outros, Alexandrino José.<sup>80</sup>

---

78 No total, foram publicados três números do *Não Vamos Esquecer*: no.1, Fevereiro de 1983 (42 pp.); um número duplo, no.2/3, Dezembro de 1983 (55 pp.); e, finalmente, mais de três anos mais tarde, no.4, Julho de 1987 (32 pp.). Para uma avaliação da revista, ver Darch “As revistas académicas”. Os referidos relatórios de Cabo Delgado são *A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 59 pp.; e *Poder popular e desagregação nas aldeias comunais do planalto de Mueda* (Maputo: UEM/CEA, 1986), 61 pp. Ver também Paulo Soares e Valdemir Zamparoni. “Antologia de textos do jornal *O Africano*, 1908-1919,” *Estudos Afro-Asiáticos* no.22 (1992), pp.127- 178; e “Towards a history of the national liberation struggle in Mozambique: problematics, methodologies, analyses,” (comunicação apresentada ao Encontro de Especialistas sobre Problemas e Prioridades na Formação em Ciências Sociais na África Austral, da UNESCO, Maputo, 9-13 de Agosto 1982), 16 pp.

79 Robert Davies, Dan O’Meara e Siphon Dlamini, *The struggle for South Africa: a reference guide to movements, organizations and institutions* (Londres: Zed Books, 1984), 2 vols.; nova edição (Londres: Zed Books, 1988), 2 vols.; Robert Davies, Dan O’Meara e Siphon Dlamini, *The kingdom of Swaziland: a profile* (Londres: Zed Books, 1985), 82 pp.

80 Ver, por exemplo, “A ideia esculpida,” *Tempo* no.429 (24 de Dezembro de 1978), pp.24-29; “A greve dos carregadores da estiva do porto comercial de Lourenço Marques em Agosto de 1963, no contexto da Luta de Libertação Nacional de Moçambique e alguns problemas da história do operariado moçambicano,” (dissertação de Licenciatura em História, UEM, 1987); “O operariado moçambicano e a sua história,” *Arquivo* no.2 (Outubro 1987), pp.144-162; e “Beira: lembranças da cidade colonial,” *Arquivo* no.6 (Outubro 1989), pp.181-200.

Outro aspecto das investigações do CEA, que merece a atenção de futuros investigadores, é o trabalho de campo realizado durante um período dilatado ao longo do Rio Sabié, perto da fronteira com a África do Sul, por Alpheus Manghezi e Salomão Zandamela, ambos falantes de *Xichangana*. Até ao presente, muito pouco do material recolhido foi publicado: algumas canções e entrevistas foram incluídas nas edições moçambicana (1998) e brasileira (2016) de “O Mineiro Moçambicano”, e um ou dois outros num número especial da *Review of African Political Economy*, dedicado à memória de Ruth First.<sup>81</sup> Para além disso, o Arquivo Histórico de Moçambique publicou duas colectâneas de materiais de Manghezi, em 2003.<sup>82</sup> Pensamos que a natureza e a importância deste trabalho foi quase totalmente ignorada, embora haja alguma discussão a propósito, num dos capítulos da tese de doutoramento de Yussuf Adam, feita na Dinamarca e posteriormente publicada em Maputo.<sup>83</sup>

Em parte, isto aconteceu porque muito poucos membros da equipa do CEA tinham lido as entrevistas, mas poderá haver outras razões para esta aparente desatenção. Algum tempo após a sua chegada a Moçambique, Ruth First pediu a Littlejohn que lesse os materiais das entrevistas, os quais tinham sido traduzidos para português (por Zandamela) ou para inglês (por Manghezi). O propósito era analisar a diferenciação de classes incipiente na região do Sabié. Ruth First estava familiarizada com a tradução que Littlejohn fez de Kritsman,<sup>84</sup> que foi finalmente publicada em 1984.<sup>85</sup> Este trabalho tratava de um desenvolvimento análogo das relações de classe entre o campesinato russo após a fome de 1921. Littlejohn fez uma apresentação sobre esse trabalho num encontro com Ruth, Alpheus Manghezi e Siphon Dlamini (*nom de guerre* de um investigador sul-africano) no gabinete de Ruth. A documentação relevante para este encontro ficou destruída na explosão que matou Ruth, em Agosto

---

81 *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (Maputo: UEM/CEA, 1998), 242 pp.; *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (Recife: UFPE, 2015), 326 pp.;

82 Alpheus Manghezi, *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique* (Maputo: UEM/AHM, 2003), 164 pp.; Manghezi, *Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência, c.1895-1981 [em] Guijá, Província de Gaza* (Maputo: UEM/AHM, 2003), 143 pp.; Manghezi, “Remembering Ruth: the voice, the face, the work and the silence,” *Review of African Political Economy* vol.41, no.139 (2014), pp.84-96.

83 Ver especialmente o capítulo “Sabie: os que fazem gado e dinheiro como fezes tornam-se patrões,” in Yussuf Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória de Moçambique pós-colonial, 1975-1990* (Maputo: Promédia, 2005), pp.327-367

84 L. N. Kritsman (1890-1938) foi o autor de um importante livro sobre diferenciação de classes nas zonas rurais da União Soviética que foi publicado primeiro em russo, em 1926.

85 Terry Cox e Gary Littlejohn (eds.) *Kritsman and the Agrarian Marxists* (Londres: Cass, 1984). Este conjunto de estudos começou por aparecer num número especial sobre Kritsman e os Marxistas Agrários na *Journal of Peasant Studies* vol. 11, no. 2 (1984).

de 1982. Ruth mostrou um interesse considerável e envolveu-se na investigação do Sabié e o artigo de Manghezi, publicado em 2014, confirma que ela sabia da actividade do ANC na área, que era importante para a sua luta armada.<sup>86</sup> Com a possível excepção de Siphon Dlamini, na altura, ninguém de entre o pessoal do centro era conhecedor destes aspectos.

## As origens da Oficina de História

A “Oficina de História”<sup>87</sup> começou a funcionar em 1980. O nome resulta da denominação *History Workshop* inglesa, fundada em 1967.<sup>88</sup>

Os membros nucleares foram mudando ao longo do tempo, e incluíram Anna Maria Gentili, Aquino de Bragança, Colin Darch, Gary Littlejohn, Jacques Depelchin (que, na altura, não tinha emprego formal na UEM), João Paulo Borges Coelho, José Guilherme “Zégui” Negrão, Malangatana Valente, Paulo Soares, Valdemir Zamparoni e Yussuf Adam. Por coincidência, a “Oficina” e a “Oficina de História” Sul-Africana da Universidade de Witwatersrand, tiveram o seu início quase simultaneamente, mas não houve colaboração nem ligação entre ambas.<sup>89</sup> Apesar do seu isolamento, a “Oficina” partilhava os mesmos interesses que a sua congénere original inglesa e com o grupo sul-africano. Estes interesses incluíam ideias sobre como produzir história que destacasse as relações de género através de processos de democratização. Tal como os grupos dos outros países, a “Oficina” sofria de escassez de recursos humanos e financeiros, mas ia conseguindo produzir resultados de pesquisa para publicação.

Os três objectivos chave da “Oficina” foram definidos provisória e ambiciosamente num documento interno datado de 1 de Outubro de 1982, como sendo:

---

86 Nadja Manghezi, *Amizade traída e recuperada: o ANC em Moçambique, 1976- 1990* (Maputo: Pro-média, 2007), 422 pp. Uma Edição revista foi mais tarde publicada como *The Maputo connection: the ANC in the world of FRELIMO* (Auckland Park: Jacana, 2009), 246 pp.

87 Frequentemente designada apenas por Oficina

88 Sobre a oficina inglesa, ver Bill Schwartz, “History on the move: reflections on History Workshop,” *Radical History Review* no.57 (1993), pp.202-220; e para uma perspectiva mais crítica, David Selbourne, “On the methods of the History Workshop,” *History Workshop* no.9 (Primavera 1980), pp.150-161.

89 Sobre a Oficina Sul-Africana, ver Deborah Posel, “Social history and the Wits History Workshop,” *African Studies* vol.69, no.1 (Abril 2010), pp.29-40.



- a) *Promover o debate e a investigação sobre temas ligados à História da Luta da Libertação nacional e do Partido FRELIMO;*
- b) *Divulgar aspectos da Luta que contribuam para a mobilização dos cidadãos para a execução das tarefas actuais da Revolução Moçambicana;*
- c) *Contribuir para a capacitação de docentes moçambicanos aos vários níveis de ensino para que possam ensinar eficazmente História da FRELIMO.*<sup>90</sup>

O mesmo documento identificava cinco tipos de actividades em que se focaria a Oficina. O primeiro desses era a “realização de seminários e debates sobre diversos temas”.<sup>91</sup> É interessante que vários dos participantes da Oficina tinham experiência anterior da Universidade de Dar-es-Salaam nos anos de 1970, um ambiente académico em que os departamentos e unidades como história, ciências políticas, geografia, o *Economic Research Bureau* (ERB), BRA-LUP e outros, todos realizavam regularmente seminários de investigação ao fim da tarde. Estes eventos eram abertos ao público e, nalguns períodos, nos últimos anos da década, a actividade era tão intensa que havia pelo menos um seminário por tarde. Os debates eram por vezes acalorados e, ocasionalmente, os membros da audiência abandonavam as sessões. A Oficina tentou, portanto, conscientemente, desde o início mas numa escala muito mais modesta, introduzir esta cultura de disseminação pública e discussão aberta da investigação em curso na UEM, muito à semelhança do espírito da história popular que caracterizou a “Oficina de História” inglesa no mesmo período. A adesão à Oficina não se limitava de forma alguma ao CEA, ou mesmo à UEM: o regulamento estabelecia explicitamente que “pode fazer parte da “Oficina” qualquer cidadão nacional ou estrangeiro, que tenha produzido trabalho científico válido sobre a História de Moçambique, desde que a sua candidatura seja aprovada em sessão geral da “Oficina de História”.”<sup>92</sup>

## **Actividades, métodos de trabalho e publicações**

Os outros quatro tipos de actividades identificados no documento de Outubro de 1982 eram:

- *a publicação regular de um boletim intitulado “Não Vamos Esquecer”;*
- *a edição regular de artigos, colectâneas, biografias;*
- *a participação em conferências e debates públicos;*

90 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos, 2ª semestre 1982* (Maputo, 1 Outubro 1982, mimeógrafo), p.2.

91 *Proposta de programação*, p.2.

92 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos*, p.3.



- a execução de projectos de investigação sobre temas ligados à Luta Armada, tanto no campo, com na recolha de entrevistas, como nos arquivos.

Durante a maior parte de 1982, a “Oficina” manteve um programa regular de seminários e, para além disso, dedicou algum esforço a apoiar e a colaborar em projectos de investigação. Estes incluíram o “Projecto de Tete” da Faculdade de Marxismo-Leninismo que, subsequentemente, produziu dois relatórios publicados pelo Arquivo Histórico de Moçambique,<sup>93</sup> bem como o projecto da própria “Oficina” para uma “Antologia de Textos para o Ensino da História da Luta Armada”, que foi discutido em Maio.<sup>94</sup> Apenas um esboço de uma secção, preparado por Colin Darch e Jacques Depelchin, chegou a ser elaborado, sob o título “A Caracterização da Opressão Colonial, 1941-974”, que embora tenham sido impressas cinquenta cópias, nunca foi distribuído.<sup>95</sup> Entre os seminários listados em 1982, havia um debate colectivo sobre o primeiro número do “Não Vamos Esquecer” (8 de Outubro); uma sessão dirigida por Paulo Soares e Malangatana Valente sobre “Arte e nacionalismo em Moçambique” (que teve lugar a 15 de Outubro); e discussões sobre a investigação em Tete e em Cabo Delgado (22 de Outubro e 26 de Novembro).<sup>96</sup>

Alguns dos membros que trabalhavam na Oficina eram docentes/pesquisadores a tempo inteiro da Faculdade de Marxismo-Leninismo da Universidade Eduardo Mondlane que, nessa altura, estava também envolvida na redacção de um manual para a Escola Central do Partido Frelimo.<sup>97</sup> Consequentemente, eles fizeram face a alguns dos mesmos temas que Perry Anderson discute sobre a historiografia dos partidos comunistas.<sup>98</sup> Embora o autor principal do “Manual” do Partido (o canadiano John Saul) não tenha participado nas actividades da “Oficina”, houve por vezes conversas sobre questões discutidas no esboço do mesmo. Um dos seminários da “Oficina”, realizado a 7 de Maio de 1982, foi uma apresentação de Colin Darch sobre o artigo de Anderson e as suas implicações para a história da FRELIMO, tendo sido distribuído um pequeno texto, antecipadamente.<sup>99</sup> À discussão seguiu-se uma resposta de Gary

93 José Guilherme Negrão, *A produção e o comércio nas zonas libertadas* (Maputo: AHM, Outubro 1983), 106 pp. e anexos; João Paulo Borges Coelho, *A primeira frente de Tete e o Malawi* (Maputo: AHM, Março 1984), 81 pp.

94 Notas manuscritas por Colin Darch, datadas de 16 de Abril de 1982.

95 *Antologia de textos para o ensino da história da luta armada. A caracterização da opressão colonial, 1941-1974. 1.1: O xibalo, a igreja* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 87 pp.

96 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos*, p.1.

97 John Saul, *O Marxismo-Leninismo no contexto moçambicano* (Maputo: UEM, Junho de 1983), 241 pp.

98 Especialmente Perry Anderson, “Communist Party history,” in: *People’s history and socialist theory*, ed. Raphael Samuel (Londres: Routledge, 2016 repr.), pp.145-156.

99 Colin Darch, “Apresentação sobre os argumentos principais no artigo ‘Communist Party history’ por Perry Anderson” (Maputo, May 1982), 5 pp., mimeografado.

Littlejohn, por escrito, às notas de Darch. Cerca da mesma altura, em Maio de 1982, a “Oficina” elaborou uma proposta de projecto, com doze páginas, para a produção de uma história do Partido.<sup>100</sup> No entanto, deve-se admitir que, de um modo geral, o colectivo da “Oficina”, não ficou satisfeito com a qualidade global das apresentações sobre a história do Partido, em 1981, escrevendo num relatório, em inícios do ano seguinte, que:

*Nas sessões de trabalho do 1º semestre foram feitas uma série de apresentações informais sobre temas da história partidária e sobre o desenvolvimento da política agrária e de produção da FRELIMO. Infelizmente, nas sessões sobre a história partidária as questões levantadas ficaram num nível mais ou menos superficial e os problemas fundamentais, quer ligados com a história do próprio Partido Frelimo, quer ligados com a história dos partidos comunistas em geral, nunca foram enfrentados.*<sup>101</sup>

Por estes ou outros motivos, no segundo número de “Não Vamos Esquecer”, publicado em Dezembro de 1983, embora organizado muito antes, nota-se uma mudança de ênfase, afastando-se da história do Partido e da luta armada, organizando-se agora em temas novos e menos sensíveis, ligados à história da classe operária.<sup>102</sup>

No que se refere ao seu estilo de trabalho, a “Oficina” adoptou a abordagem da investigação colectiva que se tinha desenvolvido no CEA, em primeiro lugar, em 1976, antes da chegada de Ruth First, na investigação sobre a economia política da Rodésia, que viria a ser publicada em livro em Lisboa e em Maputo.<sup>103</sup> Diferentemente do Curso de Desenvolvimento, a Oficina continuou a trabalhar em estilo cooperativo, com a participação de investigadores externos ao CEA e, mesmo, alguns externos à própria universidade. Estes quadros não eram destacados formalmente, mas mantinham o seu anterior estatuto de emprego (se tinham) e contribuíam para a “Oficina” para além das suas responsabilidades normais. Isto mudou em 1983, quando Yussuf

---

100 *Oficina de História, Sobre uma história da FRELIMO: pré-projecto* (Maputo, 19 Maio 1982, mimeografado), 12 pp.

101 Colin Darch, ‘[Relatório sobre a] *Oficina de História*,’ mimeógrafo, 11 de Março de 1982, p.1, sublinhado nosso.

102 Ver especialmente o artigo “Por uma história da classe operária moçambicana”, *Não Vamos Esquecer* no.2/3, Dezembro 1983, pp.5-6

103 O relatório original policopiado, em inglês, intitulava-se “Zimbabwe: notes and reflections on the Rhodesian question” e foi preparado para a Conferência de Genebra de 1976. Apareceu em forma de livro, em português, primeiro como *A questão rodésiana* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978), 111 pp.; e, subsequentemente, com uma introdução de Robert Mugabe, como *Zimbabwe: a questão rodésiana* (Maputo: Edição do INLD, 1979).

Adam e Gary Littlejohn deram continuidade ao trabalho de campo no Distrito de Mueda como actividades a tempo inteiro. Antes de iniciar o trabalho de campo, Littlejohn tinha sido informado por Anna Maria Gentili sobre o trabalho de campo já realizado e as suas constatações.

Uma das três idas à Mueda, em 1983, foi uma visita conjunta com os investigadores suecos Bertil Egerö e Lars Rudebeck, para trabalharem sobre questões de estruturas do poder popular no Distrito de Mueda. Num relatório financeiro à SAREC (financiadores suecos envolvidos no projecto), o centro declarou que:

*... os materiais das entrevistas recolhidas [por Egerö e Rudebeck] foram transcritos e está presentemente a ser elaborado um relatório de investigação. A Oficina também está a preparar o capítulo sobre Moçambique que será incluído num livro a publicar brevemente sobre o poder popular - tratando as experiências de vários países, incluindo Cuba, Vietname [e] Guiné Bissau...*<sup>104</sup>

O livro a ser publicado, aqui referido, é certamente a monografia de Egerö publicada em inglês com o título, *A Dream Undone* e em português, como “Moçambique: os primeiros dez anos”. No entanto, vale a pena notar que Egerö e Rudebeck tinham anteriormente publicado três ensaios sobre o poder popular no nº 22 de *Akut*, uma revista produzida pelo Grupo de Trabalho para o Estudo de Estratégias de Desenvolvimento em Uppsala.<sup>105</sup>

A investigação colectiva de Mueda está descrita no relatório do centro à SAREC, como tendo sido realizada “sob a direcção do Partido Frelimo”, embora a relação fosse de facto muito mais frouxa do que a frase sugere.<sup>106</sup> Contudo, bastou mesmo o “apoio” do Partido Frelimo para que, nalguns círculos, se fizessem acusações de que a agenda do centro apenas apoiava o discurso oficial da Frelimo. O mesmo ponto se aplica ao relatório da “Oficina” sobre Aldeias Comunais publicado em 1986, que resultou de viagens de campo efectuadas em 1983 e 1984.<sup>107</sup> O pessoal do centro tinha refutado essas acusações, num contexto mais vasto, num trabalho colectivo publicado em 1982:

---

104 Centro de Estudos Africanos, *Report to SAREC on the activities of the Centro de Estudos Africanos during the financial years 1982/3 and 1983/4* (Maputo: UEM/CEA, Fevereiro 1984, dactilografado), p.3.

105 Bertil Egerö, *Mozambique, a dream undone: the political economy of democracy, 1975-1984* (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1987), 230 pp.; publicado em português como *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia* (Maputo: AHM, 1992), 272 pp.; “Problems of class analysis: contradictions and social movements in the Third World. Artigo de posicionamento por Bertil Egerö e Lars Rudebeck,” *Akut* no.22 (Abril 1982), 31 pp.

106 CEA, *Report to SAREC*, p.3.

107 *Poder popular e desagregação nas aldeias comunais* (1986).

*... os estudos sobre a produção são importantes... pelas formas como ajudam a construir uma compreensão histórica mais forte dos padrões da exploração colonial por onde começa a transformação... Os problemas da investigação são escolhidos... porque as questões que colocam podem ser utilizadas por estruturas organizadas do governo e da FRELIMO...*<sup>108</sup>

Embora a situação social das mulheres não tenha sido tratada especificamente nas publicações da “Oficina”, ficou evidente que estava a ter lugar em Mueda, um processo de regressão em relação ao estatuto e papel das mulheres que parecia voltar ao existente no período colonial, antes do início da luta armada pela independência nacional. Aquino de Bragança, Anna Maria Gentili e outros depararam com um exemplo notável deste processo quando a sua brigada quis entrevistar uma antiga dirigente do Destacamento Feminino (DF), mas não o conseguiram fazer porque o marido dela não o permitiu. Outros exemplos foram identificados durante o trabalho de campo em 1983 e numa visita subsequente de Adam e Littlejohn, em Julho de 1984.<sup>109</sup> Uma entrevista reveladora foi realizada em Mueda, em 1983, com um antigo membro da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e do DF que era então membro da OMM. Ela falou sobre a luta que estava a ter lugar sobre os papéis de género e mencionou que bastaria ser entrevistada sozinha por Egerö e Littlejohn para suscitar acusações de que ela era prostituta. Ambos sugeriram imediatamente interromper a entrevista, mas ela insistiu em terminar o seu depoimento. Em 1984, quando Littlejohn a encontrou novamente por acaso, ela tinha desistido completamente de lutar pelos direitos da mulher e, desmoralizada, tinha começado a beber demasiado e a mendigar.

Processos sociais desse tipo ocorriam no contexto de uma perda de apoio social à Frelimo, no mesmo exacto lugar que era oficialmente considerado o “berço da revolução”. De certa forma, isto não surpreendeu uma vez que a população do Distrito de Mueda se tinha sentido abandonada, apesar do esforço considerável que a Frelimo tinha despendido para reabilitar a rede de canalização rural [de água], que tinha sido construída no período colonial, mas que havia sido danificada durante a luta armada. Este foi um assunto político importante que despoletou muitas reuniões públicas, um processo já investigado por Yussuf Adam antes do trabalho de campo de 1983. Isso ajudou a fomentar o fenómeno da criação de “aldeias comunais” não oficiais no Distrito de Mueda, como um meio para ganhar acesso a essa água canalizada

---

108 “Strategies of social research in Mozambique,” p.31.

109 Para trabalhos mais recentes sobre ex DFs, que confirmam a sua perda de influência, ver *inter alia* Jonna Katto, “Landscapes of belonging: female ex-combatants remembering the liberation struggle in urban Maputo,” *Journal of Southern African Studies* vol.40, no.3 (2014), pp.539-557.

e outros insumos agrícolas. A alternativa era uma caminhada de várias horas para acarretar água das nascentes das encostas do planalto.

Na altura da investigação da “*Oficina*”, o projecto de reabilitação do sistema de distribuição de água do planalto de Mueda (Fase de Emergência) era financiado pela UNICEF e pelo Governo moçambicano. A HELVETAS (uma organização suíça, financiada com fundos do Governo suíço) providenciou a um engenheiro residente, apoio com uma viatura e algumas ferramentas. Daniel Gubler foi o primeiro engenheiro residente da HELVETAS e trabalhou no planalto de Setembro de 1980 a Abril de 1983.<sup>110</sup> Embora empregado pela HELVETAS, Gubler prestava contas à Construtora Integral de Cabo Delgado (CICAD), uma empresa estatal de obras públicas. Durante esse tempo, dois outros empregados da HELVETAS trabalhavam a tempo parcial em Mueda: um mecânico e um hidrologista.

Vários funcionários moçambicanos estavam envolvidos no [fornecimento de água ao planalto de Mueda], como o Director da Direcção Nacional de Águas (DNA) e o Director da Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH). Por volta de 1982, foi criada a Unidade de Direcção de Abastecimento de Águas e Saneamento (UDAAS) a partir da DNA, principalmente para supervisionar, não só o abastecimento de água urbana, mas também toda a operação da HELVETAS em Cabo Delgado. Em 1982, foi criada a Empresa de Águas de Mueda EE, no quadro da UDAAS.

No que se refere ao planalto de Mueda, as pessoas chave eram Deve Mateco Tembe, Assistente Técnico de 3ª classe, que foi o chefe da Brigada 1 da CICAD (cerca de 130 trabalhadores) de 1980 a 1984; Engª Isa Maldonado Teles, que era Directora-Adjunta da CICAD, em Pemba. O Dr. Joseph Christmas era o engenheiro da UNICEF que supervisionava a contribuição da UNICEF, visitando o projecto várias vezes por ano, e reunindo com o governador para lhe dar conhecimento de qualquer estrangulamento em curso, no projecto de águas.

O papel de Gubler era a supervisão quotidiana da construção e da manutenção, providenciando contribuições de engenharia quando necessário. Em Abril de 1983, Gubler foi substituído por um novo engenheiro da HELVETAS, Theo Schoeni. A construção continuou, mas do ponto de vista da UNICEF já não se tratava de um “Projecto de Emergência” (financiado com fundos próprios da UNICEF), mas de um projecto prioritário financiado pela Suíça. Theo Schoeni foi o último engenheiro residente destacado pela HELVETAS.

---

110 A Helvetas estava e ainda está activamente envolvida noutros lugares de Cabo Delgado.

Estas complexas mudanças organizacionais formaram o contexto para grande parte dos processos políticos que ocorriam durante o trabalho de campo da “Oficina” em Mueda e eram certamente desconcertantes para muitos habitantes locais, contribuindo assim para um clima de incerteza no planalto. O pessoal da HELVETAS tinha consciência da criação das aldeias comunais não oficiais que a “Oficina” pesquisou, embora o seu papel se limitasse a seguir as instruções sobre se elas deviam ou não ser ligadas ao sistema de abastecimento de água. Um pequeno grupo dessas aldeias tinha sido criado por alguém que se sabia ter sido um opositor da FRELIMO durante os anos da luta pela independência, pelo que as mesmas eram vistas com desconfiança pelas autoridades locais. Para além disso, o regresso de alguma população da Tanzânia, após a independência, criou maior incerteza tanto sobre o acesso à terra como sobre o acesso à água.<sup>111</sup>

Conforme ilustrado pelo exemplo da investigação realizada em Mueda, a pesquisa da “Oficina” foi guiada pela ideia de que uma análise de perto das realidades sociais em contextos espaciais específicos, com “profundidade histórica”, e sobre uma relativamente “longa duração”, providenciariam provas de como e porquê as políticas oficiais estavam a enfrentar dificuldades. As práticas costumeiras, como as tatuagens rituais, estavam a voltar ao planalto, lutas intensas estavam a ter lugar sobre o acesso à terra, e as relações entre os tribunais e os “donos da terra” eram cada vez mais tensas.

Neste período, o trabalho da “Oficina” sobre outros projectos continuava: Valdemir Zamparoni e Paulo Soares terminaram a sua recolha de artigos de “O Africano”, embora estes só viessem a ser publicados dez anos mais tarde.<sup>112</sup> Na verdade, o relatório de Teixeira Alves já mencionado<sup>113</sup>, que é talvez o registo mais detalhado e completo das actividades do Centro nos seus primeiros anos, identifica explicitamente a principal missão do Centro, não apenas a missão da “Oficina”, como sendo de natureza histórica:

*O objectivo principal continua a ser a necessidade de estudar os problemas de transformação socialista de produção dentro duma análise histórica da realidade moçambicana no contexto da economia política da região.*<sup>114</sup>

---

111 O nosso grato reconhecimento a Daniel Gubler por disponibilizar a maior parte da informação dos seis parágrafos anteriores. Ver também o relatório do CICAD- HELVETAS *A luta pela água no planalto de Mueda* (Maputo: Direcção Nacional de Águas, Abril 1983), também disponibilizado pelo Engº Gubler.

112 “Antologia de textos do jornal *O Africano*, 1908-1919,” 1992.

113 Ver anexo, neste livro.

114 *O Centro de Estudos Africanos de 1976 até 1985*, p.2, sublinhado nosso.

## A crítica do empenhamento político na investigação

As críticas à investigação, como politicamente comprometida, começam frequentemente por uma distinção Weberiana (positivista) entre facto e valor, e implicam que os investigadores, politicamente comprometidos, são, de alguma forma, tendenciosos nas suas constatações. Um contra-argumento convincente afirma que o emprego de uma gama de diferentes técnicas de investigação, como as usadas pelo CEA, fornece uma forma bastante segura de providenciar conhecimento empírico novo. Dado que os factos nunca “falam por si próprios”, esse conhecimento é sempre produzido por uma inter-relação entre teoria e prova - e é sempre provisório. Não pode haver nenhuma garantia generalizada quanto à adequabilidade do conhecimento, mas isso não quer dizer que todos os argumentos e todos os usos da prova sejam tão bons como quaisquer outros. Um empenhamento político geral para com certos fins “não predetermina de forma alguma” o que serão as constatações da investigação empírica. Na verdade, a experiência do centro, como a da “Oficina”, mostra claramente que as constatações de um grupo de investigadores envolvidos criticamente pode, por vezes, ser politicamente inconveniente para os objectivos pretendidos por um Governo.

Apesar disso, como acima indicado, as práticas de investigação do Centro e da “Oficina” atraíram fortes críticas na altura e posteriormente. Por exemplo, Tom Young, do SOAS, escreveu causticamente, em 1988, que:

*... pouco se sabe sobre muitos aspectos de Angola e Moçambique pós-independência, ao que nem é preciso acrescentar que o estudo desses países foi e está a ser perturbado pela guerra civil. Uma complicação adicional é que durante muito tempo após a independência, muita da literatura sobre Angola e Moçambique foi produzida por “redfeet”. Esta literatura, como a produzida por gerações anteriores de “redfeet”, embora muitas vezes seja útil, deve ser apreciada cuidadosamente e criticamente.<sup>115</sup>*

Implicitamente, outras categorias de investigação não precisam dessa avaliação cuidadosa; o termo insultuoso *redfeet* foi cunhado por analogia com a expressão *pieds noirs*, usada na Argélia para descrever os colonos franceses. Porém, pelo menos, alguns outros académicos ocidentais menos ingénuos metodologicamente assumiram uma visão mais sofisticada:

*... como académicos e intelectuais, temos escolhas sociopolíticas a fazer. Temos de decidir se somos meramente guiados pelos nossos interesses de classe pequeno-burguesa para desenvolver os nossos privilégios relativos... ao tomar-*

---

115 Young, “The politics of development in Angola and Mozambique,” *African Affairs* vol.87 (Abril 1988), p.165, sublinhado nosso.



*mos o lado dos que executam o controle social e que mantêm o poder económico ou político nas sociedades altamente desiguais da África Austral.*<sup>116</sup>

Também Allen Isaacman argumentou que uma “longa linhagem de activistas académicos” tinha tido um “impacto substancial e significativo, para além de teórico ... no estudo de África”. Isaacman continua, afirmando que:

*... a sua política insurgente informou, energizou e aguçou o seu trabalho académico, o qual, por sua vez, fez deles críticos sociais mais eficazes. Eles concebiam o seu trabalho como uma defesa de um mundo mais justo e, assim, expandiram a sua audiência e definiram a sua missão para além da academia. Ao se alinharem com projectos políticos particulares, eles desenvolveram um tipo de lógica de um tipo diferente no seu labor. Os compromissos políticos destes académicos tornaram o seu trabalho mais relevante, interessante e importante para uma ampla audiência...*<sup>117</sup>

Deixando de lado o já, entretanto, vastamente esquecido ataque verbal de figuras como Young, uma das críticas mais desenvolvidas ao trabalho do Centro foi armada pelo respeitado antropólogo francês, o falecido Christian Geffray, nas páginas da *Politique Africaine*.<sup>118</sup> O artigo de Geffray é um exemplar interessante de uma particular má interpretação das actividades de investigação do CEA, uma leitura que rapidamente sugere que as constatações [verificadas pela pesquisa] são suspeitas por causa da posição política dos investigadores. A sua interpretação depende de uma concepção positivista implícita da parcialidade subjectiva do investigador, como se as constatações dependessem das ideias preconcebidas do investigador, em vez de serem um produto da interacção da teoria, da prática e da subsequente reavaliação das questões da investigação inicial.

Em *Fragments*, Geffray argumenta que o CEA se submeteu aos objectivos estratégicos do Partido Frelimo, e trata o assunto como um processo de implementação de ordens vindas de diferentes sectores do Estado.<sup>119</sup> Porém, o facto

---

116 Henning Melber, “Where there’s no fight for it, there’s no freedom: on scholars and social commitment in Southern Africa. Which side are we on?” *Journal of Contemporary African Studies* vol.24, no.2 (Maio 2006), p.273.

117 Allen Isaacman, “Legacies of engagement: scholarship informed by political commitment,” *African Studies Review* vol.46 no.1 (Abril 2003), p.2-3.

118 Geffray, “Fragments d’un discours du pouvoir, 1975-1985: du bon usage d’une méconnaissance scientifique,” *Politique Africaine* no.29 (Março 1988), pp.71-85. Geffray é talvez mais conhecido pelo seu controverso livro *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’une guerre civile* (Paris: Karthala, 1990), também publicado em português como *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique* (Porto: Edições Afrontamento, 1991).

119 Geffray, “Fragments,” pp.74-75.



de grande parte da investigação ter sido crítica em relação a vários aspectos de políticas, leva-nos a considerar se a acusação de que o CEA apenas aderiu passivamente aos objectivos definidos é uma descrição suficientemente completa do que realmente aconteceu. Muitos dos problemas que Moçambique enfrentou no período 1976-1986 eram perfeitamente óbvios, mas outros não, mesmo para muitos sectores do Partido Frelimo.

Um exemplo do que se pretende dizer seria sobre os fluxos de ouro da África do Sul para Moçambique. A sua pesquisa mostrou que Moçambique estava prestes a entrar numa importante crise da balança de pagamentos depois de 1977, quando a África do Sul abandonou um acordo de 1907, que regulava o recrutamento de mão-de-obra de Moçambique para as minas da África do Sul. O Governador do Banco de Moçambique parece ter tido consciência da crise iminente, mas surpreendeu-o o facto de os investigadores do Centro saberem disso a partir da sua própria análise independente. Na verdade, houve alguma suspeita sobre como se poderia ter chegado a essa conclusão sobre um assunto tão sensível. No entanto, passado muito pouco tempo, essas evidências estavam a ser usadas nas aulas do Curso de Desenvolvimento.<sup>120</sup> A história ilustra dois pontos importantes: primeiro, que a agenda de investigação do CEA era sobretudo gerada internamente e, segundo, que mesmo resultados sensíveis da investigação podiam ser disseminados publicamente. Dito de outra forma, um processo delicado de diálogo teve continuidade na agenda de investigação do centro e dos seu projectos específicos.<sup>121</sup>

O segundo problema com a crítica de Geffray é que ela se foca no Curso de Desenvolvimento e nos vários relatórios resultantes, aparentemente, a partir de uma suposição de que isto era tudo o que acontecia no CEA. É claro que pode ser que, no caso de Geffray, ele tenha tido pouco contacto com quadros do centro, ou colaboradores seus, oriundos de outros departamentos ou de fora da universidade. No seguimento desta conclusão, existem erros factuais - ele dá uma data errada da criação do Centro (1976 e não 1975); refere-se a Bridget O'Laughlin como socióloga, quando ela é na verdade antropóloga de

---

120 A mudança no preço, em 1978, deve ser vista como o último passo num processo que se iniciou nos finais da década 1960, na altura da crise da libra esterlina e da crise económica estadunidense generalizada, que resultou no abandono do preço oficial fixo, do ouro. Em Outubro de 1973, a ligação entre o dólar e o ouro foi substituída por taxas de câmbio flexíveis. Os salários dos mineiros subiram, em comparação com os níveis anteriores. Como consequência desta situação, podemos citar dois exemplos: novas casas construídas com tijolos, assim como o uso de electrodomésticos, passaram a ser comuns no sul de Moçambique.

121 É interessante notar que o Departamento de Trabalho Ideológico da FRELIMO considerava explicitamente a cooperação com o CEA como fundamental para o seu trabalho. Ver FRELIMO, *Documentos da II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico: Beira, 5 a 10 de Junho de 1978* (Maputo: DTIP, 1978), pp.28-29.

formação; diz que os relatórios se basearam em apenas algumas semanas de trabalho de campo (p.75) enquanto os projectos duraram pelo menos um mês, havendo variações no tempo passado em cada local específico, de acordo com as observações preliminares.

É verdade que a primeira investigação colectiva do Centro, um estudo actualizado da economia política do regime de minoria branca da Rodésia (“A Questão Rodésiana”, acima mencionado), foi solicitada por Aquino de Bragança através dos canais da FRELIMO, mas a necessidade urgente de terminar o trabalho antes da Conferência de Genebra ajudou a criar as características da cultura de trabalho do CEA, de uma maneira que a FRELIMO nunca imaginara nem nunca tentou controlar directamente. Essa cultura de trabalho deixou um espaço aberto a uma certa autonomia na implementação da pesquisa e no questionamento de políticas. O resultado foi um processo de mediação com respostas por vezes negativas às publicações e aos relatórios não publicados do CEA.<sup>122</sup>

Para dar um exemplo de como eram escolhidos os projectos de investigação, os transportes eram uma prioridade de desenvolvimento óbvia para Moçambique. Não apenas porque Moçambique detinha a pasta dos transportes no âmbito da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), mas também porque a África do Sul usava o seu controle de troços cruciais da rede regional de transportes para desestabilizar alguns dos países membros da SADCC, incluindo Moçambique, o Zimbábwe e o Botswana. Maputo albergava e geria o gabinete da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), que era dirigida por Armando Guebuza. Isso levou directamente a um projecto do centro sobre o porto de Maputo, que constituiu parte do Curso de Desenvolvimento de 1982, e de onde foram publicados vários relatórios (sendo o outro projecto sobre o CAIA e as aldeias vizinhas, na Angónia).<sup>123</sup> Por iniciativa de Ruth First, foi encomendado um relatório especial à economista inglesa Maureen Mackintosh, escrito antes mesmo de o trabalho do porto ter iniciado. Para além disso, foi contratado um americano especialista em transportes, para ir à África do Sul com o objectivo de estudar o seu sistema de transportes. Infelizmente, depois

---

122 É certo que o Centro era ocasionalmente protegido por Fernando Ganhão, o próprio Aquino e Ruth, todos eles figuras de vulto e inquestionável integridade política.

123 *Dossier: porto de Maputo* (Maputo: UEM/CEA, 1982), 38 pp.; *Brochura sobre as zonas do porto de Maputo* (Maputo: UEM/CEA, 1982), 23 pp.; *A zona dos contentores: informação, trabalho administrativo e a transformação do trabalho produtivo* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 46 pp.; e *South African capital and the process of containerisation* (Maputo: UEM/CEA, 1985), 25 pp. (em inglês). O relatório do CAIA foi *Organizar os trabalhadores das machambas estatais: o caso do CAIA* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 56 pp.

de realizar o trabalho preliminar no Botswana, ele foi banido de entrar na África do Sul (possivelmente por ter passado várias semanas em Moçambique) e, conseqüentemente, este ponto da investigação nunca foi concluído. É altamente provável que estas actividades tenham sido negociadas com o Partido Frelimo, mas não partiram de lá. Dada a natureza delicada desses contactos, pouco pessoal do centro era directamente envolvido. No entanto, houve certamente alguma discussão informal entre o pessoal sobre os problemas das machambas estatais, sendo o CAIL mencionado como possível estudo de caso, antes de ser anunciado que o CAIA tinha sido escolhido.

O processo de pesquisa não consistia meramente em elaborar questionários ou programas de entrevistas, como Geffray parece ter imaginado. As questões da investigação só eram operacionalizadas provisoriamente em técnicas específicas de investigação antes de se partir para o terreno. De qualquer forma, a recolha de dados incluía recolha de documentos, que não estavam disponíveis em Maputo. A natureza colectiva deste trabalho significava que havia reuniões diárias dos membros para discutir as constatações e redireccionar as prioridades à luz dos novos dados. Geffray não entendeu que o trabalho de campo envolve a análise crítica corrente e abertura para mudar de acordo com as novas constatações, assim como a reconceptualização durante e após o trabalho de campo. Isto pode explicar a razão por que ele terá deturpado tão completamente o trabalho do Centro.

O seu argumento central é que a Frelimo e, por extensão, um centro politicamente leal, e assim, conceptualmente subordinado, procedeu por denegação da realidade social de Moçambique. As fraquezas teóricas desta concepção da realidade social rural foram analisadas com um efeito devastador por Bridget O’Laughlin e Dinerman nos anos 1990.<sup>124</sup> No entanto, um outro problema, é o seu pressuposto de que havia uma adesão sem problematização ao discurso oficial da Frelimo tanto por parte do Partido como por parte do CEA. Muito embora a Frelimo mantivesse uma fachada pública de unidade, isso não queria dizer que não houvesse debate interno no Partido. Na verdade, esse debate vinha por vezes à superfície indirectamente, quando o partido descobria que muitos dos seus membros discordavam das suas políticas como aconteceu em 1983 com a “Operação Produção”.<sup>125</sup> Essa discordância era por vezes registada publicamente por uma recusa silenciosa até de discutir um assunto

---

124 Bridget O’Laughlin, “Interpretations matter: evaluating the war in Mozambique,” *Southern Africa Report* (Janeiro 1992), pp.23-27; Alice Dinerman, “In search of Mozambique: the imaginings of Christian Geffray in *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’une guerre civile*,” *Journal of Southern African Studies* vol. 20 no.4 (Dezembro 1994), pp.569-586.

125 Ver Carlos Quembo, *Poder no poder: Operação Produção e a invenção dos improditivos urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance. 2017, 104 pp.

que a liderança queria sondar (por exemplo, o uso do chicote). Uma resposta alternativa teve lugar quando a política da Operação Produção foi discutida publicamente numa reunião especial com o pessoal de todos os departamentos da Universidade. Provou-se impossível restringir a discussão apenas a se a política tinha sido implementada erradamente (como realmente foi). Em vez disso, a discussão foi aberta a partir de baixo, independentemente de ser, ou não, uma boa política. Estes acontecimentos tiveram lugar em 1983, na altura em que Geffray estava a trabalhar em Moçambique.

A análise de Geffray ao discurso do poder ignora alguns elementos do que então era o “discurso oficial”, especialmente a repetida insistência de Machel na afirmação de que Maputo e Beira nunca se tornariam zonas libertadas. As implicações dessas declarações repetidas frequentemente parecem ter-se perdido em Geffray. Elas representavam o reconhecimento explícito de que a luta armada não tinha unificado completamente a emergente nação de Moçambique. Esse facto vai contra a observação de Geffray de que na visão da Frelimo e apesar da evidente e variável diversidade dentro do campesinato, o mesmo tinha sido unificado pela sua submissão comum à autoridade portuguesa dentro das fronteiras coloniais, e também “incontestavelmente unidos na sua história recente”<sup>126</sup>, que levou à expulsão do colonizador. Se tudo isso tivesse levado Geffray a considerar, quais teriam sido os vários impactos da trajectória que a luta pela independência seguiu, na realidade, ele poderia então ter pensado se era de facto possível generalizar a partir do seu próprio trabalho de campo em Eráti. Como se pode ver pelo ulterior trabalho de Borges Coelho em Tete, as forças armadas portuguesas tinham conseguido criar uma barreira na fronteira entre Nampula, de um lado, e Cabo Delgado e Niassa do outro.<sup>127</sup> Isso significava que as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) tiveram de passar através do Malawi para chegarem a Tete, para daí prosseguirem para sul, para Manica e Sofala, contornando Nampula e Zambézia.

Há dois aspectos a este respeito, como indicado ou implícito nos discursos de Machel. Primeiro, porque a acção militar havia sido sempre antecedida de um trabalho político extensivo para conseguir o apoio popular e nas zonas do país, que não tinham sido directamente afectadas pela guerra, estas populações teriam tido menos oportunidade de serem ganhas para o lado da Frelimo. Em segundo lugar, a experiência das zonas libertadas deu à Frelimo razão para acreditar que era possível uma transformação social rápida. Ambas as

---

126 Geffray, “Fragments,” p.77.

127 João Paulo Borges Coelho, *O início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial* (Maputo: AHM, 1989), 161 pp.

convicções sugerem que a “existência social” do campesinato não estava totalmente unificada no discurso oficial. Esta incapacidade de reconhecer os efeitos de diferenciação da experiência (ou da sua falta) da luta armada, transmite o perigo de uma homogeneização da “realidade social” moçambicana, apesar de Geffray listar todos os factores, como as línguas diferentes, que deveriam minar essas fáceis generalizações. A experiência de Eráti podia ser comparada com a experiência de Mueda durante a luta armada. Apesar disso, não se deve nunca esquecer que a política colonial tinha deliberadamente criado experiências diferentes em distintas partes de Moçambique, pela maneira como a sua economia foi estruturada em três regiões com características distintas - o Sul, o Centro e o Norte. Já antes da luta pela independência, a inserção em relações de mercado ocorria de maneiras diferentes, nas diferentes partes do país.

A investigação do CEA, tanto no Curso de Desenvolvimento como na “Oficina de História”, longe de denegar ou ocultar a existência social do campesinato, tomou-a em conta em toda a sua considerável variedade. Os relatórios descrevem esta diversidade em termos das importantes variações regionais (Sul, Centro e Norte), que resultaram das diversas experiências impostas pelas políticas económicas coloniais que tinham dividido o país conscientemente nessas três regiões. No interior dessas três regiões, eles identificaram áreas de reserva de força de trabalho, áreas de produção alimentar (por exemplo, para os trabalhadores das plantações, no Centro) e diferentes padrões de migração dentro de Moçambique e entre Moçambique e os territórios vizinhos. O móbil principal do trabalho migratório no tempo colonial foi o “xibalo”, que afectou profundamente a “realidade social”, em toda a colónia de Moçambique.

Esta análise não reproduziu um “eterno presente” etnográfico simplista e desactualizado, porque esses conceitos tinham sido explicitamente rejeitados pelo pessoal do CEA, num debate sobre antropologia, que teve lugar no *campus* da UEM, em 1982, visto que os factos recolhidos não corroboravam essa concepção. A “Oficina” também se envolveu numa crítica discreta da antropologia colonial portuguesa, especificamente no concernente a Moçambique, incluindo a monografia de Dias sobre Cabo Delgado e os seus relatórios confidenciais para Lisboa, sobre a consciência política entre a população falante de maconde.<sup>128</sup> Parte do pessoal cooperante do CEA tinha chegado a

---

128 Jorge António Dias e outros, *Os Macondes de Moçambique*, 4 vols. (Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964-1970. Dias apresentou cinco relatórios confidenciais, e.g. *Relatório da campanha de 1958* (Lisboa: Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, 1959), em co-autoria com Manuel Viegas Guerreiro.

Moçambique com pleno conhecimento do livro “Antropologia e o Confronto Colonial”, de Talad Assad, 1973, e da revista “Crítica da Antropologia”.<sup>129</sup>

O pessoal do CEA também não aderiu à ideia de que a existência social do campesinato era politicamente duvidosa. Eles apenas tinham uma concepção mais subtil daquilo que a existência social realmente era, com base no seu trabalho de campo. Essa concepção incluía a evolução da diferenciação do campesinato e os conflitos de terras que frequentemente acompanhavam esses processos, mas não se limitava a esses fenómenos. Era também esse o caso do trabalho de campo, de que pouco se sabia fora do CEA, nomeadamente a investigação na área do Rio Sabié, já discutida. Mas, para usar um exemplo publicamente disponível, o projecto de 1982, na Angónia, mostrou que a FRELIMO estava a perder o apoio dos camponeses, incluindo os que, nalgumas alturas do ano, iam trabalhar na grande machamba estatal do CAIA. Isso era um reconhecimento explícito da importância política e económica do campesinato. Assim, a política colonial e a luta armada já tinham transformado significativamente a sociedade moçambicana de várias formas descritas nos relatórios. A ideia de que o centro se limitava a tratar o povo moçambicano como obscurantista e feudal, da mesma maneira que o discurso oficial, é um despropósito que fala por si. No seu “reconhecimento” do “bom uso de uma deturpação científica”, Geffray não compreende até que ponto o CEA recusou seguir o discurso oficial a um nível empírico detalhado.

## Conclusão

Vale a pena, para concluir, enfatizar que o próprio Aquino de Bragança fez trabalho de campo em Mueda, engajando-se totalmente nas discussões sobre os materiais publicados, incluindo, por exemplo, a rejeição directa de um artigo para uma conferência em Minnesota, em 1983, exigindo que o mesmo fosse substancialmente reescrito antes de ser apresentado.<sup>130</sup> Aquino de Bragança prestou a necessária orientação intelectual e académica à “Oficina”, apesar de estar ocupado com outras tarefas, como a sua discreta diplomacia. Em grande parte, a “Oficina” alcançou o que alcançou graças à sua orientação, envolvimento e empenho. Aquino estendeu a pesquisa realizada na “Oficina” através das suas aulas na universidade, dos seus trabalhos (académicos e jornalísticos) e através de seminários em foros públicos, como na Casa Velha (associação cultural). A “Oficina de História” era uma parte significativa da actividade do CEA nos inícios e meados dos anos 1980, e qualquer avaliação

---

129 Ver também Jacques Depelchin, “Antropologia e história africana à luz da história da FRELIMO,” *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* no.2 (Março 1987), p.37-59.

130 “FRELIMO from front to party: revolutionary transformations,” S/D, 23 pp.

da contribuição intelectual do Centro para o desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique, deve ter em conta a “Oficina”, em conjunto com o trabalho de campo dos projectos que caracterizaram o período inicial do Curso de Desenvolvimento, a análise da situação regional produzida pelo Núcleo da África Austral e a mudança para estudos estratégicos na fase final da luta contra o *apartheid* na África do Sul, com tudo o que isso implicou para a região como um todo.

## AS REVISTAS ACADÉMICAS DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1980-2014<sup>131</sup>

*Colin Darch*

Com um enfoque nas revistas editadas pelo Centro de Estudos Africanos (CEA) intituladas “Estudos Moçambicanos” e “Não Vamos Esquecer”, o presente artigo tenta fazer uma análise crítica das edições destas duas revistas da instituição, ao longo do tempo. O objectivo principal é desafiar os leitores a reflectir e analisar o verdadeiro carácter e impacto destas publicações. Assim, começa-se por oferecer uma definição, mais ou menos normalizadora, de ‘o que é uma revista científica?’ Formalmente, a resposta a essa pergunta abrange os seguintes pontos: Primeiro, uma revista científica, no mundo académico em geral, deve ter uma periodicidade regular. Por exemplo, ‘semestral’ implica dois números por ano “faça chuva ou faça sol”. O segundo ponto é que as contribuições à revista, na sua maioria, devem vir de fora da instituição publicadora. Terceiro, a revista deve ter uma estrutura e uma política editorial bem clara, e estável. A última característica é que a revista deve ter uma prática sistemática de submissão das contribuições a uma revisão de pares.

Fica claro que o prestígio da revista “Estudos Moçambicanos”, na altura das suas primeiras publicações, não dependia de forma alguma da satisfação das exigências formais acabadas de mencionar. De facto, durante a maior parte dos anos da sua vigência, esta revista nunca obedeceu a nenhuma destas regras. Assim, a questão principal a colocar é, como poderemos avaliar a qualidade da pesquisa publicada na revista, tomando em conta as condições concretas e materiais existentes em Moçambique naquela época. Volta-se a estas questões ao longo da comunicação.

---

131 Esse texto consiste na edição e adaptação da transcrição de uma apresentação feita em Março de 2016, na conferência comemorativa dos 40 anos do CEA realizada em Maputo, e das intervenções e comentários da assistência. Meus agradecimentos sinceros a Clinarete Munguambe, pelo seu apoio na primeira abordagem à transcrição da gravação desta comunicação.



O primeiro número de “Estudos Moçambicanos” foi publicado em 1980, sendo o último, número 23, em Março de 2014. Estamos diante de um período de cerca de 34 anos. Tendo em conta que esta comunicação se insere na celebração e balanço dos 40 anos de existência do CEA (1976-2016), parece importante salientar que não se está perante um facto trivial e por isso devemos reconhecer e comemorar esta data.

O programa original de “Estudos Moçambicanos” estava bem explícito no editorial assinado por Ruth First, que escreveu o seguinte:

*A revista ... publicará artigos inseridos no campo geral das ciências sociais ... da autoria de economistas, sociólogos, historiadores e (...), em especial, de não académicos. Estudos Moçambicanos assume desde já como princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera. Uma análise materialista assenta, afinal, numa insistência de que é artificial e arbitrária a separação entre os aspectos económicos, políticos, sociais e culturais de um mesmo todo.<sup>132</sup>*

Portanto, a revista não foi apenas criada para os académicos, na medida em que o público-alvo da mesma era muito mais amplo do que a universidade. E a prova disso é que, pelo menos nos primeiros números, havia sempre grande publicidade nacional, sempre que saía um novo número, havendo mesmo alguns artigos que resumiam os conteúdos de cada novo número que era publicado. A revista era ainda objecto de uma distribuição, a mais ampla possível do que era prática na altura, através do Instituto Nacional do Livro e Disco (INLD).

Nos 23 números de “Estudos Moçambicanos”, existem dois números duplos e um número especial, o que reduziu o número físico de edições para 21. A pequena análise estatística feita dos conteúdos da revista, leva à seguinte conclusão:

- Foram publicados 159 trabalhos: artigos, documentos e textos, editoriais, doze bibliografias e até um ou dois poemas.
- Um pouco mais que 70% destes trabalhos tratavam de tópicos estritamente moçambicanos. Os outros, questões teóricas ou estatísticas ou temas relacionados com a situação na África Austral.

---

132 ‘Editorial: Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório,’ *Estudos Moçambicanos* no.1 (1980), pp.2-3.

“Não Vamos Esquecer”, por sua vez, foi concebida, não como revista, mas como um boletim, que não tinha pretensões de ser considerado uma revista científica. Mas, mesmo assim, tinha um certo prestígio pela contribuição dada à história popular de Moçambique.

O primeiro número de “Não Vamos Esquecer”, saiu da “Oficina de História”, em Fevereiro de 1983, ao que se seguiram dois números duplos, 2 e 3, em Dezembro do mesmo ano. Seguiu-se um intervalo de 4 anos sem qualquer publicação. Após a morte de Aquino de Bragança em 1986, no acidente de Mbuzini, o número 4, último número, saiu em Julho de 1987.

No total, “Não Vamos Esquecer” publicou 22 textos, dos quais um número significativo era de anónimos, ou de uma associação de autores, uma vez tratar-se de reflexões resultantes de uma prática de trabalho colectivo realizado na época. Destes 22 textos, 8 textos eram entrevistas prolongadas com trabalhadores, antigos combatentes, pessoas de interesse, etc. Saliente-se que “Não Vamos Esquecer” estava muito interessado na publicação de imagem. Publicou fotografias, e no número 4, especialmente, xilografuras, num total de 3.

Gostaria ainda de explorar a questão de um editorial claro e estável. Se se fizer uma leitura de todos os números de “Estudos Moçambicanos” publicados, ao longo de 34 anos, pressupõe-se que quem escrevia o editorial era, de facto, o responsável pelo conteúdo de um determinado número. Nesta lógica de pensamento, poder-se observar que os primeiros quatro números estavam sob controlo de Ruth First e Aquino de Bragança. Do número 7 até ao número 11/12, as edições foram preparadas sob a direcção de Sérgio Viera, e a partir do número 13 as responsabilidades foram distribuídas por vários editores, nomeadamente: Teresa Cruz e Silva, Carlos Serra, Isabel Casimiro, João Paulo Borges Coelho, Maria Paula Meneses, entre outros. Isto não significava que os editores estivessem necessariamente na direcção do centro, na altura da produção da revista. Tanto quanto se percebe, para uma parte considerável dos números publicados, na altura, também não havia um conselho editorial, que incluísse, entre os seus membros, pessoas não pertencentes ao CEA. Talvez houvesse comités dentro do centro, mas não havia esta tentativa de recrutar pessoas de fora do mesmo. Portanto, o carácter da revista foi sofrendo alterações ao longo dos anos de acordo com as mudanças verificadas na direcção do CEA, das condições de produção e da situação na qual o país se encontrava, ao longo destas décadas.

Para exemplificar como as mudanças que se operaram no contexto social, económico e político do país e na direcção do centro se reflectiam nas linhas de publicação da revista, pode-se verificar que, depois de Sérgio Viera assumir a direcção do Centro, a maioria dos artigos publicados versavam sobre

questões estratégicas, segurança regional e assim por diante. No período em que Isabel Casimiro, Alexandrino José ou Teresa Cruz e Silva assumiram a gestão do centro, houve um enfoque sobre a história do nacionalismo no tempo colonial, entre outros temas, como mostra o facto de ter havido, por exemplo, um número especial sobre o papel da igreja protestante, a vida de Eduardo Mondlane, e em seguida, questões de género. Portanto, isto mostra um reflexo sobre as mudanças que foram acontecendo no contexto em que a revista foi produzida. Contudo, a questão, que se levanta, é se essas mudanças eram arbitrárias ou foram um reflexo de decisões estrategicamente tomadas?

Voltando para “Não Vamos Esquecer”, parece que o programa desta revista se apresentou instável, logo no início. A Oficina começou com uma série de seminários. A ideia era que havia necessidade de reunir as pessoas e discutir os programas de investigação em curso. Só depois é que se criou um ‘núcleo’. Apenas viu-se nos números um e dois de “Não Vamos Esquecer”, uma explicitação do problema da sua política central, como se pode ler na citação:

*... o primeiro número deste boletim foi definido como sendo uma publicação virada, exclusivamente, para o estudo da Luta Armada de Libertação Nacional, tendo por foco as zonas libertadas. Porém, críticas que nos foram oportunamente feitas, revelaram, por um lado, a estreiteza do campo de estudos, que excluía, logo à partida, as zonas sob o controlo do governo colonial durante o processo de Luta Armada.<sup>133</sup>*

No entanto, é possível verificar que houve uma mudança de objectivos no segundo número, que deixou de fazer o enfoque sobre a Luta Armada em si, virando-se para questões sobre classe operária, assim como entrevistas sobre experiências vividas no tempo colonial nas zonas sob o controlo do regime colonial. Só no quarto e último número, publicado após a morte de Aquino é que se regressou para um enfoque sobre a luta de libertação e zonas libertadas.<sup>134</sup>

Um outro aspecto que gostava de mencionar é que, na avaliação de “Estudos Moçambicanos” e “Não Vamos Esquecer”, parece essencial tomar em consideração o facto de que todas as outras revistas científicas da época, por exemplo, “Arquivo”, “Cadernos de História”, “Trabalho de Arqueologia e Antropologia”, “Justiça Popular” já não são mais produzidas. Estão todas

---

133 ‘Editorial,’ *Não Vamos Esquecer* no.2/3 (Dezembro de 1983), p.3

134 É importante sublinhar, a questão da disponibilidade pública do boletim. Já foi referido que as publicações do boletim estão disponíveis em *websites* fora de Moçambique, mas parece que uma divulgação, o mais ampla possível, devia ser considerada. O autor deste artigo tem, no seu arquivo pessoal, os documentos disponíveis na altura.

“mortas”. E esta é uma questão a reflectir. Por que não existem hoje em dia revistas científicas de Ciências Sociais? Considera-se que o facto de todas estas revistas terem desaparecido mostra a existência de condições gerais, comuns a todas, para além das questões mais específicas referentes ao CEA. Um destes problemas é que revistas geograficamente definidas, o que é muito comum em África no período imediatamente depois das independências, ou desapareceram ou estão a entrar num período de falência.<sup>135</sup> A questão é que é tacticamente mais apropriado para jovens académicos publicar em revistas científicas, não só por área geográfica, mas por disciplina, indexadas/com revisão de pares. Isto tem a ver com a exigência de progressão na carreira, em Moçambique, como em outros países. Por exemplo, publicar um artigo em uma revista como “Estudos Moçambicanos”, que não teve durante muitos anos revisão de pares, não oferecia vantagens para progressão na carreira académica.

Finalmente, para concluir, salienta-se a questão do colapso do sistema de comunicação científica nos países do hemisfério sul, em geral. Esta-se a viver um processo de privatização de conhecimentos. Uma agressividade na aplicação de direitos da chamada propriedade intelectual. Isto implica que é muito difícil para as pessoas em universidades pobres ter acesso a toda a literatura existente no exterior, para além do problema de nem sempre serem acessíveis traduções em língua portuguesa. Acresce-se a isso, a falta de disponibilidade de revistas académicas actualizadas nas instituições de ensino e pesquisa, obrigando a que muita literatura tenha que ser adquirida individualmente pelos pesquisadores. Todas estas tendências têm um impacto muito negativo nas academias dos países pobres. Portanto, a questão final, que se levanta logicamente a partir de trabalhos anteriores, é como publicar trabalhos sintéticos de primeira qualidade. Quer dizer, grandes livros de história, sociologia e economia sem ter uma base de micro-estudos produzidos e divulgados localmente, e em português?

## **Notas das editoras sobre a comunicação de Colin Darch**

Após a comunicação apresentada na conferência de celebração dos 40 anos do CEA (2016), virada sobretudo para uma reflexão, foram levantadas algumas questões no debate que se seguiu e que se podem sumarizar em três aspectos considerados, como sendo de maior relevância.

---

135 Como exemplo pode-se referir na *Tanzânia Notes and Records; Journal of Ethiopian Studies, Rassegna di Studi Etiopici* (uma revista italiana sobre todos os aspectos de vida na Etiópia).

Um primeiro aspecto, relacionado com a questão da privatização do conhecimento e a digitalização da documentação. A privatização, tendo sido vista sobretudo no seu critério financeiro, mostrou que é preciso “comprar” os resultados da produção científica, quer em livro, quer em revistas, e mesmo a que se encontra disponível *online*, é necessário pagar a assinatura para se poder ter acesso à base de dados onde os artigos se encontram disponíveis. Colin deu como exemplo o JSTOR<sup>136</sup>, que é controlada através de contrato, apesar de a grande maioria dos artigos disponíveis estarem fora do controlo dos direitos de autores, pois são de domínio público. E nas suas palavras: “Mas não se pode ter acesso a essa base de dados sem pagar uma assinatura. Portanto, é uma espécie de privatização”.

Em relação à digitalização, embora importante, o problema coloca-se “na não existência de um equilíbrio entre o investigador de Moçambique, do Brasil ou Portugal com os dos EUA e Inglaterra, sendo isto, o que em inglês se chama «*the playing field is not level*» [o campo de jogo não está nivelado], o que representa uma desvantagem muito grande e onde, o acesso generalizado, corre certos riscos para a produção de história ou para a investigação nos países mais pobres.”

Um segundo ponto refere-se a aspectos relativos à questão da publicação da revista “Estudos Moçambicanos”. Desde o seu nascimento, nunca existiu uma programação clara dos diferentes números e estes eram publicados quando fosse possível publicar, não só quando se tinha artigos suficientes para constituir um número satisfatório, mas também quando se tinha financiamento para pagar os custos de impressão, dentre outros aspectos. Isto prejudicou muito a sua periodicidade. A questão da revisão de pares, nunca foi considerada na publicação, a não ser nos últimos números da revista e para os quais houve alguma resistência, além de que, a falta de hábito de o fazer, conduziu a que os revisores levassem bastante tempo e os autores levassem também muito tempo a rever o artigo (a revista, num dos seus últimos números, dentro destes moldes, levou praticamente dois anos para ser publicada). De qualquer modo, foi reconhecido que, hoje em dia, uma revista com aquelas características não podia satisfazer as necessidades, que uma carreira académica bem definida exige.

---

136 JSTOR (acrónimo para «Journal Storage») é uma biblioteca «online» de arquivamento de periódicos académicos sediado nos Estados Unidos e fundada em 1995. JSTOR foi originalmente fundada pela Fundação Andrew W. Mellon, mas é atualmente uma organização sem fins lucrativos.

Contudo, Colin Darch considerou que “a questão da revisão de pares, aprende-se nos seminários, onde os colegas mais chegados do departamento, numa sessão mais ou menos fechada, fazem uma crítica com a maior franqueza possível. É assim que se aprende como fazer uma avaliação, sem necessariamente personalizar esta questão”.

Exemplificando, Darch referiu que de acordo com a sua experiência: “quando criticamos um artigo de um principiante numa carreira académica, as pessoas chegam a ficar muito ofendidas. Mas na verdade esta não é uma crítica pessoal, mas uma forma de apoio, criticando o texto para que este seja melhorado na sua segunda versão. E na falta de uma série de seminários estabelecidos na universidade é muito difícil fazer este tipo de aprendizagem. Portanto, para mim, a questão de revisão de pares não é abstracta, é uma questão de prática pedagógica.”

Um terceiro ponto relacionou-se com o fim da revista “Estudos Moçambicanos”. Na análise que se fez para esta “morte” foram apresentados vários motivos. Para alguns dos participantes, isto deveu-se à perda de autonomia do Centro de Estudos Africanos em termos de um financiamento para a sua publicação, que passou a depender das verbas provenientes do Orçamento Geral do Estado (OGE), e a revista só era publicada quando aquele permitia este financiamento, o que era raro e extremamente difícil. Criou-se deste modo, uma irregularidade muito maior do que a que existia quando o CEA tinha fundos próprios e se podia financiar a pesquisa (mesmo que esses fundos próprios fossem de doações). Para outros, o CEA teve “uma luta inglória” ao tentar manter a revista “Estudos Moçambicanos”, apesar da sua história e seu capital social. “Os dois últimos números (22 e 23) já foram publicados com muitas dificuldades.

De qualquer modo, não foi possível prever a sobrevivência da revista tendo em conta não apenas a não satisfação dos requisitos de uma revista científica, mas também aos diversos condicionalismos que se foram colocando ao longo dos anos. Para Colin Darch, “a sobrevivência de qualquer revista, e como tal a de “Estudos Moçambicanos”, só pode funcionar na base de uma actividade de investigação, pois sem projectos de investigação é muito difícil as pessoas produzirem artigos, mesmo de autoria individual.”



## PARTE III

---

# A ÁFRICA AUSTRAL NO CERNE DAS DISCUSSÕES

*Sempre quis que o CEA tivesse grande autonomia, sobretudo em relação à sua produção científica. Para o CEA produzir pensamento útil tinha de ser autónomo. Para poder alimentar o poder político com reflexões independentes que o pudessem apoiar, tinha de ser autónomo. O CEA tinha grande prestígio e foi o seu trabalho que lhe deu essa dimensão, a sua voz e a sua presença a nível internacional. Era necessário que isso se mantivesse.*

Rui Baltazar dos Santos Alves

(Reitor da UEM, 1986-1990)



## ENTREVISTA A ROB DAVIS

*Colin Darch*

O académico e activista Rob Davies, exilado sul-africano, foi pesquisador do Centro de Estudos Africanos em Maputo, durante onze anos. Tendo chegado a Moçambique nos inícios de 1979, com 31 anos, permaneceu no país até meados de 1990. Ao longo deste período, Rob Davies vivenciou alguns dos mais difíceis, mas também mais produtivos, anos da história do centro, sob a direcção de Aquino de Bragança, Ruth First e Sérgio Vieira. Nesta instituição, ele participou em projectos de pesquisa colectiva, docência no Curso de Desenvolvimento e, mais tarde, chefiou o Núcleo de Estudos da África Austral, que funcionava no mesmo centro. O seu artigo publicado em 1995 em co-autoria com Dan O'Meara, intitulado *Total Strategy in Southern Africa* (Estratégia Total na África Austral), assim como o panfleto *South African Strategy Towards Mozambique in the Post-Nkomati period: a critical analysis of effects and Implications* (A Estratégia da África do Sul em relação a Moçambique no período post-Nkomati: uma análise crítica dos seus efeitos e implicações), ambos escritos em Moçambique, constituíram contribuições importantes para a compreensão da estratégia de desestabilização na região austral de África.<sup>137</sup> Depois da libertação de Nelson Mandela em 1990, ele regressou ao seu país, a República da África do Sul, onde ocupou o lugar de Director-adjunto, juntamente com Peter Vale, do *Centre for Southern African Studies*, da Universidade de *Western Cape*. Em 1994, foi eleito membro do primeiro parlamento democrático da África do Sul, pela lista do ANC, e, em Maio de 2009, foi nomeado Ministro do Comércio e Indústria, depois de ter ocupado o lugar de Vice-Ministro do mesmo órgão a partir de meados de 2005. Davis é membro do Partido Comunista da África do Sul e do Comité Nacional Executivo do ANC. Em Abril de 2017, Colin Darch seu ex-colega no CEA, entre 1979 e 1987, entrevistou-o sobre as memórias das suas vivência em Moçambique, no seu escritório situado no espaço de jurisdição parlamentar da Cidade do Cabo.

---

137 "Total strategy in Southern Africa: an analysis of South African regional policy since 1978", *Journal of Southern African Studies*, vol.11, nº2 (April 1985), p.183- 211; *South African strategy towards Mozambique in the post-Nkomati period: a critical analysis of effects and implications* (Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1985).

**Colin Darch (CD):** Em primeiro lugar, gostaria de saber que razões te levaram a Moçambique e como acabaste por trabalhar no Centro de Estudos Africanos?

**Rob Davies (RD):** Eu vim através da Ruth First e Joe Slovo, quando era estudante na Grã-Bretanha. A primeira vez que tive um contacto com Joe foi em Oxford durante uma conferência importante, envolvendo pessoas que viam a África do Sul sob uma perspectiva marxista.

**CD:** Em que ano foi isso?

**RD:** Deve ter sido por volta de 1974 ou 1975. Então, mais tarde, tive uma maior proximidade com Ruth em alguns dos seminários organizados pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS), em Londres. Costumava participar nestes eventos e foi assim que comecei a tomar conhecimento sobre assuntos ligados a formas de trabalho em Moçambique. Costumávamos ir ao SOAS de vez em quando e Ruth estava presente em alguns dos seminários e, numa das sessões ela começou a falar do trabalho que eventualmente se veio a transformar no *Mozambican Miner*.<sup>138</sup> Então, houve uma sucessão de acontecimentos e candidatei-me para ir a Moçambique, e quando lá cheguei, a minha esposa tinha um emprego, e na altura, eu estava desempregado. Eventualmente, procurei Ruth e ela convidou-me para trabalhar no centro. E foi assim que cheguei lá.

Eu tinha já iniciado as minhas leituras sobre os documentos do Terceiro Congresso da FRELIMO, em Inglês, e tinha já entrado em contacto com algumas pessoas do MAGIC que estavam lá.<sup>139</sup> Também iniciei encontros com alguns deles. Nesta altura, eu era já considerado uma *persona non grata* para poder regressar à África do Sul. Havia terminado os meus estudos e não queria realmente fixar-me no Reino Unido, então, Moçambique apresentava-se como uma boa oportunidade e para lá fui. O país oferecia-me um alinhamento com a minha predisposição ideológica, e então pensei que este poderia ser um lugar onde me sentiria feliz a trabalhar e a contribuir para o desenvolvimento do socialismo em Moçambique.

**CD:** E isso teria sido em fins de 1978?

---

138 O trabalho de pesquisa sobre o impacto do sistema de trabalho migratório em Inhambane foi realizado por uma equipa liderada por Ruth First (em destacamento de curta duração pela universidade de Durham) em 1977, e na época, foi publicado em versão abreviada e completa quer na língua Inglesa quer Portuguesa. O relatório completo foi publicado recentemente numa nova edição Brasileira de 2015: Ruth First (cord.) *O Mineiro Moçambicano: em Estudo sobre a Exportação de Mão-de-Obra em Moçambique* (Recife: UFPE, 2015).

139 MAGIC - The Mozambique-Angola-Guine Information Centre (Centro de Informação de

**RD:** Eu Cheguei em 1979, princípios de 1979.

**CD:** Mais ao menos na mesma altura em que eu cheguei?

**RD:** Penso que sim. Sim, sim.

**CD:** Então concorraste para um emprego na universidade depois da tua chegada?

**RD:** Depois que cheguei. Também procurava por outras coisas. Num momento contactei o Ministério da Indústria. Eu tinha em ideia que poderia contribuir para a política industrial em Moçambique (risos). Mas eventualmente, sabes, comecei a ter outra vez contactos com Ruth, e ela disse... vem para o centro, e eu fui ao centro, e foi isso.

**CD:** Nessa altura, tu eras, presumivelmente o único sul-africano economista político no centro. Muito antes da chegada de Dan O'Meara ou Siphon Dlamini?

**RD:** Bem, havia a Ruth, com certeza.

**CD:** Quais foram os primeiros projectos em que trabalhaste?

**RD:** Eu estava envolvido numa pesquisa colectiva no centro, e participei num conjunto de viagens de pesquisa colectiva. Estive no programa do algodão.<sup>140</sup> Mas eu desenvolvi aí um pequeno nicho. Comecei por ir às fábricas e visitei estas fábricas de descaroçamento de algodão - não eram fábricas de têxteis, não tendo assim trabalhado tanto nos campos... mas as primeiras [no processo], as fábricas de descaroçamento, ao mesmo tempo que lia os relatórios das pessoas que tinham a responsabilidade de assegurar que os camponeses produzissem o algodão a horas, e que aplicavam a palmatória se estes não o fizessem, e... era o tipo de relatórios que constituíam as minhas leituras.

**CD:** Ai é? Ainda mantinham o uso da palmatória?

**RD:** Bem, este ponto nem sempre era reportado, mas havia uma secção nos relatórios acerca deste e daquele períodos, e havia uma secção aí acerca da atitude dos indígenas - os nativos - e havia referências a que eles umas vezes

---

<sup>140</sup> O grande projecto do algodão do Centro era organizado em parceria com o Instituto Norueguês de Relações Internacionais. A pesquisa integrava aspectos ligados à agricultura e indústria e era constituído por duas pesquisas de campo em Nampula e na Zambézia, dois estudos virados para as fábricas Texmoque e Texlom, e análises sistemáticas de fontes documentais e estatísticas. As séries de relatórios foram publicadas entre 1979 e 1982.

eram um pouco mais arrogantes e assertivos e outras vezes um pouco mais cooperativos. Então, eles costumavam usar outros métodos e forçar esta gente a fazer o que era necessário - sarchar as plantas e fazer a colheita a tempo. Isto fazia parte dos relatórios dos administradores, embora eles estivessem sentados nos escritórios das fábricas. A questão fundamental é que a maioria deste algodão era enviado para as fábricas têxteis em Portugal. Historicamente, era assim que as coisas aconteciam. O peso da semente de algodão no conjunto total da planta é muito elevado, por isso eram necessárias as fábricas de descaroçamento. O que essas fábricas faziam, realmente, era cardar o algodão para retirar a semente, e obtinham fardos de algodão cru para exportação. Foi sobre estas fábricas que trabalhei, enquanto para elas ... e algumas começavam a entrar na bancarrota também, e o Estado iniciava o seu processo de intervenção. Estas eram algumas das coisas. E a partir daqui, eu também comecei a ficar envolvido no processo e comecei por ir a algumas das fábricas têxteis - Texlom, Texmoque, a esta espécie de lugares.

**CD:** As fábricas de descaroçamento eram em Nampula? Na cidade de Nampula?

**RD:** Eram em Nampula, sim, este foi o primeiro projecto em que participei, aí em Nampula. As fábricas situavam-se em diferentes cidades ... estás a reavivar a minha memória ... não me parece que elas se situassem na cidade, estavam situadas em pequenas cidades.

**CD:** Podes dizer-nos algo sobre o significado de estudar e compreender a África Austral enquanto região? A minha memória, dessa altura, é que havia um foco genuíno sobre a revolução moçambicana, mas no contexto da África Austral como um todo, uma região que a economia sul-africana continuava a dominar, apesar das relações hostis entre Moçambique e a África do Sul.

**RD:** Se eu quiser periodizar as minhas contribuições pessoais no centro, poderei dizer que quando ali cheguei, o trabalho dominante era o que acabei de descrever, onde as brigadas de pesquisa constituídas por estudantes e trabalhadores saíam, e estávamos em busca dos progressos do projecto socialista moçambicano. Parece-me que emergiram, na altura, conceitos muito importantes sobre o papel da pesquisa na revolução e todo este género de coisas. Mas com certeza, como tu mesmo disseste, Moçambique estava inserido numa região que era dominada pelo Estado do *apartheid*, que era o Estado mais poderoso em sua volta e com laços históricos e económicos fortes com muitos dos outros países da região, uma espécie de hegemonia regional.

Quando cheguei a Moçambique, a questão regional dominante era o Zimbábue, como estou certo, tu mesmo observaste nessa altura. No primeiro ano da minha estadia, as pessoas da ZANU-PF ainda aí estavam ... Encontrei alguns dos seus membros de uma ou outra forma, e o Centro produziu um livro, para o qual eu também dei a minha contribuição, intitulado “Zimbábue: A Questão Rodesiana”.<sup>141</sup> E então, a FRELIMO fez um esforço notável para assegurar que o seu flanco ocidental não fosse uma fonte de desestabilização. As conversações de *Lancaster House* foram uma vitória e contribuíram para a eventual independência do Zimbábue. Então, penso que esta era a questão regional dominante, quando cheguei ao centro.

Mas, penso que todos nós sabemos, que esta questão não era o fim da dinâmica regional. Com certeza, o ANC estava presente em Moçambique. Eu juntei-me ao ANC em Moçambique. Havia todo este lado... as coisas aconteciam e o ANC iniciava o seu reagrupamento, e assumia a forma de luta armada dentro da África do Sul, e o crescimento da luta clandestina era cada vez mais visível. Mas não creio que se tivesse esperado ou suposto que a retaliação do regime fosse assumir as formas de que se veio a revestir. Lembro-me que em redor de Maputo havia um sistema efectivo de mísseis de defesa. Uma vez a Força Aérea sul-africana enviou um drone que foi rapidamente destruído, assim que chegou.<sup>142</sup> Habitualmente, falava-se de um tempo de “sete minutos” para que a partir das suas bases os Mirages da força aérea sul-africana atingissem Maputo, mas Moçambique estava bem defendido contra estes ataques. Mas não me parece que havia sido antecipada a ideia de uma guerra do tipo “contra”.<sup>143</sup>

Uma vez que a guerra do tipo “contra” surgiu, e uma vez que os moçambicanos constataram que as SADF estavam envolvidas neste processo, o assunto despertou imediatamente um grande interesse. O que se estava a passar? Quem fazia o quê na África do Sul? Consequentemente e numa base *ah hoc*,

---

141 A pesquisa original do CEA sobre o Zimbábue foi realizada em 1976 para a Conferência de Geneve que teve lugar nesse mesmo ano. Davis refere-se aqui a uma edição revista e alargada do relatório original que foi publicado em Dezembro de 1979 como *Zimbábue: A questão Rodesiana* (Maputo: Edição do INLD, 1979), com uma introdução de Robert Mugabe.

142 Este incidente ocorreu a 30 Maio de 1983, quando um IAI Scout RPV de desenho israelita operado por militares da África do Sul foi abatido sobre Maputo e despenhou-se no mar. Os destroços foram subsequentemente recuperados (Veja *Notícias*, 2 de Junho de 1983).

143 A palavra “contra”, originária da *contrarrevolução* espanhola, era um termo depreciativo aplicado nos anos 1980 às forças anti-Sandinistas financiadas pelos Estado Unidos, na Nicarágua. Rapidamente passou a ser genericamente aplicado a qualquer grupo de guerrilha anti-comunista de direita que dependesse de apoio externo, incluindo a RENAMO. Veja por exemplo, William Minter, *Os Contras do Apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique* (Maputo: Arquivo Histórico, 1994).

Ruth e Aquino e, eu próprio, em conjunto, nos interrogávamos se deveríamos escrever algo? Penso ainda que, para além desta questão, nasceu também o interesse pela África do Sul, e depois pelo resto da região... e qual seria a resposta? Certamente [que], o nosso interesse não era exactamente numa perspectiva África do Sul-Moçambique, mas era África do Sul e Angola, África do Sul e Botswana, África do Sul e Lesotho. Desta forma, a dinâmica regional total tornou-se muito importante, para compreender o que era a região, e como esta estava estruturada. Como sabes, a SADCC foi formada em 1980 e Ruth decidiu que o centro deveria contribuir no apoio à SADCC, através da pesquisa, uma vez que na altura o seu objectivo era reduzir a dependência - particularmente, mas não somente na África do Sul. Então havia uma resposta, uma reacção, e não somente na frente militar, mas também do lado económico.

Fora de tudo isto veio a ideia real, a concepção sobre o que era esta região, quais as suas dinâmicas, quais as linhas em conflito, e depois, eventualmente, como seria o panorama da região depois do desaparecimento da monstruosidade do *apartheid*? Havia todas as questões que, de uma ou outra forma, começámos a fazer face, no centro.

**CD:** Parece-me que a partir do que disseste surgem duas questões. Lembro-me de Peter Vale ter falado numa ocasião sobre a “Escola Moçambicana” nas ciências sociais, em termos de análise da região. Consideras esta ideia como válida? Obviamente que uma das suas características deve ter sido esta perspectiva regional, mas se for verdade, quais seriam as outras características? Esta é a primeira questão. A segunda, é sobre este foco regional que acabaste de mencionar, no final formalizado como o Núcleo da África Austral, mas na minha memória... isto só sucedeu em termos de uma reestruturação depois do assassinato de Ruth. Estarei correcto?

**RD:** Não, isto sucedeu um pouco antes. Começou a verificar-se assim que a guerra de desestabilização<sup>144</sup> principiou a ter impacto na possibilidade de deslocações a áreas rurais para conduzir pesquisa. Esta possibilidade começou a sofrer recuos. Então, esta primeira fase da pesquisa tinha que dar lugar a qualquer coisa mais. Mas não era só isso. As dinâmicas da região tinham realmente um impacto significativo na própria evolução de Moçambique. Por isso tínhamos um interesse sério nesta análise.

---

144 Historicamente, o termo “guerra de desestabilização” era usado preferencialmente por analistas que acreditavam que o conflito entre o Governo moçambicano e a RENAMO era guiado primariamente pelos desejos do regime do *apartheid* da África do Sul para enfraquecer Moçambique, enquanto o universal “guerra civil” era usado pelos que acreditavam que era guiado por uma dinâmica interna de uma oposição às políticas governamentais. Davies marca aqui o seu ponto de vista ao referir que o carácter do conflito era regional.

**CD:** Então no Centro existia uma consciência apurada do contexto em que se trabalhava?

**RD:** Penso que sim. Com certeza, o trabalho sobre “O Mineiro Moçambicano” já tinha um contexto regional - quais eram os impactos das mudanças na dinâmica regional sobre as famílias que proviam a força de trabalho masculina para as minas da África do Sul? Esta situação já existia, mas tornou-se cada vez mais pronunciada, e transformou-se no tipo de análises de estudos estratégicos nos quais estávamos envolvidos.

**CD:** Voltaremos a este ponto daqui a pouco, porque gostaria de te perguntar acerca do período da direcção de Sérgio Vieira no centro... Mas... e a ideia da “Escola Moçambicana”?

**RD:** Sim, estava justamente a tentar referir as diferentes fases do trabalho do centro. Havia uma aproximação aos estudos estratégicos em redor da guerra de desestabilização, e penso que estávamos entre os primeiros a realizar este género de pesquisa, por razões óbvias. Mais tarde, quando a guerra atingiu um ritmo acelerado e começou a afectar muitos dos outros países, juntaram-se outros académicos na escrita de análises e livros substantivos. O nosso trabalho estava particularmente focado na dinâmica Moçambique-África do Sul. E tentávamos atingir um conhecimento profundo sobre o caminho que seguiria a estratégia da África do Sul, quais eram as perspectivas e, as novas formas a assumir; porque é que tudo era como era, que espécie de regime era na realidade o adversário - todas estas questões estavam em jogo. Começámos por fazer exactamente este tipo de pesquisa, tudo começou assim. Podes dizer, que era uma espécie de “Escola Moçambicana” - mas eu diria que era uma discussão de estudos estratégicos, e mais tarde tornou-se mais uma tentativa para desenvolver a economia política da região. Mas foi aqui que começámos.

**CD:** Parece-me que hoje em dia existe uma tendência para olhar para trás com uma visão ligeiramente cor-de-rosa sobre a forma como foram as coisas no centro - particularmente entre nós os que estavam lá nessas alturas. Mas recordo-me que houve alguns momentos difíceis em termos de relações pessoais entre os pesquisadores. Para mim, apesar de Ruth ter tido uma enorme influência na minha vida e na minha carreira, ela era por vezes uma pessoa difícil com quem trabalhar. Então, podes dizer algo sobre relações pessoais e esta espécie de dinâmicas no centro?

**RD:** Uma das coisas importantes a apontar é que Ruth tinha sido jornalista antes de se tornar académica. Então, ela era bastante adversa a muitas contextualizações académicas e a esta espécie de coisas [risos] - ela queria uma



mensagem sólida e rápida, bem trabalhada e bem escrita. Parece-me que isto era um factor ... nisso ...

**CD:** Lembras-te, havia uma reunião envolvendo Chris Gerry e Luis de Brito, onde Luís acusou Rurh de “produtivismo”. Parece-me que se referia a querer produzir textos rapidamente em lugar de textos completamente pensados. Recordo-me que foi um encontro relativamente quente.

**RD:** Não me parece que tivesse estado presente a esse encontro. Não me recordo. Mas penso que era isso em parte. Ela queria um produto que fosse ... [Mudança da linha de pensamento] o... a conceptualização provavelmente vinha mais das pessoas como Harold Wolpe, que assistia aos seminários, a sua teorização vinha mais destes seminários, que de Ruth. Ele descreveu sobre o que ela era, era mais do que apoio crítico, onde tu podias vir e rapidamente dizer a esta ou aquela pessoa, com autoridade, que esta ou aquela coisa estava dando errado, ou que o conceito de, por exemplo, machambas estatais como o dinamizador do socialismo estava mal colocado, ou que era necessário dar mais ênfase nas cooperativas. Era uma pesquisa muito prática que ela queria, o tempo todo. Penso que isto criava atritos contra os académicos, no sentido negativo ...

**CD:** E presumivelmente por vezes criaria atritos contra as estruturas da FRELIMO também?

**RD:** Sim. Penso que é aqui onde ambos Ruth e Aquino desempenhavam um papel absolutamente fulcral. Não me parece que sem a liderança de ambos tivesse sido possível criar espaço para a pesquisa nestes moldes. Não sei qual foi o papel desempenhado por Ganhão, mas os dois, Ruth e Aquino, em conjunto, tinham suficiente influência política para serem capazes de dizerem isto é algo que vale a pena fazer, isto é algo que deve receber apoio, e mesmo se fosse crítico ou o que quer que fosse que estivesse a acontecer... o nosso papel não é distribuir propaganda, é distribuir apoio crítico, ser crítico, com vista ao aprofundamento e reforço da transição socialista. Era sobre isto... Isto também foi transmitido àqueles, de entre nós, que não “compraram” a narrativa da FRELIMO sobre o Acordo de Nkomati, depois da morte de Ruth. Fomos capazes de continuar a desenvolver algum trabalho no centro e observar alguns dos assuntos e alguns dos continuados conflitos que emergiram depois do Acordo de Nkomati.

**CD:** Falemos um pouco mais sobre os diferentes períodos do centro. Há o período da liderança da Ruth, do qual já falámos, o período da pesquisa rural, depois as mudanças quando o acesso ao campo se tornou difícil. Mas e sobre a liderança de Aquino depois da morte de Ruth, ao que se seguiu o período de



direcção de Sérgio Veira? Quem saiu quando Sérgio era director do centro? Quais foram as mudanças no último período?

**RD:** Penso que os períodos do centro correspondem aos desenvolvimentos ocorridos em Moçambique. Assim, a primeira fase consistia no avanço do processo socialista. Parece-me que vale a pena notar que um dos crimes do assassinato de Ruth First foi ... [mudança de pensamento] sua visão, para grande surpresa de muitas pessoas no ANC, era esta, da luta pelo socialismo em Moçambique e a luta pela libertação na África do Sul, que estavam inextricavelmente interligadas e que, trabalhar para o avanço do projecto socialista em Moçambique era uma contribuição para a libertação geral. E era nestes pontos que ela estava focada. Ela era membro do ANC, mas não estava envolvida na luta armada, ela não estava envolvida em qualquer das actividades clandestinas, ou algo semelhante. Então, o equivalente ao assassinato de uma pessoa como Ruth First era como se alguém tivesse atacado um pesquisador pro-Nat<sup>145</sup> em uma das universidades da África do Sul - mas eles nunca foram um alvo da luta armada de libertação. Então, penso que o ataque a Ruth First foi um crime, e estou certo que ela foi atacada por causa da influência que tinha, quer em Moçambique quer na África do Sul.

---

145 Um apoiante do Partido Nacional (Nasionale Party) na África do Sul do *apartheid*.

## PARTE IV

---

# PASSADO E PRESENTE, LIÇÕES APRENDIDAS

*Era preciso que se conseguisse manter a pesquisa multidisciplinar (...) conseguir que a pesquisa fosse envolvente ... mas trazer valências de fora.*

Marcelino Liphola

(Director do CEA, 2002-2007)

## **‘SEGUINDO EM MARCHA’ ESTUDOS SOBRE GÊNERO E FEMINISMOS NO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, CEA/ UEM, 1990-2018<sup>146</sup>**

*Isabel Maria Casimiro, Ximena Andrade,  
Catarina Casimiro Trindade, Withney O. Sabino e Gessica Macamo*

### **Introdução**

Neste artigo propomo-nos pensar o percurso empreendido pelos estudos sobre mulher e gênero na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e no Centro de Estudos Africanos (CEA), a partir de finais dos anos 80, seu início, e actualizar a informação compilada até 2016,<sup>147</sup> quando o CEA completou 40 anos de existência. O ano de 2008 merece destaque pois registou a criação, na UEM, do Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE), uma unidade orgânica da UEM, criada pelo seu Conselho Universitário.<sup>148</sup>

---

146 Este artigo é uma actualização de uma reflexão escrita em 2005, editada pela revista “Estudos Moçambicanos” Nº 21 do CEA, intitulada “Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos”, revisto em Agosto de 2007 com o título “A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e activistas” e editado em 2010 no livro *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*, pelo Nordic Africa Institute, Uppsala, Suécia, com o título “Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists”. Já em 1992, e também na revista “Estudos Moçambicanos” Nº 11/12, Ximena Andrade e Isabel Casimiro haviam iniciado uma reflexão sobre as questões de género, feminismos e direitos humanos das mulheres em Moçambique, com base nas experiências das pesquisas no Centro de Estudos Africanos, do Núcleo de Estudos da Mulher (1988-1990), do Departamento de Estudos da Mulher e Género (criado em 1990 e terminado em 2014) e do Projecto WLSA - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust - regional e em Moçambique, iniciado em 1989, no Centro de Estudos Africanos da UEM. Este texto conta com novas contribuições de Catarina Casimiro Trindade, Withney O. Sabino e Gessica Macamo.

147 Ainda que se tenha estendido o levantamento até 2018.

148 Resolução no.5/CUN/2008 de 8 de Maio.

Neste tempo breve de três décadas e, beneficiando de um contexto nacional, regional e internacional bastante favorável,<sup>149</sup> passou-se de uma situação de espanto, dúvida e suspeita perante o significado e uso da categoria de género para a aceitação e utilização da mesma, bem como do recurso à perspectiva de género na análise das relações sociais, na revogação de legislação retrógrada e discriminatória, na elaboração de políticas públicas de género e para as mudanças nos conteúdos dos cursos. O Governo de Moçambique ratificou os principais instrumentos internacionais sobre direitos humanos das mulheres, empreendeu a reforma de legislação sobre discriminação e procedeu à elaboração de leis conformes à sua situação como Estado Parte.<sup>150</sup> Infelizmente, e como vem acontecendo com outras ferramentas analíticas potencialmente libertadoras, na maior parte das vezes, tem-se verificado uma generalização abusiva do seu significado, esvaziando as suas possibilidades transformadoras, de diálogo, de interrogações e elaborações contínuas e permanentes.

Os estudos sobre as relações de Género, sobre as relações de poder entre mulheres e homens, começam a ganhar corpo a partir de finais dos anos 60, nos países de língua inglesa - onde foi construída a categoria género (*Gender*) - mas depressa se expandiram pelo mundo.

Género, como categoria analítica, foi e continua a ser o resultado de interrogações feministas no sentido de esclarecer a subalternidade, discriminação e subordinação das mulheres no mundo, numa procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações, análises, pesquisas, debates. Não pretendem as suas criadoras feministas o esclarecimento contemplativo, por si, acerca da discriminação das mulheres. Moveu-as e move-as o desejo de alterar as relações desiguais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, no âmbito de construções identitárias múltiplas e diversas, baseadas num poder hierárquico, que marcam as discriminações entre os seres humanos, características do mundo capitalista, colonialista, patriarcal e racista, em que vivemos, com o propósito de o transformar.

---

149 As Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, no México em 1975, em Nairobi em 1985 e em Beijing em 1995.

150 Instrumentos Internacionais: A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificada pelo governo moçambicano em 1993; Declaração de Beijing, ratificada em 1995; Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC, ratificada em 1997; Protocolo Opcional da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e das Pessoas e Direitos das Mulheres, ratificado 2005; Declaração Solene da Igualdade de Género em África, ratificada em 1994; e o Protocolo da SADC sobre género e desenvolvimento, aprovado em 2008. Legislação nacional: Lei de Terras, Lei nº19/97, de 1 de Outubro; Lei da Família, Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto (em processo de revisão); Lei da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro; Código Penal, Lei nº 35/2014 de 31 de Dezembro e a Lei das Sucessões e Herança (em processo de revisão).

Em Moçambique, os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens começam a desenvolver-se em meados da década de 80, afirmando-se na década de 90, após a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing. Por diversas razões, coube ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, não apenas visibilizar este novo campo de estudos, mas também realizar investigação sobre a mulher numa perspectiva feminista, de género e de direitos humanos.

Criou-se sobretudo uma prática de investigação-acção (em permanente construção), que em muito influenciou na alteração dos curricula da UEM, na integração das questões de género nas disciplinas e na criação de disciplinas e cursos de graduação e pós-graduação do Ensino Superior, com uma perspectiva de género.

Este processo incentivou a mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos<sup>151</sup> e possibilitou o surgimento, desenvolvimento e apoio de associações de mulheres, do movimento de mulheres e do movimento feminista em Moçambique. Para além disso, impulsionou a modificação e elaboração de políticas públicas e a alteração e formulação de leis não discriminatórias em relação à mulher.

As participações da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) em Moçambique, entre 1962-1974, em Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, foram factores históricos inspiradores e mobilizadores, considerando as reflexões e práticas que proporcionaram para a transformação do lugar da mulher na sociedade.

A criação no CEA, de um sector sobre a mulher numa perspectiva de género, o Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), realizando pesquisa comprometida com a acção e em rede com instituições governamentais e associações, desencadeou um movimento de reflexão e diálogo epistemológico sobre o ensino e pesquisa na academia. Trata-se de uma pesquisa que “interroga o social”, realizada com “trabalho, rigor e criatividade”, com “metodologias participativas de ensino e pesquisa”, incluindo estudantes e docentes nas suas diversas fases, contribuindo para a formação de todas as pessoas envolvidas, criticando a política e sempre experimentando novos métodos científicos, admitindo mudanças no campo teórico (Brito, 2011; Gentili, 2012; Cruz e Silva, 2013). Um processo de pesquisa participativo, desde a fase

---

151 Referimo-nos às disciplinas de Antropologia dos cursos de História e Linguística e do Curso de Geografia da Faculdade de Letras, UEM; as disciplinas em cursos da UFICS (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais), UEM; à experiência com o Mestrado de Educação, 2000, UEM; ao Projecto “Mulher e Engenharia”, na Faculdade de Engenharia, UEM.

de preparação, realização, análise dos dados, elaboração do relatório, até à difusão dos resultados, através da organização de encontros e diálogos, peças de teatro, envolvendo os sujeitos pesquisados, em diferentes unidades espaciais de estudos, e a equipa da pesquisa (Casimiro; Loforte; Pinto, 1992).

O presente artigo está organizado em duas partes. Partindo do presente para o passado, a primeira parte faz referência aos diversos campos em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, que foram emergindo em Moçambique, sobretudo a partir de 2008, com o Movimento das Jovens Feministas (MOVFEMME), hospedado no Fórum Mulher. Considera-se que as três décadas de caminhada nos estudos e praxis de género, num diálogo entre academia e associações, foi permitindo o desabrochar de variadas formas de actuação, sobretudo de mulheres jovens, usufruindo da democratização, melhor e mais estendido acesso às redes sociais e a debates e experiências por parte de um grupo maior de pessoas. Um aspecto comum a este grupo de jovens raparigas é o reconhecimento do seu feminismo, a procura de respostas para variadas inquietações, o diálogo em encontros informais, abrangendo distintas actoras.

Na segunda parte, aborda-se o historial dos estudos de género no CEA, desde a sua criação, mas sobretudo, entre finais dos anos 80 a esta parte.

## **Movimentos auto-organizados e criação de espaços seguros**

Entre 2014 e 2016 realizou-se no CEA uma pesquisa sobre “Movimentos Sociais em Moçambique: movimentos de mulheres e feministas”, tendo como alvo principal membros fundadoras e integrantes do MOVFEMME, bem como da Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ASCHA). Foi possível identificar, no decurso da pesquisa, o surgimento em Moçambique de novos espaços gradualmente ocupados por jovens, identificadas ou não como feministas. Nesses espaços e/ou grupos de reflexão e estudo, as mulheres jovens conversam sobre a sua vida, sobre o que é ser mulher em diversas regiões e espaços de Moçambique, as suas relações com outras mulheres e com os homens, assim como com membros da sua família. As mulheres interrogam-se sobre o que se espera de si na sociedade, nomeadamente: ser mulher, mãe e esposa obediente, realizar as actividades domésticas sem apoio de outros membros que não as do sexo feminino e mais novas, dar primazia aos homens, qualquer que seja a idade, não ter vontade própria e fazer o que outros decidem para a sua vida, ser preterida nos estudos, suportar todas as injustiças e violências da parte dos papás, “dos que mandam”, ser considerada inferior e fraca, chorar por tudo e por nada, aceitar as uniões forçadas e ser entregue

a homens para pagamento de dívidas. Debatem e questionam que ser homem é ser forte, viril e macho, violento, ter muitas mulheres, que “homem que é homem não chora”, que o homem é o chefe de família e o provedor da casa. A domesticidade para a mulher, a iniciativa e a criatividade para o homem (Casimiro, 2014). As jovens reflectem sobre a sexualidade, sobre o seu corpo, os seus desejos, num contexto de secretismo e tabu destes assuntos.

Estas jovens têm os seus próprios padrões de desenvolvimento, bastante diversos e organizando-se interseccionalmente,<sup>152</sup> com formas bastante informais e numa vasta variedade de estruturas organizacionais, como veremos mais adiante. São críticas das formas tradicionais de organização e da “ONGização” dos espaços (Fonseca, 2016; FRIDA & AWID, 2016; Roy, 2016), muitas das vezes excludentes das suas preocupações, desejos e desafios. As jovens trabalham sobre questões candentes e da sua vida quotidiana e possuem propostas e estratégias inovadoras e criativas no sentido de mudanças efectivas. Estão articuladas nacional, regional e internacionalmente e utilizam o activismo,<sup>153</sup> as possibilidades dos *media* e das TIC's.<sup>154</sup> Não costumam ter financiamento e enfrentam condições precárias de actividades, ainda que em maior liberdade de pensamento, diálogo e acção (FRIDA & AWID, 2016).

Conversou-se com algumas destas jovens no âmbito da pesquisa comparativa “Diálogos em confronto”. Trajectórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP's: Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique (CODESRIA), iniciada em Fevereiro de 2017. A partir desta pesquisa, que tem por principal eixo a emancipação/libertação da mulher durante e após a luta de libertação em Moçambique, retomaram-se as discussões sobre a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN)<sup>155</sup> e quis-se conhecer as percepções de mulheres jovens (feministas ou não) sobre as mulheres combatentes/militantes, a sua participação na luta de libertação e sobre os processos de luta pela igualdade, que estão a ser construídos actualmente.

---

152 Conceito usado pela primeira vez por Kimberlé Williams Crenshaw, feminista e professora especializada em questões de raça e género nos Estados Unidos da América. Utilizou este conceito pela primeira vez nas suas pesquisas nos anos 90 sobre as violências vividas por mulheres negras. Trata-se de um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder que se entrelaçam: classe, raça, género, patriarcado. A interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. (Crenshaw, 1991).

153 Um novo conceito que aborda a combinação de arte e activismo nas acções das jovens feministas.

154 Tecnologias de Informação e Comunicação.

155 Tema da monografia de Isabel Casimiro, elaborada em 1986, no âmbito de um projecto no

Foram entrevistadas jovens membros de organizações formais e jovens com outras formas de ver e de participar na luta feminista. A partir daí, surgiu a oportunidade de trazer estas experiências de mulheres jovens, por um lado, sobre como percebem este contexto de des(igualdades) e de luta pela igualdade de género e, por outro, sobre como se organizam individual e colectivamente para ocupar o espaço público.

As actividades organizadas pelas jovens feministas, que fazem parte da pesquisa em andamento, estão ligadas à criação de espaços seguros de partilha, de construção e de solidariedade entre mulheres, com o uso da sua profissão para fazer questionamentos, com a chamada de atenção e mudança de comportamento, com advocacia e activismo individual e colectivo de forma auto-organizada, fora dos padrões do associativismo institucional e as responsabilidades que daí advenham.

Destaca-se o uso da tecnologia e das redes sociais para partilhar informações, reflexões, fazer e divulgar campanhas, muito à luz do que se teoriza como quarta onda feminista (Buarque de Holanda, 2018; FRIDA & AWID, 2016), que é liderada por jovens e se caracteriza justamente pelo uso das redes sociais, tendo como principais assuntos o assédio e a violência nos transportes e espaços públicos, nos campus universitários, no mercado de trabalho, na *media*, dentre outros. A título de exemplo de *blogs* de jovens feministas, temos o Escreve Eliana, Escreve, da feminista Eliana Nzualo e A Jovem Feminista, da médica e feminista Denise Milice. Outras activistas sem *blogs* têm produzido textos de reflexão, que são partilhados nas suas páginas do *Facebook*, através do *WhatsApp* e outras redes sociais como por exemplo Énia Lipanga ou Mmana Wa Vatsongwana, que expõem e reflectem sobre o seu quotidiano de violências nos transportes colectivos.

Tendo como ferramenta o artivismo, a ASCHA discute e visibiliza as desigualdades e a violência contra mulheres e raparigas através da poesia, teatro das oprimidas<sup>156</sup> e *Xigubo* Feminista.<sup>157</sup> Estas manifestações artísticas são normalmente apresentadas por rapazes e raparigas em batucadas feministas

---

156 “O Teatro do Oprimido (TO) é uma metodologia criada por Augusto Boal nos anos de 1960, que pretende usar o teatro como ferramenta de trabalho político, social, ético e estético, contribuindo para a transformação social. Foi desenvolvida (e está ainda sendo, nas mãos de quem usa agora este método) ao longo das diferentes experiências de Boal, quer na América Latina (onde viveu a ditadura brasileira e a derrota das esquerdas latino-americanas que o levaram ao exílio) quer na Europa”, e também em Moçambique. (<https://oprime.wordpress.com/about/>, acesso a 12.02.2019).

157 *Xigubo* é uma dança guerreira tradicional do Sul de Moçambique e que representa a resistência colonial do país; normalmente dançada por homens.



feitas nas ruas do bairro, em que a associação está inserida, mas também em encontros e fóruns organizados pela associação. A ASCHA organiza anualmente o Fórum Distrital e Municipal de Género, com o objetivo de juntar estruturas locais, direções de serviços públicos e escolas para conversar sobre os problemas ligados às questões de género, num espaço em que rapazes e raparigas falam na primeira voz, num ambiente seguro.

Ainda no ativismo tem-se experiências de mulheres ocupando espaço no *Hip-Hop*, como é o caso do grupo Revolução Feminina,<sup>158</sup> a *rapper* e jurista Iveth Mafundza, assim como Gina Pepa e Sister África. Cada vez mais jovens e artistas moçambicanas questionam as dinâmicas de poder nas artes, se juntam a campanhas e produzem conteúdos pela igualdade de género. Foi criada, em 2016, a banda “as Marias”, também conhecida por banda feminina da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da UEM e há artistas como Melita Matsinhe, Regina Santos, Banda Kakana ou Rodhália cantando temas sobre a mulher. No teatro, e em mesclas de teatro e dança, as actrizes Lucrecia Paco e Gigliola Zacara têm produzido monólogos e pequenas actuações sobre violência contra as mulheres e depressão.

Quanto à criação de espaços seguros, o MOVFEMME organiza desde 2009 as “Fogueiras Feministas”, onde jovens sentam-se em roda para partilhar as suas experiências e conversar sobre um tema escolhido para cada edição. Em 2018, foi criado o “Algo Mais para Nós Mulheres”, uma iniciativa de espaço seguro de conversa e solidariedade entre mulheres, que se reúnem uma vez por mês, para conversar sobre um tema sugerido pelas integrantes do grupo. As rodas de conversa são organizadas por Giselle Daiana e Withney Sabino, com apoio do Centro Cultural Moçambicano-Alemão, local do evento. Também em 2018, foi criado o “Matabicho Feminista”, por Eliana Nzualo, um evento no modelo de espaço seguro que acontece bimensalmente entre feministas. Os temas são escolhidos em grupo e vão desde sexualidade à espiritualidade africana, entre outros.

Em 2020, tem lugar, no campus universitário da UEM, o 14º Congresso Mundial Mundos de Mulheres (MM2020), um evento internacional e interdisciplinar que cruza e põe a dialogar diferentes áreas da academia e do activismo (movimentos sociais de mulheres e feministas) de todo o mundo, em torno da temática “FeminismoS AfricanoS: Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste”. A organização do MM2020 está a cargo de uma Coordenação Geral, liderada

---

158 Do qual fazem parte Énia Lipanga, F-T, guigazz M Black, Célia Madime.

por Isabel Casimiro em representação do CEA,<sup>159</sup> e envolvendo o CeCAGe, a Universidade Pedagógica de Moçambique, o Fórum Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres em Moçambique. De mencionar que fazem parte das comissões de trabalho criadas, uma diversidade de associações feministas, organizações de mulheres, os movimentos não formais, activistas, artistas de canto, dança, teatro, música, universidades e institutos superiores.

Espera-se que a realização deste evento propicie o diálogo entre as organizações e os movimentos sociais feministas com a academia, na articulação das suas pautas e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, acredita-se que é de grande valia conectar as experiências da academia e de movimentos a nível regional e internacional.

A realização do MM2020 representa a visibilidade de uma trajectória iniciada com a criação do CEA em 1976, concretizada com a criação do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) em 1988, designado DEMEG em 1990. Conta também com a organização do projecto de pesquisa-acção WLSA a nível regional e em Moçambique, que permitiu a realização de pesquisa comprometida com a mudança, e articulações nacionais e regionais pelos direitos humanos das mulheres. Uma caminhada feita de pesquisa-acção, de envolvimento na criação e participação em associações de mulheres, em mudanças nos cursos do ensino superior, da legislação discriminatória, na elaboração de políticas públicas de género, caminhada pelos direitos humanos das mulheres e contra a discriminação de que temos sido alvo na história, contando nós a nossa própria história.

O MM2020 é um evento que conta com a organização e realização de diferentes gerações de mulheres trabalhando em conjunto, mulheres que vêm de vários espaços do campo em torno dos direitos das mulheres, mulheres e jovens dos movimentos e das academias em várias partes do mundo.

## **A trajectória dos estudos de género no Centro de Estudos Africanos**

A partir de meados dos anos 80, começou a desenhar-se, ao nível do CEA, uma linha de investigação sobre estudos da mulher, no âmbito dos projectos

---

159 Em Dezembro de 2016, o CEA na pessoa de Isabel Casimiro, recebeu um convite para a UEM se candidatar à organização do 14º Mundos de Mulheres. A proposta apresentada foi aceite e durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, realizado em conjunto com o 11º *Fazendo Género*, a delegação de Moçambique recebeu, através da Vice-Reitora Académica, Profª Doutora Amélia Uamusse e uma delegação de académicas e activistas de Moçambique, a responsabilidade de organizar o próximo MM.

existentes, com o objectivo de conhecer a vida da mulher em Moçambique, através dos diversos períodos históricos e interligando-a com a vida da mulher em África e no mundo. Pretendia-se analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre mulheres e homens, no acesso, controlo e partilha de recursos e poder. Era também importante pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e no período posterior à independência.

No presente trabalho, fomos nos apercebendo que o estudo das relações sociais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, atendendo a contextos espaciais e temporais específicos, e a variadas dimensões<sup>160</sup>, ou seja, as relações sociais de género, se revelavam como uma categoria analítica operatória e potencial no nosso trabalho de investigação. A experiência de investigação-acção ao nível do CEA e das redes com que se tem trabalhado, têm manifestado a operacionalidade desta categoria, no entendimento das raízes da discriminação da mulher, no modo como se produz e se reproduz o feminino e o masculino, como o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e o mundial têm sido construídos em Moçambique, desde o período colonial até ao limiar do século XXI (Santos, 2000:254). Esta construção do feminino e do masculino refere-se ao contexto de relações colonial-capitalistas e pós-colonial-capitalistas, patriarcais e racistas que convivem e se reproduzem juntamente com relações pré-capitalistas, que em Moçambique cobrem uma escala significativa do território e da população nacional. Trata-se uma construção com rupturas e continuidades permanentes no reconhecimento de formas em constante movimento, na dinâmica das inter-relações com a modernidade cruzando-se em todos os espaços e dimensões mencionados.

O trabalho empírico realizado foi gradualmente exigindo um melhor aprofundamento epistemológico, no sentido de entender a realidade que nos cerca, reconstruir conceitos e metodologias, reconceptualizar os paradigmas científicos, ou seja, produzir conhecimento e não apenas factos a serem trabalhados por outros, fora de Moçambique.

---

160 Referimo-nos concretamente às dimensões classe, rendimento, estatuto/ posição, cor da pele, educação, religião, urbano/rural, sexo, parentesco, etnia, língua, idade/geração. Kimberlé Crenshaw desenvolveu, os anos 90, o conceito de interseccionalidade para analisar como raça, género e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão.

## Reflexões sobre a categoria de gênero

Qual a importância da categoria gênero? Está-se perante um campo complexo, em transformação, do qual se tem produzido e se continua a produzir uma vasta literatura crítica (Correa, 2000). No decorrer da construção deste novo conhecimento, muitas feministas não concordam com a sua utilização, outras empregam-na com bastante cuidado e/ou numa perspectiva de esclarecimento político e, ainda, há outras que continuam com as suas interrogações em busca de conceitos mais operacionais na explicação das desigualdades entre mulheres e homens (Verea, 2016).

A reflexão sobre as relações de gênero ocorreu num momento particular para as Ciências Sociais e Humanas e também no seio do Movimento Feminista a nível mundial, o qual ganha um novo fôlego a partir dos anos 60.<sup>161</sup> Entre os anos 60-80, as Ciências Sociais e Humanas empreenderam uma grande transformação, devido às mudanças ocorridas com a situação mundial, que vai coincidir com um período de ressurgimento do Movimento Feminista nos anos 60. Esta fase do Movimento Feminista ganhou corpo num momento histórico de grande deslocação ideológica e de perda de perspectiva, tendo ficado mais evidente a necessidade de repensar os paradigmas dominantes no sentido de melhor compreender o mundo para o transformar. A necessidade que as mulheres sentiram de conhecer, compreender e visibilizar a sua vida ao longo da história da humanidade obrigou a uma revisão das Ciências Sociais e Humanas e dos seus postulados científicos, à construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis e à formulação de hipóteses e de teorias mais próximas do real (Barbieri, 1991:29). Ciências como a História, a Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Filosofia e a Linguística viviam uma grande efervescência epistemológica, que acabou por alimentar as inquietações das feministas. Articulando ao nível da Linguística os temas da sociedade, cultura e indivíduo de uma nova maneira, estas disciplinas falam de relações e diferenças, de masculino e feminino, de poder e hierarquia, incerteza e questionamento. É aqui que se pode situar a contribuição para a reflexão sobre gênero.

A produção de conhecimento por parte das diferentes correntes do feminismo constitui uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos quarenta anos nas Ciências Sociais (Harding, 1988), na medida em que veio perturbar a harmonia androcática do saber - social, científico, político - caucionado pelo paradigma científico dominante, provocando, como

---

161 Em 1949, foi editado o livro de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo*. Foi preciso esperar pelos anos 60 para a massificação do seu conhecimento, dentro e fora do Movimento Feminista.

bem refere Julieta Kirkwood (1984:100), desafio, insolência, arrojo, liberdade, desordem que permitiu tirar a venda oprimida dos olhos, fornecendo uma maior aproximação ao mundo real dos direitos humanos.

Como categoria, género implica uma série de dimensões de relações de poder expressas simbolicamente na linguagem dos corpos, na representação do masculino e do feminino, como elemento constitutivo de identidades e subjetividades, na articulação micro/macro e nas práticas. Também revela como a dominação masculina está inscrita na palavra, nas coisas e nos objectos, nos espaços, nas estruturas mentais, na forma como percebemos os outros e está inscrita na forma de usar o próprio corpo, base para a subordinação da mulher.

Muitos se têm interrogado sobre a validade ou não desta categoria, se não se está mais uma vez perante uma categoria importada e assimilada por imperativos de “ajuda ao desenvolvimento”, de conteúdos alheios à realidade africana e, fundamentalmente, confundem-no com mulher. Para certos entendimentos, falar de género é o mesmo que falar de mulher e quem utiliza este termo como conceito apenas propõe uma inversão de situações - serem as mulheres a deter e exercer o poder a partir de agora como o fazem os homens, sem que se alterem as relações de desigualdade. Paradoxalmente, a categoria de género, que foi utilizada pelos psicólogos e adoptada pelas feministas dos anos 60-70 para fugir à referente biológica da palavra sexo, é muitas das vezes utilizada como sinónimo de Sexo:

*Sexo é um termo da biologia, Género (gender) emprega-se em psicologia e em relação a processos culturais. Poder-se-ia pensar que estas palavras são simplesmente duas maneiras de considerar a mesma diferença e que se, por exemplo, uma pessoa é de sexo feminino, pertence automaticamente ao género correspondente (feminino neste caso). Mas de facto não é assim. Ser homem ou mulher, menino ou menina, é tanto a maneira de vestir-se, os gestos, a actividade, a rede social e a personalidade como os órgãos genitais que cada um tem (Oakley, 1972).*

Como refere Simone de Beauvoir (1960), “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Por um lado, não se pode esquecer que a utilização do conceito sexo na biologia refere exclusivamente a dimensão reprodutiva do ser humano (no par sexo masculino e feminino) e, independente da sexualidade e o seu exercício, que é um ganho humano, convertendo-se numa das instâncias diferenciadoras mais significativas entre os seres humanos e o resto dos mamíferos. Por outro, tão pouco esquecer que, actualmente, a reprodução humana tende a separar-se cada vez mais da própria dimensão natural da biologia, incorporando-se ao âmbito tecno-social da engenharia da reprodução humana.

Apesar de existir ainda em torno deste conceito muito desentendimento e, sobretudo, desconhecimento, esvaziamento e cooptação do seu significado, este, acabou por ganhar corpo e ser hoje considerado condição *sine qua non* para que uma actividade ou projecto tenha o apoio de organizações doadoras internacionais.

Entretanto, como vem acontecendo com outros conceitos potencialmente emancipadores, a sua utilização entrou no terreno das lutas políticas e académicas, de ocupação de espaços, capitais e poder, tão caros à nossa sobrevivência, acabando por originar o esvaziamento do seu conteúdo de análise e de transformação da realidade desigual e opressiva que nos rodeia, sendo cooptado pelo poder que sempre é inteligentemente oportunista. Como refere Kamla Bhasin, “Há na questão de Género muito dinheiro, mas pouca paixão, existe nela objectividade, mas poucas apostas” (citado em Arnfred, 1999:2).

Signe Arnfred, socióloga feminista<sup>162</sup> que tem pesquisado questões de género e sexualidade em Moçambique, analisa esta questão num pequeno texto intitulado “*Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica*” (1999). Signe refere a conquista do espaço por parte da política Género e Desenvolvimento - que se seguiu a Mulher e Desenvolvimento - como fruto dos movimentos das mulheres à escala global, sobretudo a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing (1995). Por todo o mundo, elaboraram-se Planos de Acção Pós-Beijing, cujo desempenho foi analisado em 2000. Moçambique participou na IV Conferência de Beijing com uma delegação de 20 mulheres de todo o país, organizada pelo Fórum Mulher que posteriormente e em conjunto com o Governo trabalhou no Programa Pós-Beijing. Fica entretanto a questão de como pôr em prática uma política de género sem redefinir a agenda sobre o desenvolvimento. O que vem acontecendo, na maior parte dos países, é a utilização de uma nova roupagem, em termos de terminologia, sem que se alterem as relações de poder a nível dos países e entre estes e as organizações doadoras internacionais.

O que se verifica então hoje nas organizações internacionais e nas políticas dos governos, em que a tendência é *gender mainstreaming*?<sup>163</sup> Começa a haver um discurso de que género é uma categoria bem comportada fora da dimensão dos direitos humanos das mulheres, ou seja, do feminismo; a neutralização do termo género perante um uso esvaziado do seu conteúdo revolucionário - género acaba por ser uma categoria descritiva de informação estatística entre homens e mulheres e, muitas das vezes, é compreendida como sinónimo

---

162 Docente e investigadora na Universidade de Roskild na Dinamarca.

163 Ou seja, pôr género na corrente central?

de mulher;<sup>164</sup> gênero e Poder entraram na agenda também através do conceito de empoderamento (*empowerment*), confundindo-se empoderamento com empreendedorismo econômico, reduzindo-se a luta por direitos humanos da mulher ao facto de esta empreender economicamente; a vitimização da mulher - o discurso da acção de algumas correntes do movimento de mulheres nos últimos anos acaba por vitimizar as mulheres pela situação existente, desvirtuando a análise da discriminação a partir dos direitos humanos, para a confinar à dimensão mais pura do assistencialismo.

Importa entretanto registar que a categoria de gênero permitiu visualizar a situação da desigualdade e da discriminação da mulher e, sobretudo, o seu reconhecimento no âmbito da agenda pública. Quer dizer, a neutralidade deste conceito permitiu a institucionalização do reconhecimento da desigualdade e da discriminação da mulher, apesar das conotações negativas anteriormente anotadas.

O que se verifica no campo académico? Chegou-se a um estágio significativo dos estudos feministas através de desdobramentos teóricos de maior relevância, a mudanças nos níveis teórico, metodológico e de acção, sendo a nível epistemológico que o avanço se tem verificado crescente, no âmbito do feminismo crítico. O estudo e a investigação sobre a subordinação, discriminação, desigualdade e subalternidade das mulheres, na procura de um modelo alternativo solidário feminista, estimularam a análise em vários campos da realidade social, nomeadamente: o legal, o da participação social, no contexto da família, no âmbito do trabalho, da produção e da reprodução, da economia do cuidado, das economias alternativas e solidárias, na participação na educação e nos processos de tomada de decisão. É de destacar o contributo dos Movimentos Feministas críticos e de acção no avanço do conhecimento da sexualidade, uma vez que a discriminação de que a mulher é objecto nos diferentes âmbitos da vida social, é estruturada em favor dos homens, tem a sua base de sustentação no controlo da sexualidade e da reprodução no corpo da mulher.

O avanço do movimento feminista impulsionou o debate sobre a masculinidade, que começou em fins dos anos 80 nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, tendo um destaque especial durante a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994).<sup>165</sup> A responsabilidade masculina transformou-se em envolver os homens sobre si

---

164 Tal como tem sido referenciado até por académicos da nossa universidade “já temos o gênero na UEM”, referindo-se à presença de mulheres nos departamentos da instituição.

165 A investigação sobre a masculinidade estendeu-se a outros países tanto do terceiro como do primeiro mundo já a partir dos anos 90.



mesmos, sobre a sua sexualidade, sobre a sua saúde e a das suas parceiras; sobre a violência exercida contra as mulheres, contra outros homens e sobre si mesmos - a tríada da violência dos Homens de Michael Kaufman (Kauffman, 1987). As investigações realizadas têm-se centrado na análise de uma identidade masculina fora do paradigma androcático com o intuito de propor uma sexualidade de prazer compartilhado tanto para os homens como para as mulheres. Neste sentido e indo ao encontro das mudanças a nível regional e mundial, foi criada em Moçambique, em 2009, a Rede Homens pela Mudança (Rede HOPEM), rede de organizações e instituições que trabalham ou estão interessadas em lutar pelos direitos humanos de homens, mulheres e crianças (Langa, 2011).

## A experiência do Centro de Estudos Africanos

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) foi concebido em 1988, como forma de visibilizar uma dimensão do conhecimento, que até àquele momento não tinha ainda sido tida em conta. A UEM começou já, a partir da década de 80, a dedicar a sua atenção aos estudos da mulher, por parte de docentes e investigadores nacionais formados sobretudo na área de Ciências Sociais e Humanas. Realça-se aqui algumas investigações que, sem ter como objecto de estudo a mulher, debruçam-se sobre parte da sua realidade.<sup>166</sup>

Em 1985, a UEM e a UNESCO, Divisão dos Direitos Humanos e Paz, promoveu um Seminário intitulado “A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique”, com participação de diversas instituições governamentais e não-governamentais, organizações sócio-profissionais, que realizavam trabalho e/ou pesquisas sobre a mulher em Moçambique. Este seminário sucedeu a um conjunto de estudos e seminários organizados pela UNESCO sobre “A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional e o seu papel e actividades nos países recém-independentes de África”.<sup>167</sup> Uma das propostas saídas deste seminário apontava para a necessidade da UEM, assim como outras instituições de ensino superior vocacionadas para o efeito, se organizarem e colocarem as suas capacidades ao serviço da investigação e formação de e sobre mulheres, contribuindo, deste modo, para o seu melhor envolvimento no desenvolvimento do país. Foi também preocupação deste seminário a

---

166 A investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, “A Questão Agrária em Moçambique”, “A Situação da Classe Operária”, “A Actuação do Estado ao nível do Distrito”, “O Papel das Cooperativas de produção e de Consumo”, “A Situação nas Antigas Zonas Libertadas”, no CEA; “Trabalho Feminino Rural, Combustível Doméstico e Nutrição” entre algumas Faculdades da UEM e a OIT, entre muitos outros projectos de investigação.

167 Em 1983, a “Oficina de História” do CEA/UEM fez-se representar num encontro em Bissau, organizado pela UNESCO sobre a participação das mulheres na Luta Armada. Isabel Casimiro, apresentou o documento elaborado pela *Oficina de História*.



coordenação dos diversos trabalhos e/ou pesquisas que se realizavam sobre a mulher em Moçambique. Constatou-se a existência de trabalho de investigação realizado e que em muito contribuía para um melhor entendimento da situação da mulher, mas infelizmente, era desconhecido pelas outras instituições afins e associações sócio-profissionais.

Após o primeiro balanço do trabalho realizado nesta área, o CEA, que vinha desenvolvendo pesquisa sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), através da "*Oficina de História*", iniciou um trabalho de debate interno e também com outras instituições. Esta reflexão tinha por objectivo encontrar colectivamente ideias para se avançar num trabalho de investigação particularizado na mulher como objecto de estudo.

Em 1989, começa-se a delinear um plano do que seria mais tarde o NEM. Durante este ano, o CEA tenta incorporar pessoas interessadas em trabalhar nesta área de pesquisa, tendo conseguido agregar a esta iniciativa, duas estudantes do Instituto Superior Pedagógico (ISP). Estabelecem-se contactos com a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a União Geral das Cooperativas de Maputo (UGC), a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), com a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), o Ministério da Justiça, da Educação, do Trabalho, da Saúde e com a Direcção Nacional de Estatística (DNE) a fim de coordenar e planificar actividades conjuntas.

O NEM inicia as suas actividades em 1989 com o seguinte plano: coordenar, a nível de Moçambique, o projecto "*A Situação Legal da Mulher e o Direito a Alimentos*" (*Women and Law in Southern Africa Research Project and Maintenance Rights*, WLSA), 1990-91; elaborar uma Bibliografia Anotada: "*A Mulher no Desenvolvimento em Moçambique*"; formar duas estudantes em assuntos sobre a mulher e género e em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS, UNESCO; estabelecer contactos com organizações governamentais, não-governamentais e sociais, moçambicanas, regionais e internacionais; realizar outros projectos de investigação e consultorias de acordo com os objectivos definidos pelo NEM.

Em 1991, concluiu-se que o NEM havia cumprido os objectivos traçados e, em diversos aspectos, as actividades realizadas e as solicitações surgidas no decurso do trabalho ultrapassaram as expectativas. O debate realizado em torno das interrogantes sobre as bases da discriminação da mulher e a incorporação crescente da categoria de género como categoria sistémica de explicação à volta dos elementos integrantes, que produzem esta discriminação, levou a que a unidade de pesquisa tivesse uma denominação mais de acordo com as ideias do debate em curso. Deste modo, a unidade passou a designar-se

Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), que se foi transformando num ponto de referência, para este campo do conhecimento.

A organização das actividades desenvolvidas foi orientada para seis dimensões da investigação-acção, realçando o facto de que todos os profissionais envolvidos são docentes, o que resultou na incorporação da perspectiva de género nas respectivas disciplinas, a saber:

- i. Organização institucional do DEMEG;
- ii. Participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas;
- iii. Formação, dentro e fora da UEM, e participação na própria formação dos membros do DEMEG;
- iv. Actividades e seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Género, realizados em três níveis do DEMEG;
- v. Activismo, no sentido de contribuição para a criação de associações nacionais de mulheres; participação activa em associações de mulheres nacionais, regionais e internacionais; participação em conferências nacionais, regionais e internacionais;
- vi. Participação nos órgãos de poder do Estado - Executivo, Legislativo e Judicial - e em *Boards* e Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais (ver anexo II).

## Os estudos de género no CEA

Estes anos de leituras e de investigação participativa propiciaram debates sobre a categoria Género, sobre as dinâmicas sociais e as relações entre mulheres e homens no marco dos direitos humanos das mulheres. Dialogou-se com diferentes quadrantes da sociedade, trabalhou-se para o melhoramento das condições de vida das pessoas, focaram-se novas problemáticas, enfrentaram-se tabus, mas, sobretudo, produziu-se conhecimento nacional sobre as características da discriminação da mulher.

Neste processo, foram igualmente surgindo associações de mulheres, tal é o caso da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), do Núcleo Mulher e Meio Ambiente (NUMMA) e do Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento. Um outro aspecto a considerar está rela-

cionado com a integração da perspectiva de género nos programas do Governo, de 1994 e 1999, a criação duma Comissão de Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente, na Assembleia da República, a partir do primeiro Parlamento multipartidário e de um Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social. De referir, igualmente, o surgimento de Núcleos de Género ao nível dos Ministérios e das Autarquias criadas a partir de 1998.

Um dos projectos, que muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de Género no CEA, foi o Projecto WLSA - *Women and Law in Southern Africa Research Trust* - que funcionou no CEA desde 1990 até finais de Março de 2001.<sup>168</sup> Este projecto de investigação-acção desencadeou a criação de redes de investigadores de estabelecimentos de ensino superior, das instituições do Estado, do sector da Justiça e das associações, que iam surgindo. Acabou, deste modo, por interessar os investigadores e estudantes universitários pelos estudos da problemática da mulher a partir de um enfoque de género e mobilizar outros sectores da sociedade em prol dos direitos humanos das mulheres.

O projecto em referência foi a primeira linha de investigação sobre a mulher e a Lei, com um enfoque de género, que começou a ser concebido num encontro realizado em *Nyanga*, no Zimbabwe, em 1988, com a participação de mulheres e homens académicos, membros de ONG's e activistas de sectores diversos dos países da África Austral. Neste seminário, foram apresentados relatórios sobre a situação legal da mulher dos diferentes países participantes, fez-se o balanço da investigação realizada na região, das metodologias e perspectivas de investigação, bem como os desafios. Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de carácter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contacto com possíveis doadores. A partir de 1990, seis países, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe engajaram-se em um projecto regional comparado sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral. A África do Sul e a Namíbia, que haviam tomado parte no encontro preparatório, não puderam participar, devido às sanções internacionais contra o regime do *apartheid*. A partir de 1996, o Malawi passa a integrar a WLSA.

A equipa de Moçambique envolveu-se neste projecto, consciente dos desafios, que isso implicaria. Se é verdade que o CEA reunia um capital científico invejável, acumulado ao longo de 15 anos de actividade de pesquisa e ensino, convém realçar que se tratava de uma nova fase na sua história, com alguns investigadores da "velha guarda", que ajudaram a conceber e criar o centro,

---

168 A partir desta data, WLSA Moçambique funciona como uma associação independente, mantendo relações com o CEA.

mas com uma maioria recentemente recrutada, uma vez terminados os seus estudos. Não havia ainda investigação na área científica legal, os estudos sobre mulher e género mal haviam começado ao nível do DEMEG e muito poucas pessoas se mostravam interessadas em se envolver neste novo desafio científico, uma vez que as questões de género e legais não haviam ainda entrado na luta pela conquista de espaços no campo académico, no activismo das diversas organizações e ao nível do Estado. O movimento associativo, com novas características, era recente. A Constituição que reconhece o direito à associação, apenas fora aprovada, pela então Assembleia Popular, em Novembro de 1990, e as organizações não-governamentais no terreno eram a AMODEFA e a ACTIVA. A OMM era a única organização de mulheres com implantação à escala nacional, criada em 1973 pela FRELIMO.

Convém realçar que este projecto iniciou com apenas uma investigadora do CEA, que pudesse dar uma boa parte do seu tempo a esta actividade, em conjunto com investigadoras associadas, entre as quais uma docente da Faculdade de Letras (Departamento de Geografia), três juristas, duas das quais haviam participado no encontro preparatório de 1988. Esta actividade era articulada ao nível do CEA com outras actividades desenvolvidas no DEMEG.

O trabalho de campo realizou-se em condições extremamente difíceis, uma vez que Moçambique se encontrava ainda mergulhado numa guerra de desestabilização,<sup>169</sup> que deslocou cerca de 5 milhões de pessoas - 1/3 da população - e 1 milhão de refugiados em países vizinhos. Não era possível permanecer nos locais de estudo, o que implicou que as equipas fossem obrigadas a se deslocar todos os dias, após as aulas, às 13h, e a regressar antes das 16h30, por razões de segurança.<sup>170</sup> Nos bairros da cintura peri-urbana de Maputo, foi necessário trabalhar também durante os fins-de-semana, o que criava transtornos aos informadores, devido ao seu envolvimento em tarefas diversas para a sua sobrevivência, bem como em tarefas sociais ao nível da família e comunidade. O factor desestabilização foi, pois, um entrave a um alargamento das áreas de estudo na primeira fase do projecto WLSA em 1990-92.<sup>171</sup>

Um outro desafio era o do sistema legal vigente nos restantes cinco países e a utilização da língua inglesa, como língua de contacto, de pensamento e de

---

169 Em Outubro de 1992, foi assinado o “Acordo de Roma”, entre o Governo de Moçambique e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

170 As áreas espaciais de estudo eram então, a cidade de Maputo (capital do país) e o distrito de Boane, a cerca de 30km da cidade de Maputo.

171 Apenas na 2ª fase do projecto, em 1992, alargou-se as áreas de estudo para a província de Nampula, no norte do país, numa altura em que as condições de trabalho eram as mesmas que Maputo.

elaboração de relatórios, o que obrigou a um esforço por parte da equipa moçambicana, que tinha os mesmos prazos, que os restantes países para a elaboração dos relatórios nas duas línguas. Estas situações obrigaram-nos a entender o sistema legal dos restantes países do Projecto WLSA e a uma política de “tradução” para efeitos de comparação entre diferentes sistemas legais em vigor nos países da África Austral.

Podemos dizer, volvidos anos de intenso trabalho no Projecto Regional WLSA que, apesar de todos os desafios, a equipa moçambicana engajou-se, não apenas para cumprir prazos na elaboração de relatórios em língua portuguesa e inglesa, como também ao nível do desafio epistemológico. Referimo-nos às concepções e metodologias de uma investigação-acção, estudo e contribuição dentro de uma perspectiva de género e feminista e no desenvolvimento de uma investigação interdisciplinar real, não apenas a partir do envolvimento de investigadores de diversos campos do conhecimento, mas também na procura de uma transdisciplinaridade deste novo objecto de estudo.

A partir de 2000, há um conjunto de factores, que determinaram a alteração do contexto de funcionamento da WLSA, nomeadamente: a diminuição de fundos e o surgimento de uma nova realidade política que levaram a organização a se repensar e a se registar, como uma associação independente, em 2003.<sup>172</sup>

O DEMEG manteve as suas actividades<sup>173</sup> de pesquisa em articulação com outros sectores da UEM e de Instituições de Ensino Superior, instituições públicas e das associações, bem como em rede com universidades africanas e de fora do continente. As linhas de pesquisa- acção têm abordado temas como: os direitos sexuais e reprodutivos, HIV/SIDA, violência de género, participação política das mulheres, eleições, empoderamento económico e acesso a fundos de desenvolvimento distrital, feminização da pobreza, acesso da mulher à terra, economias solidárias, participação da mulher no movimento nacionalista e na LALN e o movimento das jovens feministas. De salientar a participação deste departamento em grupos de trabalho de proposta de elaboração de leis, como no caso da Lei da Violência Doméstica Praticada contra a Mulher. Neste percurso, importa referir que, a partir de 2012, o intercâmbio com universidades brasileiras, com o Programa de Pro Mobilidade Internacional da CAPES, através de pesquisa conjunta, mobilidade de estudantes, orientação de trabalhos e participação em seminários.

---

172 Informação retirada do *site* oficial da WLSA, na secção “Apresentação da WLSA Moçambique” ([www.wlsa.org.mz](http://www.wlsa.org.mz)) Acessado a 19/07/2018.

173 O DEMEG é encerrado em 2012. Em 2014 é criado o Departamento de Estudos de Desenvolvimento e Género, de acordo com o Regulamento do CEA, Boletim da República II Série nº 71, 3 de Setembro de 2014.

## **Criação do CeCAGe na UEM**

A criação do CeCAGe, em 2008, permitiu uma visibilidade institucional aos estudos de género na UEM, através do processo de mainstreaming ou transversalidade de género em todas as actividades. Tal como em outras instituições públicas, as unidades orgânicas da UEM passaram a contar gradualmente com Pontos Focais de Género, ainda que a pesquisa realizada indique que esta medida não tem tido muito impacto. O desconhecimento, por um lado, mas também a desvalorização em relação a tudo que se relacione com género, por outro, têm contribuído para atitudes de desconsideração e negligência.

Há, no presente, mais cursos e unidades curriculares com a perspectiva de género. Está em processo a elaboração de um Mestrado em Género e Políticas Públicas e Género e Ensino Superior. Uma comissão elabora a Estratégia de Género da UEM. Realizam-se conferências científicas e pesquisas em diversas áreas. O CeCAGe passou a organizar anualmente o Curso de Planificação e Orçamentação na Óptica de Género, bem como, todos os anos, há a Semana de Género, em Novembro, incluída no calendário académico, coincidindo com os 16 Dias de Activismo pelos Direitos Humanos das Mulheres (ver Anexo II).

## **Dos espaços da construção da identidade**

Na pesquisa sobre a mulher com enfoque de género, temos sido confrontadas com muitas interrogações e poucas certezas. Cada novo trabalho desenvolve-se entre o mal-estar e o prazer, mas sempre dentro de um desafio permanente, em que se estuda e debate com colegas teorias e metodologias, as novas linguagens para entender e descrever o que se percebe, a nova consciência e práticas, que são finalmente expressões de cidadania das mulheres. A experiência acumulada ao longo destes anos e o seu confronto com a produção científica realizada nas diferentes latitudes do mundo permitiu-nos ir construindo maneiras de olhar estas realidades, cruzadas com a nossa própria experiência e contexto na qual nos inserimos.

O trabalho de investigação tem sido orientado por uma perspectiva feminista crítica e transformativa, que incorpora elementos do feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 2015; 1992:46-47). Esta perspectiva encontra-se mais perto dos pensamentos feministas da diferença (León, 2000), reconstruídos na actualidade, quanto a resgatar algumas premissas do pensamento feminista da igualdade, mas somente na dimensão dos direitos humanos, base do respeito da diferença. Uma destas perspectivas críticas foi desenvolvida a partir da década de 80 por feministas dos países do Sul Global e como forma

de contribuir, a partir das suas próprias realidades, para a criação realizada no Norte Global, que caracterizou os estudos feministas durante muito tempo. Esta, tem como ponto de partida, as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres nas lutas políticas dos seus respectivos países e, como foco, as relações sociais em análise e acção, nomeadamente: as de género, classe, cor da pele, etnicidade e imperialistas. É localizada num país neo-colonizado, no quadro do sistema-mundo capitalista e da sociedade em rede<sup>174</sup> e tem uma posição situada anti-imperialista, anti-colonialista, anti-patriarcal e anti-racista. A mesma, baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a nossa vivência, modo de estar e de analisar, individual e colectivo, perspectiva marcada pela educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulheres, académicas, membros de partidos políticos, de associações da sociedade civil, mães, esposas. Perspectiva também marcada pela participação, ao longo dos últimos onze anos, em um projecto de investigação, que envolve, neste momento, sete países da África Austral, sobre a Lei e a mulher, projecto que se desenvolveu com base no conhecimento do que se faz um pouco pelos vários países, uma maneira própria de investigar (WLSA, 1996).

Quando se investiga e se escrevem os resultados da pesquisa, também se trabalha a história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres feministas. Estamos, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento' e 'distanciamento' pessoal e temporal, em que se relaciona a vivência académica, tentando conservar uma distância solidária, com a nossa vivência política e militante. Um dia-a-dia que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas, ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos, que escapam às análises convencionais. A realidade moçambicana obriga a um permanente reflectir e encontrar formas de traduzir as diversas maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de dizeres, acções e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam à nossa percepção. Mas também sem deslizar para a análise fácil - 'encaixando-as' em concepções e discursos preconcebidos, ou inventando o já conhecido -, sem escorregar para a justificação e o paternalismo. Sem cair, também, na hierarquização e desvalorização destas racionalidades e inteligibilidades, em relação ao conhecimento considerado científico, e remetendo-as à classificação de "outros" conhecimentos (Santos, 2001).

---

174 Sociedade em Rede é o conceito criado e cunhado por Manuel Castells, para identificar e designar a sociedade global actual, no seu livro La sociedade Red traduzido para A sociedade em rede, editado em 1999 pela Editora Paz e Terra, S. Paulo, Vol. I A era da informação.



Esta vivência fragmentada, com diversas identidades, muitas vezes contraditórias e em conflito umas com as outras, representa uma fonte rica para o nosso olhar feminista (Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Mulinari, 1997). É um trabalho, que procura incorporar, a análise histórica e que é multi e inter-disciplinar e multi-dimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos, esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de trabalho de campo e de escrita como parte e culminar respectivamente do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Mulinari, 1997; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1996).

Esta perspectiva teórica e analítica foi construída - e se mantém em permanente construção - a partir das experiências, desejos, interesses, necessidades e resistências de diferentes grupos de mulheres, marcadas pelas variáveis classe, cor da pele/etnia, origem urbana/rural, estatuto, formação, religião, orientação sexual, como um indicador significativo em relação às hipóteses apresentadas. Estas experiências de diversos grupos têm em conta que as mulheres não constituem um grupo homogêneo e que as suas vivências são multifacetadas. Como actoras sociais portadoras de uma multiplicidade de identidades, que não são totalmente fixas e por vezes contraditórias entre o dizer e a prática, sentimo-nos em condições de, como académicas e militantes, não aparecermos como uma voz invisível, anónima, de autoridade, mas como sujeitos reais, historicamente determinados, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos, no significado das identidades e nas funções dos papéis desempenhados. A desconstrução e construção das identidades primárias é, na perspectiva que nos orienta, vista como condição necessária para uma compreensão adequada da complexidade de relações sociais, o que leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que, nós mulheres, estamos envolvidas, deste modo podendo pensar na luta feminista no plural, e em que se poderão aplicar os princípios da liberdade e da igualdade (Harding, 1987; Mouffe, 1996; Castells, 1999). A nossa história e experiência, como académicas e militantes modelam, deste modo, os resultados das análises e são parte da evidência empírica, a favor ou contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding, 1987; Mouffe, 1996).

A perspectiva feminista de género que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se



com as variáveis de cor da pele/ etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projecto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens.

## Referências Bibliográficas

- A. A. e ARNFRED, S., African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities. Uppsala: Nordic Africa Institute, pp. 137-156.
- AMADIUME, I. (1997). Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture. London: Zed Books.
- AMADIUME, I. (1987). Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society. London: Zed Books.
- ANDRADE, X. e CASIMIRO, I. (1992). "Construindo uma Teoria de Gênero em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, N°11/12. pp. 93-110.
- ARNFRED, S. (1999). Gênero e Desenvolvimento: Discussão e Crítica (Mimeo).
- BARBIERI, T. (1991). "Sobre la Categoría Género: Una Introducción Teórico-Methodológica". In: Fundação Carlos Chagas, Direitos Reprodutivos, Concurso de Pesquisa sobre direitos Reprodutivos, São Paulo: PRODIR. pp. 25-43.
- BEAUVOIR, S. (1960). O Segundo Sexo. Fatos e Mitos. S.Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- BRITO, L. (2011). "Por uma Sociologia sem Fronteiras" - O exemplo de "O Mineiro Moçambicano". Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia, II Aula Pública de Sociologia.
- BUARQUE DE HOLANDA, H. (2018). Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política E Universidade. S. Paulo: Companhia das Letras.
- CASIMIRO, I. (2014). "Activismos feministas e interrogações sobre masculinidades em Moçambique". Revista da Rede HOPEM.
- CASIMIRO, I., ANDRADE, X. (2010). "Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists". In: AMPOFO,
- CASIMIRO, I., ANDRADE, X. (2005). "Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos". *Estudos Moçambicanos*, N°21. pp. 7-27.
- CASIMIRO, I. (2004). "Paz na terra, guerra em casa" Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: PROMÉDIA. Coleção Identidades (reeditado no Brasil, UFPE, Recife, 2014).
- CASIMIRO, I., LOFORTE, A.; PINTO, A. P. (1992). Women in Mozambique. Maputo: CEA/UEM/NORAD.
- CASIMIRO, I. (1986). Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-74. Trabalho de Diploma para obtenção do grau académico de Licenciatura em História, Faculdade de Letras, UEM.

- CASTELLS, M. (1999). O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura, Vol. 2. S. Paulo: Paz e Terra, 3ª edição.
- CORREA, S. (2000). “Debates” no âmbito do Seminário de Género organizado pelo Departamento de Estudos da Mulher e Género, CEA, UEM.
- CRENSHAW, K. (1991). “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299
- CRUZ e SILVA, T. (2013). “Elogio da Laureada”. Atribuição de Doutoramento Honoris Causa em Sociologia a Heloise Ruth First, Maputo.
- FONSECA, C. (2016). “Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira”. *Cadernos Pagu* (47), 2016, Julho. Acessado em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000200303&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000200303&script=sci_abstract&tlng=pt). Data de acesso: 28/02/2019,
- FRIDA & AWID (2016). Brave creative resilient. The global state of young feminist organizing. The Young Feminist Fund and AWID's Young Feminist Activism Program. Acessado em: <https://youngfeministfund.org/wp-content/uploads/2017/05/Global-State-of-Young-Feminist-Organizing.pdf>, Data de Acesso: 17/02/2017
- GENTILI, A. M. (2012). “Prefácio”. In: CRUZ e SILVA, T.; BORGES COELHO, J.P., e NEVES DE SOUTO, A. Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África? Questões epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar: CODESRIA, pp. 17-26.
- HARDING, S. (1986). The Science Question in Feminism. Ithaka, New York: Cornell University Press.
- HARDING, S. (1988). Feminism and Methodology. Indiana: Indiana University Press.
- KAUFMAN, M. ed. (1987). The Construction of Masculinity and the Triad of Men's Violence. Beyond patriarchy essays by men on pleasure, power, and change. New York: Oxford University Press.
- KIRKWOOD, J. (1984). “Los Nudos De La Sabiduria Feminista”. *Revista de las Mujeres*, Nº 1, II Encuentro Feminista Latino-Americano y del Caribe, Lima, Peru, Santiago do Chile: ISIS International. pp. 99-125.
- LANGA, J. (2011). “Conheça a Nova Rede: Homens que querem mudança”. In: WLSA: Breves. Maputo, 24 de Fevereiro. Acessado em: <http://www.wlsa.org.mz/conheca-a-nova-rede-homens-que-querem-mudanca/> Data de acesso: 21/05/2019.
- LEÓN, V. S. (2000). “Qué es el Feminismo de la Diferencia?” Mujeres en Red. Acessado em: [http://www.nodo50.org/mujeresred/vitoria\\_sendon-feminismo-de-la-diferencia.html](http://www.nodo50.org/mujeresred/vitoria_sendon-feminismo-de-la-diferencia.html) 31-10-2000@t. Data de acesso: 29/05/2005

- MBILINYI, M. (2015). "Transformative Feminism in Tanzania: Animation and Grass-roots Women's Struggles for Land and Livelihoods". In: Baksh, R. and Harcourt, W. Edts. The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements. Online Publication Date: May 2015. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199943494.013.026
- MBILINYI, M. (1992). "Research Methodologies in Gender Issues". In: MEENA, R. (ed). Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues. Harare: SAPES BOOKS. pp. 31-70.
- MOÇAMBIQUE (2009). Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher. Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro.
- MOÇAMBIQUE (2004). Lei da Família. Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto.
- MOÇAMBIQUE (1997). Lei de Terras. Lei nº 19/97, de 1 de Outubro.
- MOÇAMBIQUE, (2014). Código Penal de Moçambique. Aprovado pela Lei Nº 35 de 2014, de 31 de Dezembro.
- MOUFFE, C. (1996). O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva.
- MULINARI, D. (1997). "Third World Women and Discourses of Domination". In: ARNFRED, S. (ed) Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies. Roskilde: International Development Studies
- OAKLEY, Ann (1972). Sex, Gender and Society. New York: Harper and Row.
- ROY, A. (2016) "La ONG-ización de la resistencia". 19 de octubre de 2016. Acessado em: <http://www.librerred.net/?p=47162>. Data de Acesso: 19.10.2016.
- SANTOS, B. S.(org) (2001). Globalização, Fatalidade ou Utopia?, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (2000). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática], Volume 1. Porto: Edições Afrontamento.
- SCOTT, J. (1991). Género: Uma categoria útil para análise histórica. Texto original: Gender: An Useful Category of Historical Analysis. Gender and Politics of History, Columbia University Press, New York, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Acessado em: [https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/185058/mod\\_resource/content/2/Género-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/185058/mod_resource/content/2/Género-Joan%20Scott.pdf) Data de acesso: 21/05/2019.
- STANLEY, L. (ed) (1993). Feminist Praxis, Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology. London: Routledge
- VEREA, C. P. (2016). "Veinte años de pensar el género". *Debate Feminista* 52 (2016). Pp. 34-49.
- WLSA (1996). WLSA Regional impact study report. Harare: WLSA.



## Anexo 1 - Actividades desenvolvidas pelo DEMEG entre 1990 e 2007

1. **Organização institucional do DEMEG:** Formar quatro documentalistas em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS-UNESCO<sup>175</sup>; Elaborar a Bibliografia Anotada intitulada? “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, com 555 títulos, 1992; Organizar uma Biblioteca de Mulher e Género<sup>176</sup>.
2. Participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas:

Consultoria “O Estatuto da Mulher em Moçambique”, OMM/ UNICEF, Maputo, 1988; Investigação sobre “As Mulheres e a Lei em Moçambique”: Mulher e Direito a Alimentos; Mulher e Direito de Sucessão e Herança; Famílias em Contextos de Mudança; Mulher e Administração da Justiça; Violência Doméstica, no período de 1990-2001, no âmbito do Projecto Regional “Women and Law in Southern Africa Research Trust”; Consultoria “A Mulher em Moçambique”, financiada pela NORAD, através do WID Committee, 1991; Consultoria “Inventário de Projectos/Programas/Actividades Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, financiado pelo PNUD e discutida no WID Committee, 1991; Segunda fase da consultoria “Mulher em situação difícil”, financiada pelo UNICEF a pedido da OMM, 1991; “Prognóstico da Gestão Urbana, Políticas Públicas e Dinâmicas Locais em Cidades Intermédias: Estudo da Cidade da Beira”. Projecto Internacional com a participação da Bolívia e Paquistão com apoio do Fundo Suíço para a Investigação, 1994-95;

Participação na realização do *booklet* sobre a “Dimensão de Género nas Estatísticas, Comissão Nacional do Plano, 1994- 95; Projecto “Mulheres Moçambicanas em Números” com o apoio do UNICEF, 1995; Projecto “Mulher Estudante e Universidade”, com o apoio da NORAD, 1995; “Perfil sobre Mulher no Desenvolvimento”, a pedido da SARDC, 1997- 99; Investigação sobre “Violência Doméstica”, financiada pela Cooperação Suíça, 1997-99;

---

175 Duas documentalistas foram formadas graças à Fundação Ford (1990-92) e dois (uma mulher e um homem) no contexto do Programa Mulher (1998- 2001), através da Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV

176 A organização da Biblioteca sobre Mulher e Género iniciou em 1990, com o apoio da Fundação Ford e prosseguiu entre 1998-2001, no âmbito do Programa Mulher financiado pela Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV

Investigação “Mulher e Autarquias”, financiado pela NORAD, 1998; Programa Mulher, financiado pela Cooperação Italiana, Movimondo- Molisv com as seguintes componentes: “Investigação sobre associações de camponeses na Manhica”; “Inventário de Projectos, Programas e Actividades sobre a Mulher, 1975- 2000”; atribuição de bolsas para estudantes que realizam teses numa perspectiva de género, 1998-2001; organização de dois seminários de reflexão sobre Género; Investigação “O Impacto Sócio-Económico do HIV/ SIDA numa perspectiva de Género - Agregados Familiares e Comunidade nas cidades de Maputo e Quelimane”, solicitado pelo Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social e financiado pelo FNUAP, Julho-Setembro de 2001; Investigação “Levantamento e estudo sobre o grau de cobertura na disponibilização do Preservativo Masculino pelos intervenientes existentes”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA”, Dezembro de 2001, Fevereiro de 2002; “Levantamento e anotação bibliográfica sobre a construção da sexualidade entre adolescentes e jovens”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Outubro 2002; Investigação “Estudo Base do Projecto Kulhuvuka - Corredor da Esperança”, solicitado pela FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade), Maputo, Julho 2002.

### **3. Formação**

#### **3.1 Cursos ministrados**

##### **Na UEM**

Faculdade de Letras, Cursos de História, Geografia e Linguística; UFICS; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina;

##### **Fora UEM**

Cursos sobre Género e Desenvolvimento a instituições do aparelho do Estado, Assembleia da República, Poder Judicial, Associações, Comunidade e Partidos Políticos. Cabe destacar os cursos realizados no contexto do Ministério do Interior, e Professoras.

#### **3.2 Cursos recebidos**

Formação académica de pós-graduação; Género e Desenvolvimento; Teoria Feminista; Advocacia; Método do Quadro Lógico (*Logical Framework*); Metodologias de Investigação; Elaboração Monitorização de Orçamentos para projectos de investigação e de acção.

4. Actividades e Seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Género, realizados em três níveis do DEMEG: No

contexto do DEMEG/CEA, do DEMEG/WLSA e do “Ponto de Encontro”.<sup>177</sup>

5. Activismo: Contribuição para a criação de Associações Nacionais de Mulheres; participação activa em Associações de Mulheres nacionais, regionais e internacionais; participação em Conferências nacionais, regionais e internacionais: Contribuição para a criação da associação MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), 1991-92; NUMMA (Núcleo Mulher e Meio Ambiente), 1992, registado no âmbito do Fórum Internacional das ONG’s, das Nações Unidas; Fórum Mulher, 1993; Participação regular nos grupos de trabalho Mulher no Desenvolvimento (WID Committee/ Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento).<sup>178</sup> Os 16 Dias de Activismo de Luta contra a Violência contra a Mulher começaram a ser comemorados no e pelo CEA, no contexto do Projecto WLSA, a partir de 1990, e mais tarde, em 1993 com o Fórum Mulher; Foi também no CEA que se começou a assinalar o 28 de Maio, Dia Internacional de Acção pela Saúde da Mulher, em conjunto com outras associações, nomeadamente o Fórum Mulher.
6. Participação nos órgãos de poder do Estado - Executivo, Legislativo e Judicial - e em Boards e Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais: Board do Programa de Desenvolvimento de Micro-Crédito para Mulheres, no IDIL (Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local), Ministério de Indústria e Energia; Grupo de Trabalho Inter-Sectorial sobre Estatísticas de Género, INE (Instituto Nacional de Estatística); Grupo de Trabalho sobre a Política de População em Moçambique, Comissão Nacional do Plano; Grupo Operativo para o Avanço da Mulher,<sup>179</sup> Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social; Participação no debate no contexto da Comissão da Reforma Legal sobre o Projecto de Lei de Família e de Reforma do Código Penal; Grupo de Trabalho para a elaboração do Ante-Projecto de Violência Doméstica no contexto do Fórum Mulher; *SAPES Board of Trustees*.

---

177 “Ponto de Encontro” era uma actividade do CEA, realizada mensalmente com o objectivo de debater, informalmente resultados parciais e finais de investigação e objectos de estudo de interesse, como por exemplo, ambiente, pobreza, metodologia de investigação, religião, família, violência, entre outros.

178 O WID Committee era constituído pelas WID Programm Officers das Organizações das nações Unidas e Internacionais a operar em Moçambique. O Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento transformou-se no Fórum Mulher em 1993. O CEA através do DEMEG foi eleito para o seu Conselho de Direcção no período 1993-2000.

179 Este Grupo interinstitucional e com a participação da sociedade civil foi constituído com o intuito de monitorar a Plataforma de Acção da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, 1995.



## Anexo 2 - Actividades desenvolvidas na UEM entre 2008 e 2018

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Focal point <sup>180</sup>	Todas as faculdades e unidades orgânicas têm um ponto focal de género	-----	Os/as pontos focais entrevistad@s referiram que seu único papel tem sido participar em algumas reuniões no CeCaGe, mas tem tido pouco contacto com as questões de género e sentem que o impacto de terem Pontos focais ainda é mínimo.
Programa	Centro de Análises de Políticas	Surge no dia 16 de Abril de 2008 em consequência da fusão entre o Centro de Estudos de População (CEP), o Núcleo de Estudos da Terra (NET) e o Núcleo de Estudos de Boa Governação e Administração Pública (NE-GAP)	Um dos departamentos que o constitui é o Departamento de Estudos da População e Desenvolvimento (com enfoque para demografia, problemáticas de HIV-SIDA, assuntos de Género e migrações).
Pesquisa: Género em Moçambique: causas e lições da desflorestação e degradação florestal	CAP	Em curso	
Centro	Centro dos Direitos Humanos	Em Curso	Programa Desafio Saúde Sexual e Reprodutiva): com dois projectos (P1 e P2) um sobre Direitos Humanos e outro sobre Direitos Sociais;

180 Após a criação do CeCAGE, todas as unidades passaram a ter um focal point de género. Mas as três pontos focais entrevistadas mostraram que essa medida não tem tido muito impacto para as unidades em que estão afectas. Levantamento realizado em 2017.

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Centro	CeCAGE é uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane, criada pelo Conselho Universitário da UEM através da resolução no.5/CUN/2008 de 8 de Maio	2008	Dedica-se à coordenação dos assuntos e actividades do género na vertente de investigação, formação e prestação de serviços à Universidade Eduardo Mondlane e à comunidade em assuntos do género. As suas actividades abrangem em todas as províncias onde a UEM tem faculdades e escolas superiores através dos pontos focais de género em cada unidade orgânica da UEM.
Curso- Planificação e Orçamentação na Óptica do Género (POOG),	CeCAGE	2011 - em aberto	Foram realizadas 6 (seis) Edições, onde foram formados mais de 230 cidadãos, dentre os quais, estrangeiros, nacionais provenientes de ministérios, membros do parlamento, instituições académicas, municípios e sociedade civil. Deste número cerca de 58% são mulheres e 42% homens.
Programa- Mês da Mulher	CeCAGE	O evento é Anual (teve início no ano de 2014) durante alguns dias do mês da mulher que inicia na primeira semana de Março e vai até ao dia 07 de Abril.	Realização de seminários, encontros, palestras sobre questões do género em diferentes unidades da UEM e/ ou com parceiros e destina-se a académicos, estudantes, sociedade civil, parlamentares, representantes de ministérios e parceiros de cooperação.
Pesquisa-CUSTOS SÓCIO-ECONÓMICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MOÇAMBIQUE	CeCAGE	Novembro de 2011	Esta pesquisa é fruto de uma parceria entre o CeCAGE e a ONU MULHERES.

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Projecto de pesquisa-Programa de Apoio ao Empoderamento Socioeconómico das Mulheres (PESED)	CeCAGE	Março a Dezembro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Este projecto é resultado da parceria entre a Cooperação Italiana e o CeCAGE;</li> <li>- O projecto teve o financiamento de até 5 milhões de meticais.</li> <li>- Os resultados da pesquisa foram apresentados durante dois dias na I Conferência Internacional Sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, realizado na UEM.</li> </ul>
Pesquisa - Cidades Seguras Livre da Violência contra Mulheres e raparigas	CeCAGE	Julho-Dezembro de 2016	Esta pesquisa é fruto de uma parceria entre o CeCAGE e a ONU MULHERES.
Livro “Género e Direitos Humanos em Moçambique”	Departamento de Sociologia	2010	
Livro Impactos da Violência: Moçambique e Brasil	Departamento de Sociologia	2011	Coordenado por Nair Teles. Patrocinado pelo PNUD
Livro Rostos de mulher	Departamento de Sociologia	2012	
Disciplina de Género e Poder Político (Licenciatura em Ciência Política)	Departamento de Administração Pública e Ciência Política - FLCS	2011	Uma cadeira nuclear do 2º semestre do segundo ano, leccionada por Isabel Casimiro e? Carlota Mondlane Tembe
Disciplina Perspectivas do Género na Educação (Licenciatura em Organização e Gestão da Educação)	Faculdade de Educação		Cadeira nuclear no 2º semestre do 2º ano
Disciplina Ambiente Sociedade e Género (Licenciatura em Educação Ambiental)	Faculdade de Educação		Cadeira nuclear do 2º semestre do 3º ano

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Cadeira de Contexto Histórico, Sociológico e Antropológico da Educação em Moçambique: Módulos 7, "Cultura e Género na Educação Moçambicana" e 8, "Cultura e Valores: Perspectivas Feministas". Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, UEM	Iniciado em 2000		
Cadeira Aspectos Sócio-Culturais e de Género, Mestrado de População e Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais	Iniciado em 2010		
Mestrado de Agronomia e Desenvolvimento Rural. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal	Iniciado em 2005		
Faculdade de Ciências. Projectos de Pesquisa e Cursos sobre Mulher, Género e Energia; Energias Renováveis, Desenvolvimento Sustentável; Tecnologias de Energia de Biomassa - Módulo de Energia e Género; <i>The SADC Training Programme on Rural Energy Planning and Environmental Management</i> ; questões de género no levantamento de dados	2007		
Rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais			
Doutoramento em Educação. Módulo Trabalho, Educação e Género iniciado em 2018	Faculdade de Educação UEM	2018	

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Disciplina de Geografia Social e do Género (Licenciatura em Geografia com orientação em População, Desenvolvimento e Ambiente)	Departamento de Geografia - FLCS	1992	Leccionado por Ximena de Andrade. Das primeiras cadeiras a reflectir sobre questões de género
Disciplina Cultura e Sexualidade (Licenciatura em Antropologia)	Departamento de Antropologia e Arqueologia - FLCS		
Programa Mulher e Engenharia	Faculdade de Engenharia e Ciências	Surge nos anos 90 com apoio da FDC	
Elaboração da proposta de Mestrado em Género e Desenvolvimento, especializações Género e Ensino Superior e Políticas Públicas.	CeCAGe	Iniciada em 2014	
Elaboração da estratégia de Género na UEM, iniciada em 2016		Iniciada em 2016	
Banda feminina da eca as marias		Criada em 2016	

## O ESTABELEECER DE PONTES ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

*Teresa Cruz e Silva*

### **Entrevista a Carlos Arnaldo<sup>181</sup>**

As opiniões contidas nos textos e narrativas, que fazem parte deste livro, expressaram de diferentes formas as experiências e análises feitas por cada um dos protagonistas, quer no tratamento da história da instituição, quer no levantamento de questões de carácter metodológico e ensinamentos, ou ainda, no rebuscar de memórias. São esses olhares diversos, que fazem a riqueza deste conjunto de textos, que reflectem a origem e o desenvolvimento do Centro de Estudos Africanos (CEA).

Muito embora não seja intenção dos organizadores deste livro fazer a história da instituição, não se pode ignorar que em 2016, quando o CEA celebrou os quarenta anos da sua fundação, os debates realizados estabeleceram a ligação passado-presente-futuro, tendo em conta que a herança intelectual deixada por um centro, com um passado notável, quer no que respeita a uma produção científica engajada na resposta aos problemas nacionais, quer ainda na formação de uma geração de académicos, não se reproduz de forma rígida nem linear. Assim como, os contextos dos meados dos anos 1970 e das décadas de 1980-90 contribuíram para orientar as linhas de pesquisa e a estruturação deste centro, o tecido social, que envolve as instituições de pesquisa hoje, não pode ser ignorado.

Os debates realizados na conferência de celebração dos quarenta anos do CEA em 2016 trouxeram um manancial de questões para reflexão. Protago-

---

<sup>181</sup> Carlos Arnaldo, demógrafo de formação, é Director do Centro de Estudos Africanos (CEA) desde 2015, tendo anteriormente desempenhado as funções de director adjunto para a pesquisa da mesma instituição (2007-2015).

nizaram estas falas, antigos professores, estudantes e ex-directores do centro, entre 1976 e a década de 2000, mas também a nova geração de pesquisadores e membros da direcção da instituição. Ao longo dos debates, Sérgio Vieira, que foi director do CEA depois da morte de Aquino de Bragança (1987-1992), afirmou:

*Revivemos de memórias, sejam dos países ou das pessoas, porque temos um passado, um presente e um futuro. Se deixarmos cair aquilo que aprendemos estamos a deixar que as folhas sejam arrastadas pelo vento. Precisamos de saber de onde viemos e como chegámos até onde estamos hoje.*

Com estas palavras, Vieira pareceu querer resumir a necessidade de construir pontes entre os três momentos, que ligam o passado ao futuro, que deve ser imaginado e preparado no presente, pelo que as lições do trabalho realizado devem ser objecto de reflexão. Pode-se, pois, dizer que esta foi uma opinião partilhada por diversas gerações, no decorrer da conferência de 2016.

A entrevista, que se segue, ao director do Centro de Estudos Africanos em 2019, Carlos Arnaldo, aborda algumas das questões largamente debatidas durante a conferência de 2016, já que, embora tratando-se de uma entrevista aberta, as questões iniciais orientaram a discussão para a relação passado-presente-futuro, permitindo assim visualizar até que ponto as lições do passado podem ajudar a desenhar os caminhos seguintes. Inserida num capítulo, que pretende encerrar um debate levantado pelos textos anteriores, uma leitura atenta desta entrevista mostra que muitas das questões que se levantavam nos anos setenta, oitenta e noventa do século XX, continuam a ser objecto de discussão hoje, mesmo que, com enfoques diferentes, dada também, a diferença do seu enquadramento sócio-político e social e o papel que as instituições de ensino superior desempenham actualmente no continente africano.

A propósito do papel das universidades e ainda durante a conferência de celebração dos 40 anos do CEA, Maria do Céu Reis<sup>182</sup> “colocou o dedo na ferida” quando abordou a importância da criação de um espaço de investigação nas nossas universidades, para que o professor não seja apenas um “rotineiro do saber” mas que seja também criador, o que só se consegue com pesquisa. Trata-se de uma questão de debate actual, como testemunha a entrevista a Carlos Arnaldo. Em países pobres como Moçambique, a questão da formulação de temas de pesquisa e a divulgação de resultados, o acesso à informação científica e o papel do Estado no desenvolvimento da educação, continuam ainda a ser temas candentes.

---

182 Maria do Céu Reis é docente aposentada da Universidade Agostinho Neto. Trabalhou em Moçambique durante vários anos, tendo entre outras funções desempenhado o papel de pesquisadora do CEA e docente da UFICS-Unidade de Formação e Investigação na UEM.

Uma das questões marcantes para estabelecer a ligação entre o passado e o presente foi levantada por Bridget O’Laughlin,<sup>183</sup> quando propôs para debate o que ela classificou como um tema clássico das Ciências Sociais: “O relacionamento entre os investigadores e o poder político”,<sup>184</sup> a partir da experiência do centro desde os anos 1970 a 90. Trata-se de um ponto, que de forma directa ou indirecta, foi abordado por todos os participantes, já que continua a fazer parte das preocupações dos académicos, sobretudo quando se discutem memórias e a importância de um “pensamento autónomo... e, a aproximação entre o campo político e científico... numa altura em que a mundialização põe em causa o Estado e a sua autonomia... e onde cada indivíduo é transformado em força de trabalho e num consumidor” (Maria do Céu Reis, 2016).

Os debates realizados serviram também para dissipar algumas pré-suposições sobre a suposta relação “quase perfeita” entre o centro e os representantes do Estado moçambicano, mostrando, no entanto, que ao contrário do que sucede hoje em dia em Moçambique, como em outros países, nos anos 1970, a “investigação fazia parte do espaço público” (Anna Maria Gentili 2016). Foi também pela voz de Anna Maria Gentili<sup>185</sup> que se colocou sobre a mesa de debate a questão de repensar a experiência do CEA para o estabelecimento de modelos de investigação, que se adaptem a situações de crise financeira,<sup>186</sup> tentando estabelecer uma ligação entre as instituições de pesquisa e as organizações que realizam pesquisa não académica, fazendo também uma diversificação dos temas de investigação.

Na entrevista, que se segue, conduzida por Teresa Cruz e Silva, retomam-se questões levantadas pelos participantes à conferência de 2016, como: produtividade, pesquisa colectiva, relação entre campo político e campo científico, financiamento à pesquisa numa universidade pública e o papel dos pesquisadores numa universidade.

---

183 Bridget O’Laughlin trabalhou no Centro de Estudos Africanos entre 1979 e 1992. Durante esse período foi também docente das Faculdades de Agronomia e Veterinária da UEM. Presentemente, é pesquisadora convidada do IESE - Instituto de Estudos Económicos e Sociais, em Maputo.

184 As questões levantadas por Maria do Céu Reis, Bridget O’Laughlin e Anna Maria Gentili inseridas na introdução a esta entrevista, referem-se aos debates às intervenções realizadas quer nas mesas-redondas quer durante a conferência organizada em 2016 pelo CEA, em Maputo, para celebrar os 40 anos da sua fundação.

185 Anna Maria Gentili é Professora Catedrática jubilada da Universidade de Bologna, na Itália. Chegou a Moçambique em 1978, vinda da Universidade de Dar-es-Salaam, para trabalhar como pesquisadora e professora do CEA. Foi ainda colaboradora da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos da População da UEM.

186 Uma leitura atenta a alguns textos inseridos neste livro mostra que a questão dos financiamentos à pesquisa nem sempre foi “um mar de rosas” nos tempos mais prósperos do CEA.



Acompanhe a entrevista:

**Teresa Cruz e Silva (TCS)** - Muito obrigada por ter aceite participar nesta conversa sobre o Centro de Estudos Africanos (CEA). As questões que gostaríamos de discutir consigo, de forma global, visam perceber até que ponto o CEA de hoje tem uma ligação com um passado (mais lato) que vai da sua formação em 1976 até inícios de 2000, mais precisamente, a partir de 2002/3, altura em que se verificaram algumas mudanças que podemos considerar radicais, em termos de perfil intelectual e percurso profissional dos investigadores que passaram a dirigir o centro, e uma mudança em termos de agenda de pesquisa. Tratando-se de uma entrevista aberta, à medida que for expressando as suas opiniões, poderei fazer algumas perguntas.

**Carlos Arnaldo (CA)** - A primeira parte da sua questão, é complexa, porque trata de mudanças. Se calhar, é muito difícil dizer que mudou daqui para ali. Penso que há uma dinâmica ... e essas mudanças são contínuas. Creio que essas mudanças reflectem um processo de adaptações, que o Centro (CEA) tem estado a fazer. Acompanhei de longe até aos anos 2000, mas, por aquilo que conheço dos documentos, o centro tem estado a fazer uma transição, uma grande transição. No momento em que [o CEA] tinha protagonismo e também tinha um foco mais colectivo, que era alicerçado numa melhor sustentação de recursos, se calhar, não só financeiros, para além do fruto daquilo que conquistou, mas também do lugar em que era colocado. Era um lugar de destaque, em termos de valorização daquilo que se fazia. Muito pelo mérito, mas também, reflectindo a génese da criação da instituição e da forma como o Estado colocava confiança no centro, a que este soube corresponder. Confiava! Se calhar, o apoio financeiro resultava dessa confiança, desse reconhecimento e, do mérito que teve. À medida que surgiram mudanças a nível da organização do Estado e que foram também ocorrendo na universidade, esse reconhecimento foi-se diluindo e o centro foi confrontado com uma situação em que teve que se adaptar, por um lado, à ausência de um suporte, digamos assim ... moral, e financeiro, por outro, quer da universidade quer de fora dela. Isso estava associado ao suporte de recursos, o que terá afectado o foco colectivo na agenda de investigação do CEA. Então, este foco colectivo foi-se diluindo aos poucos, à medida que o centro se foi adaptando a novas situações.

Ao longo destes anos em que se fala de uma agenda individualizada, esta pode não ser vista de forma tão individualizada. É que a adaptação que era necessária, quando não se tinha um suporte (sobretudo financeiro) para fazer uma agenda colectiva, levou a que os investigadores tivessem que encontrar formas [de trabalho] que, numa primeira fase, estiveram alicerçadas às alianças que vinham sendo criadas, à medida que o centro foi apoiando investigadores de

outros países, que ao regressarem [aos seus países de origem] mantiveram essas ligações, que perduram até hoje. Então ... podemos dizer que o centro vive ainda um processo de adaptação.

As mudanças no centro também não foram alicerçadas, mas alimentadas quer pelas mudanças na direcção, quer no perfil dos seus investigadores e na mudança das gerações que tinham, até então, toda aquela estrutura de funcionamento do centro [do passado]. Assim, à medida que foram chegando pessoas externas, sem aquele perfil dos que tiveram as vivências do passado, daquele período, introduziram-se algumas novas visões. Mas porque eles [os externos] não beneficiaram dessa bagagem e desse legado [do passado], dificilmente se poderiam alicerçar nele. Por isso, essas mudanças continuam a ocorrer, embora se mantenham, mesmo que de forma ténue, algumas influências do passado.

Vivemos um período que no seu todo pode ser conturbado. Desde finais dos anos 1990 que não temos um Plano Estratégico, sendo ainda importante mencionar que nessa época havia uma visão produtiva. É, no entanto, importante referir que, embora não tenhamos um Plano Estratégico com acções de médio e longo prazo, o CEA orienta-se através de planos anuais e bienais. O que temos tentado fazer nos últimos anos é olhar para o passado, projectando o futuro. Quero dizer... Nós queremos manter o legado de uma visão colectiva de investigação, mas num contexto diferente. Este é que tem sido o desafio. Aproveitar o que de bom havia no passado. Mas o desafio se coloca na questão da forma como chegaremos lá. Trata-se de um desafio dos últimos anos, sobretudo com as três últimas direcções.<sup>187</sup> Não noto aqui ainda grandes mudanças de foco, mas há já algumas *nuances* que nos mostram como poderemos chegar lá.

Notamos já, que houve uma mudança no perfil dos investigadores. Bom ... no passado, havia o perfil do investigador interdisciplinar... mas com uma tendência para uma abordagem diversificada, em termos de ciências sociais e humanas. Então, à medida que vamos admitindo novos pesquisadores, com outras visões, voltamos a colocar a questão de uma visão colectiva, tendo em conta que estamos num contexto diferente. Desde que estou aqui no centro (2007), um pouco mais de 10 anos... temos procurado encontrar um novo rumo, mais estável, como tínhamos no passado. Mas trata-se agora de um contexto onde é preciso encontrar recursos. Mas temos também uma situa-

---

187 Entre 2002 e 2019, o Centro foi ditigido por: Marcelino Liphola (2002-2007), linguista; Armin-do Ngunga (2007-2015), linguista, coadjuvado por Carlos Arnaldo (demógrafo) e Cristiano Matsinhe (antropólogo); Carlos Arnaldo (desde 2015), coadjuvado por Cristiano Matsinhe e Suzana Maleane (Documentalista).

ção em que tivemos, e ainda temos, que lidar com a perda de investigadores seniores que foram ou estão a entrar na reforma, contando ainda com o facto de outros terem sido chamados a desempenhar outras tarefas dentro do país. São desafios enormes a enfrentar, por isso estamos a fazer a formação dos mais jovens. Esses desafios incluem ainda uma conjuntura diferente da que caracterizou os primeiros 10 ou 15 anos do centro, ou seja, era um período em que o grau de comprometimento e de tempo disponível dos investigadores para realizarem a agenda do CEA era maior. Hoje, esse comprometimento e tempo disponível vai diminuindo, em parte, talvez porque as condições sejam diferentes e porque estão muito aquém daquilo que os investigadores ambicionam. Eles têm que dividir o seu tempo entre o trabalho do centro e outras actividades. Isso é um desafio para que se consiga alcançar o foco colectivo que o centro foi perdendo.

Sobre o futuro.... o futuro que está a ser perspectivado, é o mesmo. É voltar a uma agenda colectiva, como no passado, mas integrada num novo contexto. Isso significa que é preciso introduzir práticas novas que precisam ser adquiridas. E essas mesmas práticas devem incluir a componente de busca por financiamento para alimentar essa agenda. Então, essa tem sido a dificuldade. Temos o apoio dos membros do centro, mas essa agenda colectiva terá que ser alicerçada em recursos. É preciso fazer propostas que sejam financiáveis. Neste contexto actual, as agências financiadoras têm fundos, que, por vezes, se sobrepõem aos interesses do centro. O grande desafio neste campo, é conseguir encontrar um balanço entre os interesses das agências financiadoras e os nossos interesses. Isso exige um exercício de engenharia para resolvermos as aspirações dos dois lados.

O caminho para alcançarmos o que desejamos consiste em fazer um Plano Estratégico em que estejam definidas as nossas linhas de investigação, dentro do que são as linhas da Universidade Eduardo Mondlane. Esse trabalho está quase finalizado e precisamos de implementar o Plano. É, no entanto, necessário perseguir uma agenda institucional colectiva de investigação, criando um desenvolvimento institucional que permita o fortalecimento da instituição em termos de recursos humanos e outros.

Chegámos a um acordo com os investigadores que o programa de investigação deverá ter três focos, que foram definidos: por um lado, olhar para uma alternativa de agregação, mas por outro, tendo em conta os perfis dos investigadores. Este é um desafio que é preciso não esquecer, dada a idade de alguns pesquisadores e a necessidade de fazer novos recrutamentos. De todos os anúncios de recrutamento feitos até agora, dando prioridade a indivíduos com doutoramento, só foi possível recrutar um doutorado recém-formado. Isso significa que as condições que oferecemos não são atractivas para recrutar doutorados.

**TCS:** Não há tantos assim, no país.

**CA:** Não há tantos, mas também as condições que oferecemos não são atrativas. Daí a nossa estratégia de formar. Numa primeira fase recrutámos licenciados, e há cerca de cinco anos a partir do grau de mestre, para depois fazerem formação. Neste momento, temos metade dos nossos investigadores com Doutoramento e a outra metade com Mestrado, está em processo de formação para Doutoramento.

Voltando ao que eu estava a dizer... estamos a tentar organizar a agenda de investigação, que ainda não está definida, em torno de três linhas: i) territorialidade, população e saúde; ii) identidade, memória, cidadania e governação; iii) linguagem, arte e comunicação. Estas são as três grandes áreas de investigação que nós queremos seguir nesta agenda de investigação, cujo objectivo é elaborar programas de investigação, sendo que, dentro destes programas deverá haver projectos de investigação.

O plano que temos é elaborar essa agenda de pesquisa depois de termos o Plano Estratégico, e sermos capazes de “vender” essa mesma agenda. Se tivermos sucesso nessa “venda” então teremos condições para regressar a uma agenda de investigação colectiva, como se fez no passado. Não queremos com isso coartar aquilo que são as iniciativas individuais, que podem ser importantes para a descoberta de novas áreas de investigação, privilegiando os parceiros de algumas universidades de fora, com quem temos estado a construir aquilo que perspectivamos.

Temos um documento quase final do Plano Estratégico, que esperamos ver aprovado pela Universidade na primeira metade deste ano, já que a nível do centro ele estará pronto dentro de um mês. Depois desse passo, poderemos pensar na elaboração da agenda colectiva.

**TCS:** Começando pela questão do financiamento e a questão que colocou no início. Nos primeiros anos deste centro o apoio financeiro foi também o resultado de reconhecimento. Mas aí eu colocaria a seguinte questão: O próprio contexto em que o centro nasceu, mais do que a confiança, não foi um ponto fundamental para trazer financiamento?

Porque o financiamento não era feito pelos órgãos do aparelho de Estado, pergunto agora: pensando num futuro em que se considera que essa agenda de investigação possa ser atractiva e que possa garantir um centro com os quadros que deseja, etc, etc. Tendo em conta o contexto que se vive actualmente, que afecta não só o CEA mas outros centros de pesquisa ... parece não ser tão fácil obter fundos para a pesquisa, como nos anos do entusiasmo pós-

-independência, sobretudo para financiamento institucional, tipo *basket fund*, que permite à instituição sobreviver. Como vê isto, pensando no futuro?

A outra questão é em relação ao passado-presente-futuro. É verdade que neste centro, no passado, a maior parte dos pesquisadores mais qualificados e, na maior parte dos casos nos primeiros anos, eram estrangeiros, não ensinavam em outras unidades da UEM. Depois, estabeleceu-se uma relação com algumas faculdades da UEM. Ou seja, o centro transformou-se num lugar onde as pessoas mais qualificadas passaram a ser da carreira docente, como ainda acontece hoje. Como a universidade tem uma agenda para se transformar em universidade de investigação, embora pessoalmente pense que uma universidade que não investiga em lugar de ser uma universidade é um instituto superior (mas é apenas a minha opinião), como o centro se vê no futuro em relação a esta questão? Não seria isto uma mais-valia até para melhorar a qualidade de ensino? Pensando também na ligação passado-presente e como disse o Sr. Director, o passado não deve ser visto como uma herança estática. Como disse também, há evoluções e mudanças, já que os contextos são diferentes. Qual a sua opinião sobre esta relação ensino-pesquisa, numa situação em que quase todos os pesquisadores fazem ensino, mas vamos lá dizer, para alguns, como segundo emprego nas universidades privadas, se exceptuarmos os mais seniores.

A última questão é: como vê o facto dos pesquisadores que entram hoje no Centro precisarem de uma formação, mas talvez mais forte e estruturada de forma diferente da que receberam as pessoas da sua geração, tendo em conta o historial do processo educativo do país e as suas fraquezas, não é?

**CA:** Vou começar por comentar a primeira questão. É verdade que a génese do centro ajudou muito, mas também considero que esses financiamentos se deveram ao que se fez. Isso foi no início ... mas se olharmos para aquilo que o centro fez posteriormente, ganhou reconhecimento pelo que fez e não necessariamente pela sua génese. [O efeito da] génese pode ter durado alguns anos ... Em relação ao contexto actual e como podemos encontrar financiamento num ambiente cada vez mais difícil para obter fundos, temos que pensar num programa de investigação que seja financiável, o que significaria ter recursos para prosseguir a investigação dentro do mesmo programa, mas também podermos utilizar esses recursos para fortalecer a instituição como mecanismo de apoio à investigação. Teremos também que encontrar uma forma de aumentar os salários e permitir que haja um subsídio [aos pesquisadores].

Na questão da docência... há um ponto importante que tem estado nas discussões, mesmo ao nível da universidade. Quando estamos a discutir a baixa produtividade docente, é tomada por default a baixa produtividade do CEA,

porque estatutariamente o CEA tem somente que fazer investigação. Então se espera que, sendo uma instituição vocacionada a 100% para a pesquisa, ela deva ter uma maior produção científica. Agora, o paradoxo é que todos os investigadores seniores são professores de carreira. Então, sendo professores de carreira têm a obrigação de fazer essa parte de docência. Se olharmos para a carga de docência e supervisão desses professores, que são investigadores do centro, não há uma diferença na carga horária entre estes e os que estão numa faculdade. Daí poderemos dizer que se trata de um centro de pesquisa de nome, mas todo o mecanismo de funcionamento é de uma faculdade. Por outro lado, há uma outra batalha, iniciada ainda de leve. Se olharmos para a estrutura orçamental do CEA, esta não difere da estrutura de uma Faculdade. Não é de um centro de investigação.

**TCS:** Menor ainda...

**CA:** Não, não estou a falar do bolo orçamental. Falo da estrutura. Estamos num centro de investigação, mas em termos de forma de financiamento, não estamos a ser tratados como tal. Só para dar um exemplo: desde 2012 que temos colocado regularmente no nosso plano de actividades ... inscrevemos projectos de pesquisa, mas nunca conseguimos financiar esses projectos (mesmo quando são pequenos), com os fundos do Orçamento Geral do Estado (OGE). Foi em 2014 que nos debatemos muito [sobre este assunto]. O que nos disseram era que os nossos pesquisadores deviam submeter os seus projectos ao Fundo Aberto de Investigação da Direcção Científica da Universidade, como qualquer Faculdade ou Escola o faz. Então ... não há nenhuma diferença no tratamento, dentro da universidade. Posso dar outro exemplo. Nós temos um orçamento para a aquisição de bens e serviços. Tentámos obter uma margem de manobra para podermos dedicar parte desse orçamento para financiar pequenos projectos de jovens investigadores. Afinal, alguns deles com 100.000.00 Mts resolviam parte do seu projecto. Mas nem isso tem sido possível. Infelizmente, quando estávamos quase a ter a sensibilidade do director de finanças entrou a crise e houve um corte drástico no orçamento e ficámos sem esta possibilidade. Isto, para dizer que o CEA é uma unidade de investigação, estatutariamente, mas em termos de funcionamento e na estrutura, dentro da universidade, não o é, porque a estrutura do nosso orçamento é exactamente igual a de uma Faculdade.

Por outro lado, há também uma diferença entre prestígio e benefício que se tem nas carreiras de docência e de investigação. Uma das soluções [para resolver esta questão] seria que os docentes que estão no centro pudessem passar para a carreira de investigação. Teriam menos obrigações na parte do ensino. Mas a carreira de investigação não é atractiva e não temos um movimento de mudança para ela. Mas temos um movimento inverso em que o investigador passa para a carreira docente. E por outro lado, nos últimos anos, com a

abertura dos cursos em regime pós-laboral, o que temos estado a ver é que os investigadores estão não só a apoiar a docência no período laboral, mas estão cada vez mais envolvidos no regime de ensino pós-laboral, pelos benefícios financeiros que recebem. Ficam assim, efectivamente, com pouco tempo para se dedicarem à investigação. E temos ainda recebido solicitações para que os membros do Corpo Técnico-Administrativo (CTA) com nível de mestrado sejam autorizados a dar aulas. Como é que podemos resolver isto?

Há duas frentes, uma delas interna, uma vez que temos tentado levar à discussão a nível interno, para aproveitar este desejo, ou esta vontade ... que temos para que a Universidade passe a universidade de investigação. Para passarmos para universidade de investigação, temos que olhar para os centros vocacionados à investigação. E esses centros terão que ser tratados de forma diferente e não como acontece agora, em que são tratados como faculdades. Temos tentado levar este ponto a discussão, mas ainda não temos resultados. Mas achamos que este novo rumo a dar a uma universidade de investigação pode abrir portas aos centros para que estes possam ter uma estrutura orçamental diferente. Não estamos a dizer que queremos ser financiados a 100% pelo OGE. Mas desse orçamento que recebemos, queremos que a estrutura nos permita ter maior flexibilidade para operacionalizar a investigação, ao mesmo tempo que nos capacitamos para conseguir fundos fora do Aparelho de Estado. É desta forma que estamos a pensar. Sabemos que é um enorme desafio, mas tendo a maior parte dos nossos investigadores formados, com Doutoramento, então podemos pensar em ter algumas capacitações.

Parecendo que não, muitos de nós, porque fizemos um doutoramento, pensamos que sabemos elaborar propostas. Mas a própria prática nos ensina que não somos tão bons assim. Reconhecemos que essa é uma das nossas fraquezas dentro do centro. Ou seja, a fraca capacidade para preparar propostas para financiamento. Uma melhor capacitação nessa área permitir-nos-á ter mais sucessos.

**TCS:** A última questão: Tomando em consideração o que disse sobre o futuro do CEA, como vê a questão das publicações? Sei que é um ponto delicado aqui no CEA por causa da questão da revista "Estudos Moçambicanos", uma vez que esta era praticamente um capital social, mais do que qualquer outra coisa.

Pensando um pouco no passado, acho que de certo modo, a "morte" da revista se deveu à opção que se tomou de colocar o seu financiamento dependente do OGE em lugar de se fazer um fund-raising para a sua publicação. Isso matou a revista, já que o OGE não tem condições, provavelmente, nem para financiar a própria revista da UEM (isto é apenas a minha opinião). Se



considerarmos que no passado o CEA foi um lugar de produção científica onde publicar era muito importante, como vê a questão de “Estudos Moçambicanos”, e no geral, das publicações, pensando nos desenvolvimentos futuros?

**CA:** Eu tenho uma opinião diferente em relação à revista. Acho que em 2014... 13/14... fui um dos defensores da revista e fiz muito para que nós pudéssemos voltar a publicar “Estudos Moçambicanos”. E o fizemos numa única edição, mas a segunda foi muito atabalhoada e fizemos uma edição quase especial com o projecto da Professora Isabel Casimiro, sobre estudos da mulher. E defendi muito a revista ... que era um legado ... Mas a evidência prática acabou-me convencendo que não precisávamos da revista. Porquê? Na altura reintroduzimos a revista com discussões muito ferozes com a Direcção Científica da Universidade, que estava a criar a revista científica da UEM, que teve como pressuposto que todas as revistas que existiam ... havia algumas na Faculdade de Ciências, pudessem ser agregadas na Revista Científica da UEM, com as diferentes séries.

**TCS:** Faz parte da história, já que no passado havia essa modalidade aqui na universidade.

**CA:** Tivemos discussões muito acaloradas com a direcção científica da UEM, para reiniciarmos a publicação do número 23. Na prática, primeiro tivemos problemas com o número de contribuições, depois com o retorno da revisão de pares. Na altura, queríamos uma revista semestral, mas não conseguimos fazê-la no semestre programado. No semestre seguinte, ainda não tínhamos submissões suficientes. Quando estas chegaram, os revisores atrasaram-se muito a entregar o seu trabalho. Estes problemas persistem na própria revista da UEM. Como exemplo poderemos referir que, na última conferência científica do CEA, conseguimos ter 20 artigos para submeter à revista da UEM para uma edição especial. Passou quase um ano desde que foram enviados à revisão de pares e nem todos têm relatórios da revisão.

**TCS:** Talvez seja o próprio sistema ou as pessoas que são indicadas para a revisão de pares e, os prazos.

**CA:** A dinâmica que o centro tinha no passado, alimentava a revista “Estudos Moçambicanos”, o que já não existe hoje. Por outro lado, estamos a ser confrontados com a necessidade da avaliação e internacionalização do que fazemos. Então, tendo em conta os constrangimentos diversos, incluindo os orçamentais (embora na altura não se colocassem constrangimentos orçamentais), para a produção da revista, podia até se fazer uma revista electrónica, com custos mais baixos. A questão de ter de publicar em revistas indexadas dá maior prestígio ao centro. Assim, pessoalmente, acho que não precisamos de



perder muito tempo em querer ter uma revista, já que não vamos garantir a sua consistência. Provamos que não conseguimos garantir a consistência de uma publicação regular. Não temos produções nem revisões prontas em tempo útil ... então, se conseguirmos fazer investigação e publicar na nossa revista [da UEM] ou em outras, isso dá-nos mais prestígio do que fazer finca-pé no legado histórico, como eu fiz, mas acabei por abandonar a ideia da revista. Talvez porque eu tivesse que gerir esta parte, vivi estas angústias. Penso que se há uma coisa que “anda aos pontapés”, é um lugar para publicar, bom ou mau.

**TCS:** Depende do nome da pessoa ...

**CA:** Exactamente. E vamos seleccionar. Não temos falta de lugar para publicar se a investigação for de qualidade. Esta é a minha convicção. Ainda não encontrei quem me provasse o contrário. Mesmo em Português, temos revistas que podem publicar [os nossos trabalhos] em Portugal, no Brasil, e mesmo aqui na nossa revista [da UEM].

**TCS:** Aí volto ao passado e regresso ao presente. Um texto publicado por Bragança e Depelchin,<sup>188</sup> sem o mencionar directamente, trata da produção extrovertida. Se produzirmos para publicar em Portugal ou no Brasil, significa que estamos a fazer uma produção extrovertida. O que é que isso significa em termos do Centro de Estudos Africanos? Essa publicação pode ser importante para a carreira do investigador, mas não traz nada ao de cima para o nome do centro.

**CA:** Aqui é possível ter um balanço. Podemos publicar de forma electrónica alguns working papers, bem trabalhados e revistos. Assim, conseguiríamos publicar fora sem perdemos a visibilidade do centro a nível nacional. Publicar fora, em revistas indexadas, individualmente é óptimo, mas também o é para a classificação institucional. Estamos neste momento a discutir os critérios e indicadores de avaliação das instituições e este ponto é levantado. Se conseguirmos publicar os working papers conseguiremos minimizar o problema de servir o exterior em detrimento dos interesses internos.

A nível interno parece ter havido uma regressão no que respeita à importância do trabalho de investigação, sobretudo quando falamos da importância que o Estado dá à pesquisa. Na criação do CEA foram feitos vários investimentos para que a produção científica do centro sobre a realidade nacional sócio-política, pudesse ser continuamente uma resposta a questões colocadas pelo

---

188 Bragança, A. e Depelchin, J. (1986). “ Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos* 15/16: 29-52.

Governo e para alimentar alguns programas e planos políticos. Hoje, existe a ideia que, só quando é preciso se pede uma pesquisa rápida, mas não há uma preocupação com o facto de que, para obter uma resposta a alguns fenómenos é necessário não esquecer que a pesquisa é um processo que tem que ser continuado, e que nem sempre pode dar respostas imediatas. Mesmo em relação ao Fundo Nacional de Investigação (FNI), parece que são privilegiadas certas áreas de conhecimento, sobretudo aquelas que apresentam resultados “palpáveis”, como por exemplo, a produção de pão. É necessário levar esta questão à reflexão da UEM.

Persiste também a confusão entre consultoria com resultados rápidos e investigação. Nas áreas sociais, a procura de resultados rápidos parece ser ainda mais preocupante, já que perceber algumas realidades sociais exige tomar em atenção que, muitas vezes, o investimento em tempo, que o rigor exige, é necessário para trazer resultados mais fiáveis. Pela pressão e pelo aproveitamento da oportunidade de aparecer com resultados, muitos pesquisadores acabam “mordendo a isca” para a produção rápida de um trabalho, que pode ferir os princípios básicos do que se entende por pesquisa.



## PARTE V

---

# EMANCIPAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

*A Emancipação da humanidade  
exige uma descolonização das mentes*

Jacques Depelchin

(Pesquisador do CEA/UEM: 1979-1986)

## VISUALIZANDO A EMANCIPAÇÃO DA HUMANIDADE

*Jacques MF Depelchin*

### 40 Anos dos 5000 anos da história da humanidade

Desde os anos das independências dos países africanos colonizados, passando pelas lutas armadas, nos Camarões e nas antigas colónias portuguesas e, desde o final do *apartheid* na África do Sul aos nossos dias, predomina uma constatação descrita, em 1968, por duas grandes figuras da literatura africana, Ahmadou Kourouma e Ayi Kwei Armah. Kourouma com a obra “Os Sóis das Independências” e Ayi Kwei Armah no seu livro *The Beautiful Ones Are Not Yet Born*,<sup>189</sup> deram aos seus leitores uma visão contundente do fracasso das independências.

Publicados em 1968, os dois livros não se debruçaram sobre as independências conquistadas pelas lutas armadas nas antigas colónias portuguesas. Sobre estas últimas, dizia-se que seriam diferentes, e até certo ponto, foram de facto. Só que, no final, qualquer observador pode notar que não há diferenças entre os países que conquistaram as independências por via de lutas armadas e os que conseguiram o mesmo objectivo por meios pacíficos (às vezes, chamadas de independências da bandeira e de hino nacional).

Observando a situação da maioria dos países africanos hoje, poder-se-ia supor que Ayi Kwei Armah diria que “os mais bonitos ainda não nasceram”. Sendo os mais bonitos aqueles que, pelo pensamento e pela atuação, trariam mudanças radicalmente diferentes dos hábitos aprendidos durante os longos séculos de dominação da Europa no continente africano. Mais adiante descreve-se,

---

189 Até à data da escrita deste texto, sem tradução para a língua portuguesa. A ortografia incorreta da palavra “beautyful” se deve ao facto de que assim estava escrito no autocarro popular que circulava na cidade de Accra. Ayi Kwei Armah inspirou-se nesta frase para o título do seu livro.

resumidamente, quais foram esses hábitos aprendidos, sobretudo, mas não só, pelas lideranças políticas africanas. Antes disso, precisa-se entender porque foi, aparentemente tão fácil, que membros da humanidade, que foram vítimas de desumanização sob dominação do capitalismo, esquecer que só eles, de facto, teriam vontade e capacidade de re-humanizar a humanidade. Uma re-humanização a partir de um sistema que desumanizou seria contraditória e impossível.

## De “não vamos esquecer” a como se esqueceu

Talvez mais laconicamente, pode-se perguntar por que a África continua, hoje, sendo espoliada pelos países, que escravizaram e colonizaram, como se fosse um direito natural e inquestionável, derivado de uma superioridade auto-atribuída, também inquestionável? O objectivo desta curta reflexão consiste em tentar entender melhor por que a humanidade, como um todo, se encontra numa das situações mais perigosas da sua longa história. Diante da gravidade desta situação, haverá quem questione a urgência de repensar a história desumanizadora do capitalismo dentro da história do “Homo sapiens, sapiens”, lançada há 100,000-150,000 anos atrás. Sim, diante da violência descontrolada de um capitalismo, que tem demonstrando que, por definição, não é controlável, é mais do que urgente pensar nesta mesma situação.

Para que a urgência leve a mudanças radicais, é válido que se pergunte se não seria necessário partir do axioma de que o capitalismo é um crime contra a humanidade. Fases como escravatura, colonização e *apartheid* aparecem como sub-produtos de um sistema cuja capacidade de destruição da humanidade tem sido sistematicamente sub-avaliado, em grande parte, porque nunca passou pelas cabeças das sumidades dos mais beneficiados deste crime, que estariam a cometer um crime hediondo contra a humanidade. E, claro, no processo de destruição e dominação, as narrativas da história do capitalismo sobre as vítimas foram impostas como verídicas, inalteráveis. Paralelamente, a natureza teoricista do sistema, embora fazendo parte das suas estratégias e táticas (como por exemplo, o genocídio dos índios nas américas ou, mais próximo da nossa época, os vários genocídios ocorridos com as ocupações colonizadoras da África e da Ásia, o genocídio Rwandês de 1994, e a invasão do Iraque pelas tropas americanas, em 2003, sob o lema de *shock and awe*) não podia ser questionada. Um dos resultados, cada vez mais visível hoje, foi uma amenização da vontade e capacidade de destruição de um sistema, tantas vezes descrito como uma das maiores e melhores invenções para o bem da humanidade. E assim, as próprias vítimas foram levadas a crer que o melhor para elas, testemunhos primários da desumanização, era juntarem-se ao sistema e, entre os mais radicais das vítimas, pedir reparações.

## Como calcular o incalculável?

Até se pode entender a lógica do pedido de reparações pelas vítimas que, de facto, contribuíram para a construção do capitalismo. No entanto, tendo em conta o tamanho da destruição causada pelo capitalismo, vale a pena perguntar, na lógica de reparações, a partir de que equações, algoritmos, a partir de que moeda, serão calculadas as reparações? Diante de uma tal pergunta, salta à vista o absurdo de tentar calcular os danos incomensuráveis de um sistema que fissionou a humanidade de tal maneira que cada pequeníssima parte desta humanidade, por causa desta fissão, deixou de se pensar como uma parte de um todo original, mais vasto, da humanidade. Mais brutalmente, o resultado está à vista: os seres humanos que mais lucraram com a destruição de outros membros da humanidade gostariam, ou prefeririam esquecer a origem comum de todos os membros desta humanidade. Esse resultado se vê nitidamente quando se examina o sistema educacional hierarquizado e a construção também hierarquizada dos conhecimentos acumulados, desde os tempos mais antigos. Ou seja, quem sabe melhor como dirigir a humanidade para um futuro cada vez mais feliz são os membros da humanidade, que consideram o capitalismo a melhor bússola para conseguir esse objectivo.

A fissão é um termo, que resultou dos avanços da física newtoniana, abrindo a porta à física quântica ou nuclear. Desses avanços, um dos passos mais conhecidos foi a invenção da bomba atômica, cuja potência de destruição foi para além das expectativas dos próprios inventores, como, por exemplo, o chefe científico do projeto Manhattan, Robert Oppenheimer.

Vale a pena lembrar a reacção deste cientista depois do ensaio de 16 de Julho de 1945, (numa zona do estado de Novo México, conhecida como Trinity) para testar e comprovar o trabalho teórico: *I am become Death the destroyer of the worlds*. Uma frase, que não vinha da cultura capitalista, mas sim de um texto mítico da civilização indiana, que Oppenheimer conhecia até no seu original em sânscrito, *O Bhagavad Gita*.

O motivo que leva a lembrar a reacção de Robert Oppenheimer tem a ver, principalmente, com a consciência que o animou, na época do acontecimento, e que só se pode adivinhar. Ele se deu conta de que uma fronteira tinha sido quebrada, na possível destruição da humanidade. Até talvez, irremediavelmente violada com a impossibilidade de retroceder.

Na experiência humana, a potência destruidora da bomba atômica e das armas nucleares que, em seguida, foram produzidas, não tem equivalente comparável. Mas vale a pena examinar de mais perto o contexto histórico, que

levou à construção e ao uso dessas armas, duas vezes, sobre Hiroshima e Nagasaki.

O debate dominante, sobretudo, do lado dos Estados Unidos e de seus aliados, tinha a ver com a melhor maneira de acabar com a resistência dos Japoneses e, deste modo, e ao mesmo tempo, diminuir o número de mortos.<sup>190</sup> Neste debate, a questão da manutenção de um sistema sócio-económico dominante e da liderança deste mesmo sistema não foi considerada. O maior contexto no qual a segunda guerra mundial terminou abriu uma possibilidade de “nunca mais”, referindo-se ao holocausto, o genocídio dos judeus e outros membros da humanidade considerados pelos nazistas como supérfluos, porque inferiores ao padrão de *übermensch* imposto pela ideologia fascista da superioridade da raça ariana branca. Mas, esta bandeira de “nunca mais” escondia a vontade do país vitorioso na 2ª guerra mundial, de dirigir o mundo. A ideia de que este objectivo poderia, um dia, assemelhar-se ao projecto dos vencidos da 2ª guerra mundial, nunca entrou seriamente em discussão.

A nível económico, pelo menos um indivíduo, John Maynard Keynes (no encontro de Bretton Woods, em 1944, que levou à criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial), sugeriu um sistema monetário mais equitativo, que não viesse a permitir a dominação de um país, a nível global? O objetivo de Keynes era evitar situações parecidas com o sucedido durante a crise de 1929-30. A proposta foi rejeitada pela delegação estadunidense que já se considerava a maior potência mundial e que, por isso, deveria usufruir deste privilégio.<sup>191</sup>

## Hierarquizando a humanidade, origem do racismo

Para a maior potência militar do planeta, a narrativa do sucesso nunca poderia deixar dúvidas quanto à maneira honrosa como conseguiu esse objectivo. No entanto, o caminho para o poder, dentro de um sistema destruidor só pode levar a imitações, dentro e fora do país. Depois do fim das colonizações, tudo foi feito pelos antigos colonizadores, para que os novos países africanos independentes se esforçassem por imitar as práticas do poder colonial, tanto do ponto de vista económico quanto político. Pouco importava se essas práticas levariam a procedimentos ditatoriais de vários tipos, com consequências

---

190 Vários historiadores, inclusive, americanos refutaram essa argumentação. Por exemplo, veja Barton Bernstein, “The Atomic Bombings Reconsidered”. *Foreign Affairs*, 74, Jan-Feb 1995.

191 Para uma explicação detalhada do argumento de Keynes, veja, entre outros, Benn Steil, *The Battle of Bretton Woods: John Maynard Keynes, Harry Dexter White, and the Making of the New World Order*. Princeton University Press. 2013, e Robert Skidelsky, *The Non-Existent Hand*. Allen Lane. London. 2009.



letais para os habitantes desses territórios. O objectivo dos antigos colonizadores e da superpotência estadunidense era assegurar a dominação completa e total do capitalismo, custasse o que custasse. A guerra fria nasceu de uma ignorância voluntária da história da humanidade e de como se ergueu a partir de África, conhecida como o berço da humanidade. Mas mencionar como facto incontestável, ser África o “berço da civilização” consistia numa afirmação que deveria ser negada, uma vez que, para o Ocidente, tudo havia começado na Grécia antiga.<sup>192</sup>

Para os colonizadores, que desfrutaram a sua expansão por meio de genocídios e escravatura, a narrativa dirigida aos habitantes dos territórios-alvo estava eivada de justificações sobre os benefícios trazidos pela civilização europeia. Essa narrativa honrosa estava bem ancorada na mentalidade europeia, graças, entre outros, mas não só a Hegel, Gobineau e Renan. Os motivos do ocidente eram altruístas e não podiam ser questionados, a despeito do comentário de Volney sobre as origens africanas do Egípcio Antigo.<sup>193</sup>

## Hierarquização dos conhecimentos

No processo de hierarquização da humanidade, se criou, ao mesmo tempo, uma prática de hierarquizar os conhecimentos e os membros da humanidade que, por exemplo, na antiguidade, inventaram não só a escrita, mas também conceitos-chave para manter valores como justiça, verdade, solidariedade, balanço, paz, relacionamento entre a vida e a morte, dentre outros.

No Egípcio antigo, o valor central era a justiça conhecida também através da sua deusa Mâât. A tradução de *Mâât* exige muito mais do que a de justiça. Os próprios textos em hieroglíficos testemunham um entendimento da justiça como sendo um valor defendido para todos e todas. O facto de ver no Faró o garante da *Mâât* tem criado interpretações equivocadas, como se o Faró fosse o último juiz para manter o respeito da justiça. O texto clássico com o título de “O Camponês Eloquente” demonstra, claramente, como um camponês acaba relembando e, porque não, disciplinando o próprio Faró

---

192 Entre outros, ver Théophile Obenga, *African Philosophy: The Pharaonic Period: 2780-330*, traduzido do Francês por Ayi Kwei Armah. Per Ankh publishers, Popenguine, Senegal, 2004; Martin Bernal, *Black Athena*, vol 1, 2, 3 1987, 91, 2006. Os críticos responderam no vol 4, e no vol 5, Martin Bernal respondeu aos críticos com *Black Athena Writes Back: Martin Bernal responds to his critics*. Duke University Press. 2001.

193 Sobre a reação de Volney, veja Théophile Obenga, *Cheikh Anta Diop, Volney et le sphynx: contribution de Cheikh Anta Diop à l'historiographie mondiale*. Présence Africaine/Khepera. Paris. 1996.

sobre o significado e a prática da justiça. O pensar que a palavra “disciplinar” é forte demais, pode sugerir a qualquer leitor a consulta do texto.<sup>194</sup>

No sistema dominado pelo capitalismo, a hierarquização das sociedades não se impôs só na área da economia, mas também em todas as áreas que tocam no quotidiano de seres humanos em todo o planeta. No processo de globalização do capitalismo, a hierarquização dos conhecimentos adquiridos pela humanidade na sua longa história foi apresentada com o viés, consciente ou não, de fortalecer só os conhecimentos que favoreciam o sistema educacional erguido a partir dos centros nevrálgicos do capitalismo.

No entanto, a respeito da palavra “disciplinar” poder-se-ia pensar que essa idéia não é tão nova, pois Michel Foucault, entre outros, focava já, sobre a questão da necessidade do sistema dominante disciplinar o acesso a conhecimentos. No entanto, Michel Foucault ficou muito aquém daquilo que podia ter construído. Se tivesse ido mais longe, é possível que a sua carreira não tivesse sido coroadada com a sua nomeação no Collège de France em Paris.

E, onde situar a obra de Karl Marx? Quanto à análise de como funciona o capitalismo, não há dúvidas sobre a sua contribuição para um melhor entendimento da sua época. No entanto, dentro desta contribuição, há lacunas. Entre outras, a idéia de que a história começou só com as lutas de classes, apesar de ter escrito bastante sobre a escravatura (sobretudo com foco no Sul dos Estados Unidos), a sua denúncia como desumanizadora da humanidade ficou aquém daquilo que podia ter sido percebido. Do ponto de vista da história de África, é legítimo perguntar se Marx não acabou reproduzindo a mentalidade que reinava no iluminismo. E do ponto de vista da história da humanidade como um todo, ele e os seus seguidores ficaram também muito aquém daquilo que era exigido pela situação em que uma parte da humanidade (povos indígenas das Américas, da África e da Ásia) viu a sua humanidade negada por artificios jurídicos.

No que diz respeito aos tempos actuais, em que se observam processos que levam à robotização do mundo, pode-se trazer, como hipótese, que o primeiro passo em direção aos robôs foi dado durante o período da escravatura quando, legalmente, seres humanos foram declarados “bens móveis”.

Cada africana e africano “alfabetizado” deveria ler o “O Código Negro” de Louis Sala-Molins, porque nesse livro o autor desmonta a lógica e a ideologia

---

194 Esse texto clássico com título *O Conto do camponês* pode ser visualizado no site: <http://stores.bbkwon.com> (distribuidora da cooperativa editorial Per Ankh). A diferença entre a versão clássica e esta outra de autoria colectiva tem a ver com a apresentação que inclui a transliteração e a tradução linha por linha, em 9 idiomas africanos e 3 idiomas europeus.

da superioridade ocidental (nesse caso Francês) que sustentou o decreto de Luís XIV em 1685, que nunca foi alvo de denúncias por parte dos grandes filósofos do Iluminismo.<sup>195</sup> Alexis de Tocqueville, por exemplo, costumava lembrar que “sim podemos terminar com a escravatura, mas isso não deve significar que nos devemos tornar pobres”. Em 1848, quase meio século depois de a escravatura ter terminado em Haiti, “O Código Negro” foi abolido, assim como a escravatura, mas, simultaneamente, abriu-se a porta para um outro código, dito de “indigenato”, para assegurar a manutenção dum sistema a lucrar com a desumanização dos africanos, desta vez, colonizados no continente. Esse Código do Indigenato, juridicamente iniciado no fim do século XIX, na realidade começou com a ocupação de Argélia em 1830.

## Porque Haiti não podia ser Haiti?

Veja-se, por exemplo, como uma parte da humanidade rejeitou a escravatura. De 1791 até 1804, os africanos escravizados em Haiti revoltaram-se para acabar com este sistema. No dia 1 de Janeiro de 1804, a República de Haiti foi proclamada, pelos antigos escravos.

Esta revolução, na linguagem de Alain Badiou chama-se Evento, ou seja, um momento em que, por sua exemplaridade, exige uma mudança radical de comportamento. Uma mudança que exige, como diria Badiou, fidelidade ao evento, assim como ao sujeito responsável pelo evento.

Nesse sentido, “eventos” são raros na História. Em parte porque se exige um entendimento da relação política entre o evento (uma verdade) em si, os actores (sujeitos) desse evento e, em 3º lugar, uma declaração de fidelidade que tem que ser articulada com práticas políticas que respeitam, politicamente, o evento.<sup>196</sup>

Do ponto de vista da fidelidade ao evento, a proclamação da República Haitiana introduziu um equívoco no sentido em que se inseriu o problema de decidir se o evento era a criação da república ou o acto (o processo) de eman-

---

195 Até tempos mais recentes, havia franceses que pensavam que o objectivo do decreto era proteger os escravos. Esta ilusão do altruísmo da escravidão se deve, se supõe em parte, ao artigo 42 que proibia a tortura dos escravos. Analisando (p.175) o que, de fato, acontecia em caso de abusos dos donos de escravos, Louis Sala-Molins mostra que a denúncia desses donos os deixava impunes.

196 No seu ensaio sobre a Ética, Alain Badiou fornece um resumo da relação entre o surgimento do evento (uma verdade), a emergência dum sujeito que decide manter fidelidade (acto político) a esse evento/verdade. A versão inglesa, *Ethics: An Essay on the Understanding of Evil* (Verso, 2001), introduzida e traduzida por Peter Hallward é de leitura menos árdua do que a versão original em Francês (Editions Hatier 1993).

cipação dos escravos. A introdução do equívoco é óbvia no sentido seguinte: logo após a proclamação da república, surgiu a pergunta: a fidelidade devia ser dirigida a quem? Ao sujeito responsável pela luta pela emancipação dos escravos, entendida como um acto de emancipação da humanidade? Ou esta fidelidade acabava sendo colocada em 2º lugar em relação a uma instituição (a República, o Estado independente) que, pela sua existência, corria o risco de apagar o acto, o processo revolucionário?

De facto, os vencidos do processo revolucionário usaram esta criação da República como pretexto para exigir dos novos dirigentes um pagamento (de facto uma multa), para esta ser considerada como uma nação, por outras nações. O pagamento era também uma compensação para os vencidos que alegaram que deveriam ser pagos pela perda de plantações e de escravos. O custo deste pagamento foi avaliado, pelo Presidente Aristide e o seu movimento *Fanmi Lavalass*, em mais de 20 bilhões de Euros. Esse posicionamento do Presidente Aristide a respeito de fazer com que Haiti fosse Haiti provocou uma reação negativa por parte da França, dos Estados Unidos, Canadá e seus aliados. Esta visão de Aristide não podia ser aceite pelas grandes potências que lucraram incomensuravelmente com a escravatura. Por isso, em 2004, ele sofreu um golpe de Estado, e seguiu para o exílio na África do Sul, onde ficou durante 7 anos, antes de regressar a casa em 18 de março de 2011, apesar da oposição dos Estados Unidos.

Este tipo de reação a qualquer gesto de emancipação da humanidade sempre foi reprimido pelos que consideravam o capitalismo como o ponto final da história da humanidade. Qualquer que tenha sido a forma de conquista das independências, os países que foram colonizados tinham que se submeter à disciplina exigida pelo capitalismo.

Os países que mais perderam com a revolução Haitiana, em 1804, fizeram tudo para que não se repetisse a mesma situação no continente fornecedor dos escravos. No século XX, os Estados Unidos bloquearam o futuro do Haiti (por meio duma ocupação militar de 1915 até 1934), completando o processo de sabotagem conduzida pela França e seus aliados contra o país que tinha conseguido dar um passo em frente para a emancipação da humanidade.

## **Das zonas libertadas à República Popular de Moçambique**

Em Moçambique, pode-se considerar a criação das Zonas Libertadas um evento, pois a partir desse evento se criou um sujeito político que se pensava ser o resultado do processo que criou essas zonas, assim com uma maneira de pensar e praticar a política para manter e continuar o processo. As Zonas Li-

bertadas eram mais do que uma área geográfica. Das Zonas Libertadas, como um evento, emergiram sujeitos políticos cujos pensamentos e práticas eram alimentados pela necessidade de continuar e reforçar o processo de libertação. Assim, entre os sujeitos políticos e o evento emergiu, mesmo que tivesse sido de maneira passageira, uma fidelidade com exigências vinculadas nos passos de libertação dados naquelas zonas.

Poderiam essas Zonas Libertadas ter levado a um evento comparável à revolução Haitiana? Sucintamente, não, porque o colonialismo português, mesmo vencido, fazia parte, e continuava a fazer parte de uma organização militar, a OTAN, para o defender, contra o comunismo e para a manutenção do capitalismo.

E, como foi o caso em Haiti, a necessidade de construir um Estado independente, logicamente levou a um processo de supressão das práticas aprendidas durante o processo de criação das Zonas Libertadas. As pesquisas conduzidas pela “Oficina de História” do CEA, no Planalto de Mueda, deram possibilidade a testemunhas de falar sobre aquilo que se tinha esquecido. Por exemplo, as mulheres queixavam-se de que a FRELIMO não se lembrava delas. As mulheres diziam que, durante a luta armada, havia mais respeito dos homens para com as mulheres, e que com a independência, esse respeito diminuiu ou desapareceu.

Nas suas queixas, as mulheres apontavam também o facto de que a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM) não era como o Destacamento Feminino (DF) da luta armada, onde havia mais solidariedade entre as mulheres. Não é possível nesse espaço listar todos os desafios encontrados pela FRELIMO no processo de transição para a Independência.

Há pelo menos dois aspectos que vale a pena lembrar, surgidos das conversas com Aquino de Bragança. A questão de como dirigir politicamente as cidades foi um desafio a que se tentou responder, mas fracassou, pelo menos no que diz respeito à 4ª Região Militar (Lourenço Marques, hoje Maputo).<sup>197</sup> O trabalho de Alexandrino José com os operários do porto de Maputo mostrou também as dificuldades da FRELIMO se relacionar com os trabalhadores que eram acusados (num discurso do Presidente Samora Machel) de descarregar armas, munições e outros materiais para o exército colonial enquanto

---

197 Um grupo constituído por Alexandrino José, Teresa Cruz e Silva e o autor deste ensaio, entrevistou Amaral Matos, que fazia parte desta 4ª Região. Ele aceitou a entrevista sob a condição de não publicar, mas colocar a entrevista no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo. E assim foi feito. Veja Teresa Cruz e Silva, A “Quarta Região da FRELIMO no Sul de Moambique, Lourenço- Marques 1964-1965, no site [http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud\\_moc/08/teresa\\_em\\_08.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/08/teresa_em_08.pdf).

“nós lutávamos contra eles”.<sup>198</sup> O outro comentário tem a ver com a duração da luta armada. O argumento dizia que se a luta se tivesse prolongado, teria havido possibilidades de reforçar os avanços e criar uma base política menos dependente de aliados, que se juntaram tardiamente, por oportunismo.

Mais uma vez, não há espaço aqui, nem é o objectivo deste ensaio produzir uma análise detalhada de como, dentro dos órgãos de poder do Partido e do Estado, se desenvolveu uma dinâmica diferente e, até, por vezes, na contra-mão das práticas aprendidas durante a luta armada. De vez em quando, por exemplo, Samora falava da necessidade de criar ou recriar novas *Nashingweas*, o lugar onde se formavam durante a luta armada os combatentes, antes de serem enviados para a frente da luta.

No ensaio co-autorado com Aquino, sobre a idealização da FRELIMO, foi citada uma crítica do então responsável pelo Departamento de Trabalho Ideológico no Partido, Jorge Rebelo, em que se apontavam as falhas do Partido no trabalho de mobilização.<sup>199</sup> Por exemplo, no jornal “Notícias”, havia críticas do comportamento de pessoas que acabavam por reproduzir a ideologia colonizadora cuja representação mais emblemática era apresentada por meio de caricaturas de uma figura denominada *Xiconhoca*<sup>200</sup>. Assim, havia, por um lado, a consciência da necessidade de continuar o processo iniciado nas Zonas Libertadas e, por outro lado, a necessidade de colocar as pessoas mais preparadas politicamente em postos que exigiam a adopção de práticas diferentes daquilo que se tinha aprendido durante a luta armada. Houve um processo de reabilitação dos moçambicanos considerados como colaboradores do sistema colonial conduzido por uma equipe liderada pelo próprio Presidente Samora Machel. O objectivo principal era unir o povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. No entanto, embora não parecesse claro na altura, tornou-se evidente, rapidamente, que esse objetivo seria combatido com todos os recursos possíveis, pelos vencidos e seus aliados, dentro e fora do país. No comício de 14 de Fevereiro de 1981, o Presidente Samora discursou, lado a lado, com o Presidente do ANC, Oliver Tambo. No dia seguinte, o jornal “Notícias” saiu com o título “Que Venham” e com fotografias do evento proclamando: “Esmagaremos qualquer agressão”; “Somos trinta e cinco milhões” (debaixo da foto de Samora Machel e Oliver Tambo, de mãos dadas).

---

198 José, Alexandrino Francisco. “A greve dos carregadores da estiva do porto comercial de Lourenço Marques em Agosto de 1963 no contexto da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, e alguns problemas da história do operariado moçambicano,” Dissertação de Licenciatura em História, Maputo, UEM/DH, 1987.

199 Aquino de Bragança, Jacques Depelchin. “Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos* [Maputo], no.5/6, 1986, p. 29-52.

200 Veja [http://www.mozambiquehistory.net/80\\_07-09.php](http://www.mozambiquehistory.net/80_07-09.php)

Lembrar estes factos não visa desvalorizar aquilo que se tentou fazer, ou como se entendeu o inimigo. Ao longo de qualquer história, os seres humanos nunca deixam de aprender e, neste caso, nunca deixarão de esquecer que o lado dos que lucraram com processos como a escravatura, colonização, *apartheid* e agora a globalização, sempre farão tudo para continuar a lucrar. E não se pode esquecer que deste lado, os componentes deste lado mudam constantemente. A obrigação de se lembrar tem a ver com a necessidade de continuar o processo de emancipação.

## **Da *Mâât* a *Ubuntu***

Num discurso recente, o ex-presidente da África do Sul Thabo Mbeki falou sobre a necessidade de lembrar que na história de África houve vitórias que não deviam ser esquecidas. A sua intervenção focou sobre a vitória de Adwa (1896) na Etiópia, contra os italianos que queriam colonizar o país, imitando outros países europeus. Falou também da vitória dos africanos em Haiti (1791-1804) e do fim do *apartheid*, acrescentando o facto de que essas vitórias deveriam ficar ligadas às mentes dos africanos. Ele podia ter ido mais longe, a respeito de vitórias da humanidade, focando aspectos como a invenção da escrita hieroglífica do Egipto Antigo. Podia ter falado dos ossos de Ishango descobertos por arqueólogos belgas à beira do lago Alberto no Nordeste do então Congo Belga, colónia da Bélgica. Para esses arqueólogos, esses pequenos ossos evidenciavam a invenção de matemática, entre 20.000 e 23.000 anos antes de Cristo.<sup>201</sup> Falando de ligação nas nossas mentes, o Presidente Thabo Mbeki poderia ter falado dos valores como a *Mâât* e *Ubuntu*, valores esses que chamam a atenção, dentre outros, sobre a justiça, relações sociais sem discriminação. Não o fez porque, se supõe, continua preso ao preconceito ocidental dizendo que tudo que é intelectual, filosofia, matemática, ciência, medicina, começou na Grécia, e assim repercutindo um outro preconceito reproduzido pelo antigo Presidente do Senegal, L.S. Senghor, segundo o qual a razão é branca e a emoção é negra.

O próprio Aimé Césaire que tinha elogiado o primeiro livro de Cheikh Anta Diop, como uma obra-prima, escreveu na sua famosa poesia autobiográfica “Eyaa para aqueles que não inventaram nada”.<sup>202</sup> Há uma desculpa plausível para Césaire: “O Caderno do retorno ao país natal” foi escrito antes da sua leitura do livro de Cheikh Anta Diop.

---

201 Vários cientistas têm escrito sobre os ossos de Ishango, entre outros, Paulus Guerdes, Jean-Paul Fougain, Jean-Paul Mbelek, etc. Os ossinhos originais estão conservados no Musée Royal des Sciences Naturelles de Bruxelas. Para se ter uma ideia sobre a importância desses ossinhos, leia, entre outros, o texto escrito por Jean-B. Murairi: [http://www.lesbahundes.com/pdfs/publications/La\\_calcullette\\_ishango.pdf](http://www.lesbahundes.com/pdfs/publications/La_calcullette_ishango.pdf)

202 Caderno do retorno ao país natal.



Mesmo Frantz Fanon não parece ter considerado a importância do trabalho de Cheikh Anta Diop que, no início da sua pesquisa, se tinha concentrado em demonstrar que os Egípcios eram negros, que o Egito, a sua cultura, os hieróglifos, e a sua civilização tinham raízes africanas. Na conclusão do seu livro *Peles Negras Máscaras Brancas*, Fanon, retoricamente pergunta que diferença faria, para um jovem martiniquês trabalhando numa plantação de cana de açúcar, que os Faraós do Egito Antigo fossem negros.<sup>203</sup>

O que se aprende mergulhando na literatura e na história do Egito Antigo é que os seres humanos daqueles tempos e os seres humanos de hoje continuam a fazer parte da espécie *homo sapiens sapiens*.<sup>204</sup> Os mitos contam como esses seres humanos se encontravam constantemente atraídos para os dois lados: fazer o Bem e, o contrário, fazer o Mal. O ideal era viver cultuando a justiça, a verdade, o balanço, e a solidariedade.<sup>205</sup>

Viver segundo as prescrições do bem levava o ser humano para uma felicidade eterna depois de ter sido julgado, mas caso tivesse vivido contra essas prescrições o destino final seria o equivalente daquilo que, mais tarde, viria a ser conhecido como inferno.

Como o Egiptólogo Yoporeka Somet tem apontado, *Ubuntu* pode ser interpretado como a continuação ou, talvez, melhor, o ressurgimento do conceito de *Máât*.<sup>206</sup> Esse conceito visto hoje como produto do Egito Antigo tem que ser entendido como resultado de um processo que começou, assim como o exemplo da matemática mencionada acima, muito tempo antes da emergência do Egito dos faraós.

## **A emancipação da humanidade pode ainda progredir?**

A parte da humanidade cuja humanidade foi negada terá que ser levantada e ser afirmada. Os impactos das várias hierarquizações da humanidade,

---

203 Frantz Fanon, *Peau noire, masques blancs*. Editions du Seuil. Paris. Toda a conclusão, mas sobretudo, p. 187.

204 Assim como reafirmado em várias publicações de pesquisadores associados à escola de Egiptologia Africana, como Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Yoporeka Somet, Babacar

205 Sobre esse tema dos valores positivos e negativos, veja, entre outros, Ayi Kwei Armah, *KMT- In the house of Life: an epistemic novel*. Per Ankh Publishers. 2002. Em particular, os capítulos 15 e 16, que, respectivamente, tratam dos que compartilham conhecimentos (“sharers”) e dos que guardam (“keepers”).

206 Ver o artigo de Yoporeka Somet “La pensée morale Égyptienne du 3ème millénaire avant l’ère chrétienne”. In *Ankh, Revue d’égyptologie et des civilisations Africaines*, nº 12-13, 2003-4. Neste artigo, o autor chama a atenção a semelhança entre o conceito de *Máât* e o de *Ubuntu*. (p.20).



das suas actividades, de seus conhecimentos, criaram um mundo cuja visão do presente, do futuro e do passado parece completamente bloqueada pelo triunfalismo ocidental, em grande parte, apostado na tecnologia. No processo de dominação conseguido pelo capitalismo instalaram-se certezas erradas das capacidades do sistema em resolver qualquer crise que apareça no horizonte, recorrendo à tecnologia.

No que diz respeito às relações humanas, *ersatzes* como humanitarismo, humanismo, caridade, etc. não poderão ajudar. A cura virá de processos conscientemente organizados para desmontar as hierarquizações de todos os tipos construídos por um sistema altamente desumanizador.

Dentro desses processos e com uso de transparência, terão que ser ouvidos os que mais conhecimentos acumularam, pelos que mais sofreram, com as hierarquizações da humanidade. Nesses processos, terão que ser ouvidas as vozes apagadas há séculos atrás simplesmente por terem tentado falar como seres humanos, ignorando as leis que os chamavam de “bens móveis”.

Na história do continente, houve heroínas e heróis (na maioria dos casos completamente desconhecidas e desconhecidos) que lutaram contra a escravatura, a colonização, e o *apartheid*. Uma pessoa como Kimpa Vita no reino do Kongo foi queimada viva (ainda reinava a Inquisição) por ter sido acusada por missionários italianos de herege, pelo facto de se ter oposto às práticas do rei do Kongo de vender pessoas aos caçadores de escravos. Além disso, ela organizou um movimento conhecido como os Antoninos (ela alegou que teve visões de São António). No entanto, a história que continua sendo dominante na África, é a história dos vencedores.<sup>207</sup> Ora, com as pesquisas de Cheikh Anta Diop, William Chancellor e Theophile Obenga, emergiu um desafio contra a hierarquização dos conhecimentos, imposta pela Europa. Esse desafio pode ser chamado de Evento, tanto quanto a emergência da República de Haiti. Essas pesquisas alvejam um domínio em que a Europa se considerava intocável. Só que os comprovantes agregados por Cheikh Anta Diop e outros (como demonstrado no encontro do Cairo, em 1974, patrocinado pela UNESCO a pedido de Cheikh Anta Diop) não pararam de acumular evidências contrariando as teses de seus adversários.

---

207 No caso da República Democrática do Congo, por exemplo, David Van Reybrouck. Congo - Une histoire. Paris. Actes Sud. 2012. Nesse livro, o autor navega alegremente entre ficção e não ficção conforme a conveniência.

## A emancipação da humanidade exige uma descolonização das mentes

Vale a pena lembrar certas lições das lutas e, às vezes, vitórias do passado. Por exemplo, a crítica do sistema dominante não é suficiente a partir do momento em que as críticas funcionam dentro de um sistema educacional usado sistematicamente para reforçar o mesmo sistema. Nesse sentido, a descolonização das mentes não foi muito longe. Por exemplo, como explicar a frase seguinte, tirada da autobiografia do Presidente Kwame Nkrumah, uma das maiores figuras do pan-africanismo e das lutas anti-coloniais: “Cresci numa sociedade particularmente primitiva” (p.109).<sup>208</sup> A lista de personalidades desse calibre é longa. Só pode ser explicada pelo facto de que o sistema educacional, que funciona no continente continua a reproduzir a ideologia da superioridade europeia, e não só pelos europeus, mas usando correias de transmissão africanas, assim como aconteceu no processo de reprodução escravagista. Ou seja, dentro das consciências dos maiores oponentes da colonização, se manteve a ideologia colonizadora da superioridade europeia.

O aparecimento de Cheikh Anta Diop numa arena considerada reservada para mentes europeias, criou uma reação típica de rejeição. Na defesa de sua tese de doutoramento em Egiptologia, na Sorbonne (1960), a mesa do júri não podia aceitar um argumento solidamente sustentado que estivesse na contramão das opiniões dos professores. Para se proteger das consequências do trabalho de Cheikh Anta Diop, o júri aprovou a sua tese, mas com uma nota referindo que não era permitido ao candidato leccionar no ensino superior assim como orientar trabalhos de pesquisa.<sup>209</sup> O objetivo era diminuir, na medida do possível, o impacto das pesquisas, publicações e orientação de Cheikh Anta Diop sobre futuros egiptólogos africanos. O sucesso desta estratégia foi parcial.

O último livro de Cheikh Anta Diop, “Barbárie ou Civilização: para uma antropologia sem compromissos”, saiu em 1981, o ano em que a universidade de Dakar mudou de nome, passando a ser conhecida como universidade Cheikh Anta Diop. O ano coincidiu com a saída do Presidente Senghor do poder e o início dos ensinamentos do Prof. Cheikh Anta Diop no ensino superior. No entanto, como qualquer observador pode notar, a mudança de nome da universidade, assim como a mudança de nomes de países africanos não teve um

---

208 Citação da introdução ao texto bilingue *Hieroglyphics For Babies/Les Hiéroglyphes dès le berceau*. Ayi Kwei Armah e Aboubacry Moussa Lam. Per Ankh, 1997. Dakar.

209 Cheik M'Backé Diop, *Cheikh Anta Diop: L'homme et l'oeuvre*. Paris. Présence Africaine, 2ª edição. Paris. 2003. Em particular, veja pp. 34-38.

impacto radical sobre o processo de descolonização do sistema educacional vigente no continente africano. Entre os comprovantes desta situação, salta à vista a imobilização do movimento de estudantes negros da África do Sul, que se queriam livrar do legado do *apartheid*. Uma coisa era saber e desejar jogar no lixo as estátuas de Rhodes e, a outra, era ter uma alternativa para estabelecer um outro sistema educacional, que pudesse verdadeiramente lançar um processo de emancipação da humanidade agrilhoada, no caso da África do Sul, pela lógica expressa por Alexis Tocqueville, quando notava que acabar com a escravidão não deveria significar o empobrecimento dos escravocratas.

No caso das relações entre os colonizadores e os colonizados, por um lado, e, entre os negros e os brancos da África do Sul, por outro lado, funcionou a mesma ideologia da necessidade de manter a superioridade dos que estavam acima de qualquer impunidade e que lucraram com injustiças sistemáticas. A lógica que tem funcionado a favor dos mais poderosos criou uma equação cuja manutenção significa que o poder é, e tem que ser, o resultado de injustiças marcadas pela impunidade. Nesse sentido, por exemplo, o Tribunal Penal Internacional é um dos instrumentos mais poderosos para a manutenção desta equação.

Mais cedo ou mais tarde, esta equação será vencida, sem recorrer às armas, e/ou às práticas dos poderosos de hoje. A emancipação da humanidade está nas mãos das vítimas, sob a condição delas se organizarem para não cair nas armadilhas dos mais poderosos. Talvez o lema de um tal projeto possa ser dado pelo título do livro de John Holloway: “Mudar o mundo sem tomar o poder”.<sup>210</sup>

## **A re-humanização transforma-se em mais desumanizada**

A história do capitalismo escrita por Karl Marx permite ilustrar, mesmo que de forma parcial, a mentalidade que se foi construindo ao longo desse tempo. No entanto, no espírito dessa mentalidade, só os que sofreram na carne e no espírito os seus múltiplos impactos, podem melhor entendê-la e combatê-la. Esta afirmação não significa que dentro do sistema dominante não haja pessoas e grupos, conhecedoras da história desumanizadora do capitalismo. Durante a escravidão, o colonialismo, ou o *apartheid*, houve pessoas que se solidarizaram com as vítimas dessas fases do capitalismo. Dizendo isso, não

---

210 John Holloway, *Change the World Without Taking Power*. Pluto Press 2002. Veja também do mesmo autor *Crack Capitalism*. Pluto Press. 2010.

significa que quem não viveu num campo de concentração nazista não poderia escrever algo parecido aos livros de Primo Levi, como por exemplo, "Sobrevivendo em Auschwitz". Reconhecer actos de solidariedade para com as vítimas de estupro não significa que quem não passou pela experiência de ser estuprado não possa expressar fielmente a violência desumanizadora do acto. Relatar um estupro, mesmo que seja num contexto "acolhedor", não é fácil. Exige uma coragem fora do comum porque reviver um tal acto seria reviver um trauma insuportável.<sup>211</sup>

Numa das suas palestras, Toni Morrison dissecou como a auto-censura dos afro-americanos, em particular, mas não só, repercutiu a ideologia e a cultura da superioridade racial.<sup>212</sup> Qualquer ser humano terá sempre enormes dificuldades em relatar um sofrimento insuportável, pois seria uma forma de auto-tortura.

No entanto, neste início do século XXI, tem-se testemunhado um processo que pode mudar radicalmente a questão da autoria da história. O movimento *Black Lives Matter* tem contribuído para quebrar os muros erguidos durante séculos. Os autores mais eloquentes não têm vindo da academia, mas de pessoas normais, comuns. Nesse processo, o que surge é uma história escrita pelas massas.

O fenómeno de dizer e fazer com que as vidas dos negros, dos condenados da terra valham tanto quanto as vidas dos ocupantes das "Casas Grandes", tem se manifestado de diferentes maneiras em vários lugares do planeta. Na África do Sul, por exemplo, o movimento de *Abahlali base Mjondolo*, que nasceu em Durban, manifestou os mesmos sentimentos contra as várias formas de racismo encontrado nos Estados Unidos e/ou em Santo Domingo, antes de se tornar Haiti.

O que se diz e o que é feito vai levar a uma inversão da frase *might is right* para *right is might*. Na primeira versão, o poder, mesmo que seja construído sobre injustiças conjugadas à impunidade, é justo. Na segunda versão, a justiça justa significa poder. Ora, esta segunda versão não exige pesquisas. Essa capacidade de distinguir entre justiça e injustiça tem acompanhado o desenvolvimento da espécie humana. Para distinguir entre o que é justo e o que é injusto, não é

---

211 Às vezes, pessoas estupradas conseguem fazer o relato, assim como, por exemplo, recentemente o fez a mulher estuprada no campus universitário de Stanford na Califórnia. A sua carta pode ser lida nesse site: (acesso no dia 28/7/2016) [https://www.buzzfeed.com/katiejmbaker/heres-the-powerful-letter-the-stanford-victim-read-to-her-ra?utm\\_term=.lc4PA5WX5#.ki-Gay2p02](https://www.buzzfeed.com/katiejmbaker/heres-the-powerful-letter-the-stanford-victim-read-to-her-ra?utm_term=.lc4PA5WX5#.ki-Gay2p02)

212 Veja <http://tannerlectures.utah.edu/documents/a-to-z/m/morrison90.pdf>. Acessado 30/6/2017.

preciso ser formado em direito. Em alguns dos seus livros de ficção como *Two Thousand Seasons* e *The Healers*, Ayi Kwei Armah ilustrou essa capacidade dos seres humanos.<sup>213</sup>

É difícil concluir esta reflexão sem ter o sentimento de que ainda há um grande caminho a percorrer. Por exemplo, com o fim do *apartheid* na África do Sul pensava-se que estava concluído o ciclo das injustiças no continente africano. O exemplo dado pelo comportamento de Mandela depois de ter sofrido 27 anos de prisão injusta, quase que não impactou no outro lado, no sentido de ver os protagonistas brancos largar os seus preconceitos assim como as suas práticas de discriminação contra os negros.

Em 16 de Agosto de 2012, deu-se, na África do Sul, o massacre de mineiros (Marikana), que exigiam um aumento de salários. Com esse massacre de 34 pessoas sem armas, levanta-se a questão de saber se sob o capitalismo a justiça é possível. O desprezo pelas vidas dos mineiros negros funcionou como se esta situação tivesse acontecido durante o *apartheid*. Este desprezo por uma parte da humanidade significa um desprezo por toda a humanidade. Como diria Samora, “o leite vindo da mãe negra é tão branco quanto o leite da mãe branca”; e “o sangue correndo nas veias das negras e dos negros tem a mesma cor que o sangue correndo nas veias das brancas e dos brancos”.

---

213 Respectivamente publicados por Per Ankh Publishers em 1973 e 1978.

# **ANEXOS**



# Anexo 1 - Centro de Estudos Africanos-Research Plans for 1979-80 (Arquivo de Colin Darch)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS : RESEARCH PLANS for 1979/80

During the coming period the research of the CEA will centre on its Development Course, which is a post-graduate research-training degree. The candidates have been carefully selected within Ministries and other structures, and their work on the Course will be integrated with their ongoing work in these structures.

The general objectives of all the Research Projects therefore share a common orientation. These objectives are explained in some detail in the Curriculum to the Course: Curso de Desenvolvimento (Pos-Graduação)

During 1979 there will be three principal research projects; one (on Cotton Production) with two parts.

## I A study of Rural Production Units, Gaza Province, April 1979.

Objectives : To train the students on the Development Course in the micro-economic theory of the Production Unit, and to organise student participation in practical exercises in data collection.

The field work in the lower Limpopo Valley will be preceded by work in the Course's Quantitative Methods Workshop on the following topics:

- i the production unit as an input/output model; circulation of means; reproduction.
- ii classification of inputs; productive forces; quantities, prices, costing.
- iii multi-activity production units; problems of attribution of costs.
- iv the use of input and output standards for analysis and evaluation of efficiency and reproductive capacity.
- v micro/macro relations; micro/macro planning.
- vi problems of data collection in Mozambique today.

The field work will collect data on :

- i labour force
- ii land
- iii crops and/or production lines
- iv machines
- v irrigation
- vi variable inputs
- vii management and planning



Resources :

CEA Internal Personnel : Staff and students on the CEA Development Course,

External Mozambican structures: The co-operation of the Gaza Provincial authorities

External foreign: UEM has applied for the services, under the Dutch co-operation agreement, of R. Vissia, agronomist/agricultural-economist to organise the study of production units. Vissia undertook a similar function for CEA during 1978 when the CEA did an analysis of production units in Moamba, Maputo Province.

Material Resources required: Funding and Transport to support 30 research workers in the field from 11 April - 5 May 1979.

<u>Timetable:</u>	Workshop preparation	March 1979
	Field research	April-May 1979
	Data Analysis	May-June 1979

II RURAL PRODUCTION AND AGRO-INDUSTRIAL LINKS - The Agro-Industrial Complex of CAIL, Limpopo, Gaza.

Objectives To pursue the methodology in the analysis of rural production prepared in Project I, and to apply this method in the study of a critical food-producing region of the country, the Limpopo Valley, together with a study of agricultural-industrial linkages.

- i The field work will be preceded by a detailed study of the documentation relating to the Limpopo Valley (especially the Limpopo Colonat of the later colonial period).
- ii The data collection will analyse costs of production, of various production forms (state farms, co-operatives, co-operatives within aldeias comunais; family household production) and the articulation between them.
- iii The work will aim to produce a simplified system for the continued systematic analysis of production units.

Resources :

CEA Internal: Staff and students on the CEA Development Course.

Mozambican structures: The project will be conducted in consultation with the Ministry of Agriculture, and the Gaza Province administration and agricultural authorities, and the CAIL organization in particular.

External: UEM is currently negotiating the short-term services of a four person team headed by R. Linhart, an economist with experience in Algeria and Portugal, who conducted an initial reconnaissance mission to Gaza Province together with CEA's research director and other staff members.

Material Resources required: Funding and Transport to support 20 research workers in the field July-August 1979, and to cover the analysis of the data and the preparation of the Report in the subsequent period.

Timetable: June, July, August 1979.

III COTTON PRODUCTION IN MOZAMBIQUE

Objectives: This research project comprises 4 sections:

1. Mercado mundial de algodão e termos de troca internacionais.
2. Formas de produção de algodão e estruturas de comercialização, descarçamento e exportação em Moçambique, tanto no período colonial, como no período pós-colonial e no futuro.
3. Investigação de campo em áreas escolhidas da Província de Nampula.
4. Indústria têxtil e outras formas de transformação industrial do algodão.

Section 3 of the Project will be carried out in the Province of Nampula and will concentrate on the following problems:

- tendências da produção ao nível da Província, nos diferentes sectores (estatal, colectivo, familiar, privado)
- situação actual da produção de algodão nas Machambas Estatais, nas Aldeias Comuns e Cooperativas e nas machambas individuais dos camponeses.

- relações existentes entre as diferentes formas de produção e os diferentes tipos de produtores.

O estudo deverá fornecer elementos de base sobre a produção de algodão que contribuam para a elaboração da futura política de desenvolvimento rural:

- problema do aumento da produção nos diversos sectores
- transição para formas de produção colectiva
- organização do apoio estatal aos produtores
- relação entre produção e transformação industrial do algodão.

- Resources:** A fuller statement of this Project is contained in the attached Research Proposal.
- Personnel**  
**CEA Internal:** The staff and students of the CEA Development Course (excluding those engaged in the 2nd. phase of the Limpopo Project - II)
- UEM** UEM Caju Ctte. will be asked for a number of brigade workers during July-August, especially those with a knowledge of the Macua language.
- External structures in Mozambique:** DINAPROC of the Ministry of Agriculture and CNAC have both approved the cotton project in principle, and DINAPROC committed two of its functionaries to the field reconnaissance project of 9-15 February which visited Nampula to select the research areas and make contact with the provincial authorities. It would be highly advisable if both CNAC and DINAPROC continued to be associated with the Project.
- Nampula Provincial Resources:** Requests will be made to the Nampula administration for assistance with transport, functionaries in the various structures and interpreters.
- Timetable:** Preliminary documentary research is now being conducted in the CEA. This will continue throughout the project. The field work will take place during July-August. The analysis of the data will continue for the rest of the year. Renewed visits will have to be made at other times of the year, in order to study the production process in differing agricultural seasons.

Section 4 of the project on Cotton Production in Mozambique will investigate the textile industry and its implications for general industrialisation policy of Mozambique.

A preliminary Research Proposal is attached.

Resources: The organisation of the project and resources for it are currently under discussion with the Ministry of Industry.

Timetable: 1979 and 1980.

## Anexo 2 - CEA: *Publication Requirements and Suggested Policy Considerations* (Arquivo de Colin Darch)

### CEA : Publications Requirements and Suggested Policy Considerations

- where
1. It is clearly advisable that the University follow possible a standardised publishing policy. At the same time differing activities of varying departments of the University may dictate different publishing needs. The proposals below are the requirements of the Centro de Estudos Africanos of the IICM. In our case we make close connection between the function to be fulfilled by our various publications and the corresponding format we recommend, either for continuation or for future adoption.

2. Present Practice :

Apart from the use of the photocopy machine for current material for the Development Course, also for internal use of the CEA during discussion of research projects, the CEA has since 1976 produced a standard form of Monograph.

There are at present 10 different publications in this Monograph Series. A list is attached, and a sample enclosed. These have thus far been produced in two languages, Portuguese and English, the latter so that the CEA can achieve international circulation. The policy where possible is for the Portuguese edition to precede the English language edition in order of appearance, though this generally depends on the translating and other facilities.

3. Proposals for the Immediate Future

The CEA would like to continue the publication of Monographs in their present form for the following reasons :

(a) The format is established already and is known and recognisable as coming from the CEA.

(b) It is an easy and rapid method of production. The CEA can type its own stencils, and the IICM has facilities for reproduction in its reprographics unit.

(c) The format is relatively cheap and economical in paper use. It will be noticed that the monographs are produced in a small type-face (an elite typewriter) and are typed single-space. This ensures both a readable production and economical use of space, i.e. paper.

(d) Because the production method is quick and easy, it is eminently suitable for the purpose of these Monographs : to make research findings available with the least possible delay as part of ongoing research debate.

Until now the print runs of these Monographs have been relatively small. Publication is generally between 100 and 200 copies. The largest print order was the 2nd run of the English edition



On the Rhodesian Question, which was 500 copies, for the use of the Zimbabwean national movements.

4. Offset Printing

In future we should like assistance with the offset printing of these larger runs, say any editions over 200 copies. This would reduce the cost of production, though we have not calculated to what extent.

5. But for the offset editions, we should like to retain the format used until now for our Monograph series. The reasons are those above :

that the format is already established; it is easy and manageable, and reproduction and binding are relatively simple (unless the publication is especially long and thus contains very many pages); that we have economised on paper by the use of small type and single-spacing. We are particularly troubled by the suggestion that these publications should be reduced during the offset process; in our view any further reduction of type size would make these publications, at their length, extremely difficult to read, and thus anti-functional.

6. Urgent Request

There is currently an urgent need to produce larger editions of two of our present publications :

Zimbabwe : Notes and Reflections on the Rhodesian Question. The CEA has been given 28 reams by the Patriotic Front (ZANU) for the production of yet another English edition of this publication, this time with an Introduction by President Robert Mugabe.

Companhas e Economia Rural em Moçambique.

We have produced an edition of 50 copies of this publication for the use of students on our course who are due to do rural research almost immediately. We urgently need a larger edition for use in Ministries and also for more general use within Mozambique and abroad.

We should like assistance with an offset edition of at least 500 copies. We suggest an offset edition, and not a more advanced technical printing process for reasons of speed of production.

7. Proposals in the Slightly Longer Period.

Some of the Monographs could clearly go into a more permanent printing form. That is, they could be set up on the Impress

Universitario or even by INLD, for still larger editions. We are unclear about the respective division of labour between the two printers: it could be both in terms of size of edition but also the character of the readership i.e. the University press could produce more scholarly and academic material, and the INLD could publish for a wider more general audience.

8. In the case of the CEA, printing facilities, an distinct from effect would be welcome in two cases:

(a) For the conversion of monographs into printed rather than typed form. Not all research monographs will be suitable for this purpose, and working decisions would have to be made from time to time.

(b) For the production of a regular CEA Journal.

We envisage production of a Journal twice a year, and we are currently planning contents and organisation.

The CEA Librarian/Bibliographer is presently in Britain gathering material on standardised formats for various types of publications.

In our view more technically proficient printing requires certain accompanying conditions:

1. In the case of Journals especially, periodic publication can only be ensured by strict timetabling of printing and the setting of deadlines which are adhered to on both the editorial and the printing side.

2. Printing makes necessary the availability of fairly experienced editors and proof-reading. Depending on the programme of publishing, it is unlike that these tasks can be assumed by the existing staff of the CEA/IC on their own.

Essential to efficient publishing is efficient distribution. Print orders should be carefully decided after detailed consideration of the readership intended and capable of being reached by particular publications. There should be consultation on this question not only within the University, but with INLD. Circulation of UEM publications abroad also needs special attention.

This Memorandum restricts itself for the time being to the present needs of the CEA and expansion plans for the near future. Further Memoranda could follow as the policy on publications is clarified and extended.

Ruth First  
Research Director CEA  
March 1979





## Anexo 4 - "Frelimo: Opção nascida na prática". Notícias, 12/08/1982. P.1

**Frelimo:**

# Opção nascida da prática

N. 12/8  
82  
p.1

A constituição da FRELIMO em Partido Marxista-Leninista foi uma escolha ao acaso de uma «ideologia»? Não. Foi uma decisão que não veio mais do que formalizar uma prática política no seio da Frente, a qual vinha já sendo aplicada desde o tempo da Luta Armada de Libertação, tendo nascido no desenvolvimento do próprio processo.

Esta questão tem sido uma das muitas perguntas postas com maior frequência por estudiosos do problema e por outros observadores estrangeiros e sobre o assunto têm surgido os mais diversos comentários, naturalmente a partir da posição política de cada um. Pois na continuação da reunião de especialistas em Ciências Sociais tendo como zona de estudo a África Austral, o Centro de Estudos Africanos da UEM apresentou para debate um documento que desenvolve uma resposta que o próprio Partido já formulou: com efeito, a definição do Partido como marxista-leninista é o resultado lógico de um trabalho de síntese e sistematização teórica das experiências de luta e organização desenvolvidas durante a luta de Libertação Nacional.

Concentrando a sua análise principalmente nas Zonas Libertadas, o documento realça o trabalho organizativo e a íntima ligação entre a

Frente e as massas, nomeadamente o intenso e constante debate de todos os problemas afectando a vida da população e o desenvolvimento da própria luta. Seriam, portanto, estes factores, que entre outros, teriam assim contribuído para o nascimento e o crescimento de uma consciência revolucionária no seio do próprio Movimento de Libertação Nacional.

No debate que se seguiu à apresentação do documento várias intervenções reforçaram a tese defendida. Mas infelizmente o tempo disponível para a discussão, não permitiu que se aprofundasse o debate da tese defendida, principalmente a sua importância para o enriquecimento da teoria marxista-leninista.

Entretanto, na parte da manhã, para além de uma tese apresentada pelo professor H. Wolpe, os participantes ~~debateram, talvez, o mais controverso~~ dos documentos apresentados até agora. Trata-se da comunicação do conhecido investigador canadiano John Saul, sob o título de «Estudos do desenvolvimento para a mudança social na África Austral». Neste estudo, o autor começa por situar as condições de subdesenvolvimento da região, as alternativas capitalista e socialista em confronto; (em que Saul defende a opção socialista), para então colocar o que considera como o grande problema: qual a via correcta a seguir considerando, segundo o autor, as correntes existentes em África sobre o Marxismo, desde o que chama de «marxismo populista», «marxismo nacionalista negro», «formal- até à prática marxista-leninista da FRELIMO?»

Criticado em alguns aspectos da sua análise, Saul diria entretanto, que «o verdadeiro teste do marxismo — e a crucial demonstração da sua vitalidade — está na sua aplicação concreta em que está inserido», facto que pode-se considerar como tendo sido a conclusão do debate.

**Anexo 5 - Oficina de História - "Proposta de Programação de Trabalhos". 01/10/1982.  
(Arquivo de Colin Darch)**

*Colin Darch*  
*2/82 Doc. 1*  
*1982/10/01*

OFICINA DE HISTÓRIA  
PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO DOS TRABALHOS  
2º SEMESTRE 1982

- 1 Outubro - Sessão geral da Oficina  
Normas de funcionamento  
{ Eleição de membros para o Conselho Editorial do  
"Não Vamos Esquecer"  
Reprogramação do trabalho da antologia
- 8 Outubro - Debate sobre o nº 1 do "Não Vamos Esquecer"  
Discussão do nº2
- 15 Outubro - || Paulo Soares e Malangatana Valente - "Arte e Nacionalismo em Moçambique"
- 22 Outubro - Projecto de Tete ~ F. L.
- 29 Outubro - Não há sessão
- 5 Novembro - Não há sessão
- 12 Novembro - Não há sessão
- 19 Novembro - Não há sessão
- 26 Novembro - Núcleo-Projecto de Cabo Delgado  
=====
- 3 Dezembro - ✓ Conclusão e Balanço  
-----  
Sessões sobre o nº 2 do "Não Vamos Esquecer" serão convocadas oportunamente  
Sessões sobre a antologia serão realizadas quando houver material que justifique  
-----
- Não marcada a sessão*

REGULAMENTO INTERNO DA OFICINA DE HISTÓRIA

(documento de trabalho restrito. Só para circulação interna)

1

A OFICINA DE HISTÓRIA foi criada em 1970 sob a direcção e iniciativa do Director do CEA, Aquino de Bragança, com os seguintes objectivos:

- a) Promover o debate e a investigação sobre temas ligados à História da Luta Armada de Libertação Nacional e do Partido FRELIMO.
- b) Divulgar aspectos da Luta Armada que contribuam para a mobilização dos cidadãos para a execução das tarefas actuais da Revolução Moçambicana.
- c) Contribuir para a capacitação de docentes moçambicanos aos vários níveis de ensino para que possam ensinar eficazmente História de FRELIMO.

Para alcançar estes objectivos a Oficina de História promove as seguintes actividades:

- a) Realização de seminários e debates sobre diversos temas
- b) A publicação regular de um boletim intitulado "Não Vemos Esquecer"
- c) Edição regular de artigos, colectâneas, biografias.
- d) Participação em conferências e debates públicos
- e) Execução de Projectos de Investigação sobre temas ligados à Luta Armada, tanto no campo com a recolha de entrevistas como nos arquivos.

## ESTRUTURA INTERNA DA OFICINA DE HISTÓRIA

1. O Director da Oficina de História é o Professor Aquino de Bregança
2. O Núcleo Coordenador, nomeado pelo Director do CEA é composto por trabalhadores do CEA destacados em pleno tempo para as actividades da Oficina de História.
3. Os membros da Oficina de História - podem fazer parte da Oficina qualquer cidadão nacional ou estrangeiro que tenha produzido trabalho científico válido sobre a História de Moçambique desde que a sua candidatura seja aprovada em sessão geral da Oficina de História.

## DOS ORGÃOS E SUAS FUNÇÕES

1. O Director da Oficina é responsável pelas actividades realizadas e compete-lhe orientar os trabalhos
2. O Director da Oficina será coadjuvado pelo Secretário da Oficina que deverá coordenar a realização das tarefas programadas.
3. Os membros da Oficina de História deverão realizar as tarefas que lhes competem na divulgação e na produção de estudos sobre a História de Moçambique.

? veja 1 a)

"... ligados à história da luta armada de Libertação Nacional e do Partido FRELIMO."

## DINAMIZAÇÃO E MODO DE FUNCIONAMENTO

1. Para poder levar a cabo a sua actividade de dinamização a Oficina de História, organizará debates sobre temas relacionados com a História de Moçambique com a participação de pessoas interessadas e originárias

~~não só da UEM mas também de outros sectores.~~

2. Estas sessões serão baseadas em trabalhos de investigação que estejam a ser realizadas por pessoas ou instituições e de acordo com um programa aprovado pela Sessão Geral da Oficina a partir de uma proposta elaborada pelo núcleo da Oficina.
3. Para além das sessões gerais planificadas o secretário da Oficina deverá organizar todas as outras sessões julgadas necessárias para a continuação dos trabalhos e convocar os elementos cuja presença for julgada necessária.
4. O Boletim da Oficina de História, editada pelo Centro de Estudos Africanos, é um instrumento de que se dispõe para dinamizar o debate. A programação de cada número será discutida colectivamente com base numa proposta a elaborar por uma comissão redactorial da qual fazem parte dois elementos eleitos pela Reunião da Oficina, e além do secretário e do Director.

Aprovado pelo núcleo da Oficina de História na sessão do dia 21 de Setembro de 1982.





**Anexo 6 - UEM/CEA Report to SAREC on the  
Activities of CEA during the Financial Years  
1982/83-1983/84  
(Arquivo de Colin Darch)**

Universidade Eduardo Mondlane  
Centro de Estudos Africanos

Report to SAREC on the Activities of the Centro de Estudos Africanos  
during the Financial Years 1982/3 and 1983/4

Maputo, February 1984

1. The present report sets out the main activities undertaken by the Centro de Estudos Africanos during the years 1982/3 and 1983/4.
2. The basic objectives of the Centre's work remain those identified in previous reports of this nature, namely, to undertake research and research-training on problems of socialist transition in Mozambique within the context of the Southern African region.
3. As a result of the expansion of the Centre's work three distinct work groups or nuclei have now emerged within the Centre. Although these have a degree of autonomy they are all united around the basic objectives of the Centre and under the direction of the Centre's directorate.
4. This report will set out the principal activities of each of the three nuclei - Section A dealing with the Socialist Transition Nucleus; Section B with the History Workshop and Section C with the Southern Africa Nucleus.

#### SECTION A : SOCIALIST TRANSITION NUCLEUS

Activities of the Socialist Transition Nucleus in the period 1982-4 concentrated on training Mozambican cadres in researching problems in the socialist transformation of production. The foci of the work continued themes set in the period 1980-2:

- the transformation of rural production derived from a colonial system of semi-proletarianisation;
- the restructuring of transport in relation to the transformation of production in Southern Africa.

In 1982 research activities were centred on the Development Course which trained 35 Mozambicans from different ministries, productive sectors (for example 6 port workers), and the army. The research projects of the course were two:

1. The Process of Socialisation of the Countryside in Angonia, which treated both the problems of cooperativising family agriculture and socialising state production in a regional perspective. From this work resulted two publications :

"Peasant Families of Angonia in the Socialisation of the Countryside "

"Organising Workers on the State Farms: The CAIA Example"

2. The Transformation of Administrative Work and Planning in the Port of Maputo, from which resulted the following report ( in press):

"Information, Administrative Work and the Transformation of the Labour Process in the Container Zone".

The port work was part of the larger transport project which engaged consultants and allowed for a longer term research plan than the Development Course. This project, dealing with the regional transport network, was



conceived in collaboration with the Department of Economics of the University of Zimbabwe. In 1983 this study resulted in a report on the control of containerisation and its implications for the restructuring of transport in Southern Africa (in revision). This work led us to recognise the need for further study on the role of agencies and the financing of freight in the structuring of the regional transport system. In 1984 we plan to draft the pre-project for further research on this theme. In 1984 we shall also prepare a final memorandum on the results of two years work in the port of Maputo.

In 1983, the nucleus decided to experiment with new forms of combining teaching and research, generally involving shorter periods and more focussed topics. The following projects resulted from this new approach:

1. The Role of Finances in Socialist Mozambique

This project prepared a text used for a series of seminars for students working in the state banks and the Ministry of Finances.

2. The School and the Community

This project investigated the role of the primary school teacher in the transformation of the countryside, incorporated cadres from the Ministry of Education in the research, and intends to contribute to the formulation of better curricula in teacher training centres.

3. The Socialisation of the Countryside of Mozambique 1975-82

This project intends to use secondary sources, principally previous research by the CEA, to prepare teaching material to be used in short courses for Mozambican cadres. In progress is a manual on the rural economy of Mozambique. The group has also participated in agricultural courses and seminars in the Ministry of Agriculture and in the Faculty of Economics, and in the Small Projects Nucleus of the National Headquarters of the FRELIMO party.

4. Money, Circuits of Trade and the Socialisation of the Countryside

The principal new research project of the nucleus in 1983 was part of a short course for 24 students from the banks, internal trade, agriculture and the party, who in their work are directly concerned with problems of food distribution and marketing. The research project took place in Marracuene, a district providing both food and workers for the city of Maputo, and investigated the determinants of the market forces which lie behind "candonga". Analysis of the data and drafting of reports are currently being done.

Finally, the nucleus continued its annual course "Rural Economy" for students of the Faculties of Agronomy and Veterinary Science of the University, using research results of CEA investigations on the colonial economy and problems of socialist transition.

## SECTION B: THE HISTORY WORKSHOP

During the period under review the History Workshop was involved in a number of projects. The first was entitled "The National Liberation Struggle: From Nationalism to Socialism - Peoples' Power in the Liberated Zones". Within the framework of this project the following activities were undertaken:-

1. Field Work in the district of Mueda - Brigades of the History Workshop visited Mueda in order to conduct interviews with participants in the armed struggle. Of the 60 hours of interviews recorded approximately half have now been transcribed. Part of the information collected has now been published in editions of the journal "Nao Vamos Esquecer".
2. Interviews in Maputo with personalities linked to the nationalist movement - a list of personalities was compiled and interviews conducted with Bernardo Monwana (20 hours) and Enoque Limbo (10 hours). This material has now been transcribed.
3. Participation under the direction of the FRELIMO party in a joint project with two Swedish researchers, Lars Rudebeck and Bertil Egero. The theme of this project was Peoples' Power in Mozambique. The Workshop organised and participated in a field study on the functioning of the structures of popular power in the district of Mueda. The interview material collected has been transcribed and a research report is currently being elaborated. The Workshop is also preparing the chapter on Mozambique to be included in a forthcoming book to be edited by Bertil Egero on Peoples Power - dealing with the experiences of a number of countries, including Cuba, Vietnam, Guine Bissau, etc.

The second major project of the Workshop was a study of the Development of Cooperatives and Communal Villages in the District of Mueda. This project which emerged as a by-product of the first, has as its objective the study of the emergence of new social relations in the liberated zones during the period of the armed struggle and the process of socialisation in these areas in the post independence period. Two reports have been prepared; one dealing with the problems being encountered by communal villages in the current period and the other an in depth study of a pseudo cooperative similar in form to those encountered by FRELIMO in the liberated zones in the period 1968-70.

In addition to these projects the Workshop has produced the following publications:

- An Anthology of Readings on Colonialism and the Liberation Struggle. The first volume is currently in press after having been circulated for discussion and criticism in a photocopied version.

- The journal "Nao Vamos Esquecer". Two editions of the journal have thus far been published. The second planned for April 1983 however only appeared in January 1984 because of a breakdown at the printers.

Finally, it should be mentioned that the Workshop is responsible for the training of three Mozambican cadres. These participate in all aspects of the work of the nucleus - fieldwork, analysis and editing. They are also

each in the process of formulating individual training programmes.

#### SECTION C: THE SOUTHERN AFRICA NUCLEUS

The period under review has seen a considerable expansion in the Centre's work on the Southern African region in response to the increased demand from party and state structures. In order to cope with the increased workload the small ad hoc group working on regional questions was consolidated into a fully fledged nucleus within the Centre.

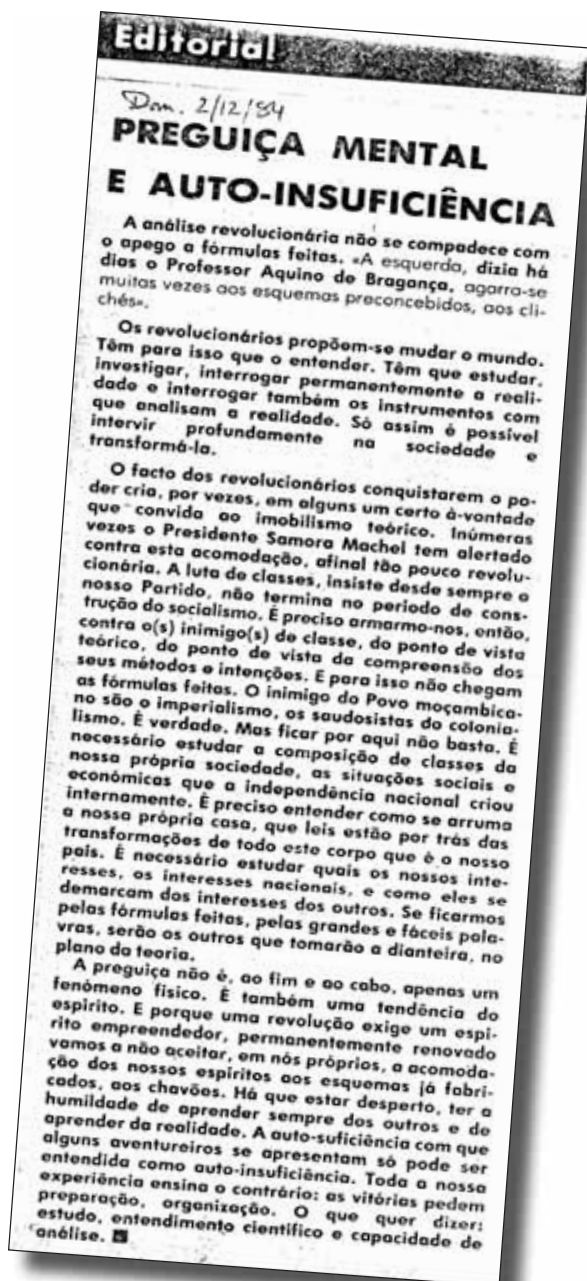
The nucleus has undertaken the following major projects:

1. Southern Africa Dossiers. Previous occasional surveys of regional developments were consolidated into an ongoing Dossier Service. These Dossiers are 5-10 page analyses of significant developments within Southern Africa. During the period under review 23 such dossiers have been produced. These covered inter alia: the organisations of the far right in South Africa, South African strategy in Namibia, economic relations between Zimbabwe and Mozambique, and South African strategy towards the ELS countries.
2. A reference manual on political and economic organisations in South Africa. The preparation of this manual occupied the major part of the nucleus' time over the period in question. The book will be published in English in two volumes by Zed Press in May 1984 under the title The Struggle For South Africa. A Portuguese edition is in preparation.
3. Regional Profiles. During 1983 the nucleus undertook a research visit to Swaziland and produced a 60 page "Profile of Swaziland".
4. Throughout the period the nucleus maintained a substantial teaching commitment. In 1982 this was carried out within the general framework of the Development Course. In 1983 the nucleus introduced a more specialised 13 week course on Southern Africa, attended by party and state officials themselves directly working on Southern African issues.

Arising out of its past work, the nucleus has just begun a new research project on "South African Strategy in the Southern African Region". This is a two year project, separately funded by SIDA.



Anexo 7 - Editorial: "Preguiça Mental  
e Auto-suficiência".  
Domingo.02/12/1994.









# Anexo 9: UEM/CEA de 1976-1985. Setembro de 1985. (Arquivo de Colin Darch)

---

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DE 1976 a 1985

MAPUTO  
SETEMBRO 1985

## SUMÁRIO

Situação Actual

Perspectivas Futuras

Apêndice A: O CEA de 1976 a 1985

Apêndice B: Actividades

### 1. A SITUAÇÃO ACTUAL

Apesar da diversificação do trabalho, o CEA continua a aplicar os princípios organizativos que sempre guiaram os seus trabalhos. O objectivo principal continua ser a necessidade de estudar os problemas de transformação socialista de produção dentro duma análise histórica da realidade Moçambicana no contexto da Economia política da Região. O CEA continua a divulgar os resultados dos seus trabalhos por meio de textos de apoio e relatórios postos à disposição de outras entidades de ensino dentro e fora da UEM. Apesar dum pessoal bastante reduzido o CEA esforça-se em manter um nível elevado de actividades de ensino e de investigação:

- Curso de Economia agrária juntamente com a faculdade de agronomia para alunos da faculdade de Economia;
- Apoio ao curso de licenciatura no Arquivo Histórico de Moçambique;
- Participação no curso para os Secretários de Economia de distritos na escola do Partido na Matola;
- Está programado para o segundo semestre um curso para a faculdade de economia sobre a África Austral, além do curso de Economia Rural de Mo-

- cambique para alunos de Veterinária, Agronomia e Biologia.
- Investigação sobre estratégia sul-africana na região;
  - Investigação juntamente com OIT sobre o Mineiro Moçambicano na África do Sul;
  - Supervisão de teses de licenciatura de quadros moçambicanos afectados ao CEA (2)
  - Supervisão de teses de licenciatura em história de docentes da UEM que estão a ensinar na faculdade de Antigos Combatentes e trabalhadores da vanguarda (3);
  - Supervisão de teses de licenciatura no Arquivo Histórico de Moçambique;
  - Seminário bi-semanal “Actualidades da África Austral” para quadros de formação.

A nível administrativo, o funcionamento do Concelho de Direcção e a entrada do senhor Teixeira Alves resolveram problemas agudos, mas outros tem surgido entre os quais se destacam:

- falta de uma linha estratégica de trabalho
- métodos de trabalho e organização de trabalho;
- recrutamento de pessoal moçambicano;
- necessidade de fazer melhor conhecer o CEA dentro e fora de Moçambique
- problemas de salários

O funcionamento actual do Centro de Estudos Africanos e as perspectivas para o futuro dentro da Universidade Eduardo Mondlane, só podem ser avaliados em termos de uma política de uma integração mais ampla das nossas actividades de ensino e de investigação com aquelas de outros departamentos e faculdades mantendo ao mesmo tempo as nossas tradições de métodos de trabalhar. Isto é, e sempre foi, a posição da base do CEA desde 1979.

## 2. PERSPECTIVAS FUTURAS

Na situação de crise enfrentada hoje pelo país há uma necessidade de consolidar aquilo que se tem feito dentro e fora do CEA na área de investigação social ligada à transformação da produção e as relações da produção, Hoje, talvez mais do que nunca, existe a necessidade de estudar e analisar os problemas enfrentados pelo país quer a nível interno quer a nível externo nos seus esforços de transformar as relações sócio-económicas da sociedade Moçambicana.

Ainda continua válida e muito a propósito a intervenção do Magnifico Reitor na ocasião da abertura da Conferência de Ciências Sociais (patrocinada pela UNESCO) em 1982, em que afirmava:



*Na África Austral a nossa estratégia em resposta à do nosso inimigo é a defesa e a reconstrução das nossas economias, na defesa político-militar da nossa soberania nacional e na defesa da nossa unidade económica e política dentro da região.*

Ao definir qual deve ser o papel do cientista social, foi implicitamente definido o papel do CEA dentro de uma Universidade engajada na transformação duma sociedade revolucionária:

*Nós, Moçambicanos pensamos que a nossa tarefa como cientistas e investigadores é compreender os meios para transformar as condições existentes na construção do socialismo.*

*Esta necessidade de mudar as condições não liberta das tarefas de estudar as condições: analisando-as, questionando, reanalisando e reinterpretando as nossas conclusões. Deve ser óbvio que a necessidade de acção social deverá reforçar a necessidade do estudo científico, A nossa tarefa é de fazer uma avaliação sistemática das condições sociais da nossa região, das suas forças, das suas contradições, das consequências de certas opções políticas, e mesmo de alternativas políticas.*

## **Apêndice A: O CEA DE 1976 A 1985**

### **De 1976 a 1979**

A ideia de estabelecer um Centro de Estudos Africanos cuja tarefa principal seria analisar a realidade moçambicana dentro do contexto da África Austral teve a sua origem nos debates entre nacionalistas moçambicanos e dos outros países de expressão portuguesa na década de 1950; as ideias que surgiram nessa altura serão mais tarde uma das fontes das reflexões feitas durante a Luta Armada de Libertação. Depois da independência e, em 1976, a criação da Universidade Eduardo Mondlane, encontrou-se nesta instituição um sítio possível para a concretização dum tal centro.

Na primeira fase, o Centro não tinha um corpo docente ou investigação próprio. Vários elementos dos departamentos universitários, tal como história, economia e outros, trabalhavam no Centro participando em determinados projectos de investigação, ao mesmo tempo que cumpriam com as obrigações nos seus departamentos ou faculdades.

Nesta primeira fase pensava-se organizar os temas de trabalho em volta dos estudos históricos sobre a Luta Armada de Libertação, sobre a África e foi neste contexto que surgiu o pedido de um trabalho sobre o Zimbabwe, na altura da Conferência de Genebra em 1977.

As condições de produção de textos sobre a economia política da então Rodésia (o prazo foi de seis meses) fez sentir uma necessidade de ter um pessoal próprio e de manter um relacionamento muito estreito por um lado, entre o ensino e a investigação e, por outro lado, entre os temas investigados e a realidade moçambicana.

O Centro não ia ser mais uma cópia conforme a tantos outros centros de estudos académicos. Como a própria Universidade, o centro seria chamada a contribuir a investigação e formar quadros do Partido e do Estado que apoiassem a transformação socialista da sociedade moçambicana. Dadas as condições em que a maior parte destes alunos encontravam-se, sendo trabalhadores a tempo inteiro, e dado o facto que, para a maioria, a educação universitária, era um luxo inacessível, o ensino organizado pelo que o centro exigiu uma pedagogia nova. A ideia central da metodologia era de considerar a universidade como tendo uma função de servir o processo revolucionário, e formando quadros capacitados na análise social económica dos problemas da transição socialista na RPM, que não se sentissem superiores ou acima da sociedade Moçambicana, mas que fossem capazes de quebrar com a tradição elitista predominante na Universidade.

Esta metodologia foi reforçada através de um a análise de história da FRELIMO que se fez nos primeiros anos de trabalho. Nessa altura o Centro não dispunha de um pessoal a tempo inteiro, mas antes de um colectivo formado por docentes de várias faculdades da Universidade, trabalhando em tempo parcial na investigação de questões específicas e de interesse imediato para o governo ou o Partido.

O Mineiro Moçambicano foi o primeiro produto importante desta fase de trabalho. Uma boa parte deste trabalho foi concluída durante as actividades de Julho. Nestas actividades trabalharam lado a lado, professores, alunos e trabalhadores. Foi a partir desta experiência que nasceram muitas das ideias que, mais tarde, constituíram a base dos princípios intelectuais e organizativos do Curso de Desenvolvimento; nomeadamente e sobretudo o da necessidade de combinar investigação e ensino, de ensinar a investigação investigando.

É importante notar que o processo de desenvolvimento dum corpo docente próprio resultou num desequilíbrio no que respeita à questão da formação de quadros docentes moçambicanos. O esforço feito pelo CEA para recrutar quadros nacionais não foi suficientemente apoiado pela UEM.

## **O CEA de 1979 a 1982: O curso de Desenvolvimento**

Como já dito, o Curso de Desenvolvimento surgiu também de uma reflexão feita sobre O Mineiro cuja lacuna maior foi falta de uma formação teórica de base e a falta de tempo para se criar um pensamento comum.

Neste período, o Curso de Desenvolvimento dominou de tal forma a vida do Centro que chegou quase a ser a sua *raison d'être*. O Curso tinha três objectivos principais:

- Introduzir um método de ensino através da investigação: nesta perspectiva a investigação era considerada como a prática da teoria que permitia tanto um aprofundamento do conhecimento como um reforço do impacto da análise teórica.
- Focar na investigação concreta que permitiria ultrapassar a fragmentação existente no ensino actual das ciências sociais, isto é fragmentação da ideologia desligada da prática por um lado, e técnicas desligadas da política por outro.
- Teorizar a realidade concreta moçambicana do ponto de vista da sua transformação socialista e assim produzir análises que pudessem contribuir aos processos da formulação de políticas de transformação.

Uma das implicações deste conceito de ensino foi a necessidade de envolver os alunos numa actividade colectiva englobando todos os passos de um projecto de investigação. De um modo geral pode-se dizer que a experiência do Curso de Desenvolvimento foi positiva. Em primeiro lugar proporcionou, a quadros do Partido e do Estado, na UEM, uma formação em ciências sociais baseada numa metodologia marxista. Em Segundo lugar o trabalho de campo foi uma inovação importante com efeitos políticos positivos porque permitiu aos alunos um contacto directo e criativo com vários aspectos da realidade moçambicana ao mesmo tempo que os introduziu a métodos de trabalho colectivos. Em terceiro lugar, deste trabalho resultaram textos de vários tipos e várias qualidades que constituíram para o próprio CEA e outras entidades pedagógicas dentro e fora da UEM uma fonte de informação sobre a economia política de Moçambique.

No entanto, da experiência do Curso surgiram uma série de questões pedagógicas que mereceram uma reflexão mais profunda:

- A maneira como era organizado o curso exigia um investimento de tempo bastante grande. Em média envolvia de 5 a 7 e às vezes mais professores, cada um assistindo as palestras do outro. A elevada correlação professores/alunos dificultaria a generalização deste método de trabalho;
- A concentração, aliás correcta, sobre a realidade moçambicana prejudicou, às vezes, um equilíbrio saudável entre trabalhos empíricos e análises teóricas. A pressão do material a ser tratado e assim do tempo disponível fez com que não era sempre possível tratar dos debates dentro do Marxismo com a necessária profundidade, o que talvez deu uma ideia demais simplificada duma metodologia caracterizada pela sua complexidade. Sobre este ponto, no entanto, continua a opinião de que o objectivo principal era introduzir um aparelho teórico poderoso, científico e portanto simples.

- A concentração do Curso de Desenvolvimento sobre os problemas prementes da transformação da economia colonial-capitalista e a investigação empírica de estudos de caso em vários sectores levou a uma certa negligência de contexto histórico e regional e de outros métodos de estudo e investigação; de documentos e material de arquivo.
- Recentemente, num encontro com antigos alunos do curso, foi apontado o fraco acompanhamento dos alunos e, talvez mais importante, a falta de contactos entre o CEA e os alunos depois do fim do curso.

## O CEA a partir de 1982

Com o crescimento do CEA e a expansão de novas áreas de trabalho como a criação da Oficina de História, surgiram novos problemas como:

- Qual devia ser o peso do curso de desenvolvimento em relação a outras actividades do CEA;
- Como organizar uma maior participação nas tomadas de decisões;
- Recrutar mais quadros moçambicanos;

Já antes do assassinato de Ruth First, necessidade de reflectir sobre estas questões, sobre as qualidades e fraquezas do Curso, tal como a sua aplicabilidade noutras situações tinha levado a que se reflectisse e experimentasse com novas formas de ensino e investigação.

O fim da concentração sobre os recursos sobre uma sobre uma actividade de ensino bastante intensiva, abriu a possibilidade de ampliar outros tipos de trabalho que, anteriormente, ocupavam um lugar secundário na actividade do CEA tais como os trabalhos sobre a África Austral e os da Oficina de História.

Apesar da brutal interrupção que a morte de Ruth First ocasionou no trabalho de ensino e de investigação, no trabalho organizativo e no impulso que ela deu ao colectivo, e não obstante o facto de que nos meses seguintes o CEA ter perdido 7 docentes, o seu trabalho continuou. A reorganização do CEA em 4 núcleos de trabalho reflectiu o desenvolvimento e uma expansão de trabalho em áreas diferentes e permitiu ultrapassar os problemas imediatos de administração diária.

Neste período, organizou-se um curso breve para 24 alunos vindos do Ministério do Comércio Interno e Agricultura, do BPD, do Partido etc. O tema central deste curso era 'Dinheiro e Circuitos de Troca'. Além dos trabalhos acima referidos continuou-se a leccionar o Curso de Economia Rural de Moçambique aos alunos das Faculdades de Veterinária e Agronomia. Iniciou-se uma série de aulas no âmbito dos Estágios da Faculdade de Economia. Fora da Universidade

continuou-se a dar palestras aos quadros do Porto, organizou-se um seminário e um curso sobre finanças para quadros da banca, participou-se no curso para primeiros secretários de distritos organizado pelo DDR do Ministério de Agricultura, e montou-se um curso experimental da Economia Rural para futuros instrutores dos Centros de Formação de Professores Primários. Organizou-se também um seminário para quadros da informação e outras estruturas do Partido e do Estado sobre África Austral.

A Oficina de História continua a focar os seus trabalhos sobre as Zonas Libertadas de Cabo Delgado mostrando assim quais podiam ser as vantagens de manter uma actividade numa só área geográfica.

Prosseguiu-se ao mesmo tempo a actividade de publicação e divulgação de relatórios e material de ensino. Saiu neste período “The Struggle for South Africa” editado pelo Zed Press em Londres. Saiu também o “Não Vamos Esquecer” n. 2/3 e os relatórios sobre a zona de contentores no Porto de Maputo, e a formação dos professores primários, além de uma série de novos textos de apoio. Estão nas últimas fases de preparação outros trabalhos como: A situação actual em Mueda 1982/1983; O poder popular nas antigas Zonas Libertadas; As cooperativas do planalto de Mueda; O Impacto do Mercado paralelo na produção e distribuição no distrito de Marracuene. Estão na imprensa o número 4 de “Não Vamos Esquecer” e o número 4 de “Estudos Moçambicanos”; está numa fase preliminar a preparação do trabalho sobre os circuitos de comercialização nos distritos de Mueda e Ibo.

A nível da direcção criou-se a partir de 1984 o conselho de direcção, um órgão de direcção colectiva dirigido pelo director do CEA e constituído pelos seguintes membros: o Vice-Director, o responsável administrativo, um representante do pessoal não académico e um representante de cada núcleo. Os encontros do Conselho de Direcção são semanais.

## Apêndice B: Actividades

### Na UEM:

Economia Rural: Faculdade de Veterinária, Agronomia, Biologia, Ministério da Saúde (Secção de Nutrição), anual;

História da África: Faculdade de Educação, 1982;

Aulas sobre a história das Zonas libertadas; Faculdade dos Antigos Combatentes e Trabalhadores de Vanguarda, 1983;

Licenciatura em História com especialização em documentação; Arquivo Histórico de Moçambique, 1984-85;

Curso de Desenvolvimento, 1979-1982;

Cursos sobre África Austral; Sobretudo para quadros ligados ao Ministério de Informação, Negócios Estrangeiros, Defesa, Partido, e UEM, várias vezes por ano, 1979- ;

Estágios de Economia: Aulas de preparação

Curso de Informática: Aulas sobre a Economia Política de Moçambique, 1983;  
Economia Agrária: Faculdade de Economia, 1985

### **Fora da UEM:**

1979

- Curso breve sobre Economia

1979

- Curso breve sobre a Economia Política de Moçambique Projecto sobre a produção de algodão em Moçambique, 79-81

1980

- Curso especial sobre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento ministrado ao membro do Bureau Político Armando Guebuza;
- Seminário para Docentes do Departamento de História;
- Projecto sobre a produção do chá na província de Zambézia;

1980 - 81

- Curso para quadros do Ministério de Agricultura - secção das Florestas;

1981

- Actividades de Julho com alunos da Faculdade de Educação, nas Zonas Libertadas de Cabo Delgado;

1982-83

- Projecto sobre a comercialização Agrária - Alto Molocué;
- Projecto sobre o transporte regional na África Austral (SIDA), Ministério dos Transportes;
- Cursos breves para quadros do Porto;

1983

- Cursos para quadros Comércio Externo e funcionários do sector bancário:

- Seminário sobre o papel das finanças no desenvolvimento socialista na PRM
- Curso sobre as cooperativas em Namaacha
- Curso para os guardas fronteiras
- Curso experimental para a formação de professores primários: Ministério de Educação
- Curso sobre Candonga

1985

- - Curso de Economia para Secretários Distritais na Escola Central do Partido.

-

### **Organização de Conferências Internacionais**

1982

- Co-organizador da Conferência da UNESCO:

### **Colaborações diversas com docentes estrangeiros**

1980

- Robert Linhart. Investigação nas empresas TEXLOM, TEXMOC;

1980 - 81

- Phil Raikes e Thygve Orvoldson CEA/CDR Copenhague

1982 - 83

- Valdimir Zamparoni. Projecto sobre o nacionalismo e as trajectórias politico - ideológicas de "O Brado Africano" 1908 - 1932

1983

- Christine White. CEA/IDS Sussex. Estudos sobre as mulheres nas Zonas Verdes de Maputo

### **Participação em Conferências Nacionais e Internacionais**

1980

- Seminário sobre Aldeias Comunais;
- II Conselho Alargado do GODCA;

1981

- Lesotho: South African Universities Social Sciences Conference
- Zimbabwe: Multinationals and Development;
- Swazilandia: Convite para dar palestra



1982

- Firenze: Democracia no Terceiro Mundo, Instituto Gramsci;
- Mueda: Seminário com técnicos de projectos F09;

1983

- Minneapolis: Conferência sobre o nacionalismo e revolução nas antigas colónias de Portugal;
- Seminário sobre as águas em Cabo Delgado;
- Examinador Externo para ISD Universidade de Dar-es-Salaam (1983-84-85)
- Palestras em memória de Ruth First;
- Dar-es-Salaam: centenário da Morte de Karl Marx;
- Mueda: seminário com técnicos do projecto F09
- Beira: O significado da Luta Armada hoje, tema de encontro com jornalistas e funcionários da informação;

1985

- Harare: Transfer of Power;
- Uppsala: Dependency Relations and Development Assistance for Economic Independence in Southern Africa;
- Kampala: Mawazo workshop: "Which way Africa?"
- Dar-es-Salaam: History Teachers' Conference;
- Addis Abeba: 6<sup>th</sup> conference of the Africa Association of Political Scientists

## Anexo 10 - "Entrevista com o Camarada Reitor"



# ENTREVISTA com o C.<sup>DA</sup> REI

Ao iniciarmos um novo ano, achamos importante lembrarmos as principais realizações levadas a cabo na Universidade - No sentido de lhe dar um novo conteúdo, de fazer do U.E.M. um instrumento do Poder Popular - E perspectivar o actividade futuro. Nesse sentido, o Camarada Reitor concedeu uma importante entrevista a O MOBILIZADOR, que a seguir o transcrevemos na íntegro.

**MOB.** - No discurso do 1.º de Maio de 1976 o Camarada Presidente da FRELIMO traçou orientações gerais para a Universidade Eduardo Mondlane. Posteriormente o III Congresso da FRELIMO deu Directivas.

Podem-nos fazer um breve balanço das principais realizações havidas no sentido de cumprir essas orientações?

**C.R.** - A grande orientação, decorrente do processo revolucionário, é a de inserir a Universidade no seio do Povo, de o servir e junto dele buscar inspiração.

Penso que grande parte das decisões tomadas no decurso dos anos 76 e 77 foram efectivamente orientadas com esse objectivo. A realização de cursos Propedéutico para trabalhadores, depois de 8 de Março para estudantes e os cursos de formação de professores do Ensino Secundário, enquadraram-se nesse contexto. Os Seminários Pedagógicos, em que participaram elementos dos sectores produtivos, a preparação de novos currículos, novos métodos de ensino, nova selecção de quadros cooperantes, a legislação que permite utilizar racionalmente os poucos recursos humanos que formamos, ligando-os a prática e responsabilizando-se a Universidade mesmo após a sua saída dos bancos das faculdades, são também parte desse processo.

As Actividades de Julho nas fábricas e aldeias comunais, a maior frequência de estágios e sua obrigatoriedade em 1978 em Unidades de Produção, irão também melhorar, creio, essa ligação da teoria à prática.

O número, talvez excessivo nalguns casos, de serviços que a Universidade presta, são também uma forma de participação activa e imediata nas tarefas de Reconstrução Nacional.

A elevação do nível de formação política, com cursos básicos obrigatórios de

matérias científicas, vai também permitir a curto prazo integrar aquelas actividades atrás mencionadas dentro de uma consciência profunda do papel da Universidade no momento actual e no futuro.

Estão a criar-se as condições para implementar a entrada massiva de operários e camponeses na Universidade; neste momento estudamos a forma como isso se irá realizar.

O conjunto destes factores, além daqueles que decorrem da actividade imediata da Universidade, o ensino, associado em breve ao reinício da investigação científica organizada e planificada, penso que são resposta à vossa pergunta.

**MOB.** - Ainda dentro do balanço, quais as relações estabelecidas a nível internacional com países amigos no campo do Ensino Superior?

**C.R.** - Assinamos o acordo de amizade com a Universidade Amizade dos Povos "PATRI CE LUMUMBA", participamos na Associação Africana das Universidades e na Associação Internacional das Universidades, além de termos acordos entre faculdades com várias Universidades Africanas.

No ano de 77 vimos chegar o primeiro grupo de professores cubanos que se juntaram a outros grupos de países amigos e esperamos poder em breve fazer mais alguns acordos de amizade com outras Universidades.

No campo do Internacionalismo Militante, temos estudantes de vários países amigos como a China, Coreia e Timor-Leste e movimentos de libertação A.N.C. e Frente Patriótica do Zimbábue.

**MOB.** - O processo de transformação é contínuo, existem muitas tarefas por realizar. Quais os principais problemas e preocupações da nossa Universidade nesta altura e quais as perspectivas de solução e satisfação dos mesmos no presente ano?

**C.R.** - Já acumulamos uma longa experiência durante estes 3 anos; necessário agora que a analisemos. Não era possível fazer mudanças profundas dum ano para outro, não poderíamos ter levado a cabo mudanças profundas logo em 1975 ou nos anos que se seguiram. Com as experiências tidas e com as orientações traçadas quer pelo Camarada Presidente quer pelo III Congresso, vamos planificar a nossa actividade. Tal como a nível do Partido e o

## (Entrevista a Fernando Ganhao). O Mobilizador.

# TOR

**„QUERIA APELAR A QUE TODOS SE ENGAJASSEM PROFUNDAMENTE NAS SUAS TAREFAS DOCENTE, DISCENTE E DE APOIO AO ENSINO, MELHORASSEM COM O SEU ESFORÇO A SUA CAPACIDADE TÉCNICA, CIENTÍFICA E POLÍTICA”**

ano da **ESTRUTURAÇÃO**, no campo do Aparelho do Estado é o ano da **PLANIFICAÇÃO**. Assim teremos um Gabinete de Estudos que enquadrará uma Comissão Pedagógica (permanente) que estudará todos os diversos problemas pedagógicos; uma Comissão para a formação do Corpo Docente que traçará a estratégia e tática da formação do Corpo Docente Nacional, incluindo o problema dos monitores; uma Comissão de Investigação Científica— as solicitações tidas tem impedido que os tempos livres de docência dos nossos trabalhadores científicos sejam dedicados a investigação— não podemos formar docentes livresmente, é necessária a investigação, portanto esta Comissão trabalhará estreitamente ligada com a Comissão do Corpo Docente; Comissão Técnica que tratará da formação do nosso pessoal, reciclagem e distribuição do mesmo, esta Comissão estará ligada ao CCP; Estudar-se-á ainda a expansão física da U.E.M. para aumentar a nossa capacidade docente.

O que faz viver a Universidade são os estudantes. Actualmente o seu número é reduzido e constituído por indivíduos que só podem dedicar pouco do seu tempo à U.E.M.; o Decreto 1/78 regulamenta esta questão, embora não resolva todos os problemas nem faça com que o estudante possa dedicar todo o seu tempo à Universidade, mas cria as bases para a médio prazo disciplinemos a utilização dos estudantes universitários.

Vamos realizar um novo seminário Pedagógico e nos próximos tempos realizaremos um anualmente.

A nível do Partido vamos integrarmos na Campanha de Estruturação. É necessário estruturar o Partido na U.E.M. de forma a que este dirija efectivamente a Universidade.

**MOB.**— As estruturas políticas da Universidade preparam a reunião geral de militantes para fins de Março. Como enquadra esta reunião no processo de transforma-



ção da U.E.M.?

**C.R.**— Espero que se faça uma síntese o mais profunda possível do trabalho realizado (dos fracassos e sucessos). Que se procure analisar com profundidade os problemas e as pessoas não se percam nos pequenos acidentes, seja feita uma programação sujeita às orientações do Partido. Queria que se criassem condições para a implantação do Partido na U.E.M. Neste sentido dever-se-á consolidar as Estruturas Democráticas de Massas pois, tarefas de índole social passarão para estas e caberá aos futuros Comités do Partido o trabalho de formação e mobilização política.

**MOB.**— Terá o camarada Beitor algo que queira transmitir através d' O MOBILIZADOR?

**C.R.**— Queria apelar a que todos se engajassem profundamente nas suas tarefas docentes, discentes e apoio ao ensino, melhorassem com o seu esforço a sua capacidade de técnica, científica e política de forma a melhor servir o Povo a melhor dar o seu contributo às tarefas de reconstrução Nacional e de combate a acção do inimigo interno e externo.

Mobilizador - 7

**Anexo 11 - UEM, Comissão Nacional para a UNESCO, CEA. Reunião de Especialistas sobre os Problemas e Prioridades na Formação em Ciências Sociais na África Austral. Maputo, 9-3 de Agosto de 1982.  
(Arquivo de Colin Darch)**

---

*Universidade Eduardo Mondalane  
Comissão Nacional para UNESCO*

*Centro de Estudos Africanos*

**REUNIÃO DE ESPECIALISTAS SOBRE OS PROBLEMAS E PRIORIDADES NA  
FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA ÁFRICA AUTRA**

**Maputo, 9-13 Agosto 1982**

**Para uma História de Luta de Libertação de Moçambique: Problemáticas, Metodologias, Análises**

**Pela**

**Oficina de História do Centro de Estudos Africanos**

## **PARA UMA HISTÓRIA DA LUTA DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: PROBLEMÁTICAS, METODOLOGIAS, ANÁLISES**

Iniciado em 1979, por iniciativa e sob supervisão de Aquino de Bragança, o estudo da história das Zonas Libertadas atingiu agora um ponto em que se torna necessário refletir sobre o impacto dessa história, bem como sobre as lições que podem ser tiradas dela sobre como pode se investigar e divulgada.

As nossas investigações de campo, no ano passado e neste, foram desenvolvidas nas antigas zonas libertadas da província de Cabo Delgado. O seu objetivo era estudar, através da recolha das histórias pessoais e documentos escritos, e da análise de algumas aldeias comunais e cooperativas, as origens da implementação da FRELIMO, os inícios da Luta Armada e a sua transformação numa guerra de libertação com base popular.

Este documento constitui uma tentativa de sistematizar, embora esquematicamente, algumas questões que podem ser colocadas, questões essas que devem ser consideradas, reflectidas e debatidas num empreendimento deste tipo. Porque sete anos depois da independência o contexto do estudo não pode continuar a ser limitado ao período da própria Luta Armada. Esse contexto deve ser alargado sem que, no processo, se perca a nitidez das lições históricas específicas de luta armada.

Por se tratar de uma tentativa inicial de sistematização é provável que lacunas, omissões, e uma certa falta de rigor caracterizem este trabalho. Por isso, ele é apresentado com o espírito de estimular e encorajar a expressão de diferentes opiniões.

Com vista a assegurar uma representação mais clara, este documento tratará sucessivamente dos pontos seguintes: problemáticas, metodologias e análises. Deve notar-se que, por vezes, será difícil determinar as fronteiras precisas entre estas três esferas de discussão, pela simples razão de, a maior parte das vezes, existir uma relação dialéctica próxima entre a formulação de uma problemática, as análises derivadas dela e as fontes utilizadas.

### **I - Problematização**

Antes de se tentar formular uma problemática pode ser útil considerar alguns dos factores em relação aos quais é necessário estar em alerta. Aqui, a questão



em foco é decidir quais serão os elementos determinantes na constituição de uma problemática geral.

Com a transformação da FRELIMO, (no 3 Congresso, 1977) num Partido Marxista-Leninista de vanguarda, a FRELIMO começou a ser indentificada com um grupo bem definido de Partidos comunistas. Esta identificação tem, consciente ou inconscientemente, provocado desde logo comparações implícitas ou explícitas com outros partidos comunista. Estas comparações, embora possivelmente tenham um carácter esclarecedor para a construção abstracta ou ideológica da história comunista internacional, podem prejudicar uma compreensão *ad hoc* das histórias de partidos locais ou regionais específicos. Isto poderá aplicar-se especialmente no caso de um partido como a FRELIMO, completamente novo na sua génese e desenvolvimento num continente marcado pelo esclavagismo e pelo colonialismo. Este tipo de preconceito pode levar a que a história de um partido ou de um país particular ou específico como a FRELIMO ou Moçambique seja vista através aproximações e associações, mas não através de uma análise directa, cometendo-se assim um erro típico dos historiadores ideológicos que ainda pensam em termos das problemáticas dominantes durante o período colonial: a história dos colonizados ou não existia ou, se existia, era apenas vista através da história dos colonizadores.

Da mesma forma, constata-se na esquerda (que aqui dá a mão à direita) tendências para classificar partidos novos como a FRELIMO com base nas suas alianças com este ou com aquele país socialista. Ainda mais especificamente, durante a Luta Armada considerou-se mais conveniente caracterizar a FRELIMO como um movimento que seguia este ou aquele “modelo” socialista. Estas caracterizações não devem ser encaradas como meras declarações ideológicas, sem quaisquer consequências ou sem uma base social concreta. Elas são resultado de contextos sociais teóricos estreitamente ligados a utilização de determinados instrumentos metodológicos e analíticos.

Assim, a nossa premissa é que os contextos teóricos e as suas problemáticas são moldados e determinados pelas relações de classe prevalentes no contexto especial ou temporário escolhido para o estudo. A importância deste ponto não pode ser exageradamente sublinhada, tendo-se em conta o aumento da distância, desde o início dos anos 1960, entre os projectos ideológicos para a descolonização da história africana, e a consolidação do poder de burguesias africanas cujos interesses objectivos exigem uma oposição de facto a estes projectos.

A historiografia do continente nos últimos vinte anos prova que o seu contexto teórico e ideológico dominante - história afrocentrista contra a história eurocentrista: iniciativa africana contra iniciativa europeia; colaboração africana contra resistência africana; africano moderno contra o africano tradicional; abordagens do tipo balanço (p.ex. escravatura, colonialismo), etc., não apresentou rupturas radicais em relação àquela que predominou durante a dominação colonial. Registaram-se apenas reacções à negação da história africana. Estas reacções não levaram à elaboração de um contexto contendo os seus próprios instrumentos de pesquisa capaz de libertar a história africana da sua dependência e subjugação. Isto foi evidente não só em termos culturais mas ainda mais em termos políticos. De facto, reflectia a base e os interesses da classe dos que detinham o poder. Quais devem ser os principais pontos a considerar para elaboração de um tal quadro teórico?

1. O desenvolvimento de uma consciência histórica, a par da produção de conhecimento histórico que se concentre de uma forma clara no papel central desempenhado pelas classes produtivas. Em Moçambique, as classes produtivas devem ser compreendidas não apenas como produzindo bens materiais, mas antes, o que é mais importante, como tendo produzido as zonas libertadas, ou seja, tendo produzido um Estado alternativo, que no contexto da Luta Armada nasceu do esforço consciente da direcção no sentido de criar uma alternativa democrática, popular e revolucionária ao Estado colonial. Assim o carácter central das classes produtivas em Moçambique é uma realidade histórica que resulta de uma fase histórica concreta, e não apenas um projecto para o futuro para o qual a independência foi apenas o primeiro passo.
2. Porém, este carácter central não se reproduz necessariamente. Se isto acontece ou não, depende da criação de condições adequadas tanto nos locais de produção como no aparelho de Estado.
3. A concentração nas classes produtivas implica uma rejeição da sua **antropologização** - o que não é um perigo a ser ignorado, num continente que foi e ainda é um terreno favorito de trabalho para a antropologia. Essa rejeição deve ser tão ambígua quanto possível, devido a tendência da disciplina para relegar os camponeses pelo seu aspecto tribal, evitando assim uma avaliação do seu papel e posição no processo histórico em curso.



4. Uma vez aceites os objectivos de construir o que se poderia descrever como uma história popular com base de classe, e necessário levá-los a prática. Este passo exigiria um estudo cuidadoso da metodologia e análise a serem utilizados. Porque, tal como acontece no que respeita ao contexto teórico, também aqui se registam tendências para práticas metodológicas e analíticas que, embora adequadas e sofisticadas em termos de recolha, processamento e divulgação, podem ser contrárias aos objectivos expostos no ponto 1).
5. Tal como sugere o título, o carácter central das classes produtivas não deve levar a uma aboragem exclusivista. Uma história de luta armada que apenas se concentre nas Zonas Libertadas ou se limite ao período da própria Luta Armada correria o risco de transformar ambos estes aspectos históricos em peças de museu. Uma das condições para evitar uma tal fossilização da história reside numa problematização das fontes que ultrapassam os bem conhecidos critérios da credibilidade, verdade, fonte primária, fonte secundária, fonte oral, fonte escrita, etc. Estes critérios de um modo geral ignoram ou pior, partem do pressuposto que está já colocada e resolvida, a questão daquilo que poderia ser chamado a marca de classe ou carácter de classe das fontes.

Deve ser lembrado que o facto de se respeitar estes objectivos ou linhas de actuação na problematização de uma história de libertação nacional não levará necessariamente à produção de uma história que seja, ao mesmo tempo, uma avaliação do processo histórico, uma questão levantada pela situação actual e uma perspectiva esquemática para lutas futuras. Resumidamente, a produção de uma história criativa e viva que contenha em si a problemática, métodos e instrumentos analíticos para assegurar respostas revolucionárias para a mudança de situações concretas. Felizmente, esta responsabilidade última não compete aos historiadores, mas antes aos produtores directos da História.

No entanto, isto impede esforços da parte dos historiadores no sentido de contribuir para a concretização destas histórias.

O projecto desta Oficina de História no sentido de centrar os seu esforços iniciais na história das Zonas Libertadas deriva de facto do óbvio de a luta Armada, que entre 1964 e 1974 afectou as partes Norte e Oeste do país, ter sido e continuam a ser um episódio Central na história da Luta de Libertação Nacional. A importância do papel da Luta Armada assenta ainda em duas premissas principais:

1. É crucial aceitar desde logo que o teste de uma problemática adequada deve partir do que foi conseguido durante a luta armada;
2. A luta arma deve ser estudada em termos de sua própria dinâmica, e não em termos de referência ou comparações exteriores. Apenas respeitando se essas dinâmicas na produção de conhecimentos históricos se evitará tanto a armadilha dos “modelos” como será possível reinventar constantemente as suas problemáticas com vista a renovar as suas análises.

## II - Métodos: com vista a democratização e a popularização

### 1- História Oral

Devido ao hábito, à tradição e ao engajamento ideológico, a pesquisa histórica e académica (burguesa) tem sido dominada por métodos que são, em parte, um produto da dominação das burguesias. A manutenção dos registos escritos, o domínio das técnicas de pesquisa e de escrita, e a aplicação de leis que mantêm estes registos fora do alcance dos investigadores durante um certo número de anos, são apenas algumas práticas mais visíveis das muitas anti-democráticas. A popularidade crescente da história oral está, no entanto, a minar estas práticas. No que respeita a história de África ou, na Europa, à história dos operários, camponeses e mulheres, a ruptura parcial com estas práticas tem sido provocada pelo facto de a história oral dar mais peso aos testemunhos das classes produtivas e oprimidas. Ruptura parcial porque, em todos estes casos - história de África, histórias dos trabalhadores, camponeses, mulheres, - o contexto dominante é de facto um em que as classes dirigentes têm procurado constantemente a expropriação da riqueza material com a apropriação das histórias daqueles que produziram aquela riqueza.

Democratizar e popularizar a história da Luta de Libertação Nacional em Moçambique não é um projecto abstracto, mas algo que já foi conseguido historicamente através da criação das zonas Libertadas (que são em si resultado de um longo processo). A consciência destas conquistas nas zonas libertadas surge em muitas das entrevistas. Nestas entrevistas regista-se um padrão visível na estrutura das recordações. Estão longe de ser esquecidas as experiências destas zonas, como as que permitiram a consolidações da unidade dos soldados com o povo, como o facto de o povo que não tinha qualquer voz, os “não existentes” dos tempos coloniais, apenas poder expressar nas assembleias e comités, e tomar também parte nas decisões que afectavam as suas próprias vidas.

Estas lutas tornaram-se ponto de referência para uma reflexão sobre o presente, devido às iniciativas daqueles que desenvolveram a luta no sentido de transformar as suas próprias vidas, o seu registo será difícil de manter numa simples forma manuscrita. Porque a luta Armada teve o objectivo de transformar as relações então prevelecentes, a memória colectiva habituou-se a lembrar o passado bem como a determinar se esse passado serviu o presente, e até que ponto, ou se, pelo contrário, o presente traiu o passado. Num sentido, esta forma particular de conceptualizar a Luta Armada pode ser um dos juízes e críticos mais severos - embora por vezes injusto - do presente.

A recordação constante da Luta Armada pelas pessoas que nela combateram pode ser encarada como um exercício narcisista de auto-glorificação, ou como uma posição arrogante em relação a todos aqueles que não participaram na luta. Mesmo se esta fosse o caso - e não é -, existiria ainda a virtude crucial e proeminente de se levantar a questão de como a situação nas zonas libertadas de hoje se compara com a situação de antes de 1975. Este tipo de visão histórica pode ser bastante perturbante, na medida em que tende a ir contra a um registo ritualizado da luta. Para além disso, a ideologia contida nesse tipo de recordação é definitivamente diferente da ideologia pequeno burguesa encontrada nas cidades. Enquanto que, nesta última, se fazem frequentemente comparações entre os tempos coloniais (“quando havia tudo”) e o presente, na primeira, a comparação é entre a luta armada (referida com orgulho) e o presente.

E, o que é interessante, muitos dos participantes da luta armada lembrar-se-ão dela como um período de grandes sofrimentos, possivelmente maiores mesmo ( embora seja difícil medir esse tipo de coisa ), que os suportados durante o período colonial, mas com a diferença importante de os sofrimentos sob o regime colonial terem sido impostos brutalmente com o objectivo de reprimir, humilhar e explorar, enquanto que o sofrimento suportado durante a Luta Armada foi aceite como sendo parte do preço que era preciso pagar com vista a acabar com a repressão, a humilhação e a exploração

## 2- Procura de fontes, sua selecção e utilização

### A - Contexto global e fontes coloniais

Como já referimos, na perspectiva de se procurar reproduzir uma história da luta da Libertação Nacional em toda sua diversidade, é essencial não nos concentrarmos apenas no que aconteceu nas Zonas Libertadas. Como é bem conhecido, mesmo nas Zonas Libertadas - Lourenço Marques, por exemplo - um grande

número de moçambicanos procurava, de diversas formas, combater o colonialismo português. Por exemplo, no período que precedeu a fundação da FRELIMO, assistiu-se à emergência de diversas organizações clandestinas, semiclandestinas e não-clandestinas, formadas para confrontar directa ou indirectamente o sistema colonial português.

Uma compreensão total deste período exigiria também uma análise do contexto geral da luta no continente. Numa série de relatórios, datados de a partir de 1954, constata-se que um certo número de administradores coloniais de Cabo Delgado estava preocupado com “Influência” da situação em África, isto desde a insurreição Mau-Mau no Quénia à contituição da Federação das Rodésias e Niasalândia, do Egipto de Nasser, a indepência do Gana, de Lumumba, no Congo, à independência da tanzaniana.

Mais especificamente, com base na maioria das entrevistas, torna-se claro qua a história da luta política pela independência na Tanzania, e particularmente a criação dos sindicatos e da TANU em 1954, inspiraram tanto ideologicamente ( a necessidade de unidade para Uhuru ) a organizações e uniões que já existiam no seio dos diferentes grupos (tanto de classes como de tribais) de moçambicanos, tanto no país como fora dele. Particularmente, o Presidente Nyerere parece surgir nesta fase como um líder carismático, como um inspirador da necessidade de unidade, e como um inimigo simbólico da administração colonial portuguesa.

O Estado colonial não conseguiu compreender totalmente que não era a influência externa a causa fundamental da consciência política crescente, mas antes as formas internas de expressão e exploração. Pode ser citado um exemplo com base na investigação que foi desenvolvida no Planalto de Mueda no período que precedeu imediatamente a formação da FRELIMO. Em meados dos anos 50 a constituição de cooperativas indigenas em Zavala e, em geral, na parte Sul do país tinha dado “bons resultados”, de tal forma que que o governador-geral começou a investigar se essa política poderia ser estendida a outros distritos de Moçambique.

As cooperativas foram consideradas como um sucesso na medida em que deram ao Estado colonial vantagens, como afirmou o administrador de Zavala:

*“Prevenir e encaminhar o surto de novas condições sociais resultantes da expansão económica dos agricultores em regime individual que, em Zavala, obtinham já rendimentos já apreciáveis.” E, por outro lado, “criar novos laços sociais que se harmonizem com a nossa política de*

*assimilação e sirvam para substituir os vínculos tribais em vias de desaparecimento”.*

Assim, permitiu-se as cooperativas que produzissem mais para a consolidação da economia colonial, para melhor controlar a população à medida que os laços tribais se deterioravam e para promover uma espécie de classe média camponesa aliada à administração portuguesa.

Esta política não foi aceite por todos os diversos componentes da administração colonial com o mesmo entusiasmo. A SAGAL, a companhia concessionária do algodão na circunscrição dos Macondes, apoiou inicialmente esta política, enquanto que o administrador expressou repetidamente diversas dúvidas, os régulos, cujas gratificações derivavam em parte do número de recrutados para as plantações de sisal (Mpanga) estavam longe de se sentirem entusiasmados; os proprietários das plantações de sisal, para quem a extensão do cultivo do algodão correspondia a uma menor disponibilidade da força do trabalho, eram fortemente contra aquela política. Por outras palavras é importante não se perder de vista estas diferenciações e contradições internas.

Entre 1957 e 1959 os talhões de algodão organizaram-se de facto numa sociedade voluntária (a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, ou “Lingualanilo” em Maconde) através de um grupo dirigido por Lázaro Nkavandame, mas verificou-se uma certa relutância da parte do administrador Soares no sentido de lhes conceder um estatuto de cooperativa. O administrador Soares escreveu ao Governador:

“Em minha opinião não julgo o indígena Lázaro, nem tão pouco os seus associados, com maturidade bastante para a constituição de uma cooperativa.” (19 de Dezembro de 1959)

O sucesso na produção e em evitar que a população emigrasse para as terras “subversivas” da Tanzânia, que então se encontrava em vésperas da independência, pareceram convencer a administração Central de que empresa tinha algumas vantagens. E, num documento do distrito de Cabo Delgado, datado de Setembro de 1959, pode ler-se:

*“O Governador Geral tem conhecimento da cooperativa (em organização) dos cultivadores de algodão dos macondes que, por enquanto deverá ser acompanhada e vigiada.”*

Por outro lado, nessa altura, o sucesso económico da Lingualanilo tinha antagonizado a SAGAL, cada vez menos capaz de impor os seus próprios preços discriminatórios aos cooperativistas locais. Por mais controversa que a Administração considerasse a política de favorecer as cooperativas indígenas como meio de reforçar o seu domínio sobre a população para “fazer ver à massa indígena que estamos aqui para ficar”, as cooperativas no Planalto foram a forma através da qual as pessoas começaram a trabalhar juntas e também a discutir a unidade e a independência. Depois de 1962, elas asseguraram a rede para a expansão dos cartões de membros da FRELIMO.

O que emerge na confrontação das fontes coloniais e das fontes orais é que, em ambas, não se regista um acordo total entre os intervenientes. As fontes coloniais reproduzem as contradições internas do sistema, e as fontes orais refletem-nas em parte. As fontes coloniais descrevem a formação das cooperativas como um processo concebido, comandado e executado por níveis superiores - uma movimentação táctica do Estado colonial com vista a preservar o seu poder. As fontes orais insistem, pelo contrário, na iniciativa de um grupo de pessoas que, em 1957, se juntou - retornados do Tanganica, professores e catequistas de missões católicas e simples camponeses - para começar a cultivar o algodão. Estas fontes sublinham que a inspiração veio do exemplo de Tanganica, ou seja, a necessidade de atingir inicialmente uma unidade em formas simples e viáveis, com vista a organizar a luta pela independência.

É desnecessário dizer que os informadores orais também estão longe de estar de acordo entre si; alguns sublinham preferencialmente as vantagens económicas que poderiam vir das cooperativas organizadas, outros o seu significado e objectivos políticos. Por outras palavras, emerge aqui uma contradição delineada em termos de classe e que virá a declarar-se nos primeiros anos da Luta Armada em 1965-1966.

Assim, os documentos coloniais - em grande parte ainda desconhecidos -, longe de serem negligenciados, devem ser analisados, começando-se pela problemática colocada pela luta de libertação. O sistema colonial não foi combatido apenas com armas, mas também através de um processo difícil de aprendizagem da reprodução contínua da ideologia, práticas, e soluções coloniais sob formas diferentes, e contra elas. Apenas através de uma confrontação dialéctica das fontes é possível combater com sucesso: 1) a tendência para a dominação do documento escrito; e 2) o contexto ideológico que molda as fontes.

## B - Fontes da linha da frente

A discussão nesta secção, tal como, de facto, em todo este documento, não abordará duas fontes sem as quais qualquer história com este âmbito seria mais que incompleta: uma exploração sistemática entre aqueles que constituíram a vanguarda da Luta Armada; a direcção político-militar da FRELIMO, e os soldados das FPLM.

Existe uma dificuldade óbvia na categorização adoptada aqui, nomeadamente no que respeita a determinar onde se localiza precisamente a fronteira entre linha da frente e o restante. De momento, a linha da frente incluiria todos aqueles que participaram directamente na luta político-militar contra o regime colonial.

É lógico dizer-se que o processo histórico e os seus autores ditam habitualmente as fontes a serem consultadas. Mas a historiografia colonial, entre outras, demonstra muitas vezes que esta lógica é habitualmente determinada pela classe ou classes no poder. Alargando-se o contexto analítico das Zonas Libertadas para uma história de Libertação Nacional, o resultado imediato é um enriquecimento da primeira.

Nas primeiras fases da pesquisa registou-se, por exemplo, uma tendência para procurar os testemunhos daqueles que se podiam chamar de combatentes da linha da frente: soldados, milicianos, dirigentes político-militares, pessoas que continuaram a viver em Cabo Delgado, mulheres do Destacamento Feminino. Para confrontar as suas experiências procurou-se fazer entrevistas com membros do grupo chamado dos “regressados”, ou seja, todos aqueles que vieram em massa da Tanzânia em 1975, mas que não se tinham juntado as fileiras da FRELIMO. Estas entrevistas não chegaram, porém a realizar-se porque ninguém queria ser conhecido como “regressado” devido a conotação negativa que se atribuía a esse grupo.

Porém, recentemente, (Presidente da Aldeia Namaua, em 13 de Julho de 1982) descobriu-se que entre os regressados havia antigos trabalhadores das plantações de sisal da Tanzânia, que durante a Luta Armada tinham pago uma contribuição mensal de 25 shilings à FRELIMO. Isto significa que era necessário prestar maior atenção ao utilizar o termo “regressados”. Este grupo incluía certamente elementos que não tinham estado de forma alguma interessados nos objectivos da FRELIMO, mas que estavam preparados para tentar beneficiar da vitória; mas incluía também trabalhadores das plantações de sisal que tinham apoiado voluntariamente a Luta Armada através da sua contribuição financeira.



De forma idêntica, uma história de relacionamento entre homens e mulheres não se pode concentrar apenas num estudo de antigos membros do Destacamento Feminino. O papel das mulheres durante a Luta Armada não tem sido alvo de importância e atenção que merece. Porque, para além das suas responsabilidades habituais de tomar conta das crianças e preparar comida para a família, muitas delas desempenharam também tarefas necessárias ao desenvolvimento da Luta Armada: transporte de material de guerra, cozinha para as brigadas de transporte e soldados, etc. Não é pouco habitual ouvir-se mulheres contarem como desempenhavam ambas as tarefas, e como isso era difícil.

Seria perigoso generalizar com base numa única história pessoal, mas a seguinte resume uma imagem muito aproximada do que era a vida de muitas mulheres:

*“Nasci em 1956, filha de pais católicos. Fui para escola até ao terceiro ano. Depois deste ano (quando tinha mais ao menos 10 anos) que fugi para Tanzânia..... Na nossa terra sofriamos muito. A minha mãe costumava bater-me muito. Ela castigava-me obrigando-me a sentar me num canto limpando o sisal. Em 1966 segui os ritos de iniciação e em julho de 1967 entrei para o destacamento feminino (criado pela FRELIMO em 1967 para organizar a participação das mulheres na luta numa base de igualdade em relação aos homens). Apartir dessa altura os meus sofrimentos intensificaram-se. Acontecia muitas vezes ficarmos um ou dois dias sem água. Em Fevereiro de 1969 fiquei grávida pela primeira vez. Em Outubro foi o nascimento. O homem responsável recusou-se a reconhecer a paternidade. Duas semanas depois, um tio dele comprou uma peça de tecido para eu carregar o bebé. Ao saber isto, o pai da criança veio tirar-me a peça de tecido, dizendo que o seu tio não tinha qualquer direito de me dar uma capulana e que, de qualquer maneira, filhos e filhas da FRELIMO nunca sobreviviam muito tempo. Finalmente, a minha própria irmã ajudou-me a arranjar uma capulana.*

*As nossas relações com os homens eram sempre difíceis porque muitos deles prometiam-nos casamentos, mas isto raramente acontecia. Mesmo quando acontecia, não era o fim dos problemas. Por exemplo, fiquei com um homem de quem fiquei grávida, mas depois, recusou-se a aceitar a criança, dizendo que não era dele. Sugeri mesmo que eu tomasse remédios para eu provocar o aborto. Recusei-me e tive a criança. Compreendi então como havia de ser difícil com duas crianças. Como trabalhar e tomar conta de duas crianças ao mesmo tempo.*

*Nessa altura estava a trabalhar no hospital central da Zambézia. Alí fui*

*mandada três vezes para sala de isolamento, porque me tinha recusado a dormir com o Chefe do Posto de Saúde. Tinha estado sempre baseada no Hospital da Zambézia, mas este hospital tinha de deslocar-se constantemente. Na altura em que trabalhei lá (1967-1975), o hospital teve de ser deslocado dez vezes. A necessidade destas deslocações devia-se em grande parte a ser preciso proteger os doentes contra-ataques do inimigo.”*

E.T.R., como outras mulheres que participaram na luta armada, resumiu a experiência dizendo que havia coisas boas e más. Habitualmente, surge uma comparação com o estado actual das coisas: a O.M.M. (Organização da Mulher Moçambicana) a continuação do Destacamento Feminino, é considerada como um passo positivo, mas ao mesmo tempo “a sabotagem de homens continua”. É através da O.M.M. que, por exemplo, as mulheres tentam combater a polegamia. Durante a Luta Armada, E.T.R. sublinhou que a incidência da poligamia tinha diminuído, mas que ela agora tinha voltado a subir.

*“Os homens estão a opôr-se às nossas iniciativas. Por outro lado, muitas mulheres estão interessadas na O.M.M. mas logo que se casam esquecem-se dela”.*

Tal como já referimos, as fontes históricas não são sempre óbvias. O seu grau de visibilidade ou de evidência é na maior parte das vezes dominado pelas relações de classe predominantes. Isto ajuda a explicar a negligência relativa das mulheres no que respeita a reconstruir a história de Libertação Nacional. Para além disso, tal como em qualquer processo histórico que culminou com vitória, regista-se uma tendência no sentido de subvalorizar o papel desempenhado por indivíduos ou por grupos de indivíduos porque aconteceu eles terem ficado longe das frentes ou terem desempenhado um papel aparentemente secundário. É importante estar consciente disto com vista a evitar uma apropriação indevida por um ou outro grupo, que mais tarde poderia gerar uma história chauvinista de um ou outro tipo.

### **C - Fontes exteriores à linha da frente - o lado do inimigo**

Uma das lições mais importantes da história do período pós-independência foi provavelmente dada pelo Presidente Samora Machel durante a reunião mantida em Maio e Junho de 1982 com os antigos colaboracionistas moçambicanos com o aparelho repressivo colonial. Estes testemunhos trouxeram à luz alguns dos aspectos mais sinistros do colonial fascismo. O seu valor é inestimável pelo

menos a três níveis. Primeiramente para melhorar a compreensão da instituição mais infame do Estado Colonial durante o período da Luta Armada: a PIDE; em segundo lugar, no que respeita a saber-se como moçambicanos foram levados a torturar, massacrar e mutilar os seus próprios compatriotas; em terceiro lugar, no que se refere a sublinhar o contraste entre o sistema colonial e aquele que a FRELIMO lutava para construir.

O contraste sublinhado pelos testemunhos de antigos colaboradores demonstrou mais uma vez que a Luta Armada era sobretudo uma luta de classe entre concepções contraditórias da história e ideologia. E tal como apontou o próprio Presidente, o sistema colonial, por mais esforçadamente que tentasse conquistar moçambicanos para o seu lado, não podia oferecer mais do que aquilo que lhe permitia a sua própria natureza: uma colonização intensificada, resultando numa humilhação e num rebaixamento ainda maiores.

Finalmente, estes testemunhos demonstraram a importância de nos mantermos tão fiéis quanto possível ao que aconteceu, a forma como aconteceu, e ao contexto em que aconteceu. Apenas desta forma é possível eliminar todas as irregularidades e respeitar as contradições pelo que elas são de facto. Proceder de outra maneira levaria a distorções.

## **D - Fontes exteriores à linha da frente - solidariedade com a luta**

A existência de organizações pode por vezes enganar no processo de procura de fontes. Existiam indivíduos ou grupos de indivíduos que, perto do fim dos anos 50, combatiam o contra o regime colonial. Quando a FRELIMO foi fundada, nem sempre era possível a todos os moçambicanos que o desejavam juntarem-se às fileiras de vanguarda, frequentemente por razões que ultrapassam o seu controlo. Por exemplo, apesar de indicações claras da existência de uma consciência política no seio dos trabalhadores, a maior parte destes não tinha meios materiais para abandonar os seus empregos e começar a longa viagem para a Tanzânia. Todavia, muitos trabalhadores estavam conscientes da FRELIMO, e procuravam seguir dia a dia os acontecimentos através da rádio, através da imprensa e através de mensagens trazidas da Tanzânia. Isto era feito, frequentemente, com grandes riscos pessoais, como pode ser visto através da seguinte declaração de um trabalhador da Companhia de Cimento de Maputo.

*“Ouvi falar da FRELIMO porque sempre abria a rádio de Dar-es-Salam. Quando se formou em 1962 em 25 de junho ... foi porque eu ligara sempre a rádio Brazaville... E para a noite era precisamente lá para um quar-*

*to para as vinte assim ligava essa estação, ouvia essa notícia e ligava quase todos os dias rádio do Gana de Kwame Nkrumah. Sempre estava a acompanhar mas não podia falar, porque senão ficava preso... Da maneira como eu estive tinha três PIDES atrás de mim, três PIDES que tinha de suportar. Quando estava em casa ouvia a rádio. Mas sabia que queriam acabar comigo. Eu ia lá para dentro afinar a rádio. A luta da FRELIMO acompanhei sempre pela rádio.”*

A preocupação do Estado colonial com os moçambicanos que tinham rádios não datava do período da luta armada, como referiu Cornélio J. Mandanda. (de Mueda ). Quando ele comprou um rádio da década de 1950, teve de se assegurar de que o facto não se tornava conhecido pelas autoridades coloniais. Isto foi confirmado por documentos escritos pelas autoridades coloniais, que se recordavam mutuamente de que os indivíduos que possuíam bicicletas e rádios tinham de ser alvo de uma atenção especial.

Apesar disso, a necessidade de falar sobre a FRELIMO, apesar dos perigos, não podia ser inteiramente reprimida. O trabalhador da Companhia de Cimento, referido acima, contou como isto era tornado possível desenvolvendo-se um código especial para falar sobre a luta sem possibilidades de detecção por parte dos agentes da PIDE.

A um outro nível, está ainda por escrever toda uma história só com base nas fontes constituídas por aqueles trabalhadores moçambicanos que fugiram da província de Cabo Delgado e do trabalho forçado para as plantações de Sisal na Tanzânia, onde todos sabiam que as condições de trabalho eram melhores que as que prevaleciam em Moçambique. Esta história não seria apenas mais uma história dos trabalhadores do Sisal, mas antes de trabalhadores que, enquanto naquelas plantações que se juntaram a TANU, e começaram a pensar sobre a libertação do seu próprio país. Conhece-se o caso de um trabalhador moçambicano que deixou o seu emprego para trabalhar em tempo inteiro para a TANU até que um chauvinismo compreensível (foi acusado de tirar emprego a tanzanianos) o pressionou no sentido de se retirar daquela actividade ( Eduardo Mpembo, Presidente da Cooperativa Moçambique).

Por último, e este aspecto não é o menos importante, existe a história das centenas de moçambicanos que foram aprisionados por terem sido membros de organizações nacionalistas. Esta história (que é necessariamente uma história da tortura e de morte) mostrará como, apesar de estarem na cadeia, muitos moçambicanos continuaram o trabalho político. Cornélio J. Mandanda (de Mueda),

um dos primeiros organizadores da FRELIMO, antigo lojista na Missão Católica de Uimbu, organizou uma escola na prisão da Machava (1965-1969). Ele descreveu também como seu amigo João Namimba continuou, dentro da prisão, a recrutar elementos para a FRELIMO, até ter sido envenenado por um agente da PIDE (Mueda, Julho). Arquivos vivos como Cornélio J. Mandanda ou Julião Amuli (de Nchinga) são, de uma certa forma, mais difíceis de utilizar na medida em que apenas revelarão aquilo que o investigador deles conseguir obter. Por exemplo, foi apenas na quarta entrevista que Mandanda falou sobre as suas actividades jornalísticas em dois jornais, o "Rafiki Yetu" (Queniano) e o "Kyongozi" (Tanzaniano). E foi apenas na quinta entrevista que ele falou extensivamente sobre a sua vida na prisão.

### 3- Análises: definir correctamente o inimigo

Na história da FRELIMO, desde o início até este momento, a análise tem sido uma tarefa primária, desenvolvida na prática pela recordação e consciência constante do princípio de definir correctamente o inimigo. E foi esta definição que, através das várias fases de Luta de Libertação Nacional, tornou possível uma distinção, em primeiro lugar, entre a luta pela autonomia regional ou tribal (organizações pré-FRELIMO) e a independência Nacional de Moçambique (FRELIMO, sob a direcção do Presidente Eduardo Mondlane). E em segundo lugar entre uma luta pelo derrube total do sistema colonial (direcção político-militar) e uma luta limitada a expulsar os brancos (Urias Simango, Lázaro Nkavandame, etc.). Por outras palavras, a análise dos dados deve vir a par e passo com uma periodização do processo. Porque as contradições encontradas antes do período de 1962 manifestaram-se de forma diferente das que apareceram mais tarde. A natureza e/ou forma mutáveis destas contradições devem ser o objectivo de uma análise se se pretender que a periodização acima citada tenha um outro conteúdo que não o de uma mera cronologia.

Por exemplo, falando institucionalmente, seria demasiado fácil afirmar que, a partir de 1967, a criação do Destacamento Feminino resolveu as contradições entre homens e mulheres. Mas isto não aconteceu, apesar de se ter dado um passo fundamental nessa direcção. Para além disso, seria também demasiado fácil atribuir a posição oprimida das mulheres quer ao jugo colonial, quer a "sociedade tradicional", quer a uma combinação de ambos.

Infelizmente, problemáticas ideológicas e/ou antropológicas continuam a dominar as análises de relacionamento entre homens e mulheres. Histórias concretas de luta armada mostram uma tentativa da parte da FRELIMO no sentido de

abordar esta contradição na perspectiva da libertação total. A história excepcional da vida de Julião Amuli (um dos três “Chairman” de Área, como Bibi Abiba e Jacinto Omar, que se recusou a acompanhar a dissidência, e mais tarde a traição de Lázaro Nkavandame) contém informações importantes sobre como, apesar das ordens estritas em contrário, um comandante da FRELIMO continuou a tratar as mulheres como objectos. Em 2 de Fevereiro de 1965, Julião Amuli foi detido e espancado por se ter recusado a entregar mulheres para garantir o prazer de um comandante da FRELIMO - Antonio Saidi - que mais tarde foi detido, julgado e sentenciado por esta quebra de disciplina. Aliás, todo este assunto foi tratado, ainda no mesmo mês, pelo então Chefe do Departamento de Defesa, Samora Machel.

O que estes testemunhos demonstram é que a libertação das mulheres era (ainda é) em grande parte uma luta em que diversos grupos procuram por todos os meios manter ou reafirmar os valores antigos. O facto de as mulheres se continuarem a queixar sobre o aumento da poligamia e as sabotagens feitas pelos homens significa que a luta deve ser intensificada.

Se surgiram contradições, elas devem ser apresentadas tal como ocorreram mesmo se, à primeira vista, elas parecerem denigrir uma imagem idealizada da FRELIMO. A vitória da FRELIMO foi um passo num processo ainda não terminado.

Passamos para um outro plano. Tal como aconteceu com a MANU (União Africana Maconde, mais tarde União Africana de Moçambique), a emergência da UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), criada por moçambicanos que viviam em Tanga, na Tanzânia), deu origem a divergências e contradições. Embora houvesse um acordo quanto à necessidade de expulsar os colonialistas, esse acordo dissolveu-se imediatamente quando foi necessário definir e levar a prática os objectivos e as formas de luta.

Com o passar do tempo, cresceu a tendência no sentido de estas divergências serem ultrapassadas. Esta tendência foi reforçada pelo papel desempenhado pelo Presidente Eduardo Mondlane na criação de uma organização unitária. Isto leva a crer que a unidade que acabou por ser construída estava já predestinada a acontecer. A importância histórica das divergências, das dificuldades e dos obstáculos encontrados, não devem ser minimizada, especialmente por quem esteja ao par das lutas que mais tarde se desenvolveram na FRELIMO e se tornaram conhecidas como a luta entre as duas linhas. Isto é, a luta entre aqueles que concebiam a luta armada como uma mera operação militar para expulsar os

brancos e sentarem se no lugar deles, e aqueles que, pelo contrário, viam a luta como um meio para destruir o sistema colonial e, ao mesmo tempo, construir as fundações para novas relações económicas, políticas e sociais, de forma a erradicar a exploração do homem pelo homem.

Para estes últimos, a luta armada não era apenas uma luta militar, mas uma parte integral de uma luta ideológica e política cujos objectivos e formas deviam formulados com base numa nova moralidade, na nova ética da sociedade socialista a ser construída. Era, por isso, crucial que estes objectivos e formas fossem definidos não em termos de sistema colonial português, mas com base num sistema construído sobre uma premissa completamente diferente: acabar com a exploração do homem pelo homem.

Concretamente, isto pode ser visto na forma como a FRELIMO conceptualizou e desenvolveu a sua luta anti-racista, na sua insistência em tratar os soldados portugueses capturados como prisioneiros de guerra (ao contrário do que faziam os portugueses) e na sua insistência global na importância do relacionamento entre os objectivos a atingir e as formas de os atingir. No coração disto situa-se a questão de uma prática democrática.

É evidente que, para um grupo que detém o poder, está sempre presente a tentação de utilizar métodos antidemocráticos para atingir objectivos democráticos, ou para a vitória de uma linha que se considera como sendo a mais democrática. Porém, a contradição é óbvia. Os objectivos de se atingir uma sociedade popular e democrática não podem de forma alguma assentar numa via baseada no conceito de que, se os objectivos são democráticos, não há qualquer preocupação a observar quanto aos meios utilizados para os atingir.

De facto a ofensiva recente contra os abusos do poder (discurso presidencial de novembro de 1981), e a documentação existente sobre esses abusos demonstram a concretização, neste momento, da tentação atrás referida, como a existência de um engajamento inequívoco na construção de um Estado popular e democrático. A questão é, evidentemente, como é possível comprovar se este objectivo está ou não a ser atingido.

A história das próprias Zonas Libertadas constituiu um ponto óbvio de referência. Não é sem razão que as Zonas Libertadas são chamadas o Laboratório da Revolução. Porém, o facto de existir um laboratório não implica que todas as respostas venham de lá. O contexto de que emergiram nas zonas Libertadas era



muito específico, e perder de vista esta especificidade pode levar a conclusões erradas no que respeita à identificação do inimigo, no contexto actual.

Como referiu o próprio Presidente Samora Machel, a tarefa prioritária em 1975 era alargar tanto e tão rapidamente quando possível as Zonas Libertadas, para evitar o seu asfixiamento pelas zonas não-libertadas. Esta tarefa era dificultada por vários factores, entre os quais:

1. O fim da Luta Armada, por um lado, e o prosseguimento de outra guerra fora das suas fronteiras;
2. A tomada de um aparelho de Estado fascista, que simultaneamente era necessário destruir;
3. O crescimento súbito e desproporcionado da área geográfica e dos sectores económicos, políticos e que era necessário controlar, em comparação com o número de quadros disponíveis.

Estes factores associaram-se para minar a produção das práticas desenvolvidas durante a luta armada e a partir dela. Esta mudança contextual fez com que as análises, com vista à identificação do inimigo nas zonas não libertadas, se tornasse mais difícil. Isto foi, efectivamente, reconhecido pelo Presidente, quando afirmou que o processo de definição do inimigo depois da guerra de libertação ia ser muito mais complexo.

Assim, a análise do sistema colonial feita durante a luta armada deve ser aprofundada, por causa do inimigo actual que emergiu daquele sistema. Isto implica uma compreensão mais profunda das relações de classe, tanto entre os colonizadores e os colonizados como entre os dois lados do sistema, e envolve análises mais específicas da natureza e formas assumidas pelas contradições nas diversas partes do país. Por exemplo, a economia colonial no Sul foi moldada em grande parte pelas necessidades da economia da África do Sul, e viu a emergência de um processo de diferenciações e de relação de classes diferente do predominante na província da Zambézia onde reinava uma economia de plantações que não pode ser compreendida e estudada da mesma forma.

A história das Zonas Libertadas torna ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil a tarefa de analisar as zonas não libertadas. Mais fácil, porque contém um certo número de lições práticas e concretas. E mais difícil, porque a diferença dos contextos impede uma aplicação simples e directa dessas lições.

### III - Conclusão

Os operários e os camponeses - em grande parte analfabetos - aprenderam através da criação das Zonas Libertadas qual era o alcance real do sistema de exploração. Esta foi nas palavras do Presidente Samora Machel, uma experiência “pedagógica” tanto para as massas como para a direcção.

A pesquisa que está a ser desenvolvida é uma parte integral dos debates da Oficina de História, estando integrada num processo de aprendizagem ao mesmo tempo que procura ser um instrumento de disseminação.

A importância dada à recolha de informação oral ultrapassa uma simples preocupação de informação. Ela procura chamar a atenção para a necessidade de determinar como a pedagogia da luta leva a um nível mais elevado de consciência de necessidade de prosseguir essa luta. Este trabalho deve, assim, ser dedicado à pesquisa de uma forma e um estilo mais adequados à disseminação de uma apreciação mais correcta das lições contidas nesta herança cultural e política.

Anexo 12 - CEA: Programa do Curso de  
Desenvolvimento.  
2Pp.

**CEA**

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
Caixa Postal 1993 — MAPUTO  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

RELATÓRIO DO CURSO

Nome do Estudante:

Curso: Curso de Desenvolvimento

Ano: 1981

Grau Conferido: Diploma de Graduação Superior em Estudos de Desenvolvimento.

**Disciplinas Leccionadas:**

- . Economia Mundial: a evolução dos modos de produção e modo de produção capitalista, o capitalismo colonial, a teoria da transição socialista.
- . Classe e Estado em África: periodização da História colonial e pós-colonial, formas de exploração e diferenciação de classes, processo de descolonização.
- . Economia Política Regional: o subsistema imperialista na África Austral, a economia sul-africana, os mecanismos e a estrutura da dependência, a estratégia da SADCC.
- . Economia Política de Moçambique: periodização da economia política do colonialismo, a estrutura económica criada pelo capitalismo colonial, a História da Prelimo, a estratégia e os problemas para a transição socialista.

... /// ...

- 2 -

- . Métodos de análise e de planeamento económicos.
- . Métodos de investigação.

Maputo, 16 de Agosto de 1990.

O DIRECTOR DO CEA

  
Coronel (Res) Sérgio Vieira

Uma obra que representa uma mais-valia nos investimentos de sistematização do conhecimento sobre as condições de possibilidade que permitiram o estabelecimento do CEA como instituição de investigação de renome.

Um dos mais bem conseguidos investimentos no sentido de visibilizar, não apenas a sequência histórica de eventos que caracterizaram a vida do CEA, mas as tensões e desafios de construção de metodologias partilhadas, eleição de temas e problemas de investigação bem como a complexa relação de proximidade pragmática e afastamento teórico conceptual das estruturas de poder que acompanharam a vida e o trabalho do CEA.

Uma obra de relevo para a compreensão da história institucional do CEA e parte do percurso histórico das Ciências Sociais e Humanas em Moçambique.

*Cristiano Matsinhe, Antropólogo - UEM*



**CEA - UEM**